

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Tatiana Martins Alméri

A juventude na política brasileira: análise das ações coletivas da juventude nas
Manifestações de 2013 e 2015

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo

2016

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Tatiana Martins Alméri

A juventude na política brasileira: análise das ações coletivas da juventude nas
Manifestações de 2013 e 2015

Doutorado em Ciências Sociais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação do Prof. Dr. Edison Nunes.

São Paulo
2016

ALMÉRI, Tatiana Martins.

A juventude na política brasileira: análise das ações coletivas da juventude nas *Manifestações* de 2013 e 2015 / Tatiana Martins Alméri. – São Paulo, 2016. 261 f.

Tese de doutorado – Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2016.

Orientador: Doutor Edison Nunes.

1. *Manifestações* Brasileiras 2013 e 2015. 2. Ação Coletiva. 3. Confiança. I. NUNES, Edison.

Banca Examinadora

Dedicatória

Dedico este trabalho àqueles que, de alguma maneira, se doam em busca de uma sociedade mais justa e íntegra, que visam ao melhoramento de si e dos outros seres que na Terra habitam.

Agradecimentos

Agradeço ao meu professor orientador Edison Nunes que, com muita calma, paciência e carinho, me acompanhou e me carregou nesta jornada. Agradeço ao meu amigo Benedito, aos meus pais Jé e Ari, aos meus irmãos Karina e Rodrigo, e a todos que, de uma forma ou de outra, estiveram ao meu lado nesta minha caminhada.

RESUMO

Os protestos de 2013 e 2015, no Brasil, mobilizaram multidões às ruas em busca de demonstrar suas insatisfações com relação à classe política. Essas mobilizações se estruturaram fundamentalmente de maneira virtual e com ações coletivas. Com o objetivo de analisar os porquês das ações coletivas, dos interesses individuais e coletivos, a presente pesquisa justifica-se pela legalidade da ação e, principalmente, pela relevância das reivindicações em questão. A hipótese tem o intuito de estruturar um conceito explicativo das ações, partindo-se do pressuposto de que os manifestantes participam motivados tanto por buscas individuais quanto coletivas. O recorte da população brasileira investigada foi a juventude, pois, conforme dados apresentados, esta é a faixa etária com maior mobilidade política e intelectual e anseia por mudanças. Dentre os métodos científicos, foram utilizados: o método comparativo, analítico de revisão, pesquisa analítica de dados, pesquisa analítica interpretativa, pesquisa de levantamento de dados (opinião) e pesquisa analítica filosófica. Os resultados encontrados, resumidamente, apontam que as ações coletivas ocorreram principalmente pela falta de confiança da maioria da população brasileira e pela uma de representatividade, tanto no contexto político como no social.

Palavras-chave: *Manifestações* Brasileiras 2013 e 2015; Ação Coletiva; Confiança.

ABSTRACT

The protests of 2013 and 2015 in Brazil mobilized crowds to the streets seeking to demonstrate their dissatisfaction regarding the political class. This mobilization was structured virtually and possible collective action. In order to analyze these actions, guided by the individual and collective interests, this research is justified by the legality of the action and particularly the relevance of the claims in question. The present search aims to structure an explanatory concept of actions, starting from the assumption that the demonstrators participate motivated by both interests individual and collective. Among the scientific methods were used the comparative method, analytical review, data analytics research, interpretative analytical research, data collection survey (opinion) and philosophical analytical research. The results are summarized in the lack of trust of the majority of the population and in one crisis of representation, both in the political context and the social.

Key-words: Brazilian Protests in 2013 and 2015; Collective Action; Trust.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 AÇÃO COLETIVA: INDIVIDUAL x COLETIVO.....	32
1.1 Interesses e Desejos	36
1.1.1 Interesses coletivos	47
1.1.2 Interesses Individuais.....	51
2 REALIDADE E JUVENTUDE.....	54
2.1 A construção social da juventude: transformação em escala mundial	57
3 EDUCAÇÃO: ELABORAÇÃO SOCIOCULTURAL, INDIVIDUAL E COLETIVA DOS SUJEITOS.....	65
3.1 <i>Multidão X Povo</i>	69
3.2 <i>Manifestações</i>	77
3.2.1 <i>Manifestações de 2013 e 2015</i>	81
4 OBSERVAÇÃO DAS REALIDADES: INTERESSES DA <i>MULTIDÃO</i>	87
4.1 Levantamento de opiniões sobre atuações governamentais.....	108
4.2 Análise governamental referente a políticas públicas	133
4.3 Representação e identificação política: “crise de identidade”	138
4.4 Abordagem sobre corrupção, fraudes, roubos e tráfico de influências	153
4.5 Confiança e Desconfiança institucional e pessoal	173
4.6 Grau de confiabilidade em Instituições/ Órgãos Públicos	190
5.7 Ser Brasileiro X Atuações	203
ÚLTIMAS PERCEPÇÕES – CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS	245
Livros e artigos	245
Dados	259

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Partes metodológicas da pesquisa	29
Tabela 2: Síntese Comparativa	52
Tabela 3: Grau de instrução da população brasileira, 2014.....	89
Tabela 4: Percentual de pessoas que possuem computadores.....	98
Tabela 5: Número absoluto de Classes Sociais	103
Tabela 6: Classificação da Classe Social.....	104
Tabela 7: Crescimento e decréscimo das classes sociais no Brasil.....	107
Tabela 8: Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso Nacional e das instituições para resolver os problemas do país.....	110
Tabela 9: Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de lado o Congresso e os partidos, e tomar as decisões sozinho?	114
Tabela 10: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder?.....	116
Tabela 11: Aglutinações de respostas semelhantes para a definição de democracia	117
Tabela 12: Para você, o que é uma democracia?	125
Tabela 13: Se você tivesse que escolher, qual dessas coisas você diria que é a mais importante?	127
Tabela 14: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político?	130
Tabela 15: A respeito dos impostos que os brasileiros pagam ao governo, você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Governo?.....	134
Tabela 16: <i>Ranking</i> de carga tributária e benefícios populacionais	135

Tabela 17: Pensando no Congresso Nacional, até que ponto você concorda ou discorda que o Congresso Nacional representa seus interesses?	141
Tabela 18: Existe algum Partido Político que representa a maneira como você pensa?143	143
Tabela 19: Como você se sente com relação aos Partidos Políticos?	145
Tabela 20: Algum partido político representa a maneira como você pensa?	147
Tabela 21: Em sua opinião, a quem os partidos representam mais?	149
Tabela 22: O que é melhor, um presidente da República que...?	150
Tabela 23: Interesses com relação à política em números absolutos	152
Tabela 24: Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema?	155
Tabela 25: Os partidos precisam de dinheiro para financiar as campanhas eleitorais. Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas?	158
Tabela 26: Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas? ...	160
Tabela 27: Vou ler algumas frases sobre os políticos e gostaria de saber se você discorda ou concorda de: não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.	162
Tabela 28: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 1º lugar?	166
Tabela 29: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 2º lugar?	168
Tabela 30: Falando de corrupção e tráfico de influência: no governo da presidente DILMA essas coisas ... ao que era antes?	170
Tabela 31: E no governo de FERNANDO HENRIQUE, a corrupção e o tráfico de influência durante o governo, as coisas ... ao que era antes?	172

Tabela 32: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 1º lugar?	174
Tabela 33: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 2º lugar?	176
Tabela 34: Gostaria que você dissesse se tem ...: NAS PESSOAS QUE FREQUENTAM IGREJAS.....	178
Tabela 35: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS COLEGAS DE TRABALHO	180
Tabela 36: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA SUA FAMÍLIA.....	182
Tabela 37: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS AMIGOS	184
Tabela 38: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA MAIORIA DAS PESSOAS	186
Tabela 39: Percentual de redução do grau de confiabilidade anos de 2006 – 2010 - 2014	190
Tabela 40: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Supremo Tribunal Federal?	192
Tabela 41: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Ministério Público	193
Tabela 42: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nos Tribunais de Contas da União	195
Tabela 43: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Controladoria Geral da União (CGU).....	197
Tabela 44: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Defensoria Pública?	199
Tabela 45: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nas CPIs?	201

Tabela 46: Você tem orgulho de ser brasileiro(a)?.....	204
Tabela 47: A Constituição brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Você acha que:	206
Tabela 48: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: assinar um abaixo-assinado (inclusive na internet)	208
Tabela 49: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: PARTICIPAR DE BOICOTES (POR EXEMPLO, DEIXAR DE PAGAR DE IMPOSTOS, ALUGUÉIS, ETC.).....	210
Tabela 50: Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...: PARTICIPAR DE <i>MANIFESTAÇÕES</i>.....	211
Tabela 51: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: participar de greves	213
Tabela 52: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: BLOQUEAR O TRÂNSITO COMO FORMA DE PROTESTO.....	214
Tabela 53: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: OCUPAR PRÉDIOS, FÁBRICAS, TERRENOS, ESCOLAS	216
Tabela 54: No cartão você encontra uma lista de coisas que uma pessoa pode fazer para influenciar nas decisões do governo. Qual destas ações você acha que é a mais eficiente?	226
Tabela 55: Ao falar sobre confiança em órgãos públicos e instituições, qual é a primeira palavra que vêm à sua cabeça?	233
Tabela 56: Corrupção no mundo	235
Tabela 57: Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?	239

Tabela 58: Ao falar sobre confiança nas pessoas qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça?.....	240
Tabela 59: Propensão de participação da juventude	241

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Número de pessoas que aderiram à <i>Manifestação</i> de março de 2015 por Estado	24
Figura 2: Fluxograma do pensamento de Aristóteles.....	39
Figura 3: Ciclo de formação de interesse	43
Figura 4: Representação gráfica e explicativa do Povo segundo Negri.....	73
Figura 5: Representação gráfica e explicativa da <i>Multidão</i> segundo Negri.....	75
Figura 6: Mapa do Brasil e as regiões abordadas	107
Figura 7: Esquema reflexivo de interdependência – Sistema de Representatividade....	132
Figura 8: Fluxograma de Aristóteles aplicado nas <i>Manifestações</i>	223
Figura 9: Comparativo de abuso de poder no mundo	234

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparativos: estádio, educação e saúde.....	82
Gráfico 2: Vontades singulares X União para <i>Manifestação</i>: Pesquisa IBOPE 2013	85
Gráfico 3: Grau de instrução.....	88
Gráfico 4: Escolaridade média da população brasileira de 18 a 24 anos de idade e projeção para 2020:	90
Gráfico 5: Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil 2007-2013.....	91
Gráfico 6: Percentual da população abordada com relação ao curso superior.....	92
Gráfico 7: Percentual da população brasileira de 2010 com relação ao curso superior. Valor absoluto de base 195,2 milhões de habitantes	93
Gráfico 8: Comparativo de escolaridade entre a juventude e a terceira idade	95
Gráfico 9: Percentual de pessoas que possuem computadores	97
Gráfico 10: Juventude e terceira idade X posse de computadores	99
Gráfico 11: Comparativo de computadores em domicílio e número de internautas	100
Gráfico 12: Percentual de Classes Sociais	102
Gráfico 13: Mudanças de classes sociais no Brasil	105
Gráfico 14: Variâncias de classes sociais no Brasil	106
Gráfico 15: Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso Nacional e das instituições para resolver os problemas do país	109
Gráfico 16: Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de lado o Congresso e os partidos, e tomar as decisões sozinho?	112

Gráfico 17: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder?	115
Gráfico 18: Para você, o que é uma democracia? 16 a 24 anos.....	121
Gráfico 19: Para você, o que é uma democracia? 25 a 34 anos.....	122
Gráfico 20: Para você, o que é uma democracia? 60 anos ou mais.....	123
Gráfico 21: Para você, o que é uma democracia? Total.....	124
Gráfico 22: Se você tivesse que escolher, qual dessas coisas você diria que é a mais importante?	127
Gráfico 23: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político?	129
Gráfico 24: A respeito dos impostos que os brasileiros pagam ao governo, você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Governo?	134
Gráfico 25: Satisfação ou não das políticas públicas.....	137
Gráfico 26: Pensando no Congresso Nacional, até que ponto você concorda ou discorda que o Congresso Nacional representa seus interesses?	140
Gráfico 27: Existe algum Partido Político que representa a maneira como você pensa?	142
Gráfico 28: Como você se sente com relação aos Partidos Políticos?	144
Gráfico 29: Algum partido político representa a maneira como você pensa?	146
Gráfico 30: Na sua opinião a quem os partidos representam mais?	148
Gráfico 31: O que é melhor, um presidente da República que...?	150
Gráfico 32: Interesses com relação à política.....	151
Gráfico 33: Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema?	154

Gráfico 34: Os partidos precisam de dinheiro para financiar as campanhas eleitorais. Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas?	157
Gráfico 35: Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas?..	160
Gráfico 36: Vou ler algumas frases sobre os políticos e gostaria de saber se você discorda ou concorda de: não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa	161
Gráfico 37: Concordância ou discordância sobre atuações de políticos X roubo	163
Gráfico 38: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 1º lugar?	165
Gráfico 39: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 2º lugar?	167
Gráfico 40: Falando de corrupção e tráfico de influência: no governo da presidente DILMA essas coisas ... ao que era antes?	169
Gráfico 41: E no governo de FERNANDO HENRIQUE, a corrupção e o tráfico de influência durante o governo, as coisas ... ao que era antes?.....	171
Gráfico 42: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 1º lugar?	173
Gráfico 43: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 2º lugar?	175
Gráfico 44: Gostaria que você dissesse se tem ...: NAS PESSOAS QUE FREQUENTAM IGREJAS.....	177
Gráfico 45: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS COLEGAS DE TRABALHO	179
Gráfico 46: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA SUA FAMÍLIA	181
Gráfico 47: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS AMIGOS.....	183

Gráfico 48: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA MAIORIA DAS PESSOAS.....	185
Gráfico 49: Resumo sobre graus de confiabilidade.....	186
Gráfico 50: Avaliação positiva da atuação das instituições.....	188
Gráfico 51: Comparativo dos anos de 2006 – 2010 - 2014.....	189
Gráfico 52: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Supremo Tribunal Federal?.....	191
Gráfico 53: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Ministério Público.....	193
Gráfico 54: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nos Tribunais de Contas da União.....	195
Gráfico 55: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Controladoria Geral da União (CGU)..	197
Gráfico 56: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Defensoria Pública?.....	199
Gráfico 57: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nas CPIs?.....	201
Gráfico 58: Resumo da confiança dos brasileiros nas Instituições/Órgãos Públicos.....	202
Gráfico 59: Você tem orgulho de ser brasileiro(a)?.....	204
Gráfico 60: A Constituição brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Você acha que:.....	205
Gráfico 61: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: assinar um abaixo-assinado (inclusive na internet).....	207
Gráfico 62: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: PARTICIPAR DE BOICOTES (POR EXEMPLO, DEIXAR DE PAGAR DE IMPOSTOS, ALUGUÉIS, ETC.).....	209

Gráfico 63: Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...: PARTICIPAR DE MANIFESTAÇÕES.....	211
Gráfico 64: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: participar de greves	212
Gráfico 65: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: BLOQUEAR O TRÂNSITO COMO FORMA DE PROTESTO.....	214
Gráfico 66: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: OCUPAR PRÉDIOS, FÁBRICAS, TERRENOS, ESCOLAS	215
Gráfico 67: Resumo das participações sociais como forma de ações políticas.....	217
Gráfico 68: No cartão você encontra uma lista de coisas que uma pessoa pode fazer para influenciar nas decisões do governo. Qual destas ações você acha que é a mais eficiente?	225
Gráfico 69: Nível de confiança dos brasileiros em relação a grupos próximos de pessoas	229
Gráfico 70: Índice geral de confiança dos brasileiros de 2009 a 2013	230
Gráfico 71: Ao falar sobre confiança em órgãos públicos e instituições, qual é a primeira palavra que vêm à sua cabeça?	232
Gráfico 72: Percepção de corrupção no Brasil de 2001 a 2013	236
Gráfico 73: Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?.....	238
Gráfico 74: Ao falar sobre confiança nas pessoas qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça?.....	240

INTRODUÇÃO

O presente trabalho fornece uma análise da ação coletiva da juventude nas *Manifestações* do primeiro semestre de 2013 e 2015 no Brasil. A análise da participação da juventude terá um recorte com relação à identificação do porque as reivindicações ocorreram e porque as pessoas participaram, fundamentando-se em como o sujeito constrói os seus interesses em um movimento coletivo e como a participação em uma ação coletiva pode influenciar a reestruturação da realidade dos sujeitos e, conseqüentemente, seus interesses.

O objetivo geral da presente pesquisa é proporcionar uma observação das reivindicações em questão, através do estudo da população brasileira, tendo como recorte a juventude, em busca de investigar como se constroem coletivamente as reivindicações, identificando a relação entre os interesses individuais e os objetivos coletivos. Certamente, o grupo de recorte, a juventude, não foi escolhido aleatoriamente, a escolha se deu pela similaridade das *Manifestações*, da *Multidão* e dessa fase específica da vida de um indivíduo.

Em síntese, objetiva-se investigar a lógica da ação coletiva da juventude no Brasil, em 2013 e 2015, observando o processo de formação dos interesses individuais e dos interesses coletivos da população abordada.

Os protestos abrangeram o Brasil como um todo; multidões foram às ruas em busca de demonstrar suas insatisfações com relação à classe política. O contato e a possibilidade de organização se deram, em sua maioria, pelo meio virtual, ou seja, nas redes sociais de relacionamento, algo que ainda não havia ocorrido, nessas proporções, no Brasil antes de 2013. O estopim que proporcionou as reivindicações de 2013 foi o aumento do preço da passagem de ônibus, mas, na realidade, as pessoas estavam desgostosas com o sistema representativo em geral, e não especificamente nas passagens. Já, em 2015, o estopim foram as corrupções que aconteceram na Petrobrás, mas, em um contexto mais amplo estavam a desonestidade, mensalões, licitações ilícitas e outras formas de abuso de poder que especulava-se que vêm ocorrendo exageradamente, o que levou a população às ruas como uma forma de protesto. As passeatas, um fenômeno social e político, se deram em todas as principais capitais do Brasil e em várias cidades do interior. Sem partidos ou lideranças próprias, as pessoas foram às ruas em busca de conquistas políticas e sociais. “Depois de profunda análise de aproximadamente 1 milhão e 100 mil menções nas redes sociais durante o período entre o início das *Manifestações* de junho e o julgamento dos embargos infringentes do mensalão, torna-se possível elencar as prioridades e desenhar padrões na Internet.” (BELCHIOR, 2013).

Estima-se que mais de um milhão de pessoas participaram do protesto no dia 20 de junho de 2013. Ao todo, trezentas e oitenta e oito cidades em todo o Brasil foram sedes da *Manifestação*. Dentre os vários motivos da reivindicação, pode-se apontar principalmente a corrupção, a PEC 37, a “cura gay”, a tarifa de ônibus e os altos custos de realização da Copa do Mundo no País (ESTADÃO, 2013). “A população está insatisfeita com milhares de outras coisas. No fundo, numa sociedade fundada na exploração e dominação, no trabalho alienado, num processo de constante competição, burocratização e mercantilização de tudo, na qual a vida é alienada, então não falta motivo para insatisfação.” (VIANA, 2013).

Já, a segunda *Manifestação*, a de 2015, foi estruturada principalmente com relação às corrupções cometidas na empresa Petrobrás, mas, a corrupção de uma maneira genérica foi uma das grandes discussões, a ponto de alguns grupos reivindicarem o *impeachment* da Presidente da República.

Milhares de pessoas vestidas de verde e amarelo participaram neste domingo (15) de *Manifestações* em todo o país. Os protestos foram organizados por diferentes grupos. A maior parte pediu pelo fim da corrupção. Houve grupos que reivindicaram a saída da presidente Dilma Rousseff e gritaram contra o PT. Refrões em defesa da Petrobrás são também ouvidos. (MANSUR et al, 2015).

Além do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, do fim das corrupções e da defesa pela Petrobrás, havia protestantes reivindicando a volta de uma ditadura militar e a punição a políticos corruptos.

Quando se aborda o número de participantes em *Manifestações*, é comum haver discrepâncias entre os órgãos que o calculam, porque interesses estão “em jogo”. Entretanto, é possível afirmar que os “protestos de 15 de março levaram às ruas a maior *Multidão* em um único dia na história das *Manifestações* políticas no Brasil.” (CORONATO, 2015). Essa afirmação pode ser feita comparando as *Manifestações* já estruturadas no Brasil:

“Diretas Já: entre 400 mil e milhão;

Fora Collor: entre 70 mil e 650 mil;

Junho 2013: cerca de 1,25 milhão;

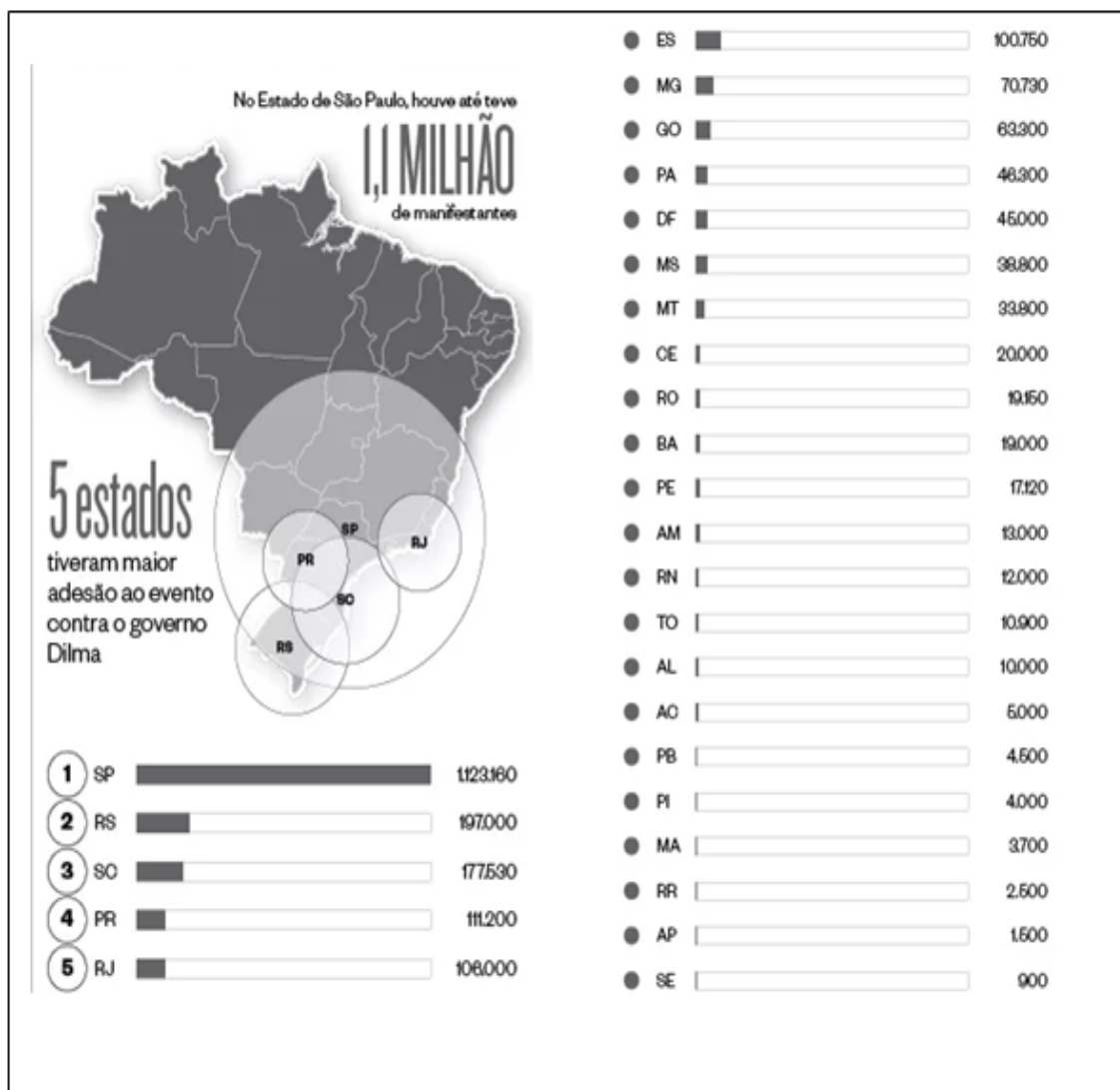
Contra o governo Dilma: entre 1,4 e 2,2 milhões de pessoas.” (CORONATO, 2015)

Entretanto, não se pode deixar de levar em conta, o aumento da população de 1982 até 2015. Na década de 80, o Brasil possuía aproximadamente 125 milhões de habitantes, na de 90, aproximadamente 150 milhões, e o censo de 2010 aponta que o Brasil possui aproximadamente 191 milhões de pessoas. Ou seja, houve um crescimento populacional de aproximadamente 34% nos últimos 30 anos.

As participações em *Manifestações* aumentaram, de 1982 para 2015, em aproximadamente 45,5%. Portanto, trazer o argumento que uma *Manifestação* foi mais forte que a outra, que uma possui mais adeptos que a outra, requer análises profundas dos participantes (IBGE, 2015).

Em alguns Estados, a adesão foi maior, dentre os quais estão São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. A figura 1 apresenta essa divisão claramente.

Figura 1: Número de pessoas que aderiram à *Manifestação* de março de 2015 por Estado



Fonte: adaptado de CORONATO, 2015.

Especula-se que a crise econômica mundial, iniciada em 2008, reforçou o esgotamento da população com relação à tolerância governamental institucional; a luta de busca pelo poder entre os partidos políticos acabaram perdendo significado para a maioria da população por conta de tanta corrupção infiltrada neste setor. Dessa maneira, a representatividade deixou de ter um significado, principalmente pela juventude, que se reuniu em várias ocasiões no primeiro semestre de 2013 e possibilitou uma ação coletiva sem a participação oficial de partidos políticos, o que também culminou nas reivindicações de 2015.

As *Manifestações* do primeiro semestre de 2013 e as de 2015 se deram de uma maneira heterogênea, visto que vários Estados e cidades participaram. Entretanto, a

homogeneidade se fundamentou no sentido de os participantes se organizarem nas redes sociais, uma ferramenta amplamente utilizada pela juventude, e no sentido de se integrarem pelos momentos desgostosos que o Brasil passa, mas, certamente, cada região apresentou suas especificidades.

Em 2013, em Minas Gerais, o protesto foi organizado nos arredores do estádio Mineirão, na cidade de Belo Horizonte, antes de uma partida de futebol – Taiti X Nigéria – no dia 17 de junho de 2013. A ligação ao estádio e à partida ocorreu principalmente por motivos da melhora da educação e da saúde, protestando contra os gastos para a Copa do Mundo em 2014; o principal lema era: Educação e Saúde padrão FIFA¹.

Já em Brasília, os manifestantes ocuparam a Praça dos Três Poderes e o teto do Congresso Nacional, tendo como principal foco o lema “Acorda, Brasília!”. As principais reivindicações estavam permeadas pelos gastos com a Copa do mundo e a falta de transparência dos investimentos públicos (SAKKIS; ARAÚJO, 2013).

No Rio de Janeiro, o encontro dos manifestantes foi na Igreja da Candelária, comparecendo por volta de 1 milhão de pessoas. A princípio, protestava-se contra o preço e a qualidade do transporte público, mas como em outras capitais e cidades que sediaram as *Manifestações*, os lemas das reivindicações e os motivos de insatisfações que os fundamentavam foram se ampliando. Um acontecimento marcante no Rio de Janeiro foi a destruição de bandeiras e todo material de um grupo vinculado à CUT (Central Única dos Trabalhadores), os quais foram pressionados pelo grande grupo que gritava pela não presença de partidos (AFFONSO, 2013).

Em São Paulo, o início das *Manifestações* fundamentou-se na crítica ao aumento da tarifa do transporte público, juntamente com a ação do Movimento Passe Livre (MPL). O diferencial, ou seja, os traços marcantes da cidade de São Paulo são os próprios problemas coletivos locais, conforme apontamento de Marilena Chauí, 2013, são a “explosão do uso do automóvel individual; explosão imobiliária com grandes condomínios e *shopping centers* que produzem uma densidade demográfica praticamente incontrolável; aumento da exclusão social e da desigualdade; trânsito coletivo indecente, indigno e mortífero.” Desses vários problemas urbanos, surgiu então o protesto “contra tudo o que está aí.”

¹ JORNAL DO BRASIL. *Manifestações tomam conta do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Minas*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 17/06/2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/06/17/manifestacoes-tomam-conta-do-rio-de-janeiro-brasilia-sao-paulo-e-minas/>> Acesso em: 21 out. 2013

No interior de São Paulo, Vale do Paraíba, as *Manifestações* também ocorreram. As cidades marcantes foram São José dos Campos, Jacareí e Caçapava. Em São José dos Campos, no dia 27 de junho de 2013, reuniram cerca de três mil pessoas que, após concentração na praça na Praça Matriz, região Central, caminharam em direção à Rodovia Presidente Dutra, a qual ficou invadida e, portanto, paralisada por cerca de uma hora e meia. A principal simbologia era o grito “O Gigante acordou!”².

Em todos os locais do Brasil, várias manchetes jornalísticas enfatizaram os vandalismos das *Manifestações*; entretanto, cabe ressaltar que, a princípio, as *Manifestações* eram pacíficas, mas não se pode descartar que vandalismos ocorreram.

Já em 2015, como foi apresentado anteriormente, alguns estados se destacaram. “Houve *Manifestações* de repúdio nas capitais e em ao menos 185 cidades do País. Atos, bem mais tímidos, também foram realizados em Nova York, Londres, Paris e Buenos Aires”³. A explicação mais profunda sobre as *Manifestações* será realizada posteriormente.

Mas, o que leva uma pessoa a participar de uma *Manifestação Coletiva*? Como é possível entender as participações analiticamente? Os interesses coletivos são fundamentados em parâmetros individuais? O que ocorreu na vida da juventude do século XXI que fez com que as participações começassem a ser efetivas, a ponto de essas pessoas saírem às ruas? O que realmente influenciou e proporcionou tais participações?

As categorias básicas de análise do presente trabalho de doutoramento se fundamentam em estruturar a apreciação do objeto em questão: a “Ação Coletiva”. Para tal, foram identificadas duas categorias analíticas fundamentais. A primeira categoria é a ação do indivíduo com relação à coletividade. Toda ação coletiva fundamenta-se em um jogo de interesses pessoais e de grupo; assim, o indivíduo sempre terá um interesse pessoal que condiz com a busca do grupo ao qual está se inserindo.

A definição do conceito de ação coletiva para esta tese divide-se em duas ações distintas, a ação por interesse individual e a ação por um interesse coletivo, que se complementam, mas que devem ser tratadas separadamente. Entretanto, conforme a teoria da lógica de ação coletiva de OLSON (2011), autor que fundamenta essa categoria, ambas as

² VALE. **Vandalismo marca protestos em São José e Caçapava**. São José dos Campos: Vale Paraibano. 28/06/2013. Disponível em: <http://www.valeparaibano.com.br/noticia/2240/vandalismo+marca+protestos+em+sao+jose+e+cacapava> Acesso em: 21 out. 2013.

³ ESTADÃO. **Manifestações foram realizadas em 388 cidades**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral.manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades,1045216.0.htm> Acesso em: 21 set. 2013.

definições pautam-se em participações que são estimuladas por um benefício pessoal, individual, que certamente refletirá sobre o coletivo.

Outra categoria analítica são os significados que as pessoas relacionam e estruturam para construir a realidade delas mesmas sobre a política.

Partindo-se do princípio de que a formação do “Eu” é um resultado de uma interação com o meio, com as realidades diversas e com o coletivo, os teóricos fundamentais para esta categoria são Peter L. Berger e Thomas Luckmann, 2008.

O debate da mente humana está estruturado no interesse pessoal e egoísta e nas diversas formas de se relacionar com o coletivo. Esse coletivo não deixa de ser uma dimensão social que pode influenciar, ou até mesmo determinar, a consciência individual; entretanto, não se pode deixar de tornar relevante que os interesses e a consciência individual também podem influenciar ou modificar o coletivo.

O entrelaçamento desses dois eixos relacionados à existência de um indivíduo permeia-se em vários parâmetros: assim, para Rubinstein, apud, Rey, 2012, p. 174, a sociedade, o coletivo e a estrutura social não estão necessariamente externos ao indivíduo, mas sim interagem com ele e acabam por condicionar a consciência do homem. Essa determinação ocorre de várias maneiras, por inúmeros propósitos que permeiam essa relação, como a comunicação (fala – forma social do conhecimento); o sistema de saber, ou seja, o resultado do conhecimento que formaliza a prática social; a ideologia, os interesses classistas e a organização da prática social. Assim, a sociedade configura a consciência individual, entrelaçando-se a ela e, de certa forma, condicionando-a.

Peter L. Berger e Thomas Luckmann, 2008, apontam que a sociedade deve ser composta por três momentos: a exteriorização, a objetivação e a interiorização; assim, estar em sociedade certamente significa um entrelaçamento desses momentos. “No que diz respeito ao fenômeno social, esses momentos não devem ser pensados como ocorrendo em uma sequência temporal. Ao contrário, a sociedade e cada uma de suas partes são simultaneamente caracterizadas por estes três momentos, de tal modo que qualquer análise que considere apenas um ou dois deles é insuficiente.” (BERGER; LUCKMANN, 2008 p. 173).

Dessa mesma maneira estrutura-se a relação do sujeito em uma sociedade: o indivíduo exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza o mundo social como uma realidade objetiva e, portanto, vai se construindo dialeticamente. Assim, a realidade se define quando algo que é subjetivo torna-se objetivo para o indivíduo, à medida que a interiorização do exterior vai sendo codificada a ponto de construir a própria realidade individual, construindo não só um significado coletivo, mas também um significado individual que proveio do

coletivo. “A completa congruência entre dois significados subjetivos e o conhecimento recíproco desta congruência pressupõe a significação.” (BERGER; LUCKMANN, 2008 p. 174).

É neste contexto que a ideia de coletividade na ação social fundamenta a análise dos movimentos nas ruas em 2013 e 2015 no Brasil. Isso porque parte-se do pressuposto analítico dos autores citados; ou seja, de um lado Olson, com o interesse participativo individualista e, por outro lado, a complementação dessa análise com Berger e Luckmann, trazendo a transformação da realidade do sujeito, do interesse individual para o interesse coletivo.

O presente projeto de doutoramento tem por estrutura metodológica a pesquisa aplicada, pois se baseia em investigar as causas fundamentais da participação da juventude no Brasil nos protestos. (Entende-se por juventude pessoas que estão entre 16 e 34 anos de idade).

A população da pesquisa configura-se sobre os jovens brasileiros, sendo que a amostra foi estruturada conforme dados numéricos fornecidos pela Secretaria da Juventude Brasileira e um levantamento feito pelo grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo – USP (NUPPs).

A primeira parte da pesquisa recairá em um processo descritivo-interpretativo baseado, em sua totalidade, na literatura existente consagrada no âmbito acadêmico. Através dela serão buscadas formulações interpretativas e reflexivas.

A segunda parte da pesquisa será interpretativa; a amostragem possibilitou uma margem de erro de aproximadamente 2% para mais ou para menos. Nesta parte foi possível o levantamento de dados numéricos, portanto, remete-se a uma pesquisa quantitativa.

Foi estruturada uma análise dos dados recolhidos pelo grupo de estudos de políticas do NUPPs. Estes fizeram uma coleta de dados no primeiro semestre de 2014, que se consagrou em um balanço de 25 anos de democracia.

Portanto, a presente pesquisa deu-se em três principais partes: levantamento literário, levantamento estatístico e discussões qualitativas.

A discutibilidade (questão que indaga sobre o critério de cientificidade) já traz a necessidade do questionamento inteligível, lógico, sistematizado e competente em termos instrumentais, ao mesmo tempo em que permite o aumento da compreensão da realidade. Há de se convir que, no lado político, não se colhem dados definitivos, e o estudo dos problemas estão entrelaçados com suas soluções; caso contrário, tornam-se ciências antissociais. A discutibilidade marca a substância processual dialética das Ciências Sociais (HABERMAS,

1982). É fundamentada nesse contexto de configuração analítica que a presente pesquisa se fomentará.

A abordagem dos contextos brasileiros exige o uso do método comparativo, o qual apontará investigações tendo como base as semelhanças e diferenças de grandes universos populacionais. “Explicando fenômenos, fatos, objetos, etc., o método comparativo permite a análise de dados concretos e, então, a dedução dos elementos constantes, abstratos e gerais.” (FACHIN, 2001, p. 38).

Portanto, a metodologia pode ser sintetizada conforme a seguinte tabela:

Tabela 1: Partes metodológicas da pesquisa

Partes metodológicas da pesquisa	Tipos de pesquisa
Revisão de Literatura (descritiva interpretativa)	Pesquisa analítica de revisão
Análise dos dados quantitativos	Pesquisa analítica de dados Pesquisa de opinião
Análise interpretativa de dados quantitativos	Pesquisa analítica interpretativa

Fonte: autora, 2015.

Assim como pode ser observado na tabela 1, para cada parte da elaboração da pesquisa serão utilizados tipos diferentes metodologia, os quais recaem sobre a pesquisa analítica de revisão, pesquisa analítica de dados (levantamento de opinião), pesquisa analítica interpretativa e pesquisa analítica filosófica.

A formulação da hipótese é uma das práticas científicas que está dividida em fases. Para a primeira fase, é cabível a criação, a segunda remete-se à validação, e a terceira, à incorporação de conhecimentos, o que significa, respectivamente, a “geração de hipóteses, aos testes a que a(s) hipótese(s) é (são) sujeita(s) e ao processo social de aceitação e registro do conhecimento científico” (HODSON apud PRAIA; CACHAPUZ; GIL-PÉREZ, 2002, p. 254).

Tendo a hipótese como um processo articulador entre a teoria, as observações e as experimentações, na presente pesquisa será utilizado um processo hipotético-dedutivo; assim, partir-se-á de análises gerais, coletivas, para se chegar a algo particular, individual. A hipótese supõe que as participações nas *Manifestações* se deram tanto por interesse com relação à coletividade quanto à individualidade.

Será investigada a juventude do Brasil, tendo como foco o coletivo, em busca de investigar os motivos de interesse da participação na *Manifestação*. Isso porque uma das categorias analíticas escolhidas como fundamentação teórica é a “Lógica da Ação Coletiva” de Olson, 2011, utilizada como uma estrutura de suposição da ação coletiva para a identificação de interesses participativos diversos.

Para essa categoria analítica, hipotetiza-se que os interesses diversos dos jovens não seriam completamente coletivos, mas, em princípio, individuais. Esses interesses individuais acabaram por impulsionar a participação da juventude para uma ação coletiva. Assim, há um ganho duplo: conquistas e benefícios coletivos e individuais simultaneamente.

Tendo a hipótese “um papel de articulação e de diálogo entre as teorias, as observações e as experimentações, servindo de guia à própria investigação” (PRAIA; CACHAPUZ; GIL-PÉREZ, 2002, p. 254), para a categoria fundamentada por Olson, hipotetiza-se que o interesse coletivo teve supremacia na participação dos indivíduos que pertencem à juventude.

Já, com relação à outra categoria analítica utilizada, os “Significativos para a construção da realidade” de Berger e Luckmann, 2008, hipotetiza-se que para a participação da coletividade, na *Manifestação* em questão, foi necessária, anteriormente à ida às ruas, uma interação entre o sujeito e o social, o que ocasiona a exteriorização do próprio mundo do indivíduo e a interiorização do mundo social ao indivíduo, o qual, dessa maneira, acaba construindo uma nova realidade para si e posteriormente a busca para uma nova realidade coletiva.

Assim, parte-se do pressuposto que a realidade do indivíduo se modificou e, justamente por essa modificação, é que a participação foi possível, os interesses - em princípio individuais - passaram a ser coletivos. Ou seja, a própria participação coletiva levou a uma transformação no indivíduo que se inseriu em um novo contexto, o qual, neste caso, são exigências coletivas da sociedade brasileira como um todo.

Em resumo, a formulação da hipótese se dá na suposição de que os interesses iniciais na participação das *Manifestações* são, primeiramente, interesses individuais e, posteriormente à participação, a realidade do indivíduo se reconstrói e acaba redirecionando a novos interesses, os quais, neste novo momento, acabam se tornando coletivos, pois se interiorizam e constroem novas realidades aos indivíduos em questão, ou seja, a juventude brasileira.

Os capítulos que se seguem são divididos em seis partes; a primeira delas é o capítulo 1, no qual é apresentada a teoria da ação coletiva e os confrontos entre o individual e o coletivo, baseados na discussão de interesses e desejos.

O segundo capítulo exhibe a discussão sobre a Realidade e a Juventude, a transformação do conceito de juventude e a dificuldade de enquadrar estado de vida não simplesmente pela faixa etária, mas pelas condições múltiplas de atuações e pensamentos de cada grupo.

O terceiro capítulo oferece uma explanação sobre *Multidão e Manifestações*, além de especificar as *Manifestações* de 2013 e 2015 da nação brasileira. O capítulo quatro contém a análise de dados coletados pelo NUPPs, dividido em: apresentação da população e as características básicas, levantamento de opinião sobre contexto político, representação, identificação política, corrupção e tráfico de influências, confiança e desconfiança institucional e pessoal.

Finalmente, o capítulo cinco traz as últimas percepções sobre o levantamento de opinião e posteriormente está a conclusão.

1 AÇÃO COLETIVA: INDIVIDUAL x COLETIVO

O momento afirmativo se dá em busca do entendimento de por que as pessoas têm interesse em participar de movimentos sociais, ou seja, de ações coletivas. Para Olson, 1965⁴, autor fundamental que traz a base analítica da presente proposta de doutoramento “os interesses individuais, a interação dos autores, seus valores e a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou de um movimento social.” (LAZZARETTI, 2014, p. 146), portanto, apontando que o sujeito participa de ações sociais por interesses particulares, individuais. Dessa maneira, o impulso para a participação não é coletivo, mas sim vem de uma identificação individual.

Além de teorizar a importância individual, outro ponto preponderante para a escolha analítica teórica estruturou-se, pois, de certa maneira, o autor sobrepõe-se à estrutura de um sujeito pré-determinado historicamente, sem a possibilidade de “quebras” estruturais. O sujeito de Olson não é um sujeito que simplesmente se submete a uma hierarquia sem uma possibilidade de críticas e abstrações; pelo contrário, esse novo sujeito pertence a um coletivo difuso, crítico de suas ações e das ações dos outros, partindo de uma análise não hierarquizada e não centralizadora, “Portanto, a nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, predeterminado, e vê os participantes das ações coletivas como atores sociais” (GOHN apud LAZZARETTI, 2014, p. 147).

Para Olson, “assim como pode se supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização” (OLSON, 1999, p. 20). Dessa maneira, o sujeito, como um ser racional e individual, motiva-se em participar de movimentos coletivos por dois tipos de interesses: o individual e o coletivo.

A participação de um sujeito em reivindicações, tanto por interesses individuais quanto por interesses coletivos, busca fenômenos agregados, ou seja, obtendo-se um resultado positivo da ação coletiva, agregam-se ganhos tanto para o indivíduo como sujeito quanto para o coletivo como grupo.

Na realidade, os interesses individuais, que fazem parte de um interesse também coletivo, são parâmetros particulares que dão ênfase e impulsionam a participação do

⁴ 1965 foi a data de lançamento da obra “A lógica da ação coletiva”, comumente classificada como uma atualização neoclássica sobre participações sociais. (LAZZARETTI, 2014)

indivíduo a reivindicações coletivas; assim, os indivíduos participam por benefício próprio e a busca individual acaba sendo a perseguição do bem em comum.

A importância da participação e o interesse da coletividade existem e não são segregados da importância e do interesse individual, mas a coletividade trará consequências também individuais, além das coletivas. “[...] o professor Leon Festingues, psicólogo social, assinalou que ‘a atração que exerce a afiliação a um grupo não é tanto pela sensação de pertencer, mas mais pela possibilidade de conseguir algo através desse pertencer’” (OLSON, 1999, p. 18). Assim, a participação não se remete somente ao interesse individual; pelo contrário, outros se beneficiarão, a coletividade se beneficiará das conquistas, não podendo deixar de enfatizar que uma gama de conquistas e obtenções só são possíveis coletivamente. Nestes casos há, entre todos os membros, um interesse comum, coletivo.

A ação coletiva traz consigo a possibilidade de conquistas que, muitas vezes, a ação individual não faz de uma maneira adequada ou não consegue atingir. “A costumeira visão de que grupos de indivíduos com interesses comuns tendem a promover esses interesses parece ter pouco mérito, se é que tem algum” (OLSON, 1999, p. 15). Se fosse assim, todos os interesses comuns culminariam em uma ação coletiva, o que não acontece. Mais do que um sentimento de pertença, de coletivismo, Olson coloca que o indivíduo participa por interesses individuais, filia-se a grupos quando existe a possibilidade de conseguir pontos desejáveis por ele próprio com relação à atuação coletiva, e não simplesmente por um ganho coletivo (LAZZARETTI, 2014).

A formação de grupos está fundamentada na necessidade de uma ação coletiva, está estruturada na promoção de uma conquista com interesses em comum. Dessa maneira, “A ideia de que grupos sempre agem para promover seus interesses é supostamente baseada na premissa de que, na verdade, os membros de um grupo agem por interesse pessoal, individual” (OLSON, 2011, p. 13).

A racionalidade individual explica que os indivíduos tendem a não participar de ações coletivas, caso não haja benefícios no sentido da promoção de seus bens ou, contraditoriamente, em algum processo coercitivo ou outro tipo de incentivo (LAZZARETTI, 2014).

A participação, integração de um indivíduo com um grupo, não é somente uma previsão constitucional, seja estatal ou de instituições privadas, “[...] mas, antes dela, há uma pré-condição: a motivação. [...] A *admissibilidade* é o fator institucional *sine qua non* da participação; é o que GIACOMO SANI denomina de ‘estrutura ou ocasião da participação’. A este se agrega o fator cultural, que deve precedê-lo, sob pena de inatividade do instituto. O fator

cultural vem a ser *motivação* psicossocial do homem para valer-se dos canais, formais ou informais, de participação." (GIACOMO SANI apud MOREIRA NETO, 1992, p. 21).

A admissibilidade, ou seja, o que se aceita, o que se pode admitir, algo analisado individualmente, dependendo dos valores e dos interesses de cada sujeito, juntamente com a motivação, são fatores de extrema importância na participação.

A participação pode ser feita basicamente de três maneiras, *tomando parte, tendo parte e fazendo parte*. *Fazer parte* significa simplesmente que a pessoa participa daquela realidade, está incluída naquele contexto, naquele grupo ou nação em questão. Já o *ter parte* é quando a pessoa se sente literalmente responsável pela realidade em que está envolvida e que, portanto, deve *tomar parte* de algo, ou seja, deve agir.

A primeira maneira, *fazer parte*, é comumente classificada como Participação Passiva; já as outras duas, a segunda e a terceira, se complementam e são chamadas de Participação Ativa (BORDENAVE, 1983).

As participações estão pautadas na atuação e na realidade do Micro e do Macroambiente. Como os nomes já apresentam, o Macroambiente representa o nível social, que necessariamente trará consequências à sociedade, algo mais amplo; já o Microambiente fundamenta-se em algo mais voltado para o indivíduo, ou seja, na junção de duas ou mais pessoas que pretendem, com isso, retirar benefícios unicamente pessoais, mais imediatistas, algo mais restrito. O Macro constitui-se na junção de um grupo mais extenso e coeso que busca modificar ou reafirmar padrões da existência da sociedade; assim, atinge camadas sociais as quais, com atuações amplas sentirão as consequências das participações. Mas, não se pode afirmar que as participações em Microambientes não são relevantes, pois, a participação de uma sociedade se dá em um processo de interação da Micro e da Macroparticipação, pois ambas possuem uma estrutura de força que, em alguns momentos, podem ser opostas. Bordenave, 1983, chama essas forças de utopia-força, a qual acaba dando sentido às microparticipações.

Assim, a construção de uma sociedade participativa converte-se na utopia-força que dá sentido a todas as microparticipações. Neste sentido, a participação na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade, constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro numa sociedade onde não existam mais setores ou pessoas marginalizadas. Aos sistemas educativos, formais e não formais, caberia desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação. (BORDENAVE, p. 2, 1983).

O desenvolvimento de práticas constantes de participações fica estruturada nos sistemas educativos, tanto formais quanto informais, algo em construção, possibilitando a existência de diversas ideologias, necessidades e desejos, além de confrontos entre a Microparticipação e a Macro, nos quais; em vários casos, há uma complementação entre o indivíduo e o social.

Além desse tipo de divisão, pode-se apresentar a participação como algo estruturado em diferentes níveis ou fases de envolvimento; são elas:

- a) Presença;
- b) Ativação;
- c) Decisão.

Essas fases revelam o grau de participação do indivíduo. A presença é algo menos intenso e tem condutas passivas, podendo ser até meramente a recepção de algo exposto, o que está compatível com o *fazer parte*, ou, participação passiva.

A ativação está entrelaçada ao ato voluntário, abrangendo militância, participação em *Manifestações*, entre outros. Já a decisão representa a participação com contribuição direta ou indireta nas decisões; é o *ter parte* e o *tomar parte*, ou seja, a Participação Ativa (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004).

No contexto da participação, a teoria de Olson fundamenta-se em uma análise histórica das intervenções econômicas, do Sistema Capitalista, e é neste contexto neoclássico capitalista que o autor base da presente tese se apoia. Para tal, Olson estruturou uma análise histórica de vários autores que abordavam o assunto.

Dentre vários autores e normativas apontadas, a estrutura se remeteu aos serviços coletivos do Estado; entre elas, a teoria da indivisibilidade dos benefícios públicos, a qual enfatizou que os serviços do Estado que faziam parte da estrutura de base deveriam beneficiar a todos de uma sociedade⁵, tornando-se assim, indivisível. Portanto, ou os serviços estatais seriam implantados a todos os cidadãos ou não estariam disponíveis a ninguém.

A teoria da indivisibilidade já pressupõe que não há como fazer uma separação objetiva dos benefícios públicos com relação aos benefícios individuais, um está diretamente

⁵ Sociedade construída conforme teorização de Berger e Luckmann, 2008, p.173. “em termos de um processo dialético em curso, composto por três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização.”

relacionado ao outro, e, como consequência, o interesse individual e o interesse coletivo tornam-se indivisíveis (OLSON, 2011).

Todas as normativas de teóricos que fundamentaram e argumentaram o pensamento de Olson se estruturaram na dicotomia entre o coletivo e o individual contexto em que a ação coletiva passa a ser um sacrifício pessoal, um ônus, que de um lado necessita de ação e, do outro, dos benefícios que ela acarreta. Nesse ônus, o Estado e as classes sociais são entidades metafísicas, as quais apresentam propósitos que vão além da necessidade individual; há uma transcendência do individualismo para o coletivo.

A transcendência do individual para o coletivo produz a busca de um destino, ou um futuro comum, o qual traz objetivos coletivistas. Para que seja possível a transcendência do individual para o coletivo, a passagem do interesse participativo individual para uma ação coletiva, a realidade do indivíduo necessita de uma construção social e a construção social carece de contribuições individuais para que o social seja transformado. É o que caracterizam como fenômenos de interiorização e exteriorização, como algo que se complementa e é cíclico. (BERGER; LUCKMANN, 2008)

Exemplificando, após a interiorização do social ao indivíduo e do indivíduo à coletividade, a realidade do sujeito acaba se modificando e sendo construída conforme novos parâmetros. É nesse momento que os atos do sujeito, as buscas, o pensamento e os interesses acabam por ser também modificados, e se exteriorizam de uma maneira diversa a que ocorria anteriormente à participação de uma ação coletiva; portanto, o interesse participativo que era, a princípio, individual, passa a ser um interesse coletivo.

Já que os interesses individuais e coletivos, em alguns momentos, acabam que se entrelaçando, um modificando o outro, se complementando e se contradizendo em amplitudes diferenciadas, cabe apresentar o que são interesses e desejos, como estes se formam e se estruturam, quais são as objetivações e conquistas representativas que podem controlar as ações humanas.

1.1 Interesses e Desejos

As ações coletivas estão estruturadas na combinação entre interesses individuais e interesses coletivos. Mas o que, juridicamente, são interesses? Interesses são disposições de ponderações dirigidas a uma ação que comumente se acometem quando o indivíduo deseja

algo; é a busca pela satisfação, uma força motivadora, a base de ações. Os processos de formação de interesses sejam eles individuais, coletivos ou difusos (mistos) está estruturado na objetivação e conquista de algo que represente uma meta. Independente dos tipos de interesses, de suas classificações, as metas que formam os interesses acabam por “controlar” e condicionar o comportamento humano⁶.

De um modo sintético, para não somente juridificar mas para também teorizar a questão de interesses, Platão, um dos precursores com relação à discussão sobre interesses e comportamento, teoriza que os valores e a seleção de interesses pelas pessoas encontram-se fora dela, no “reino das ideias eternas” o qual constitui a realidade suprema, assim sendo, coletiva, ou seja, o mundo das aparências. A formação do ser, para Platão, antecede ao entendimento e à reflexão do mundo desse próprio ser, assim os interesses e desejos são pré-delimitados (PIERSOL, 1959).

Dessa maneira, Platão teoriza que os conceitos que movem os desejos e os interesses não estão inerentes ao homem, mas sim se fundamenta na razão e na liberdade de escolha aos objetivos, a qual determina a ação futura (BOLLES, 1967).

Para Aristóteles, em síntese, o caráter desejável, o qual faz nascer o desejo, está previamente determinado nos objetos, ou seja, em certos fins. Eles possibilitam uma dimensão seletiva e orientadora de valores, o que promove uma relação com os desejos, necessidades e interesses dos indivíduos, ou seja, acabam se encaixando em alguma das três categorias de interesses apontadas pela jurisprudência.

⁶ As subdivisões dos interesses se dão legalmente pelo parágrafo único do artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), o qual apresenta que a defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

“I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
 II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
 III - interesses ou direitos individuais homogêneos assim entendidos os decorrentes de origem comum. (Grifo nosso)”

Aos interesses difusos pertencem um grupo ou grupos de pessoas que não são especificadas, há uma indeterminação dos titulares; entre as pessoas pertencentes a esses grupos não há um vínculo jurídico especificadamente preciso, se juntam apenas por circunstância de fato e o bem jurídico só pode ser considerado como um todo.

Aos interesses coletivos pertence uma categoria de pessoas possíveis de serem determináveis e identificáveis, as quais participam de um grupo, categoria ou classe, se associam juridicamente e por isso o bem jurídico só pode ser considerado como um todo.

A última categoria apresentada no Código de Defesa do Consumidor são os interesses individuais homogêneos, esses são de natureza coletiva apenas na forma em que são tutelados, pois possuem uma origem comum, e por isso trazem uma homogeneidade e fica sendo possível coletivizá-los. (GASTALDI, 2014).

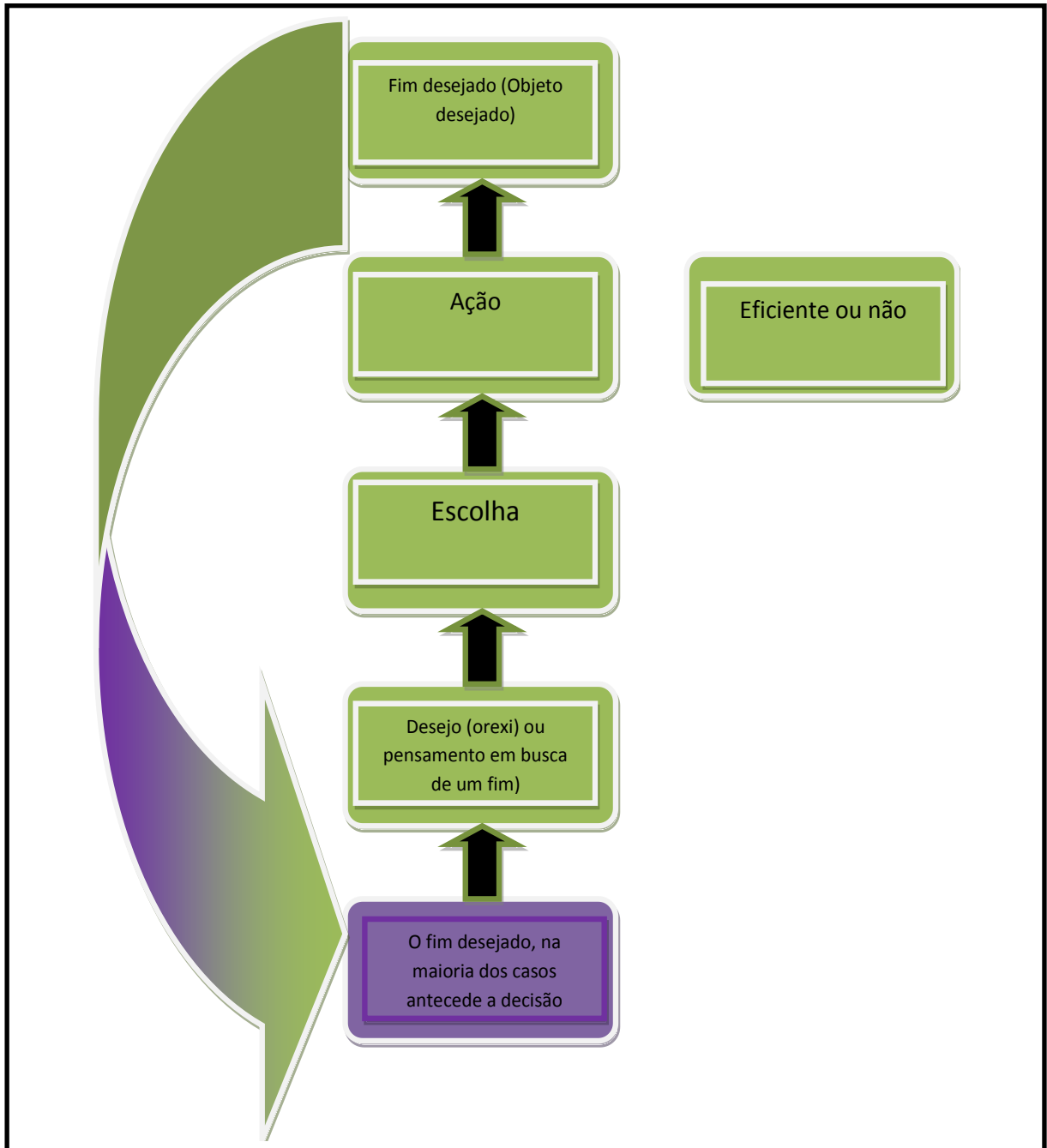
Assim, a “função intelectual que pode ser determinante na ação deve ser a calculativa, pois essa função calcula e delibera os valores variáveis e circunstanciais envolvidos na ação de modo a deliberar o que deve ser feito tendo em vista um bom fim. Por isso, o pensamento prático é ‘um raciocínio em vista de um certo fim, ou seja, tal modo de raciocinar, juntamente com um certo modo de desejar, compõem certa escolha em agir ou não agir’ ” (AGGIO, 2011, p. 117, 118). Raciocinar fundamenta-se na razão, estrutura lógica que possibilita escolhas dentre inúmeras ações possíveis, desse modo o desejo é um julgamento e uma virtude.

As ações que são escolhidas necessitam de um pensamento prático prévio que é estimulado pelo desejo, ou seja, a escolha lógica e o desejo, juntos, culminam em um fim.

Aristóteles é explícito ao dizer que ‘a causa da ação (eficiente e não final) é a escolha, e a causa da escolha é o desejo (*orexis*) e o pensamento em vista de um fim’ (EM VI 2: 1139a32-3). Ou seja, a causa final da ação, evidentemente, é o fim desejado. Em se tratando de uma ação deliberada, a sua causa eficiente será a escolha, pois o início da ação é a realização de um meio escolhido deliberadamente. Se o desejo é a causa da escolha, então a escolha não poderia ser ela mesma a causa daquilo que lhe causou. [...] A constituição do objeto de desejo do fim da ação antecede à deliberação e, por conseguinte, à escolha deliberada. Para que haja escolha é preciso que haja um fim desejado, mas o inverso não é verdadeiro, pois para haver fins desejados não é preciso que haja escolha. (AGGIO, 2011, p. 123)

Para Aristóteles, então, o entrelaço entre os interesses, ou seja, o desejo de uma pessoa e o fim desejado é algo previamente estabelecido em uma escala de acontecimentos causadores. Em ordem crescente, o desejo possibilita a escolha, a escolha promove a ação e a ação o fim desejado, como um caminho a ser percorrido. Mas, a indagação está em: o que causa o desejo? Já que não é algo individual, a princípio, mas sim uma estruturação coletiva interiorizada pelo indivíduo? O fluxo da estrutura teórica de Aristóteles apresenta-se dessa maneira:

Figura 2: Fluxograma do pensamento de Aristóteles



Fonte: adaptado de ARISTÓTELES, 2015.

Não é necessariamente por escolha individual que o desejo se objetiva, se consolida, mas sim de duas amplitudes, algo tanto externo quanto interno de uma pessoa, esta podendo

ser parte ou tomando parte propiciada pelo coletivo, o qual só consegue consolidar o desejo em uma pessoa fundamentando-se em certa educação, a educação moral dos desejos. Essa educação provém da análise e da ação semelhante que a juventude faz com relação aos atos virtuosos, assim praticam atividades similares àqueles. Ou seja, o fim desejado, na maioria das vezes, antecede a decisão de escolha.

Dessa maneira, a educação moral, formação moral do homem livre, capaz de escolhas, para Aristóteles, é a condição precedente necessária para a harmonização entre a razão e o desejo, assim, a razão passa a ser a causa coadjuvante na condição do fim da ação. (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012).

Não parte-se do pressuposto que o indivíduo já nasce pronto, em um mundo acabado que não possibilita mudanças, pelo contrário, o indivíduo se forma e constrói um mundo que está em constante transformação. O indivíduo transforma o social assim como o social transforma o indivíduo, o que possibilita a transformação contínua das duas magnitudes: o indivíduo e o social, se completando e/ou se confrontando, e a educação tem um relevante papel sobre essa formação e transformação.

A educação é, para Aristóteles, a arte humana de formar um indivíduo capaz de possuir uma sociabilização, cognição, moralidade, fundamentando-se na ação pedagógica, a qual deve possibilitar a instrução, mas também a possibilidade de existência do individual. Essa educação clássica é chamada de *Paidéia*.

A *Paidéia* é um conceito que significa literalmente “educação de meninos”, mas a interpretação dele não é tão simples assim, apresenta um ideal de formação do indivíduo para a bondade (ideal educativo grego), de uma maneira mais ampla, é construir o homem como homem e como cidadão, a qual possibilita instigar no ser humano a necessidade e o desejo de tornar-se um homem, tendo a justiça como fundamento e a busca pela felicidade (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012).

Na formação do caráter são praticados atos virtuosos sem o ator ser necessariamente virtuoso, aprende-se o bem desejar e o raciocínio prudente (*phronimos*). Vale ressaltar que o uso da palavra “aprende-se” deve ser enfatizado, pois o desejo não surge simplesmente pelo fim desejado, mas aprendeu-se, previamente, é colocado de fora para dentro, de um contexto social para o indivíduo, e esse colocar só é possível fundamentando-se uma educação, a qual enfatiza princípios e valores à juventude.

“Se no início da formação, esta racionalidade prática não foi plenamente desenvolvida, certamente a ação que o jovem realiza, quando boa, não será por uma decisão de sua própria racionalidade, mas a partir de uma autoridade externa, de força compulsória

das leis ou do conselho proveniente dos familiares e concidadão.” (AGGIO, 2011, p. 124). Assim, a ação por autoridade exterior precede a ação individual, é dessa maneira que se constitui a Racionalidade Prática, que pode ser entendida como capacidade prática fundamentada nas práticas de um grupo, uma comunidade, em valores, crenças e acaba formando o saber decidir, aplicar princípios e agir. Estrutura-se então na concepção de educação informal da contemporaneidade.

Entretanto, a educação, na maioria das vezes, está tão intrínseca na formação do indivíduo que ele acredita que o fim desejado é algo individual, e não algo apreendido do exterior do seu ser.

Pode-se concluir, então que as ações, desejos e os interesses não se separam de uma atividade previamente selecionada externamente, em diferentes formas do real, segundo o grau de afinidade ou parentesco do indivíduo com o mundo já previamente deliberado.

Fundamentando-se, então, na estrutura teórica de Aristóteles, a formação dos interesses individuais é fruto de interesses coletivos previamente deliberados, engendrados conforme o que diferencia o bem do mal, as ações cabíveis ou não naquele contexto vivido. Portanto, o processo de formação de interesses individuais está calcado na formação de interesses coletivos, que muitas vezes são engendrados por uma estrutura externa, mas são inseridos de tal maneira que o indivíduo acaba tendo a clara impressão que os elementos valorativos, os desejos e as ações que ele próprio faz certamente foram escolhidos por ele, e não por algo externo (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012).

O pensamento aristotélico é complementado pela lógica da ação coletiva de Olson, 2011, a qual discute a formação de interesses participativos em uma coletividade, além de condizer com a estrutura jurídica de interesses, pois ambos partem do pressuposto que os interesses individuais levam a atuações de interesses coletivos, mas isso só seria possível se os interesses individuais convergissem de alguma maneira ao coletivo.

Quando o público está em evidência o adulto racional pode optar por não participar e não contribuir ao coletivo, isso porque o membro racional, nesta circunstância, não enxerga os benefícios da ação a si mesmo, assim, o efeito da contribuição do adulto racional deve proporcionar "uma diferença perceptível para o grupo como um todo, ou para o ônus ou ganho de qualquer membro do grupo tomado individualmente" (OLSON, 1999, p. 57). Entretanto, quando o ganho individual não é notado, é natural que o ator autointeressado não se disponibilize em arcar com os “custos” de suas participações, mesmo que o ganho seja coletivo. Segundo Olson,

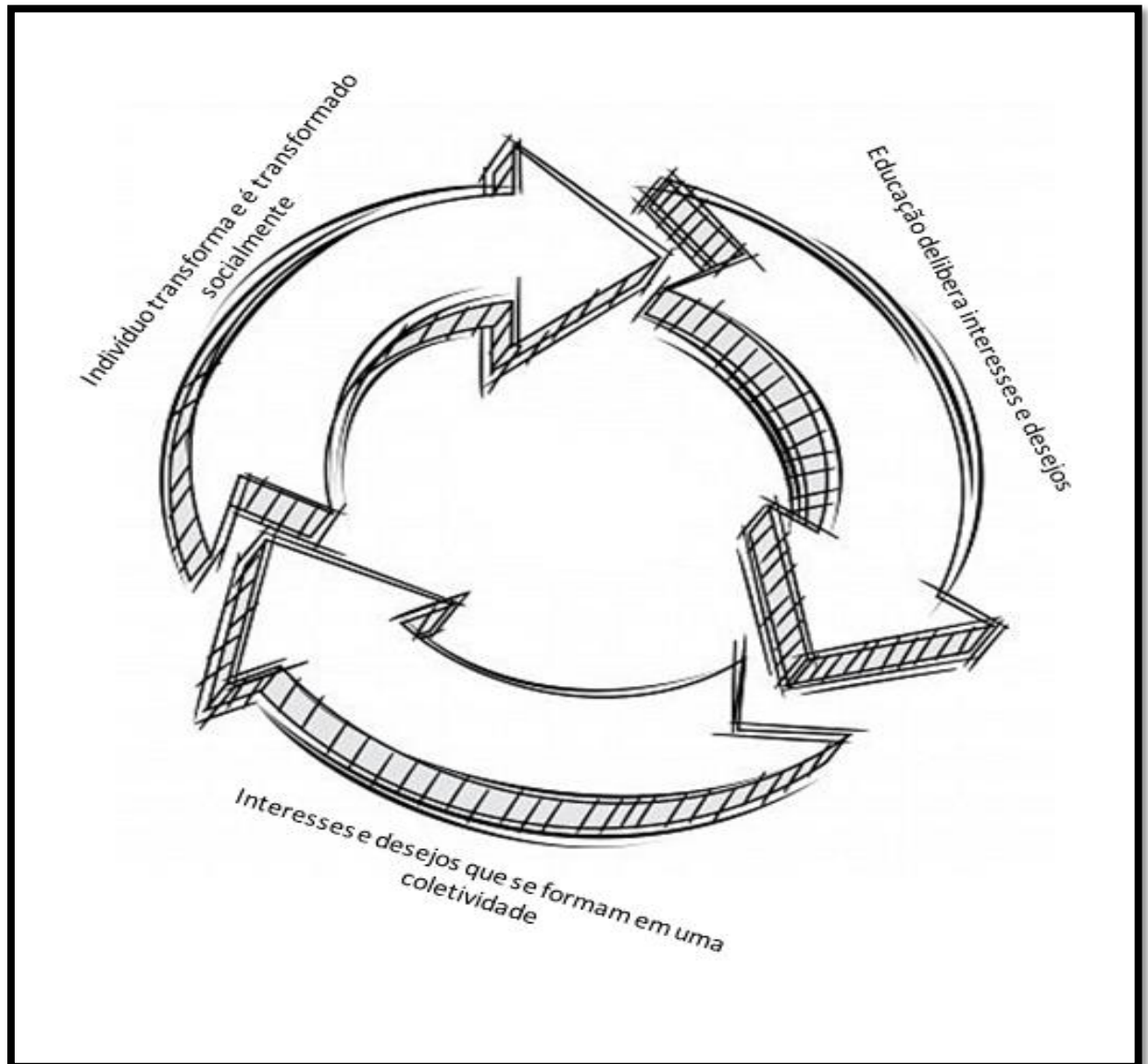
Mesmo que todos os indivíduos de um grupo grande sejam racionais e centrados em seus próprios interesses, e que saiam ganhando se, como grupo, agirem para atingir seus objetivos comuns, ainda assim eles não agirão voluntariamente para promover esses interesses comuns e grupais. (OLSON, 1999, p. 14).

Para Olson, 2011, em algumas situações, a busca do interesse individual pode proporcionar resultados coletivos não desejáveis e isso faz com que o bem público não se concretize a menos que um processo de coerção ou incentivos sejam aplicados sobre os indivíduos que não cooperam com os demais. Algo que une os interesses individuais passa a ser de extrema importância à existência da ação coletiva.

Essa união do individual ao coletivo é explicada por Aristóteles: o individual da juventude já foi anteriormente deliberado; complementando com Olson, o indivíduo já sofreu um processo de coerção prévia, mas que não possibilita amarras às ações e escolhas individuais do ator adulto, pois, para Aristóteles, essa deliberação passa por um processo de liberdade em busca da felicidade, e é neste contexto que o homem adulto, estruturado em ações práticas, deverá voltar-se ao bem coletivo, à felicidade geral de todos os cidadãos, assim, a escolha pessoal, individual, estaria fundamentada em agir eticamente, assumindo a liberdade humana como uma responsabilidade ética.

A formação dos interesses e desejos dos indivíduos e a transposição para a ação participativa e atuações da sociedade passa, então, a ser cíclica, com a junção do pensamento de Aristóteles e Olson, como apresentado na figura 3.

Figura 3: Ciclo de formação de interesse



Fonte: adaptado de Aristóteles e Olson, 2015.

Para Aristóteles a busca pela felicidade e a ação da liberdade humana com respeito e ética só ocorreriam se a educação da juventude fosse construída por uma cultura política com ética, e não somente com meras instruções, pois, criaria o hábito de viver o bem-estar da coletividade, entretanto, a escolha será sempre do indivíduo adulto, e, apesar da formação voltada para o bem coletivo, indivíduos adultos poderão optar pelo oposto à coletividade, ou seja, pelo egoísmo e pela violência (ROCHA, 2007).

É a virtude dos homens que possibilitará a felicidade, e isso não depende somente dos indivíduos, mas também do Estado, é agir fundamentando-se no que é bom para si em

conformidade com o Estado, cujo *télos*⁷ sempre será a felicidade. Entretanto, não é somente as leis estatais que trarão uma vida feliz, por si só as leis não produzem virtudes, não são capazes de estruturar a formação do cidadão virtuoso, para tal é necessária à educação (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012).

As opções que se fundamentam na liberdade de escolha sem responsabilidade e com desprezo ao coletivo – da sociedade e dos governantes - quanto à formação educacional de crianças e jovens, possivelmente proporcionarão a infelicidade e o mal-estar de muitos. Assim, o bem coletivo e o direito público, chamado Justo Total deveria prevalecer sobre a justiça entre indivíduos e direito privado, o Justo Particular, ou seja, soluções entre as partes não pode ferir normas e nem condições que fundamentam a conveniência da paz coletiva (ROCHA, 2007).

O Justo Total diz respeito ao cumprimento da lei, àquilo que é legítimo e que, portanto, condiz com o Bem Comum, ou seja, uma norma que a todos e para o bem de todos é dirigida e deve ser cumprida. Assim, aqueles que o cumprem podem ser classificados como justos. Já o Justo Particular deveria estar contido no Justo Total, pois acaba sendo algo menos amplo que o Justo Total, algo que pode chegar até ser algo individual, mas que trabalha para a coletividade, um Bem Comum, como em um organismo (SOMAVELA; LASCH; ALVES, 2015).

Assim, a sociedade, para Aristóteles, não é formada simplesmente por uma junção de pessoas sem interligação, um aglomerado sem interesses que se coincidem, mas sim estão ligados por um *télos* que possibilita um bem viver, ou seja, a felicidade (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012).

Abordando um pouco mais sobre esse poder de junção e estruturação de indivíduos em busca de um Bem Comum insere-se a definição de poder da Coerção de Durkheim, o qual afirma que não é possível atingir grupos humanos sem que o indivíduo também seja um foco atingido, pois o indivíduo certamente é o elemento último da constituição de um grupo (DURKHEIM, 1970).

Quando Durkheim investiga o grupo e o indivíduo separa a formação de dois tipos de consciência, a consciência coletiva e a consciência individual. Afirma que estados mentais

⁷ "O manter-se que se contém nos limites, o ter-se seguro a si mesmo, aquilo no que se sustenta o consistente, é o ser do sendo. Faz com que o sendo seja tal em distinção ao não sendo. Vir à consistência significa, portanto: conquistar limites para si, delimitar-se. Daí ser um caráter fundamental do sendo o *telos*, que não diz nem finalidade nem meta ou alvo e, sim, "fim". Mas "fim" não é entendido aqui no sentido negativo, como se alguma coisa já não continuasse e, sim, findasse e cessasse de todo. "Fim" é conclusão no sentido do grau supremo, de plenitude. No sentido de perfeição. Pois bem, limite e fim constituem aquilo em que o sendo principia a ser. São os princípios do ser de um sendo" (HEIDEGGER, 1969, p. 88)

que particularmente parecem individuais, essenciais para a formação do indivíduo, tem sua origem social, moldando o indivíduo à imagem e semelhança do grupo. Dessa maneira, o todo e a parte se entrelaçam: o todo forma a parte, assim, para entender o todo é necessário explicar a parte, mesmo que seja indiretamente e vice-versa. “Embora a sociologia se defina como a ciência das sociedades, na realidade, ela não se pode referir a grupos humanos, que são o objeto imediato das suas investigações, sem atingir finalmente o indivíduo, elemento último de que estes grupos são constituídos. Pois a sociedade só se pode construir na condição de penetrar nas consciências individuais e de moldá-las <<à sua imagem e semelhança>>, sem querer dogmatizar excessivamente, pode-se, portanto dizer com segurança que muitos dos nossos estados mentais e dos mais essenciais têm uma origem social.” (DURKHEIM, 1970, p. 289).

Esse pensamento condiz mais uma vez com o pensamento de Aristóteles e Olson, os quais se fundamentam na base analítica da influência do individual para o coletivo e do coletivo para o individual, entretanto, Olson aponta a escolha individual, *a priori*, para a participação coletiva, mas esse *a priori*, conforme teorias de Aristóteles e Durkheim, já foi preestabelecido, pela educação e por um processo de coerção social, respectivamente, que não deixam de condizer e se completar.

A consciência individual tem características peculiares, que estão ligadas às escolhas do indivíduo no dia a dia, de certa maneira, algo relacionado à personalidade. A consciência coletiva seria a junção de diversas consciências individuais ligadas a algo em comum, e não uma simples junção de indivíduos desconexos. Seriam unidos em busca da formação de um ser social, e só assim há a possibilidade de uma vida social entre os membros do grupo (FERNANDES, 2000).

Na visão durkheimiana o todo, estruturado na atividade coletiva, é formado por um conjunto de bens intelectuais e morais que fazem parte de um grupo e que acaba formando uma civilização, a possibilidade de uma solidariedade social. Ou seja, a junção do todo com a parte (coletivo e individual, respectivamente) possibilita um consenso, uma solidariedade.

Neste caso, já que presentemente aborda-se sobre uma sociedade moderna, capitalista, a solidariedade social é a orgânica, na qual a necessidade de interação entre os indivíduos e a grande divisão de trabalho faz com que um dependa do outro, para que o todo sobreviva é necessário uma harmonia entre as partes, algo que possibilite a coesão entre elas, caso contrário o organismo (social como um todo) sofreria consequências negativas. Essa coesão social, então, estaria fundamentada nos códigos e regras de conduta que estabelecem diretos e deveres, estes e aqueles se expressam na forma jurídica, o direito (FERNANDES, 2000).

Na solidariedade mecânica durkheimiana quase toda a parte existencial do indivíduo se configura pela coerção, ou seja, por imperativos e proibições sociais vindos da consciência coletiva. A intensidade da solidariedade mecânica depende da coesão da consciência coletiva, a personalidade, então não seria um destaque, o desejo e a vontade deveriam ser coletivos, assim seria possível uma maior coesão e harmonia social (ARON, 1999).

O homem, então, é constituído, e foi formado ao longo da História, estruturando em dois seres radicalmente heterogêneos: de um lado o corpo e do outro a alma. Esses dois lados são formados por matérias diferentes, além de serem independentes, o que proporciona um frequente conflito: não pertencem ao “mesmo mundo”. O corpo é a parte integrante do universo material, já a alma é parte integrante das coisas sagradas, tendo assim uma “dignidade que foi sempre recusada ao corpo, enquanto este é considerado essencialmente profano, ela inspira algo como esses sentimentos que são sempre reservados para o que é divino.” (DURKHEIM, 1970, p. 291). Como se a alma fosse algo sagrado e o corpo algo profano, entretanto dividem o mesmo local, o que possibilita a existência de dois lados antagônicos e um duelo constante entre as partes.

Alma e corpo são formados no seio da vida interior dos seres humanos, e essa é a origem do sentimento de duplicidade do homem em todas as civilizações, estruturando a divisão da inteligência humana, de um lado as tendências sensíveis e do outro o pensamento conceitual e a atividade moral, neste caso, na maioria das vezes se remetendo ao coletivo, pois a moralidade está inserida nas relações entre as atividades humanas, portanto, algo menos individual e mais coletivo.

As formas sensíveis tem uma estrutura egoísta, pois se apresentam na individualidade. Em contrapartida, a atividade moral é regida por regras de comprometimentos suscetíveis de serem universalizadas, por seguinte são impessoais, assim, “A moralidade só começa com o desinteresse e a ligação a qualquer outra coisa que não nós próprios” (DURKHEIM, 1970, p. 291)

É por essa visão durkheimiana que se fala em Justo Total e Justo Particular. “o termo injusto se aplica tanto às pessoas que infringem a lei quanto às pessoas ambiciosas (no sentido de quererem mais do que aquilo a que têm direito) e iníquas, de tal forma que as cumpridoras da lei e as pessoas corretas serão justas. O justo, então, é aquilo conforme a lei e correto, e o injusto é o ilegal e iníquo.” (ARISTÓTELES, 1996, p. 194) Assim, pode-se afirmar que o justo universal, ou total se estrutura no cidadão cumpridor da lei, ou seja, configura-se na obediência jurídica, a qual se fundamenta nos costumes e princípios de certa sociedade. Bittar, 2010, p. 130, explica Aristóteles de uma maneira mais fundamentada: “se a lei (*nómos*) é uma

prescrição de caráter genérico e que a todos vincula então seu fim é a realização do Bem da comunidade, e, como tal, do Bem Comum. A ação que se vincula à legalidade obedece a uma norma que a todos e para todos é dirigida; como tal, essa ação deve corresponder a um justo legal e a forma de justiça que lhe é por consequência é a aqui chamada justiça legal”.

Já, a justiça particular, é uma parte da justiça total; aquela se fundamenta em uma ação distributiva, na qual se sabe o que é de cada um, mas se propõe à virtude de dar a cada um o que lhe pertence, o que é do indivíduo, no sentido de consumir a distribuição, assim, a jurisprudência é uma das formas de “amarrar” as atuações do indivíduo à sociedade.

Portanto, a estrutura dos interesses e desejos está tanto no indivíduo, de uma forma particular, quanto no coletivo, de uma forma social, um complementando o outro e ao mesmo tempo se confrontando. Não há o que nasce primeiro e o que tem uma supremacia, mas sim interesses que se transformam, que se sobressaem em um certo momento e sociedade e que, posteriormente podem não se sobressair. Os interesses coletivos, então, podem ser interesses individuais e vice-versa.

1.1.1 Interesses coletivos

Mesmo os interesses individuais e interesses coletivos se entrelaçando e tendo uma mútua dependência, podem ser teoricamente separados para uma melhor definição. Nos interesses coletivos está inserida a ética que, para Aristóteles, na prática, são atos que se estruturam em uma finalidade virtuosa e que faça um Bem Coletivo.

Fala-se em BEM, pois a reflexão está fundamentada em porque a ética está presente nos interesses e desejos. “Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; e se é verdade que nem toda coisa desejamos com vistas em outra (porque, então, o processo se repetiria ao infinito, e inútil e vão seria o nosso desejar), evidentemente tal fim será o bem, o sumo bem.” (ARISTÓTELES, livro 1, 1996).

COLETIVO, pois não é somente o bem do indivíduo, mas o bem de toda *Polis*. Dessa maneira, o ator, a ação e a finalidade da ação não podem se separar. “[...] se existe finalidade para tudo que fazemos, essa será o bem realizável mediante a ação; e, se há mais de uma, serão os bens realizáveis através dela.” (ARISTÓTELES, livro 1, 1996).

A felicidade, portanto, se torna a finalidade da ação quando a ação for algo inserido na ética. “A felicidade é, portanto, algo absoluto e autossuficiente, sendo também a finalidade da ação.” (ARISTÓTELES, livro 1, 1996).

A ética se estrutura, então, em proporcionar uma harmonia entre os homens, pois a educação promove o sujeito moral coletivo, o qual se expressa na busca pelo bem e pela felicidade.

O indivíduo é parte de um todo e o governo do todo deve dirigir o governo das partes, ou seja, “a educação deve formar o indivíduo para se tornar cidadão; e este deve harmonizar-se com o todo.” (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012, p. 11 e 12).

O todo, coletivo, estruturado na atividade coletiva é formado por um conjunto de bens intelectuais e morais, ou seja, pela civilização. Esse intelecto e a moral é o que faz a constituição do homem como ele é o diferenciando dos outros animais, assim, o “homem é homem porque ele é civilizado.” (DURKHEIM, 1970, p. 289).

Entretanto, quais são as causas e as consequências que uma civilização depende para ser constituídas? Ora, são as mesmas causas e condições que depende o homem para se tornar um homem civilizado. O homem, então, é constituído e foi formado ao longo da história, assim como o coletivo.

Os humanos se estruturam heterogeneamente, de um lado o corpo e do outro a alma, lados são formados por matérias diferentes, além de serem independentes um do outro, o que proporciona um frequente conflito, não pertencem ao mesmo mundo.

O corpo é a parte integrante do universo material, a alma é a parte integrante das coisas sagradas, tendo assim uma “dignidade que foi sempre recusada ao corpo, enquanto esse é considerado essencialmente profano, ela inspira algo como esses sentimentos que são sempre reservados para o que é divino.” (DURKHEIM, 1970, p. 291). Assim, a inteligência humana é dividida em duas formas diferenciadas: de um lado as tendências sensíveis e do outro o pensamento conceitual e a atividade moral. As formas sensíveis tem uma estrutura egoísta, pois estão na individualidade (ex.: a fome satisfaz o indivíduo e unicamente a ele próprio). Em contrapartida a atividade moral é regida por regras de comportamentos suscetíveis de serem universalizadas, por seguinte são impessoais.

Os indivíduos são compostos, então, por dois fundamentos, uma vontade racional, a qual é regida pelo conhecimento, e uma vontade vinda da paixão (formas sensíveis de Durkheim). A ética proporcionaria uma educação para que as pessoas não ajam somente através da paixão, algo individual, mas sim dando a possibilidade de uma ação racional, transformando-se em algo coletivo (ARISTÓTELES, livro 1, 1996).

É através da educação, a qual fundamenta a ética, que é possível que os conceitos universais sejam dissipados. Os conceitos são por excelência um instrumento da intelectualidade; o indivíduo recebe os conceitos da comunidade e os interpreta com um cunho pessoal, entretanto, mesmo com a individualidade, os conceitos foram construídos de modo a poderem ser universalizados, assim, mesmo sendo “obra de uma personalidade, eles são, em parte, impessoais” (DURKHEIM, 1970, p. 292).

A vida interior do indivíduo, então, possui lados opostos, o pessoal e o impessoal, um representando as funções de si próprio e o outro que identifica as coisas *sub special alternitas* que participa de pensamentos que ultrapassam o indivíduo, construindo, então, vários centros de gravidade.

Essa multiplicidade existente no homem faz com que ele não consiga agir em plenitude nem de acordo com ele mesmo e nem de acordo com o contexto exterior, ou seja, a sociedade. Esse antagonismo gera um confronto no qual os lados contradizem-se e negam-se mutuamente. (DURKHEIM, 1970).

“Não há ato moral que não implique sacrifício, uma vez que, tal como Kant apresentou, a lei do dever não se pode fazer obedecer sem humilhar a nossa sensibilidade individual ou, como ele dizia, <<empírica>>.” (DURKHEIM, 1970, p. 293). Assim, a si e pertencer integralmente aos outros, não é possível seguir uma das naturezas humanas sem ferir a outra; o indivíduo é, então, um ‘monstro de contradições’ na concepção’ de Pascal.

Olson, 2009, estrutura uma divisão relacional na formação de grupo conforme interesses e consequências. São basicamente três grupos em formação:

- a) Grupos privilegiados;
- b) Grupos intermediários.
- c) Grupos latentes;

Os grupos privilegiados são aqueles que expressam frações de ganhos de maneiras diferenciadas, na qual o ganho coletivo beneficiará o indivíduo de uma maneira tão grandiosa que acaba sendo viável este arcar com os “custos” integrais da produção da conquista benéfica. Assim, se estrutura o ator, adulto racional, o grande motivador da busca dos benefícios coletivos, que certamente o beneficiará ainda mais, ou seja, um “privilegiado”; a conquista do grupo trará também conquistas individuais.

Já nos grupos intermediários não há ator com interesse em promover algo por conta própria, pois, neste caso, nenhum indivíduo se beneficiaria de uma parcela tão elevada do bem

público quanto um indivíduo específico do grupo privilegiado. Assim, não arca com os “custos” da conquista, pois não lhe é viável, recompensatório. Caso a participação e contribuição de um ator, adulto racional, não sejam efetivadas e acompanhadas pelo restante do grupo o resultado da ação coletiva é incerto. “no grupo intermediário (...), onde dois ou mais membros devem agir simultaneamente para que um benefício coletivo possa ser obtido, deve haver ao menos coordenação ou organização tácita” (OLSON, 1999, p. 59).

O outro grupo apontado por Olson é o grupo latente, o qual estrutura-se quando a contribuição individual exercida sobre a conquista coletiva não é notória, nestes casos o ator normalmente não arca com os custos. Entretanto, neste caso, se todos os membros do grupo refletem da mesma maneira, ou seja, não notam um acréscimo significativo no nível de ação coletiva, o resultado certamente acaba se tornando desastroso.

Resumidamente, o interesse por participação dos indivíduos, dedicação e ações depende das consequências que cada ato poderá proporcionar ao indivíduo. Assim, a contribuição individual é diretamente proporcional à conquista, e não simplesmente a ação coletiva pela própria conquista à coletividade, mas sim a ação coletiva pela conquista à individualidade.

A teoria olsoniana aponta que grupos pequenos tendem a ter uma maior possibilidade de alcance ao desejado do que os grandes grupos, isso porque a percepção do peso da contribuição de cada integrante é muito mais facilitada, enquanto que em grandes grupos o peso da participação de cada integrante é interpretado como irrisório. Assim, pequenos grupos tem uma possibilidade mais facilitada de superar a latência, tornando-se grupos privilegiados. Entretanto, “caso o benefício supere em muito os custos da consecução do bem, até mesmo um grande grupo poderá superar sua latência, desde que uma fração dessa coletividade perceba que ganhará ainda que assuma todos os custos do provimento” (HARDIN apud LACERDA, 2011).

Já que a ação coletiva não está inserida somente nos interesses coletivos, mas também nos interesses individuais, e ambos são direta ou indiretamente dependentes, é importante, além de apresentar teoricamente os interesses coletivos, expor os interesses individuais, para assim deixar completa a teorização sobre interesses em geral.

1.1.2 Interesses Individuais

Os interesses individuais, de uma maneira ou de outra estão inseridos nos interesses coletivos, entretanto, como valorizar a criatividade e a capacidade individual se o coletivo é tão importante para a formação da pessoa? Para Durkheim, existem, nos aspectos da vida psíquica, duas partes que o indivíduo se constitui: a parte das sensações (tendências sensíveis) e a do pensamento conceitual (atividade moral). Cabe ressaltar que essas partes são antagônicas, e em alguns momentos podem até se estruturar em uma oposição. Existem ações puramente individuais e somente isso, individual, quando exclusivamente o indivíduo pode satisfazer por ele mesmo.

Uma sensação de cor ou de som liga-se estreitamente ao organismo individual e eu não posso destacá-la dele. É impossível fazê-la passar de minha consciência a consciência de outrem. Posso até convidar o outro a colocar-se diante do mesmo objeto e a sofrer-lhe a ação, mas a percepção que ele terá daquilo será obra sua e unicamente sua, assim como a minha me é própria. (BOTELHO, 2013).

Pode-se então afirmar que o individual existe, e por essa existência é possível haver algo dentro do indivíduo que não seja necessariamente imposto pela sociedade, ou que tenha sido construído por outrem. Portanto, os interesses individuais se constituem de uma maneira significativa, mas, dentro do âmago do indivíduo está o lado social, e outra esfera do indivíduo, a atividade moral, se estrutura fundamentada nas regras de conduta capazes de universalizações, e assim, persegue fins impessoais.

Os conceitos são estruturas comuns a uma pluralidade de homens, a uma elaboração coletiva, comum às pessoas que pertencem àquele grupo social, entretanto, não há dúvidas de que cada pessoa individualiza os conceitos os inserindo no seu dia a dia após recebê-lo do grupo, estruturando um “jeito pessoal” (DURKHEIM apud BOTELHO, 2013).

Por outro lado, quando se reflete com relação ao indivíduo, a educação se estrutura de uma maneira veemente, mas a ação pedagógica deve ser algo que seja capaz de possibilitar instruções coletivas sem deixar de valorizar a criatividade individual, a qual insira o indivíduo em um mundo social.

Portanto, a natureza humana existe e faz o indivíduo, entretanto não é somente ela que determina se a pessoa será ou não um bom cidadão, pois o indivíduo está aberto a uma lapidação, um melhoramento (ARISTÓTELES apud SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012).

Assim, devem-se agregar à natureza humana as virtudes, e essas, são oriundas do hábito – no caso das virtudes morais – ou do ensino – no caso das virtudes intelectuais. “Não há virtudes inatas no homem, ou elas se agregam à natureza humana por meio do hábito, ou por meio do ensino:” (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012, p. 12).

Em síntese os três principais autores na discussão com relação ao individual e ao coletivo podem ser colocados desta forma:

Tabela 2: Síntese Comparativa

Autor	Síntese	União
Olson	Benefícios	Escolha da participação
Aristóteles	Desejo	
Durkheim	Consciência	

Fonte: Autora, 2015.

Os três autores constroem, de maneiras diferenciadas, a análise para a integração entre o individual e o coletivo, mas todos culminam em uma principal objetivação: a escolha da participação.

Olson expõe dois tipos de interesses: o individual e o coletivo. A coletividade, além de trazer consequências comuns traz também consequências individuais, é o conseguir algo individual por pertencer ao coletivo, isso porque interesses individuais e coletivos são indivisíveis quando se fala em uma separação objetiva de benefícios públicos, direitos fundamentais, ou seja, direitos à liberdade, aos direitos sociais, culturais e econômicos. O individual e o coletivo se entrelaçam um dando suporte ao outro, ora evidenciando o individual para o sujeito que usufrui da ação coletiva, ora o coletivo necessitando da participação individual, de indivíduos, para que a ação coletiva se fortifique, assim, pela busca de *benefícios*, a escolha de participar ou não passa a ser feita.

Aristóteles afirma que o que une o desejo de uma pessoa e o fim desejado não é necessariamente algo individual, mas sim algo que vem de fora, proporcionado pelo coletivo, neste caso a educação. Assim sendo, é a educação moral que possibilita a harmonização entre o individual e o coletivo, o participar, portanto, se daria pelo *desejo*.

Por fim, Durkheim teoriza que só é possível atingir grupos humanos atingindo também os indivíduos, pois este é o elemento fundamental para a existência do grupo. Entrelaça o individual e o coletivo analisando a *consciência*, pois, normalmente, estados mentais que aparentam ser individuais tem sua origem no grupo, o todo (o grupo) forma a parte (indivíduo) e a parte é formada pelo todo. Nesse sentido, a escolha em participar não é, em sua grande maioria, algo ou somente individual ou somente coletivo.

Afirmar então que o indivíduo é somente fruto do coletivo não é uma reflexão completa, nem muito mesmo completa seria afirmar que o homem é somente fruto de uma natureza humana a qual garante a individualidade.

A questão é o questionamento clássico que vem sendo discutido há séculos: o homem pode ser individual ou sempre é coletivo? As reflexões que são taxadas como individuais não teriam uma escolha preestabelecida pelo coletivo?

Nem um lado nem o outro completamente, o homem é individual e coletivo ao mesmo tempo, as reflexões humanas são individuais e coletivas, elas se completam, se contradizem, se modificam com uma relação de interdependência. É na existência desses dois blocos de interesses que se forma a humanidade coletiva e o indivíduo.

Essa discussão sobre a formação de interesses, tanto coletivos quanto individuais, pode ser apresentada mais profundamente quando aproximar-se à teorização sobre a interiorização da realidade, ou seja, como o indivíduo forma-se a partir de si e do mundo e como o indivíduo forma o mundo a partir de si.

2 REALIDADE E JUVENTUDE

Os interesses coletivos e individuais estão conectados e são interdependentes, mas, para eles se formarem depende de um contexto e uma realidade, de um processo de interiorização de questões sociais e da formação individual. Esta parte da tese proporcionará duas estruturas complementares: a teorização de como o indivíduo interioriza a realidade e como ao mesmo tempo consegue transformá-la, além da teorização da realidade coletiva, a qual constrói e é construída pelo indivíduo constantemente. Essa construção da realidade se representará na apresentação da formação e transformação da juventude, já que essa parte da vida das pessoas é a parte em que estão mais propensa a entendimentos da realidade, a transformações, a confrontos ideológicos e estruturais, além de passar por um processo de identificação de valores e da vida cotidiana, é nessa fase que se constrói o essencial da sociedade, na qual o caráter é formado.

A realidade da vida cotidiana se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, o mundo exterior forma a realidade individual. O todo social em que o indivíduo vive contextualiza a formação da realidade de cada indivíduo inserido nele, o modelando, o moldando, formando um contexto de vida a qual faz com que o indivíduo se forme e se sinta inserido em um sistema real.

Como a realidade para ele é um padrão de vida, fica difícil enxergar que é possível a existência de outras realidades, fora do contexto inicial em que é inserido. Isso faz com que essa realidade seja tomada como certa e assim imprimem suas vidas, mas é algo subjetivo, que se transforma conforme ações e pensamentos diferenciados. Nada é objetivo e concreto que não se modifica e muito menos que não tenha sido construído (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Do mesmo modo que a realidade se modifica, a consciência interpreta objetos diferentes em diferentes esferas da realidade, dessa maneira, “A consciência é sempre intencional; ‘tempera’ ou é dirigida para objetos. Nunca podemos apreender um suposto substrato de consciência enquanto tal, mas somente a consciência de tal ou qual coisa. Isso pouco importando que o objeto as experiência seja experimentado como pertencendo a um mundo físico externo ou apreendido como elemento de uma realidade subjetiva interior.” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 37) O concreto, mundo físico e externo, acaba se confundindo com a realidade subjetiva, o que dá a sensação que não existe a subjetividade,

mas sim que a realidade está fundamentada em coisas concretas, físicas, imutáveis, portanto, “verdadeiras”, reais, e como assim o são, únicas possíveis na existência, as que realmente formam a realidade, a qual, portanto, também passa a ser única possível existente.

Entretanto, a consciência de um indivíduo é capaz de inserir-se em diferentes realidades, em alguns casos é possível perceber que existem diferentes realidades, mesmo que para cada indivíduo prevaleça, a priori, uma delas. Essas realidades diferentes pela qual um indivíduo transita é causado por um deslocamento de atenções.

Dentre as várias realidades existentes que envolvem um ser humano, existe uma que prevalece sobre as outras, sendo considerada a realidade por excelência, a qual prevalece na vida cotidiana, é a predominante (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Apesar de existir uma realidade predominante, não se pode excluir a existência de uma tensão da consciência, assim, aprende-se a realidade da vida diária, com tensões, como uma realidade ordenada.

Aprendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes de minha entrada na cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 38)

Assim, a realidade de cada um está entrelaçada com as realidades dos outros, há uma contínua correspondência entre os significados que indivíduos diferentes dão às realidades. A atitude dita como natural ocorre pela existência de um senso comum, o qual permeia as realidades congruentes. Dessa maneira, o conhecimento do senso comum é partilhado entre os indivíduos nas rotinas normais, evidentes na vida cotidiana.

A sociedade é estruturada tanto objetivamente quanto subjetivamente, assim, efetivar-se em um processo dialético de constante formação e transformação, em curso, estruturada em três principais momentos:

- a) Exteriorização;
- b) Objetivação;

c) Interiorização. (BERGER; LUCKMANN, 2003)

Esses momentos não são ordenados em uma sequência temporal, na qual um ocorre primeiro que o outro. Pelo contrário, devem ser pensados como uma forma conjunta de ocorrências, na qual nenhuma das partes pode ser colocada de lado, considerando apenas um ou dois deles. Da mesma maneira configura-se a análise de um membro individual da sociedade, este exterioriza, interioriza e objetiva seu mundo ao mundo social constantemente, assim, “estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 173).

Todo indivíduo nasce com a predisposição para tornar-se membro de uma sociedade, construindo a sociabilização. Esta se inicia com um processo de interiorização, ou seja, a *Manifestação* de processos subjetivos de outros acaba se transformando em algo subjetivamente significativo para o indivíduo em questão. Assim, culmina-se na interpretação imediata de um acontecimento objetivo o qual passa a ser dotado de sentido.

Este sentido não necessariamente é idêntico ao do outro, na realidade esse sentido se adéqua à realidade do indivíduo. Assim, a interiorização vista de uma maneira genérica é fundamentada no entendimento e compreensão dos membros de uma sociedade, tornando a realidade social dotada de sentido. É desta maneira que o indivíduo “assume” o mundo no qual os outros estão inseridos, mas esse “assumir” não significa que esteja participando de algo idêntico ao do outro e que seja fechado para transformações, significa que se assume um processo original para cada indivíduo, pois esse “assumir” pode ser feito de maneira criadora e até recriado. “Em qualquer caso, na forma complexa da interiorização, não somente ‘compreendo’ os processos subjetivos momentâneos do outro, mas ‘compreendo’ o mundo em que vive e esse mundo torna-se o meu próprio.” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 174).

Essa compreensão do mundo não se estabelece somente em compreender o mundo do outro, mas sim estabelecer uma compreensão a tal ponto que o mundo acaba se interiorizando ao indivíduo em questão. Assim, as sequências de situações vividas em uma ampla perspectiva fazem com que as pessoas participem de uma maneira intersubjetiva. Portanto, não somente um indivíduo consegue entender situações partilhadas, mas também é dotado do dom de defini-las reciprocamente.

A partir desse entendimento é possível partilhar e compreender situações tanto de um lado quanto do outro, estabelecendo-se um elo de contínua identificação mútua entre os participantes da sociedade.

A socialização ocorre em fases diferentes da vida de um indivíduo. A socialização primária ocorre na infância das pessoas; esse tipo de socialização introduz as crianças ao mundo objetivo de uma sociedade. A socialização secundária ocorre posteriormente à primeira, pois introduz o indivíduo já socializado em setores do mundo que ainda não havia tido contato (BERGER; LUCKMANN, 2003).

Dentre os dois tipos de socialização, a primária geralmente trata de um valor mais profundo para os indivíduos, principalmente porque quase toda a estrutura fundamental da socialização secundária assemelha-se à socialização primária. Isso ocorre porque a primária possibilita que o indivíduo, quando nasce, admita uma estrutura social objetiva, na qual estão os significados que se encarregam da socialização, que são, de uma maneira ou de outra, “impostos”. Os significados impostos permitem que o indivíduo interprete as situações da estrutura social objetiva como uma realidade objetiva. Assim, o “mundo social é ‘filtrado’ para o indivíduo através dessa dupla seletividade.” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 176).

Entretanto, imprecisões de quando se passa da primária para a secundária são reflexões do tratamento que se dá na busca por delimitar as condições juvenis na sociedade ao longo dos séculos, é por vários motivos que o significado do que vem a ser juventude não é algo simples de ser apresentado, pois vem mudando e se transformando ao longo dos anos e depende das diversas construções teóricas existentes.

2.1 A construção social da juventude: transformação em escala mundial

Definir e identificar o que é e como é classificada a juventude não é algo exato nem muito menos estático. Ser jovem não significa somente estar passando por um período biológico transformador da criança para o adulto. Ser jovem depende de uma temporalidade, de uma representação social e de atuações.

A transformação da definição do conceito de juventude acompanha as mudanças das décadas e conseqüentemente as alterações da sociedade em geral. Para evidenciar o quanto a definição de juventude se modificou, pode-se analisar um comparativo entre alguns órgãos e comissões (BORGES, 2013):

- a) Brasil: adolescente 12 a 18 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990);

- b) Nações Unidas: jovens 15 a 24 anos (apontando que essa faixa pode ser modificada de acordo com a realidade de cada país);
- c) Comissão Nacional de População e Desenvolvimento: 15 a 17 anos - jovens adolescentes; 18 a 20 anos - jovens; e 21 a 24 anos, jovens adultos;
- d) IBOPE E IPSOS/MARPLAN: jovens 15 aos 24 anos;
- e) Brasil para fins das Políticas Públicas do Governo Federal: jovem 15 e 29 anos.

Entretanto, não são somente as faixas etárias que definem uma juventude. Ao longo das décadas da modernidade, o ser jovem e atuar como jovem, no Brasil, passou de algo específico para uma conjuntura muito mais ampla. Na elaboração de uma retrospectiva a partir da década de 70 até os dias atuais fica claro de observar essas variações.

Até meados dos anos 1970 as fases da vida de um sujeito eram claramente definidas e obedeciam a uma sequência mais ou menos previsível. Após a sociabilização durante a infância, com quase total dependência em relação aos pais, chegava-se, em torno dos 15 anos, à adolescência, o que marcava uma autonomia ainda que relativa na busca pela independência dos pais e no rompimento dos laços familiares. No período entre os 18 e os 25 anos, que genericamente passa a ser tratada como juventude o que se esperava é que o jovem já estivesse maduro o bastante para entrar na vida adulta. (BORGES, 2013, p. 4 e 5)

Quando o indivíduo atingia esse parâmetro, o que se exigia socialmente era a busca pelo trabalho, pela constituição de uma família por meio do casamento e, como consequência, a vinda dos filhos.

Entretanto, essa previsibilidade passa a ser questionada a partir da década de 80, quando os ditos “rebeldes” (os que não seguiam essa sequência de acontecimentos) passaram a ser menos criticados e mais aceitos socialmente.

Nas décadas de 90 - 2000, a busca não estava mais focada na formação da família, mas sim a construção intelectual almejando um ganho na disputa do mercado de trabalho. A infância passa a ser cada vez mais curta e a juventude cada vez mais comprida; a fase adulta, então, se solidifica quando o jovem se insere no mercado de trabalho de uma maneira “segura”, o que normalmente acaba ocorrendo após os 30 anos de idade e habitando a casa dos pais. “Segundo estudo feito pela Escola Nacional de Ciência Estatística, órgão do IBGE, só no Rio de Janeiro, 29% dos adultos solteiros com mais de 30 anos moram com os pais, e,

entre todos os filhos que moram com os pais, um quarto tem mais de 30 anos, sendo mais da metade (54%) homens, ao contrário do que se poderia imaginar.” (BORGES, 2013, p. 5).

Essas transformações não são transformações específicas do Brasil, pois nos Estados Unidos da América, vários jovens, os quais terminam as faculdades em outros locais que não os que os pais habitavam, acabam voltando à moradia da família, o que foi denominado efeito bumerangue. “Para muitos jovens o período dos 18 aos 30 anos traz a marca de grandes mudanças. É nessa faixa etária que concluem sua formação educacional, que se especializam e que se estruturam profissionalmente e financeiramente.” (BORGES, 2013, p. 5).

Dentre as definições que foram se transformando e se reajustando conforme as modificações sociais e políticas globais, o uso do termo *radical* para a definição de uma das características da juventude começou a ser usado desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Anteriormente a isso, o termo radical era usado na linguagem política para uma tradição antimonárquica e anticlerical no fim do século XVIII para entusiastas da Revolução Francesa, partidários do setor mais extremo do partido liberal inglês, opositores a Jorge III. Posteriormente a isso designou partidos políticos na França e na Suíça.

Os grupos de jovens classificados como radicais após a Segunda Grande Guerra eram estruturados em partidos políticos que se encaixavam nos extremos de posicionamentos ideológicos e ações sociais (FERREIRA, 2011).

Diferentemente da juventude transviada americana, ou dos rebeldes sem causa europeus dos anos 50, os movimentos juvenis de década de 60 representavam mais que uma ruptura entre adultos e jovens ou uma violência sem direção social definida. Eles foram vistos como expressão de uma certa politização que apontava ideais de construção de uma nova sociedade. (FAUSTO NETO; QUIROGA, 2015).

No início dos anos 60 a juventude era definida por Octávio Ianni basicamente como militantes politicamente implicados, inconformistas e inconformados, exibindo desajustes e contradições, os quais exibiam um comportamento radical como fruto de uma consciência típica da condição social do jovem inserido em uma situação de classe e de sociedade global, tendo o movimento estudantil como caminho predominante (BORELLI; ROCHA; OLIVEIRA, LARA, 2009).

Mais do que uma simples ruptura entre o ser adulto, criança ou jovem, os movimentos juvenis da década de 60 possibilitaram uma classificação de politização,

buscando a construção ou reconstrução de uma nova sociedade, sendo vistos como um referencial de análise, pautado em reflexões profundas.

Entretanto, pela grande bagagem que levaram em busca de reestruturações, a juventude que atuaram nas décadas seguintes, de 80 e 90, foram muitas vezes classificadas e julgadas como alienadas (MARTINS apud FAUSTO NETO; QUIROGA, 2015)

Essa classificação de alienação se estruturou, pois nestas décadas a juventude se organizou basicamente “em torno de movimentos culturais que se apresentavam socialmente com um estilo de vida que tinha na música, no lazer e no privilégio de determinados itens de consumo, sua marca de identificação.”. Apresentando-se fundamentalmente em cenários urbanos, como os *punks*, *darks*, os roqueiros, o que ocasionou a atenção não para algo ideológico, fundamentalista, mas sim para uma agressividade simbólica e real, possibilitando representações negativas à sociedade em geral (ABRAMO apud FAUSTO NETO; QUIROGA, 2015). Neste contexto, a radicalidade foi estruturada como algo negativo, pejorativo na interpretação da juventude.

Por conta dessas representações, os estudos que abordavam sobre a juventude a partir da década de 80 passaram a abordar as influências culturais, em sua maioria, o que proporcionava a ação da indústria cultural, da moda, a comunicação, etc. Foi nesse âmbito que a classificação de jovens revolucionários em busca da construção de uma nova sociedade passou a ser de jovens alienados, passivos, carentes de idealismos e utópicos.

Na década de 90, para o enfoque de classificação, abordou-se a juventude como um capital humano a ser aproveitado economicamente, com ascensão de anos de escolaridade (mas não necessariamente na qualidade da educação), passando a serem vistos como um potencial de transformação social através do trabalho, mas que sofreram desestruturações das instituições tradicionais, como família e a escola, ocasionando dificuldades na inserção da vida adulta (CATANI; GILIOLI, 2008).

Nas décadas de 90-2000, o termo radical ainda é usado, embora

[...] continue a ser usado como categoria classificatória de comportamentos e *Manifestações* juvenis de pendor mais iconoclasta, já não se encontra no âmbito estrito da vida política – o que, convenhamos, não quer dizer que os comportamentos e *Manifestações* juvenis socialmente reconhecidos como radicais não sejam passíveis de ter um sentido político. Este, porém, deve ser agora tomado num sentido mais lato e culturalista. São inúmeros os autores que, recentemente, vieram enfatizar a viragem cultural (NASH, 2001) sucedida na sociologia política e dos movimentos sociais, localizando diversos tipos de reivindicação de direitos de cidadania e várias formas de

ativismo já não na esfera da política tradicional, mas nas esferas da produção cultural e das identidades. (FERREIRA, 2011, p. 108).

As mais diversas técnicas do contexto histórico e das ações culturais disponíveis fazem com que a ação e o contexto radical não estejam mais, necessariamente, ligadas a algum movimento social, partido político ou algo institucionalizado, podendo estar vinculado às culturas juvenis, à vida profissional, familiar, do próprio corpo, entre outros (FERREIRA apud FERREIRA, 2011).

No século XXI, o instável e obscuro momento do início e do término da juventude define um caráter contingente dessa categoria. Para Morin,

Todo ser [...] constitui ele próprio um cosmo. Traz em si multiplicidades interiores, personalidades virtuais, uma infinidade de personagens quiméricos, uma poliexistência no real e no imaginário [...]. Cada qual contém em si galáxias de sonhos e de fantasmas, impulsos de desejos e amores insatisfeitos, abismos de desgraças, imensidões de indiferença gélida, queimações de astros em fogo, acessos de ódio, desregramentos, lampejos de lucidez, tormentas dementes [...] (MORIN, 2001, p. 57).

Assim, a constituição de um indivíduo não é algo exato e muito menos simplificado. Para a explicação da estruturação da formação de uma pessoa e para as transições que ela passa ao longo do crescimento pessoal dois conceitos propostos por Edgar Morin conseguem, de uma maneira subjetiva e, portanto, ampla, desenvolver um processo completo e essencial do ser humano o qual denominou *Hominização*.

A *Hominização* é um território e um contexto cronológico amplamente extenso que não simplesmente articula o “antes” e o “depois”, mas sim, apresenta-se em uma *morfogênese complexa*, na qual é praticamente excluída a chance de se estruturar de uma maneira linear, com relações precisas de causa e efeito.

Os conceitos são a *cerebralização da juventude* e a *juvenilização cerebralizante*; tais processos, que passa qualquer ser humano, são inseparáveis. “A juvenilização corresponde a um retardamento ontogenético, isto é [...] a falta de acabamento na substituição das características juvenis pelas adultas. O prolongamento da infância permite a continuação do desenvolvimento organizacional do cérebro em relação estreita e complementar com os estímulos do mundo exterior e com as incitações culturais [...]” (MORIN, 1995, p. 81) De tal

modo que a lentidão da passagem da infância para a fase adulta contribui para o desenvolvimento da pessoa em busca de estruturar o intelecto, a aprendizagem e a transmissão cultural.

É possível, deste modo afirmar, e essa é uma das bases de fundamentação da presente tese, que a juventude tem prerrogativas tanto *universais* quanto *particulares*.

A primeira mais ligada ao conceito moriniano de juvenilização, encarnado na expressão ‘sejam belos, sejam amorosos, sejam jovens’ (Morin: 1984), expõe a categoria juventude associada à ideia de jovem, juvenil, juvenilização conectada às noções de rebeldia, heroísmo, espírito de aventura e outros similares. Já as prerrogativas particulares são expressas em características que concebem a noção de juventude recortada por variáveis como classe social; divisão dos jovens por faixa etária; vida cotidiana; relacionamento com o bairro, cidade; *Manifestações* culturais, violência urbana e demais fatores capazes de orientar singularidades. (BORELLI; SILVA; SILVA, 2006, p. 5).

Deste modo acontece com a estrutura das participações e ações coletivas, com iniciativas tanto *individuais* quanto *coletivas* “As noções de juventude são perpassadas por experimentações distintivas de existência”. A juventude, portanto, vai aos poucos criando afinidades de rebeldia, espírito de aventura, flexibilizando e buscando reestruturas, construindo e reconstruindo novas redes sociais, traçando trajetórias que envolvem modos de ser e existir que estão em constante transformação (MAFFESOLI apud BORELLI; SILVA; SILVA, 2006, p. 5).

Portanto, os jovens são uma amplitude, universais e singulares, uma transição entre o adulto e a criança, ora um ora outro, são novas formas de relacionamento, conhecimento e experimentações, capazes de reproduzir o que já foi estruturado anteriormente e de gerar novas perspectivas e ressignificações, é um constante passar de coerência e unicidade ao constante choque de fluxos (BORELLI; ROCHA, 2005).

Outro traço importante da juventude é o *nomadismo*, o qual marca de maneira veemente as culturas juvenis contemporâneas, esse nomadismo ocorre porque a juventude é capaz de transitar no tempo e no espaço de maneira independente, não necessariamente de uma maneira uniforme, retilínea e ordenada. Além disso, a juventude apoia-se em um contexto tecnológico permeado de informações, o que possibilita uma construção de forma fragmentária em flashes de imagens, efetuando a “lógica do *zapping* (Sarlo: 2000), em que os pedaços de informação advindos dos mais variados meios de comunicação de massa

(televisão, rádio, internet, revistas, etc.) compõem o imaginário nesta natureza fragmentada.” (BORELLI; SILVA; SILVA, 2006, p. 6). A lógica cria, portanto, vínculos de comunicação em diversos espaços os quais se interligam com o mundo.

Em resumo, na contemporaneidade, portanto, a juventude deixa de ser um momento simplesmente de transformações físicas no corpo, a passagem da criança para o adulto, e passa a ir além desse parâmetro, sendo considerada uma definição cultural, uma das forças motrizes para as mudanças sociais. Insegurança, transitoriedade, flexibilidade, abertura para mudanças, são características que certamente se refletem na atuação da juventude no âmbito social (MITTERAUER; ZIEHE apud MELUCCI, 1997).

Deste modo, a juventude do século XXI passa a ser estruturada “[...] além das definições em termos de idade e começa a coincidir com a suspensão de um compromisso estável, com um tipo de aproximação nômade em relação ao tempo, espaço e cultura.” (MELUCCI, 1997, p. 9). Apresentam linguagens que sempre se transformam, sendo então passageiras e transitórias, como os estilos de cabelos, roupas, gêneros musicais, participações em grupos, fundamentos de consumo, entre outros.

No Brasil, a juventude contemporânea é comumente associada ao desinteresse político, os jovens, em sua maioria, não são mais classificados como ideários, mas sim como consumidores fundamentais para o Sistema Capitalista. “[...] a ideia de ‘revolução social’ foi caracterizada como ‘velha’ e as utopias em prol de mudanças no sistema (anos 60 - 70) foram substituídas por representações da juventude como delinquente, criminosa, ‘desviante’, ‘anormativa’ ou, no máximo, ‘passiva’.” (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 71). Essas percepções não são falsas, enganosas, entretanto são possuidoras de lacunas, de generalizações; são percepções incompletas.

A juventude constrói suas experiências de maneira fragmentada, pois estão inseridos em uma multiplicidade de redes e grupos diversos, que se modificam e se transformam, são substituídos e muitas vezes se estruturam de uma maneira volúvel. Transitar entre eles é comum e frequente, o tempo é cada vez mais ágil e a gama de informações cada vez mais complexa e densa. “A quantidade de informação que eles mandam e recebem está crescendo em um ritmo sem precedentes. Os meios de comunicação, o ambiente educacional ou de trabalho, relações interpessoais, lazer e tempo de consumo geram mensagens para os indivíduos que por sua vez são chamados a recebê-las e a respondê-las com outras mensagens.” (MELUCCI, 1997, p. 10). É nesse contexto que a formação de redes sociais se estrutura de modo grandioso, pois atinge grupos de uma maneira global, e rápido, já que está estruturado dentro da mobilidade da juventude e das estruturas tecnológicas, o que acaba

“quebrando” o estereótipo de que a participação política da juventude só pode e só acontece pela militância, pois existem novas formas e espaços de participação política.

Não há como negar que os jovens estão mais distantes das formas tradicionais de participação política, como em partidos e sindicatos, principalmente quando estes são dominados pelo nepotismo e clientelismo. No entanto, é notável que, ao contrário do que normalmente nos é apresentado, a juventude tem desenvolvido novas formas de participação social, algumas delas passando despercebidas, ou não sendo consideradas devido ao seu caráter descontínuo. (BORGES, 2013, p. 7)

A busca deste contexto é identificar se realmente existe um quadro de crise das formas tradicionais de participação, estruturas novas que possibilitam uma ação coletiva dos jovens de formas múltiplas e variáveis, fluídas, e até mesmo pouco estruturadas. As estruturas virtuais possibilitadas pela internet e redes sociais fizeram com que fosse possível o uso de uma nova ferramenta de engajamento social sem a necessidade de se remeter a partidos políticos, sindicatos, movimentos estudantis, entre outros, o que coloca em “cheque” a dimensão do global e do local, o funcionamento do partidarismo, a hierarquização e a representatividade.

Essa estrutura virtual, de estruturação de redes sociais, é uma tendência mundial, que possibilita um potencial democratizante amplo, o que certamente explica a atuação das multidões e das *Manifestações* de maneira mais rápida, ágil e não representativa, possibilitando, portanto, uma nova interação entre os cidadãos e a democracia. (BORGES, 2013).

A composição das *Manifestações* pela *Multidão*, portanto, passa a se estruturar de uma forma diferente da tradicional, a virtualidade se encaixa com a flexibilidade da juventude e com a acessibilidade e digitalização que o século XXI possibilitou.

A transformação das realidades, a interiorização e a exteriorização das realidades existentes e a propensão que a juventude normalmente apresenta para com transformações e reivindicações, dentre várias outras possibilidades não relevantes na atual conjuntura, faz com que as *Manifestações* e as *Multidões* sejam construídas, mas para isso há a necessidade de teorizar como a elaboração sociocultural, individual e coletiva dos sujeitos são construídas e estruturadas, e é a educação um dos principais fatores de relevância na construção de paradigmas sociais.

3 EDUCAÇÃO: ELABORAÇÃO SOCIOCULTURAL, INDIVIDUAL E COLETIVA DOS SUJEITOS

A educação é uma das formas plausíveis de teorizar a formação de paradigmas sociais além de fundamentar alguns tipos de participações. Aristóteles consagrou a educação como aquela que é capaz de preparar o indivíduo para ser feliz. Por isso, ninguém pode ignorar a importância da educação para o bem viver. “Não se deve ignorar o que é a educação, nem como ela se deve realizar”. Não se deve ignorar a educação, porque ela é uma ação de responsabilidade do Estado. Este deve se ocupar com a formação da criança na sua mais tênue idade, ou seja, do começo. O começo da vida de uma criança deve receber as melhores impressões, pois “são as primeiras impressões que mais nos afetam”. A educação da criança deve ser um dos primeiros cuidados do legislador. A negligência na educação causará um prejuízo ao corpo social, pois este padecerá a ausência de bons cidadãos, por conseguinte, de bons legisladores. A teleologia da educação revela a sua importância e também o não poder negligenciá-la. (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012, p.12).

A extrema importância do tema educação é indiscutível, pois ela tende a possibilitar a “necessidade do humano em realizar-se, pois, o indivíduo não nasce pronto, num mundo acabado; ele se forma, se constitui num mundo que, por sua vez, encontra-se em constante construção. Dessa maneira, a educação é uma arte humana que visa formar esse indivíduo, de torná-lo sujeito cognitivo, moral e sociável.” (SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES, 2012, p. 2).

Entretanto, a abordagem sobre educação é algo muito amplo. “Quais teorias e práticas fixaram-se no *ethos* educacional, criaram raízes, atravessaram o milênio e estão presentes hoje? Para entender o futuro é preciso revisitar o passado. No cenário da educação atual, podem ser destacados alguns marcos, algumas pegadas, que persistem e poderão persistir na educação do futuro.” (GADOTTI, 2000, p. 4).

Os debates atuais (século XXI) sobre educação tem paradigmas que ainda são pouco sólidos, abrangem a complexidade e o holismo, principalmente calcados na reflexão de Edgar Morin, o qual aponta críticas sobre a razão produtiva e a racionalização moderna, evidenciando a lógica do vivente, a singularidade, o entorno, a ambiguidade, a síntese, a totalidade, entre outros. “os paradigmas holonômicos pretendem restaurar a totalidade do sujeito, valorizando a sua iniciativa e a sua criatividade, valorizando o micro, a complementaridade, a convergência e a complexidade.” (GADOTTI, 2000, p. 5).

Esses parâmetros são encontrados, mesmo que sutilmente, em alguns intelectuais como: “curiosidade” (Paulo Freire); “desordem” (Edgar Morin); a unidade do homem contra as “unidimensionalizações” (Herbert Marcuse), entre outros.

Para Freire, 2001, p. 21, é impossível haver uma educação neutra, uma educação apolítica “A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade.” Mas isso não pode ser confundido com imposição, e é este contexto que deve ser aprofundado, a busca de uma educação ético-democrática, tanto para os educandos quanto para os educadores.

Assim, como a educação não é neutra é necessário fundamentar-se na ética, pois a formação humana implica em rupturas, decisões, opções, estar a favor ou contra e ter respeito aos anseios, gostos, desejos e iniciativas dos educandos (FREIRE, 2001). Valorizando a possibilidade de transformação do indivíduo pela educação.

Mas, o que instiga o indivíduo, seja ele educando ou educador, a romper padrões, fazer novas escolhas, a se inquietar, a buscar o conhecimento? É a curiosidade epistemológica, a qual supera a simples curiosidade, pois é metodicamente rigorosa. “Essa rigorosidade metódica é que faz a passagem do conhecimento ao nível do senso comum para o conhecimento científico.” (FREIRE, 1995, p. 78) A busca pelo conhecimento científico conseqüentemente traz a participação da formação social e política individual, o que se reflete no coletivo.

Freire, 2001, afirma que o indivíduo vai se construindo na medida em que toma parte das práticas sociais, assim, constitui-se socialmente pela interação com o meio. Sendo essa interação uma interação educativa, deve se fundamentar em reflexões desse indivíduo e a análise dele com o seu meio, assim, o indivíduo é visto como um sujeito de relações, com o poder de discernimento, comunicação, transcendências e estruturas de julgamentos críticos. Assim, cria sua consciência de mundo e inicia uma dialética de interação indivíduo versus mundo. “Não se reduzindo tão somente a uma das dimensões de que participa — a natural e a cultural — da primeira, pelo seu aspecto biológico, da segunda, pelo seu poder criador, o homem pode ser eminentemente interferidor. Sua ingerência, senão quando destorcida e acidentalmente, não lhe permite ser um simples espectador, a quem não fosse lícito interferir sobre a realidade para modificá-la.” (FREIRE, 1967, p. 48).

O homem, então, não somente está no mundo, com simples contato, mas sim participa das realidades, é um ser de relações, está com o mundo, uma pluralidade na própria singularidade.

Durkheim, 2012, em sua obra pedagógica, disserta sobre a educação como um Fato Social, algo eminentemente social. É fundamentado nesta definição que a educação é um dos fatos abordados para a estruturação da presente tese, já que uma das bases fundamentais de análise seria como a educação vem influenciando a participação política da juventude no Brasil.

A fundamentação em “moldar” o ideal humano idealizado por cada sociedade, assim, “Para cada sociedade, a educação é ‘o meio pelo qual ela prepara no coração das crianças as condições essenciais de sua própria existência. Assim, ‘cada tipo de povo possui uma educação que lhe é própria e que pode defini-lo ao mesmo título que a sua organização moral, política e religiosa’.” (DURKHEIM, 2012, p. 10).

As gerações adultas exercem uma ação, chamada educação, sobre as que ainda não são maduras em busca de estruturar uma vida social. Essa ação tem como meta desenvolver e fazer surgir nas crianças estados físicos, intelectuais e morais cabíveis à sociedade política assim como ao mundo particular dos indivíduos pertencentes a ela. “Em suma, a educação é uma socialização da geração jovem.” (DURKHEIM, 2012, p. 10).

Em cada indivíduo existe uma gama de seres, de um lado os estados mentais, que fundamenta o indivíduo como pessoa, individualidades, e do outro ideias, sentimentos e hábitos que formam um sistema não pessoal, mas sim apresentam os grupos diferenciados dos quais a pessoa faz parte, como, por exemplo, as crenças religiosas, a moralidade, as tradições, entre outros, que formam a coletividade, ou seja, o *ser social*; a construção desse ser é a meta da educação, transformando um ser egoísta e associal em um indivíduo capaz de levar uma vida moral e social.

Entretanto, a educação não necessariamente é universitária ou humanista, incentiva um nacionalismo estreito e muitas vezes, pode favorecer os interesses do Estado ou do regime político. “Dizer que a educação é coisa social não significa formular um programa de educação, mas sim constatar um fato.” (DURKHEIM, 2012, p. 14).

Iniciar os deveres e virtudes específicas em uma criança é uma função da educação moral, além de também desenvolver a aptidão geral à moralidade e à vida moral, possibilitando que esses patamares sejam, por essa criança, aplicados a outros e também cobrados de outros futuramente, em busca de socialização e progresso.

A moralidade, para Durkheim, esclarece-se em três elementos fundamentais:

- a) Espírito de disciplina;
- b) Abnegação;

c) Autonomia.

O espírito de disciplina se materializa pela atração dos seres humanos pela regularidade e a limitação de desejos, isso possibilita a sensação de controle, o que acaba tolhendo impulsos e estimulando esforços.

Já a abnegação se solidifica no momento em que o indivíduo aceita as exigências colocadas pela disciplina. E por último, “a autonomia é a atitude de uma consciência que aceita as regras porque reconhece que elas sejam racionalmente fundamentadas. Ela supõe a aplicação livre, porém metódica, da inteligência no exame das regras.” (DURKHEIM, 2012, p. 28).

Essas regras são aplicadas às crianças pela sociedade na qual elas vivem que pouco a pouco são absorvidas, conciliadas e reformadas conforme as mudanças sociais, fazendo com que a criança se torne, aos poucos, conforme o crescimento, um ser ativo socialmente, assim, a ciência concede autonomia, concebendo o que é normal, modificável, inelutável, o que é uma ação eficaz em busca de uma sociedade mais harmônica. Portanto, qualquer área da educação tem um destino moral, seja a educação das ciências cósmicas ou do próprio homem.

Em contrapartida, não se pode abstrair a existência da autonomia e as possibilidades de ações sociais da juventude. Os modelos compulsórios educacionais e jurídicos institucionalizados voltados para as ações públicas de jovens são legados instaurados, entretanto a autonomia, a liberdade de escolha e a desinstitucionalização de tais legados criam possibilidades de intervenções sociais (MALFITANO, 2011).

Classicamente, o conceito de autonomia é descrito por Kant, o qual aponta que é a autonomia que confere a liberdade da vontade, a capacidade de todos os seres humanos serem senhores e súditos de si ao mesmo tempo, a possibilidade da autolegislação dos seres humanos, o que traz a dignidade da natureza racional dos seres.

A autodeterminação que o humano é capaz se estabiliza na moral estabelecida e aceita pelo sujeito é efetivada em um processo reflexivo. “Portanto, a autonomia não se dá numa produção “natural”, mas sim na elaboração sociocultural individual e coletiva dos sujeitos.” (MALFITANO, 2011, p. 539).

Nesta teorização, somente um ser racional possui vontade, pois este ser é capaz de derivar as ações da lei sobre si, projetando um curso de ações, assim a vontade passa a ser considerada uma razão prática, o que se concretiza na *autonomia da vontade*. Portanto, a autonomia pode ser estabelecida na realidade de qualquer indivíduo, seja ele jovem ou não.

Os modelos educacionais imperativos são legados instaurados, mas, o livre-arbítrio cria a possibilidade de intervenções sociais, as quais, na maioria dos casos, são muito mais fortes quando feita de uma maneira coletiva, coletividade esta, presentemente representada pelo confronto teórico entre *Multidão* e povo.

3.1 *Multidão X Povo*

Indagações sobre a diferença entre coletivo e social, grupo e individualidade se remetem à necessidade da diferenciação ontológica entre *Multidão* e *Povo*. Essa diferenciação se fundamentará nos filósofos Hardt e Negri, os quais repensam a diferenciação no século XXI, entretanto tais pensadores estruturam-se nas reflexões de Espinosa, partindo da análise do por que da existência do *Estado* refletindo sobre os seres humanos.

Espinosa expõe argumentos que dão sustentação à existência do Estado fundamentando-se no *estado de natureza* de todos os seres humanos. No *estado de natureza* os seres humanos viveriam em uma ilimitada competição em busca de garantir a sua sobrevivência, o que ocasionaria, em decorrência, em alguns momentos, a não sobrevivência do outro ou de si próprio, o que ocasiona a legitimidade de todos os atos, com ou sem o uso da força, assim, “aquilo que cada homem faz segundo as leis da sua natureza fá-lo segundo o supremo direito de natureza e tem tanto direito sobre a natureza quanto o valor da sua potência.” (ESPINOSA, 2003, p.12). Dessa maneira, não seria possibilitado que todos tivessem direito a tudo, pois a disputa acabaria por se tornar constante, uma guerra entre os mais fracos e os mais fortes, o que acabaria por ocasionar um estado de opressão, e não de liberdade, o *estado de natureza*, se tornaria um caos, pois cada indivíduo,

Sozinho em vão se esforçaria por precaver-se de todos, segue-se que o direito natural do homem, enquanto é determinado pela potência de cada um e é de cada um, é nulo e consiste mais numa opinião que numa realidade, porquanto não há nenhuma garantia de mantê-lo. E o certo é que cada um pode tanto menos, e conseqüentemente, tem menos direito quanto mais razão tem para temer. (ESPINOSA, 2003, p.19).

O estar sozinho, então, em pleno *estado de natureza*, não garantiria nem ao menos a existência de si próprio, quanto mais os benefícios que o *estado de natureza* poderia proporcionar.

Partindo do pressuposto da garantia de existência, e por parecer mais justa e vantajosa a existência de cada indivíduo, os indivíduos criam a instituição Estado, um *conatus* (esforço) individual para se permanecer no ser. Assim, a instituição social dá a possibilidade da existência da união dos membros em busca de um bem comum, a autopreservação de interesses, a luta conjunta pela sobrevivência, o que finalmente consolida-se no direito natural dos indivíduos, de acordo com a vontade coletiva, extinguindo a luta de todos contra todos pela sobrevivência da liberdade (CRUZ, 2013).

A segurança pela sobrevivência seria a “garantia” de uma vida sem disputas vitais constantes entre os indivíduos em *estado de natureza*. Assim,

(...) para viver em segurança e o melhor possível, eles tiveram forçosamente de unir-se e fazer assim com que o direito natural que cada um tinha sobre todas as coisas se exercesse coletivamente e fosse determinado, já não pela força e pelo desejo do indivíduo, mas pelo poder e pela vontade de todos em conjunto. (ESPINOSA, 2003, p. 237).

O Estado teria como finalidade possibilitar a liberdade do indivíduo com relação ao medo, a de que todos vivam não sob dominação ou subjulgamento do medo, mas em segurança, em busca de preservar, da melhor maneira possível, o direito natural de agir e existir. A finalidade do Estado, então, não seria de

(...) fazer os homens passarem de seres racionais a bestas ou autômatos: é fazer com que sua mente e o seu corpo exerçam em segurança as respectivas funções, que eles possam usar livremente da razão e que não se degladiem por ódio, cólera ou insídia, nem se manifestem intolerantes uns para com os outros. O verdadeiramente do Estado é, portanto, a liberdade. (ESPINOSA, 2008, p. 302).

É garantindo as liberdades individuais que o Estado proporciona o aproveitamento do máximo de potencialidade de cada um “o que por sua vez levaria ao desenvolvimento social

geral mais elevado, intenso e extenso” (CRUZ, 2013, p. 131) Construindo um sujeito político não seria mais o individual, mas sim a *Multitude*.

“A *multitude* seria o novo sujeito político, aquele que detém o poder, formado no Estado pelo conjunto de indivíduos, trabalhando para a mesma finalidade coletiva, o bem comum.” (CRUZ, 2013, p. 131) configura-se na *Multidão* como o sujeito político que estrutura o Estado, no qual, em conveniência, está intrínseco o conceito de democracia.

Está intrínseco no sentido de ser o que mais se encaixa no contexto de *Multidão*; em estudos de regimes, como o monárquico, entendido por Spinoza como o governo de um só homem, vindo de uma herança sanguínea, o que legitimava o poder e o regime oligárquico, governo constituído e mantido por poucos indivíduos normalmente ricos, são tipos de governos constrangedores, que alienam os homens. Assim, a democracia, seria o mais natural dos regimes, pois oferece a possibilidade de preservação de identidades, opiniões que serão somente fortalecidas pelo Estado, e não oprimidas como nos dois tipos de regimes anteriores.

Nesta forma de Estado, o primordial é a solidificação dos interesses da maioria da população, e é por esse motivo que Rancière diverge com relação ao pensamento democrático (assunto posteriormente tratado).

Com efeito, num estado democrático (que é o que mais se aproxima do estado de natureza), todos, como dissemos, se comprometeram pelo pacto a sujeitar ao que for comumente decidido os seus atos, mas não os seus juízos e raciocínios; quer dizer, como é impossível os homens pensarem todos do mesmo modo, acordaram que teria força de lei a opinião que obtivesse o maior número de votos, reservando-se, entretanto, a autoridade de a revogar quando reconhecessem que havia outra melhor. (ESPINOSA, 2003, p. 308).

A *Multidão*, para Espinosa, portanto, passa a ser o agir ético, em busca de constituir o poder e não fazer romper o *comum* pela potência de cada ser, unindo-se em busca de um desenvolvimento social integral, na busca de assuntos comuns, não ao Uno, mas sim às liberdades civis, almejando materializar a realização dos afetos humanos, que são os impulsos e as paixões, o Estado acaba por ser um Estado-potência, e não um Estado absoluto (como o de Hobbes), datado por uma razão coletivamente constituída, formando não mais um *conatus* individual, mas sim um *conatus* coletivo, a *multitudo*.

A *Multidão* tem o poder soberano, o *imperium* (direito definido pela potência da massa), o governo somente sustenta-se se a *Multidão* o aceitar, a soberania sempre será dela,

ou seja, a participação no poder de um representante só permanecerá caso a *Multidão* esteja de acordo, visto que este poder emana da *Multidão* por direito.

Um aglomerado de pessoas unidas com uma homogeneidade constante não é o que significa *Multidão* para Espinosa, para este *Multidão* é uma pluralidade de diferenças de expressões, pensamentos, paixões, afetos, algo que não é possível reduzir em uma identidade uniforme, única (BAZZANELLA; OLIVEIRA, 2012).

Dessa maneira, um grupo composto por múltiplas diferenças singulares internas que possibilitaram a existência de uma mobilização associados a partir da apropriação dos afetos ativos que favorecem o desenvolvimento da potencia de agir ao bem comum, seria a definição de *Multidão*. (BITTENCOURT, apud, BAZZANELLA; OLIVEIRA, 2012).

É com base nessas premissas de Espinosa que Antônio Negri teoriza a *Multidão*, como um conjunto de singularidades, que não exige a existência de um soberano que governa sob uma tradição hegemônica, mas sim, “os sujeitos falam por si mesmos: trata-se muito mais de singularidades.” (NEGRI, 2015, p.15).

A *Multidão*, sendo heterogênea, está sempre em movimento, constitui a sociedade produtiva, portanto, é explorada, uma cooperação social em busca de uma produção, assim, é um conceito de classe, mas é um conceito de classe abrangente, além da produção – classe trabalhadora – existe a cooperação social, nesta, apenas uma pequena parcela de trabalhadores operam. Fundamenta-se, então, na

(...) cooperação não de indivíduos, mas de singularidades, exploração do conjunto de singularidades, das redes que compõem o conjunto e do conjunto que abarca estas redes e assim por diante. (...) a exploração da *Multidão* é incomensurável; em outras palavras, é um poder que se confronta com o poder de singularidades fora de qualquer medida, singularidades que se encontram em cooperação para além do mensurável. Se definirmos essa mudança histórica como um salto "epocal", ontologicamente falando, então os critérios ou dispositivos de medida válidos para uma época [concepção moderna, Hobbes, Rousseau e Hegel] serão radicalmente colocados em questão. (NEGRI, 2015, p.16).

Ao conceito de *Multidão* cabe a palavra potência, pois o todo de singularidades produz além da medida, orientada em três principais vetores de forças: a genealogia; a tendência para o *General Intellect*; e a Liberdade e a alegria; as quais buscam se carnificar, se consubstanciar no corpo de *General Intellect*.

A genealogia pós-moderna é constituída pelas lutas da classe trabalhadora dissolvida em várias formas de disciplinas sociais; a tendência para o *General Intellect* fundamenta-se em modos de expressões produtivas intelectuais e imateriais em sua abrangência; e, por fim, a liberdade e a alegria e suas oposições, ou seja, a crise e a saturação, que promovem a transição inovadora, contínua, descontínua, na composição e na recomposição das singularidades (NEGRI, 2015).

O conceito de *Povo* é estruturado de uma maneira amplamente diferente do conceito de *Multidão*. “O *Povo* é sempre representado como unidade, ao passo que a *Multidão* não é representável, ela apresenta sua face monstruosa vis-à-vis os racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade.” (NEGRI, 2015, p.17). A *Multidão* também se difere do conceito de massa e Plebe, pois esses conceitos trazem a facilidade de manipulação por serem irracionais, violentos e passivos, o que os torna perigosos.

Figura 4: Representação gráfica e explicativa do Povo segundo Negri



Fonte: Adaptado de NEGRI, 2015 e GETTYIMAGENS LEONTURA, 2015.

A figura 4 representa seres em homogeneidade, pessoas que fundamentadas em contratos não possuem uma singularidade, é um corpo social que se representa como uma unidade, sendo, portanto, uma representação quase que inflexível a transformações, mudanças

contextuais, algo muito mais rígido. É por conta dessas diferenciações constituintes que o *Povo* pode ser governado por um poder soberano, mas a *Multidão* não (HARDT; NEGRI 2012).

Já a figura 5 expõe a heterogeneidade dos seres pertencentes a uma *Multidão*, algo que possibilita constante transformação, pois é constituída de atores sociais altamente ativos, heterogêneos, organizados em busca, não de aniquilar suas individualidades, mas sim de alcançar um bem comum.

A *Multidão* é um evento de que constrói uma nova forma de organização social e política, um movimento de movimentos, libertando-se da sujeição ao capital e pautando-se na subjetividade e nas singularidades, buscando, dessa maneira, a potência que cada indivíduo tem com relação aos demais, cooperando em busca da construção de uma sociedade mais justa, sem que a identidade de cada qual se perca ao longo dessa construção (SILVESTRIN, 2014). Tal *Multidão* tem o conhecimento como ferramenta para uma mudança, o *general intellect*, não mais ferramentas materiais como os proletários.

Com a estruturação do *Império*, as formas de agir politicamente na sociedade civil também se reestruturaram, os sindicatos, que eram até então o símbolo de conquistas e de representação dos trabalhadores, agora não são mais vistos como tal pela maioria dos proletários, a *Multidão*, então, se tornou a mais nova forma de expressão que possibilita o trabalhador exprimir e reivindicar sobre seus pensamentos e sua potencia produtiva. Não que a existência da *Multidão* seja uma forma de oposição ao Sistema Capitalista, mas sim uma maneira de exprimir subjetividades, criatividade, potência produtiva, assim, não é somente o proletário que protesta, mas sim todo cidadão que possui a consciência da exploração capitalista, não sendo relevante, portanto, a classe social a qual ele pertença, anulando a soberania de um com relação aos outros, fundamentando-se na hibridização, princípios éticos de cooperação e partilha (HARDT; NEGRI apud SILVESTRIN, 2014).

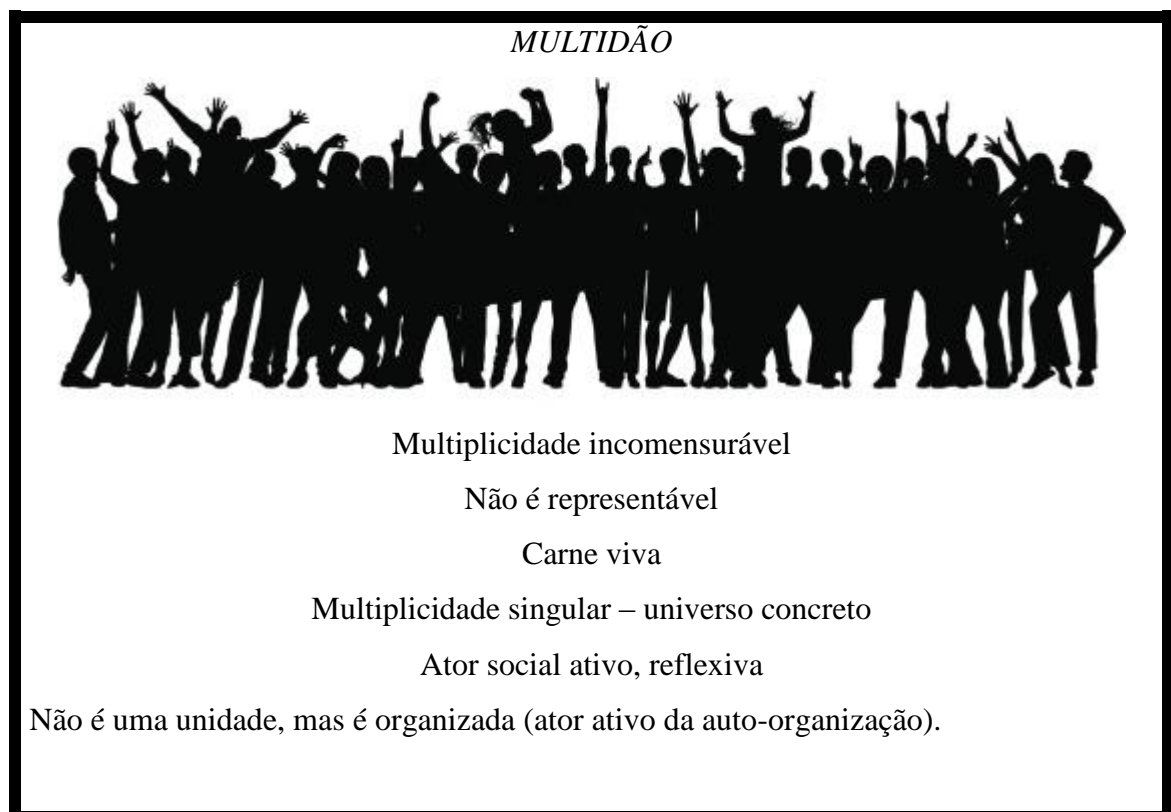
A Multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. *A Multidão* é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 140)

Dessa maneira, não é pelas singularidades que se unem, mas sim pelo o que tem em comum, e esse comum pode ocorrer por conta do corpo, da cooperação. Acoplado desejo e

potencia a *Multidão* é capaz de configurar a conexão de singularidades, uma *hibridização*, possibilitando uma convivialidade.

A *Multidão* não pode ser compreendida nos termos da contratualidade – e em geral nos termos da filosofia transcendental. No sentido mais geral, a *Multidão* desafia a representação porque é uma multiplicidade, indefinida e não mensurável. O Povo é representado como uma unidade, mas a *Multidão* não é representável, porque é monstruosa em relação aos racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade. (NEGRI, 2003, p. 126).

Figura 5: Representação gráfica e explicativa da *Multidão* segundo Negri



Fonte: adaptado de GETTYIMAGENS LEONTURA, 2015.

“(...) a *Multidão* constitui um ator social ativo, uma multiplicidade que age. Diferentemente de *Povo*, a *Multidão* não é uma unidade, mas em contraste com as massas e a plebe, podemos vê-la como algo organizado.” (NEGRI, 2015, p. 18). Assim, o temor às massas, a tirania de uma maioria não está no contexto de *Multidão*. A *Multidão* apresenta-se como “Caminhos sem Fim”, com o “Direito a uma Cidadania Global”, não se restringindo, portanto, a um lugar delimitado, pelo contrário, ela é espacial, se constitui em um lugar

ilimitado, seus movimentos apresentam novos espaços, o que proporciona novas resistências, constituindo-se como um sujeito ativo.

A autonomia potencial da *Multidão* possibilita uma redefinição e organização diferenciadas do poder positivo e político, não somente em termos formais, mas as formas maduras da consciência e da organização política da *Multidão* quando suas ações fazem face direta às operações repressivas centrais do Império, não o permitindo a restabelecer a ordem continuamente, reunindo instrumentos de resistência (HARDT; NEGRI 2012).

Na constituição da *Multidão* deixam-se de lado três principais categorias relevantes ao poder, que são:

- a) Unidade do Sujeito: concretização do *Povo*;
- b) Contrato entre os indivíduos, o que constitui a formação legal de um *Povo*;
- c) Regime de Governo, como, por exemplo, a Monarquia, Aristocracia, Democracia ou formas conjugadas.

Como essas categorias não se encaixam de uma maneira direta na constituição da *Multidão* os parâmetros de um “Bom Governo” e a ideia moderna de uma comunidade que estrutura-se para uma acumulação capitalista foram remodeladas para uma “(...) transformação radical dos modos de produção advinda da hegemonia da força de trabalho imaterial e do trabalho vivo cooperativo - revolução ontológica, produtiva e biopolítica no sentido pleno do termo.” (NEGRI, 2015, p. 18).

Em resumo, a *Multidão* é um movimento inserido na investigação de si e na constituição de si mesma, uma virada ontológica ao mesmo tempo em que se constitui. É dinâmica, o que proporciona uma densidade rica e liberta, global, produz singularidades, mas possibilita novas subjetividades, produz mercadorias e reproduz a sociedade, assim, desliza entre a globalidade e a singularidade. “O nome da "*Multidão*" é, a um só tempo, sujeito e produto da prática coletiva.” (NEGRI, 2015, p. 20).

Depois de estruturada a definição da terminologia que será usada nesta pesquisa o próximo passo se dá na construção da ação da *Multidão* na prática, a *Multidão* em ação, ou seja, na construção das *Manifestações*.

3.2 *Manifestações*

As *Manifestações*, na presente pesquisa, são tratadas teoricamente pela definição contemporânea do pensador Rancière, o qual desestrutura a definição e ação política moderna e reestrutura de uma maneira mais ampla.

Para o autor abordado, *Manifestações* são ações políticas contemporâneas que buscam garantir a partilha do sensível, ou seja, a possibilidade da vivência em comunidade de pessoas que possuem diferentes formas de ver e pensar o mundo, vivendo, as quais tendem, por esse motivo, a viver em pleno desentendimento.

As *Manifestações* buscam preservar o direito à diferença, indo além da estrutura moderna de representação que pauta-se em estruturas de representação dos partidos e instituições estatais de gestão da vida social.

A representação, para o autor, é uma forma oligárquica, a qual representa uma minoria, não é uma necessidade estratégica que resultou do crescimento populacional, mas sim afirma a manutenção do poder nas mãos de poucos.

A restrição do governo apropriado pelas oligarquias e taxada como algo democrático e benéfico para a maioria da população não é o bem comum, mas sim o que a minoria afirma como bem comum, institui e idealiza como um bem comum. É neste contexto que Rancière diverge de Espinosa, Hardt e Negri; para ele a democracia é algo que deveria estar fadado à morte, caso contrário ela mesma mata a política sadia.

A busca da democracia por um consenso é a própria morte da política sadia, para Rancière a política tem que se efetivar justamente em um dissenso, um desentendimento, um conflito. Critica a igualdade da democracia moderna e contemporânea,

Somos seres diferentes e fabricamos uma igualdade, a igualdade perante a lei. A política se torna assim, a tentativa de tornar todos iguais perante a lei – a igualdade é seu fim. Ao revés, para Rancière a igualdade não é fim, mas condição da política; não a igualdade legal, porém uma outra igualdade bastante simples: falar. (CAMARGO; VALÉRIO, 2015, p. 65)

A democracia, portanto, não é uma condição política de valia para uma sociedade que se estrutura em *Multidões*, assim como afirma Negri, heterogênea, não representável, ativa, reflexiva, entre outros fundamentos. Não é uma forma de Estado, pelo contrário, não

consegue representar de uma maneira aprofundada, não se fundamenta igualitariamente, pois a diferença é uma característica intrínseca aos representados.

A democracia e as representatividades, apesar de apresentarem-se “(...) aparentemente contraditórias, cria-se assim uma cultura do consenso que repudia os conflitos, habitua a objetivar sem paixão os problemas de curto e longo prazo que as sociedades encontram a pedir soluções aos especialistas e discuti-las com representantes qualificados.” (CAMARGO; VALÉRIO, 2015, p. 67), o que coloca abaixo a desigualdade intrínseca nos indivíduos, não é a busca pela igualdade que converge à maioria, pelo contrário, a igualdade é um pressuposto, e não um pós-suposto.

Não é que a igualdade não exista, ela existe, mas não como algo que deva vir após algo, como uma consequência, algo a ser conquistado, pelo contrário, a igualdade é uma conjectura, não algo que esteja por vir, não como um objetivo a ser conquistado, mas sim algo que esteja *a priori*. "Quem estabelece a igualdade como objetivo a ser atingido, a partir da situação de desigualdade, de fato a posterga até o infinito. A igualdade jamais vem após, como resultado a ser atingido. Ela deve sempre ser colocada antes" (RANCIÈRE, 1996b, p. 11).

A evidência da igualdade numa sociedade é o fato de que muitos obedecem e poucos mandam; para essa oposição ocorrer e estruturar a ordem é necessário o entendimento, ou seja, quem recebe a ordem tem que entendê-la para ser possível cumpri-la, portanto, tanto o ordenador quanto o ordenado necessitam ter igual capacidade de compreensão, uma presunção de *igual inteligência* na igualdade política, da mesma maneira que se tem presunção de igual inocência nas questões jurídicas, é na inteligência que se configura uma igualdade prévia, e é neste contexto que vai existir a política.

Alguns definem a *igual inteligência* como a razão, mas essa expressão, para Rancière resume-se em duas principais significações. A primeira sintetiza que códigos e dicionários não asseguram uma verdade absoluta; para que uma frase dita tenha significado é necessário um sujeito capaz de identificar o seu sentido. Já a segunda é que não existe mais de uma maneira de ser inteligente, a materialidade da forma e do sentido de algo sempre terá um único caminho como cerne: “o querer dizer e o querer compreender”. É o que interliga em uma relação igualitária aqueles que ouvem àqueles que narram (RANCIÈRE, 2014).

Dois elementos teóricos são indispensáveis para o entendimento dessa projeção de igualdade prévia e não posterior: a definição dos termos política e polícia. A reestruturação dos termos política e polícia saem, então, do senso comum e dos usos teóricos até o momento utilizado.

Minha hipótese supõe, portanto uma reformulação do conceito de política em relação às noções habitualmente aceitas. Estas designam com a palavra política o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. (RANCIÈRE, 1996a, p. 372).

Rancière propõe uma amplitude do sentido de política, deixa de lado as estruturas somente de consentimento e agregação da coletividade voltada para a vida pública, mas em um contexto simplesmente de legitimação das distribuições dos feitos comunitários e amplia para a repressão.

Proponho dar a esse conjunto de processos um outro nome. Proponho chamá-lo polícia, ampliando portanto o sentido habitual dessa noção, dando-lhe também um sentido neutro, não pejorativo, ao considerar as funções de vigilância e de repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é a da distribuição sensível dos corpos em comunidade (RANCIÈRE, 1996a, p. 372).

Já a política passa a não ser configurada pela luta do poder, ou pelo exercício do mesmo, mas sim a não definição dos *sujeitos* por leis e instituições. Em princípio, a base da questão política é saber quais são os *sujeitos* envolvidos, quais são as relações que os definem, que *sujeitos* estão aptos a designar os objetos e discuti-los.

O quadro sensível que define os objetos comuns, que rompe a “ordem natural” de obediência e de comando, que “quebra” a ordem da polícia, que vai além dos dados evidentes e configura uma sensibilidade, redesenhando o espaço das coisas comuns é a política (RANCIÈRE, 2005).

A polícia, então, é algo estruturado de uma maneira mais objetiva, pré-delimitada, já a política dá abertura para a subjetividade, para a sensibilidade e para conquistas diferenciadas.

Já, o conflito político seria uma tensão que discerne a ordem social estabelecida, um conflito entre o corpo social estruturado, com partes estabelecidas em cada lugar específico e, do outro lado, a parte que não está contida nesse corpo estruturado, é um embate entre a

estrutura do corpo social e a singularidade, o universal e o particular, e é neste contexto que configura-se o *dissenso*, um momento político por excelência.

Momento político por excelência, pois se configura em uma perturbação da ordem consensual, da polícia, mas não somente como um conflito de interesses entre grupos e valores, mas sim a possibilidade de ir além do "acordo global dos partidos de governo e de oposição sobre os grandes interesses comuns", ultrapassando "estilo de governo que privilegia a discussão e a negociação" (RANCIÈRE apud MENDONÇA; VIEIRA JÚNIOR, 2014).

Assim sendo, toda *Manifestação* é um ato político que pode ser classificada como uma atuação artística, pois tem dois lados que se estruturam em algo performático: a atitude física e as palavras e imagens.

Há uma diferença relevante entre Movimentos Sociais Organizados e *Manifestação* de rua. Contemporaneamente os Movimentos Sociais Organizados são estruturados, normalmente, em forma de militância, portanto constroem estratégias políticas de atuação, com uma permanência temporal, significados culturais de grupo, congregação de ativistas que buscam uma mudança estrutural política e/ou social. Estruturam-se em fundamentalmente quatro parâmetros constitutivos:

1º Frame Organizacional: Busca a interatividade do movimento assim como a continuidade, integrando entidades de articulações como fóruns e aconselhamentos, o que busca construir uma esfera realmente pública;

2º Articulações Discursivas: São resultados da construção da esfera pública com significados comuns, em busca de pautar demandas, ideários e projetos comuns para a transformação social em questão;

3º e 4º Demandas e Ideários: Tradução de ações jurídicas por direitos em busca de mudanças sistêmicas.

Os Movimentos Sociais, portanto, geram a *Manifestação* como um momento de protesto, de visibilidade, entretanto tem como fundamento uma continuidade, não estão reduzidos ao espetáculo, à estética da *Manifestação* (SCHERER-WARREN, 2014).

A durabilidade, o processo de organização coletiva, os laços de múltiplas identidades compartilhadas caracterizam a ação da *Multidão* na estruturação de uma *Manifestação*. Isso apresentado de um modo claro nas *Manifestações* brasileiras de 2013 e 2015.

3.2.1 *Manifestações de 2013 e 2015*

Com a participação de uma *Multidão*, no sentido amplo e diversificado da palavra, com várias possibilidades de participações, reivindicações e ideais, as *Manifestações* ocorridas no âmbito nacional brasileiro de 2013 a 2015 anunciaram uma variedade de pautas de Movimentos Sociais organizados e não organizados amplamente. As principais reivindicações foram com relação ao transporte público, saúde, educação, corrupção, gastos com a Copa do Mundo de 2014 (Federação Internacional de Futebol - FIFA), necessidade de reforma política, contra a PEC 37 e pedidos de Impeachment da presidente da república Dilma Rousseff, entre outras.

Com tantos pontos de relevância, as *Manifestações* de junho e julho de 2013 expressam o heterogêneo, a unidade na diversidade, com forte presença da juventude, além da participação de todas as gerações e classes sociais, intercomunicando-se pelas redes sociais (*Facebook, Twiter, Whatsapp, Youtube*), o que na prática concretizou-se na união simbolizada por cartazes escritos à mão, gritos coletivos e falas de indivíduos, os quais não tiram uma liderança, era um coletivo de grandes proporções (PERUZZO, 2013).

A reivindicação com relação ao transporte público foi representada pela busca do passe livre - Movimento do Passe Livre (MPL), um símbolo do protesto de junho e julho de 2013, não que ele tenha sido iniciado naquele momento, pelo contrário, historicamente o MPL tinha articulações desde meados dos anos 2000, com uma pauta um pouco mais aprofundada, ultrapassando o enfático preço da passagem, abordando o direito à mobilidade urbana fundamentalista (SCHERER-WARREN, 2014). Nos cartazes dos manifestantes a maior evidência era a expressão “Acreditem, não é só por R\$0,20”.

As reivindicações no campo das políticas sociais foram principalmente representadas pela saúde e pela educação, pontos básicos unidos representativamente pelos protestantes os quais criticavam o gasto excessivo do dinheiro em locais errados, ou seja, no lugar de gastar o dinheiro público em algo que os manifestantes achavam relevante, ou seja, a Educação e a Saúde Pública gastava-se em obras voltadas para a Copa do Mundo de 2014; nos cartazes, frases como: “Quando seu filho ficar doente, o leve ao eStádio”; “Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA”

Em várias divulgações de jornais os dados não eram os mesmos divulgados pelo Governo Federal, o que deixa ainda mais confusa e complicada a análise da população. Um exemplo disso é a análise divulgada pela mídia Contas Abertas no dia 14 de junho 2014

escrita por Marina Dutra. Os gastos em saúde não são tão discrepantes, mas em Educação sim.

Gráfico 1: Comparativos: estádio, educação e saúde



Fonte: DUTRA, 2014.

Em nota à imprensa o Governo Federal afirma que

1. Os dados apresentados no estudo e refletidos nas reportagens sobre gastos em saúde e educação são incompletos e as comparações feitas com financiamentos são descabidas.

2. No tocante aos gastos federais para a saúde e educação, o Portal da Transparência reflete as funções na forma como estão apresentadas no Sistema Integrado de Administração Financeira utilizado pelo Governo Federal, o Siafi, que não reúne todos os gastos sob um mesmo título. A fim de levantar a totalidade dos valores investidos pelo Governo nas áreas mencionadas, é preciso considerar outros gastos e transferências que fazem parte dessas áreas, mas que não estão classificadas nessas categorias. Assim, existem transferências realizadas pelo Governo Federal que não estão incluídas na função “Educação”, como, por exemplo, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, que está classificado no orçamento como “Encargos Especiais”. Só em 2013, o Fundo transferiu mais de R\$ 1,3 bilhão para os municípios-sede da Copa, e mais de R\$ 31 bilhões entre os estados e municípios brasileiros.

3. Além das transferências a Estados e municípios para as áreas de educação e saúde, o Governo Federal também aplica recursos nessas áreas diretamente. Só o Fundo Nacional de Saúde (FNS) aplicou R\$ 17 bilhões no País. Também são feitos gastos diretos nas Universidades Federais, tanto em obras e equipamentos, como em bolsas de pesquisa e residência médica, além da Assistência Financeira para a Realização de Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal, entre outros (CGU, 2014).

Mesmo com as explicações governamentais a revolta se tornara grandiosa, mesmo porque o credo com relação à máquina política vem se esgotando principalmente por conta das investigações às estruturas de corrupção.

O Sistema Político Brasileiro foi outro foco das exigências, as reivindicações estavam fundamentadas principalmente contra a “corrupção e ao modo de operacionalização dos parlamentos. Porém a proposta governamental posterior de realização de um plebiscito para decidir sobre mudanças institucionais nesse sistema teve resistência de parte de parlamentares, políticos arraigados aos modos tradicionais de fazer política.” (SCHERER-WARREN, 2014, p. 421). Além da crítica à PEC 37, que se caso fosse aprovada como era proposto, acarretaria, segundo o Ministério Público do Paraná, em uma provável impunidade dos agentes públicos, o bloqueio e impedição de órgãos como a Receita Federal, a COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), o TCU (Tribunal de Contas da União), as CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), entre outros, de realizarem investigações, além

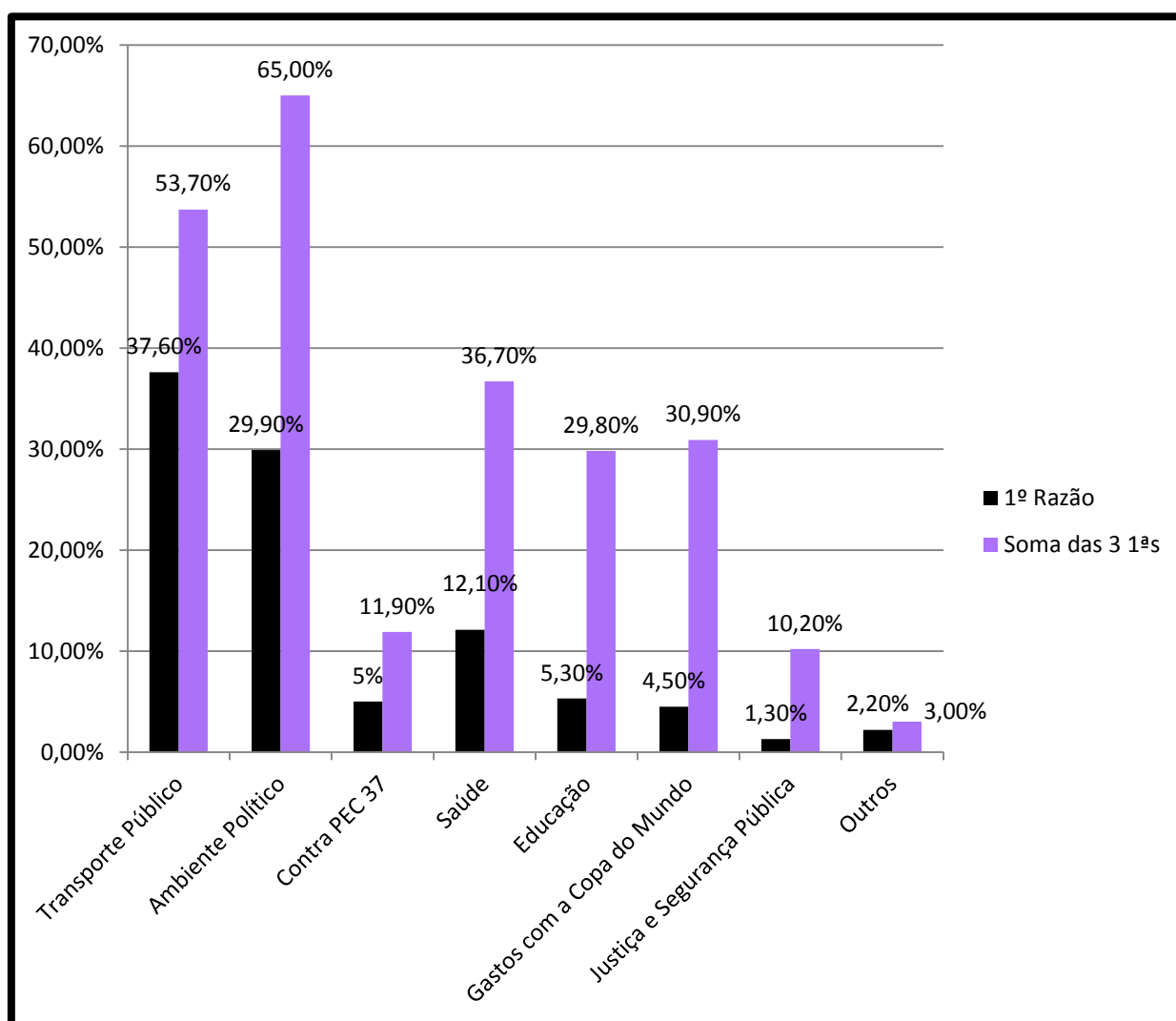
de projetar um desrespeito ao regime democrático, o Estado de Direito e a cidadania (BARROS, 2014).

Nos cartazes das ruas expressões como: “Vai pra PEC que te pariu”, ou “por menos corrupção diga não à PEC 37” “País rico é país sem corrupção” “Fim da #corruptolândia”, entre outras.

Em um sentido mais amplo, a voz da opinião pública era o que estava inserido no contexto das *Manifestações* propriamente ditas, em defesa de uma participação cidadã e de grande divulgação da mídia, entretanto, com pouca profundidade de ações com relação ao que se reivindicava, ocorrendo até oposições de pensamentos, como a volta da ditadura versus o *Impeachment* da presidente Dilma, mas, pautando-se na estrutura teórica de Hardt e Negri, a *Multidão* é um conjunto de singularidades em cooperação, o que se refletiu nas reivindicações de 2013 a 2015, dando a impressão que os manifestantes não sabiam exatamente o que queriam, entretanto, o que os uniu foi a necessidade de expressar a insatisfação com relação ao sistema instituído, à estrutura pública, e assim, como para Olson, a união fez com que vontades singulares pudessem ser ouvidas.

Essa multiplicidade de identificação dos sujeitos está claramente presente no gráfico 4.

Gráfico 2: Vontades singulares X União para *Manifestação*: Pesquisa IBOPE 2013



Fonte: Adaptado de IBOPE, 2013

A pesquisa referida no gráfico subsequente foi feita em sete capitais dos Estados do Brasil e em Brasília, com 2002 manifestantes com quatorze anos ou mais, no dia 20 de junho de 2013 com uma margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, assim sendo, se remete à *Manifestação* de 11 de junho de 2013.

Fica claro no gráfico que tanto de uma maneira ou de outra, ou seja, tanto especificamente uma razão ou razões conjugadas, a relevância se dá no ambiente político e no transporte público, sendo esse colocado como um estopim para o levante de manifestantes.

A concentração no Ambiente Político deixa claro que a indignação das pessoas não estaria em algo simplificado como um ponto ou outro que deve ser modificado, mas sim no contexto político como um todo.

A *Manifestação* de 7 setembro de 2013 tratada pela mídia como o Grito dos Excluídos, foi uma reivindicação histórica do Movimento Popular no Brasil, o qual buscou desterritorializar se organizando nas principais cidades brasileiras. “Foi bem expressiva numericamente, com pautas visíveis, e fez uma festa alternativa à comemoração oficial da Independência do Brasil, mas com pouca visibilidade midiática.” (SCHERER-WARREN, 2014). Isso porque, estrategicamente, algumas mídias focaram no grupo *Black Bloc*, que, pela análise de alguns sociólogos, foi o que acabou dando relevância à *Manifestação* que não se apresentou tão grandiosa quanto a primeira.

Os *Black Blocs* são um típico exemplo de movimento social organizado que usufrui do momento de importância de uma *Manifestação* para dar visibilidade a seus ideais políticos e sociais. Esse grupo tem por característica o uso de máscaras e roupas negras cuja finalidade é esconder o rosto e criar a sensação de união contra a “ordem vigente”, e normalmente se manifestam contra a globalização e o capitalismo, e isso fica claro nos atos de violência contra vidraças de multinacionais, bancos e emissoras de televisão (FOLHA, 2013).

Entretanto nem todos os cidadãos que participam o fazem com um ideal explícito, participam esporadicamente por se condizerem ideologicamente por uma das causas reivindicadas “como ocorreu em grande medida nas denominadas *Manifestações* de junho, não se transforma necessariamente em ator de um movimento organizado ou não cria novos movimentos. Porém, para parte desses participantes, trata-se de um exercício de cidadania [...]” (SCHERER-WARREN, 2014).

A atuação dos brasileiros nas *Manifestações* em questão concretiza-se na formação de *Multidão* portanto algo amplo e que necessita maiores delimitações e dados para serem observados. Optou-se por compreender os dados com levantamento de opinião para ser possível observar os interesses individuais e coletivos, as realidades, as interiorizações e exteriorizações bem como a intervenção da educação.

4 OBSERVAÇÃO DAS REALIDADES: INTERESSES DA *MULTIDÃO*

Observar realidades, tendo como meta investigar os interesses coletivos e/ou individuais da população brasileira e entrelaçar com as bases teóricas até então apresentadas faz com que seja possível apontar alguns sentimentos de desejos e interesses, as lógicas das ações coletivas assim como a busca pelo levantamento de opinião aplicado às *Manifestações* brasileiras em questão.

A investigação, com comparativos entre faixas etárias, tem como finalidade identificar a lógica da união de pessoas reivindicando nas ruas brasileiras por vários motivos e necessidades. Assim, dentre os vários motivos, algo fez com que elas se unissem, mesmo tendo necessidades tão diferenciadas. Individualmente as necessidades eram incontáveis, então, objetiva-se, com a interpretação dos dados do presente capítulo, identificar qual foi o elo que promoveu essa união e como foi possível unir estruturas individuais e formar uma ação coletiva.

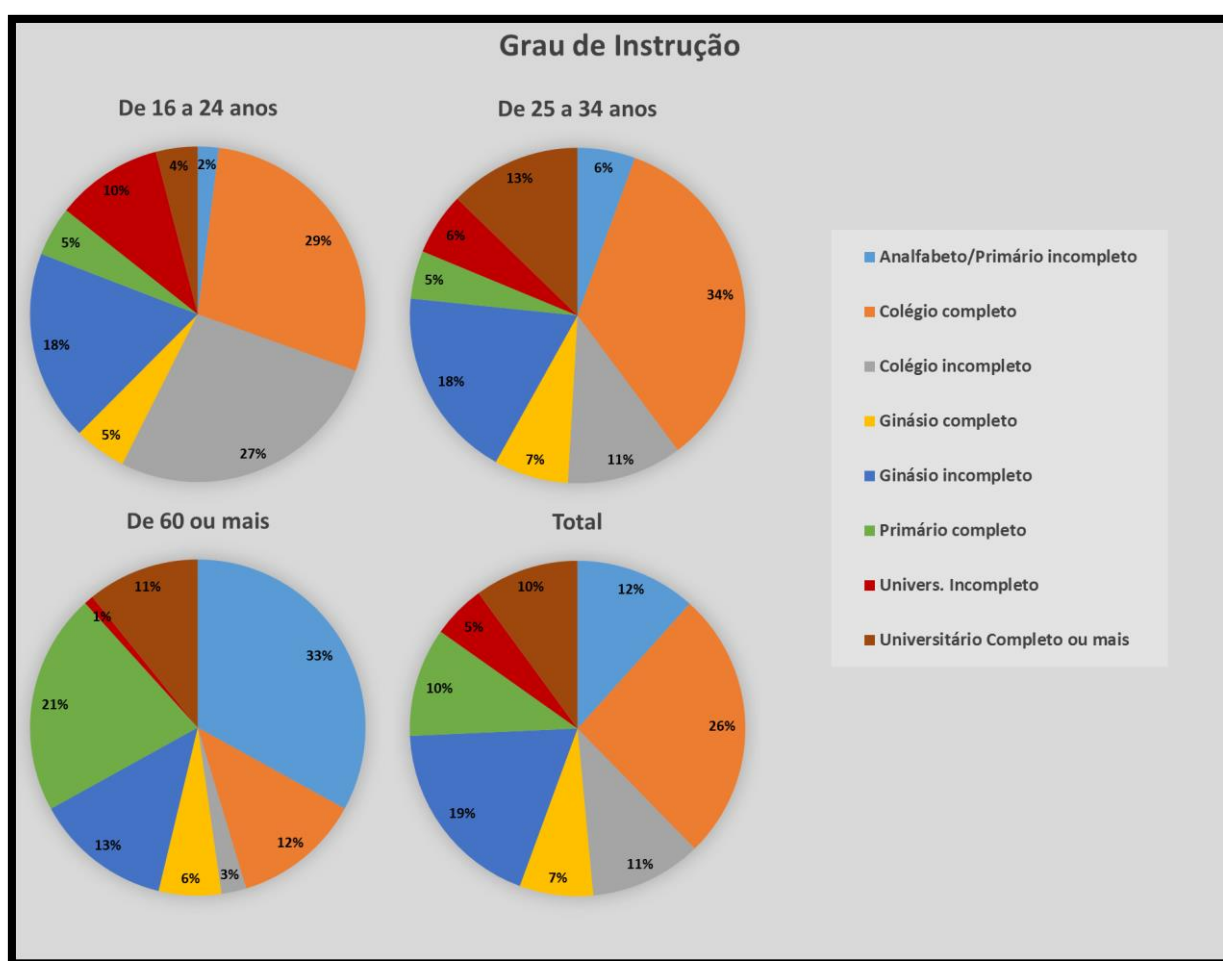
Com esse propósito de investigação, foram tabulados os dados do NUPPs, os quais apresentam-se em forma de uma pesquisa de opinião que compõe levantamentos estatísticos com amostra específica da população brasileira, em busca de obter um levantamento de dados que expressem o comportamento social perante situações e diversos temas relacionados à política pública e o relacionamento das estruturas governamentais com os cidadãos. Os dados coletados foram disponibilizados de maneira íntegra para que a presente pesquisa pudesse tabular, recortar e utilizar comparativos procurando elucidar argumentos palpáveis às argumentações aqui propostas.

As variações influenciadas por acontecimentos e eras históricas culminaram em definições amplas e flexíveis da juventude, na qual todas as pessoas apresentam multiplicidades interiores, poliexistências no mundo real e no imaginário, o que ocasiona a formação e as transformações dos indivíduos em algo inexato e subjetivo, pelo qual as transições de uma fase de vida para a outra se torna algo específico e subjetivo. Apesar das críticas às indagações sobre quantos anos teria a juventude em específico, é inevitável e necessário fazer um recorte.

Tentando não restringir a ponto de prejudicar as análises, mas de tornar possível um recorte analítico, recortou-se uma faixa-etária de 18 anos de diferença entre os entrevistados mais novos e os mais velhos: de 16 a 34 anos.

Para ampliar a significância da amostra exposta, os dados foram comparados a instituições que também apresentam dados socio-econômicos, como por exemplo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), MEC (Ministério da Educação) e ABEP (Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas). Para a identificação da participação de cada grupo etário a apresentação dos dados se iniciou com o grau de instrução de cada grupo selecionado⁸.

Gráfico 3: Grau de instrução



Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014.

⁸ Cabe ressaltar que com a amostra de 2.000 pessoas (n) e uma população de 192.000.000 (N), utilizando a fórmula $ME = 0,98 \times \sqrt{[(N-n)/(Nn-n)]}$ têm-se o resultado de uma margem de erro de aproximadamente 2,23% para mais ou para menos. Os dados oferecidos pelos Institutos e Associações mencionadas apresentam a reafirmação do grau de compatibilidade populacional da amostragem.

Na tabela seguinte está inserido o número absoluto da pesquisa referente ao grau de instrução. No gráfico o total se refere não às somas dos números, mas sim o total da população investigada pela pesquisa aplicada em 2014, ou seja, não somente as três faixas etárias apresentadas mas sim a população em geral: de 16 a 24 anos, de 25 a 34 anos, de 35 a 44 anos, de 44 a 59 anos e de 60 anos ou mais. Isso deve ser considerado para todos os gráficos de 2014.

Tabela 3: Grau de instrução da população brasileira, 2014

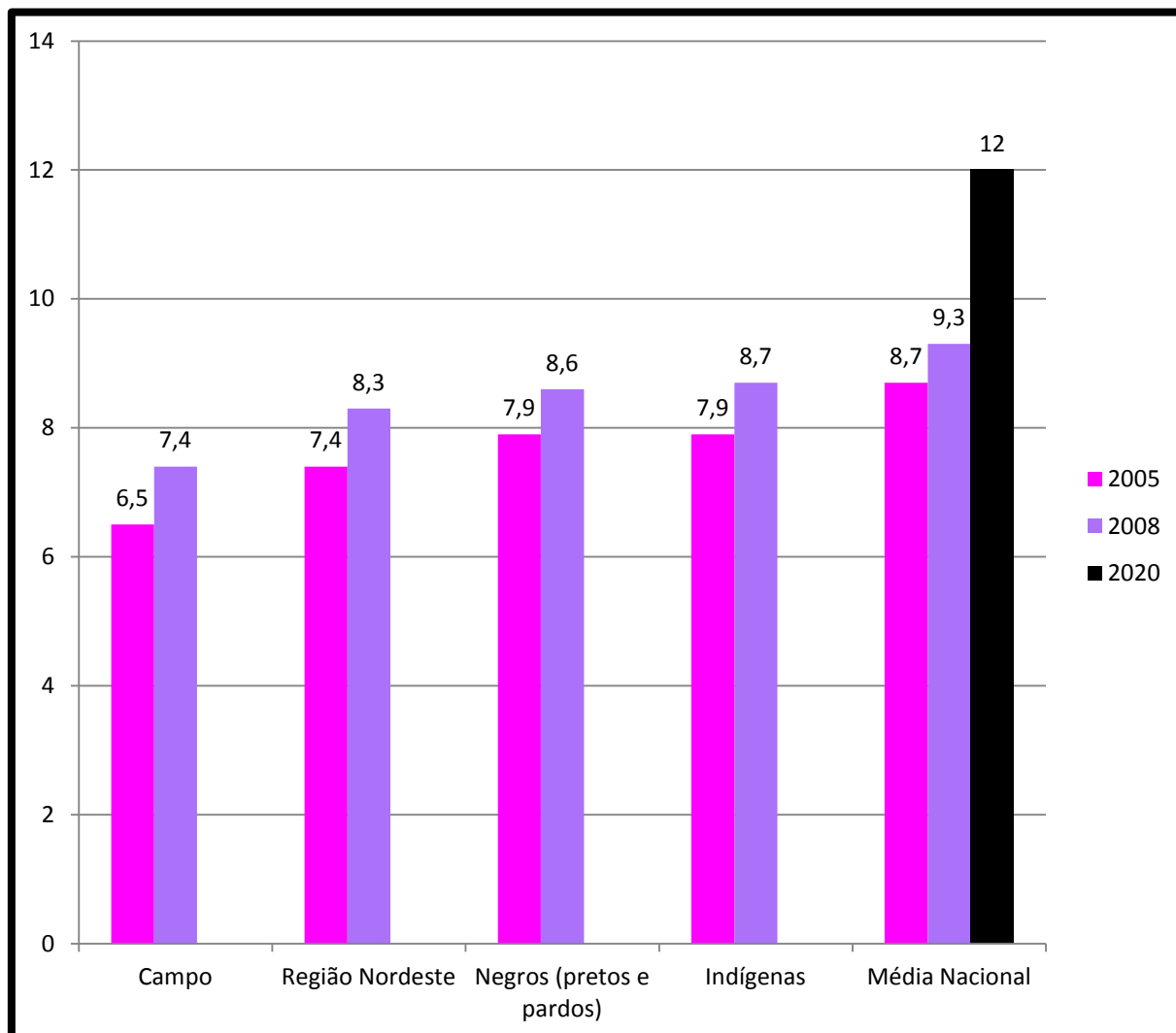
Grau de Instrução								
FAIXA ETÁRIA	Analfabeto / Primário incompleto	Colégio completo	Colégio incompleto	Ginásio completo	Ginásio incompleto	Primário completo	Univers. Incompleto	Universitário Completo ou mais
De 16 a 24 anos	8 (2,02%)	113 (28,46%)	107 (26,95%)	20 (5,04%)	73 (18,39%)	19 (4,79%)	41 (10,33%)	16 (4,03%)
De 25 a 34 anos	24 (5,56%)	148 (34,26%)	48 (11,11%)	31 (7,18%)	80 (18,52%)	20 (4,63%)	26 (6,02%)	55 (12,73%)
De 35 a 44 anos	27 (7,22%)	116 (31,02%)	33 (8,82%)	27 (7,22%)	75 (20,05%)	34 (9,09%)	19 (5,08%)	43 (11,5%)
De 45 a 59 anos	64 (13,79%)	103 (22,2%)	20 (4,31%)	44 (9,48%)	102 (21,98%)	66 (14,22%)	14 (3,02%)	51 (10,99%)
De 60 ou mais	110 (33,03%)	41 (12,31%)	8 (2,4%)	20 (6,01%)	44 (13,21%)	71 (21,32%)	3 (0,9%)	36 (10,81%)
Total	233 (11,65%)	521 (26,05%)	216 (10,8%)	142 (7,1%)	374 (18,7%)	210 (10,5%)	103 (5,15%)	201 (10,05%)

Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014.

Dentre os dados do gráfico anterior o que mais se evidencia é a diminuição do analfabetismo/primário incompleto. A taxa de analfabetismo entre o grupo dos mais novos está cada vez menor, da faixa de 25 a 34 anos para a de 16 a 24 anos reduziu-se em 4%, o que representa uma diminuição de duas vezes do total. A evidência se dá no comparativo entre os que possuem 60 anos ou mais: redução de 33% para 2%, ou seja, 31% de diminuição. Isso também fica claro nos dados oferecidos pelo INEP em observação da população brasileira.

Os subgrupos que aparecem no gráfico 7 são classificados como grupos em desvantagem em relação à média nacional.

Gráfico 4: Escolaridade média da população brasileira de 18 a 24 anos de idade e projeção para 2020:

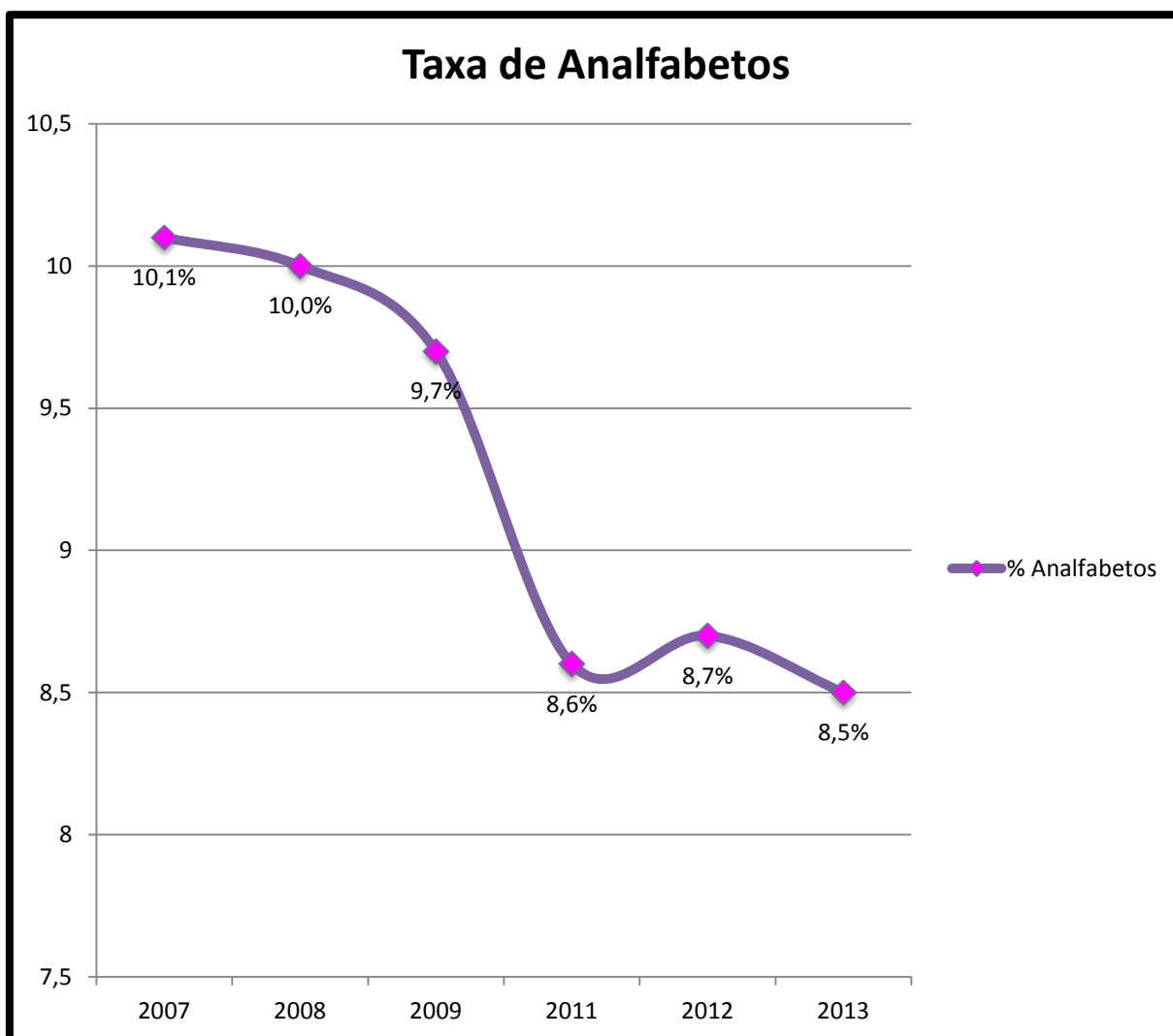


Fonte: Adaptado de BRASIL, 2015

O apontamento e a escolha de meta como 12 anos de escolaridade para a população brasileira (Plano Nacional de Educação - PNE) em geral se estruturou com base nos cálculos do crescimento da escolaridade de 2001 a 2008. O gráfico 7 aponta que a média de crescimento de anos de estudo em geral da população abordada de 2005 a 2008 foi de aproximadamente 6,5%. Caso o crescimento até 2020 fosse proporcional ao crescimento que ocorreu entre essas datas citadas, a escolaridade da população, em geral, atingiria 13,2 anos de estudo. Entretanto, cada subgrupo do gráfico 7 possui dificuldades diversas e portanto um crescimento desigual. Cabe ressaltar que 12 anos de estudo se refere ao ensino médio completo nos padrões estudantis de 2015.

Um dos dados que podem ser apontados para melhoria, em sentido amplo, na educação dos brasileiros é a diminuição da taxa de analfabetismo. O gráfico a seguir apresenta essa variação para pessoas de 15 ou mais anos de idade entre os anos de 2007 e 2013, ou seja, a faixa selecionada tanto pelo INEP quanto pela presente pesquisa é compatível.

**Gráfico 5: Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil
2007-2013**



Fonte: Adaptado de INEP 2007/2013

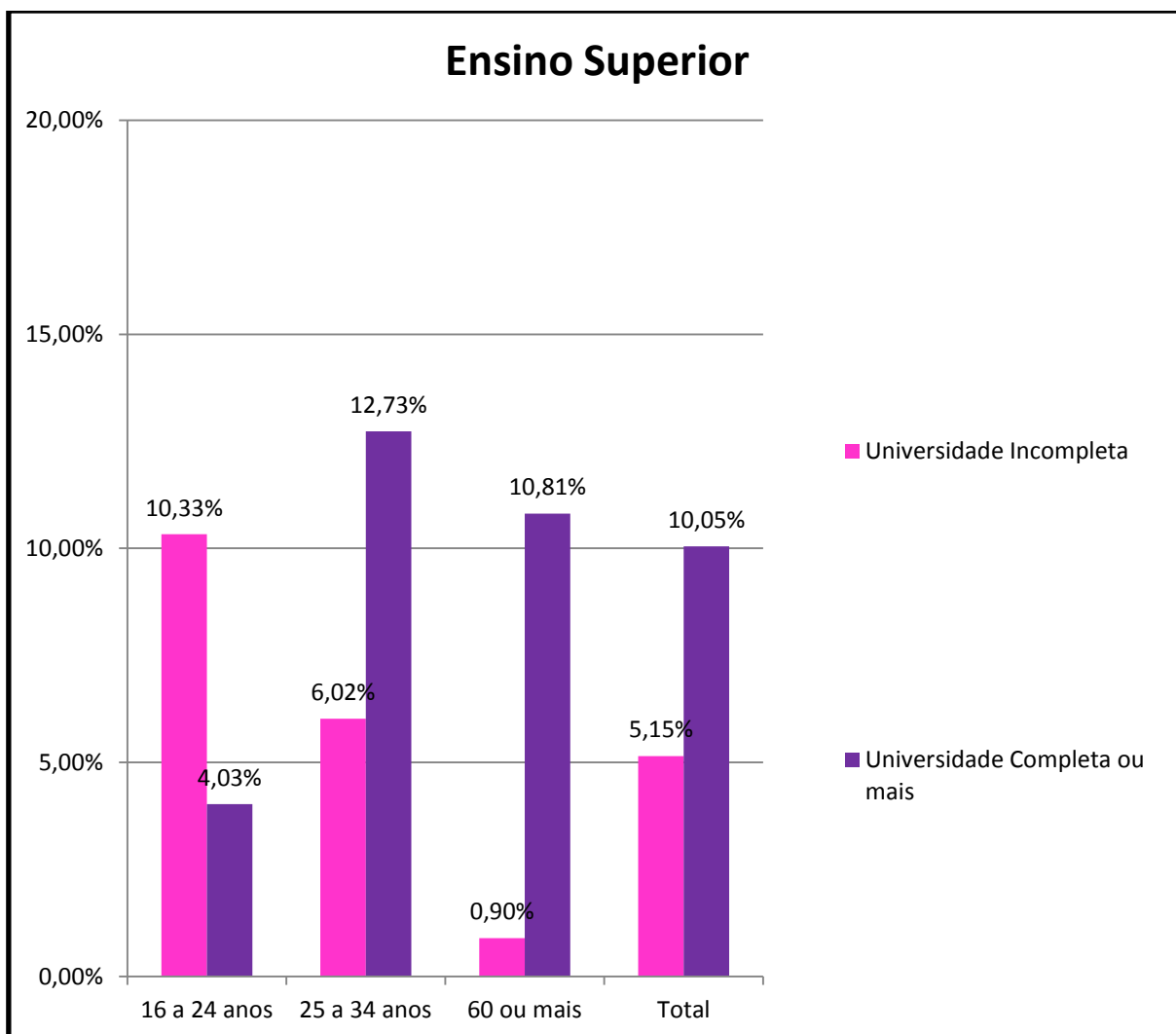
O que fica evidente no gráfico sobre a taxa de analfabetismo em pessoas com 15 ou mais anos é que de 2007 para 2013 houve a diminuição de aproximadamente 16%. Um dos principais elementos responsáveis por essa diminuição foi a aprovação e implementação do

Plano Nacional de Educação e a morte das pessoas pertencentes à terceira idade ao longo dos anos, faixa etária na qual se aponta a maior taxa de analfabetismo.

Outro ponto de relevância para a presente pesquisa são os universitários, estando eles em curso ou já terminado a graduação. Em curso o tempo mínimo é de 13 anos, e completo o tempo mínimo é de 15 anos de estudo ao longo da vida. A projeção para 2020 não chega a esses números, coloca como meta os 12 anos de estudo, ou seja, o ensino médio completo.

Em um comparativo dos dados coletados com relação aos dados do Brasil oferecidos pelo IBGE e pelo Censo de Educação Superior – INEP/MEC tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 6: Percentual da população abordada com relação ao curso superior



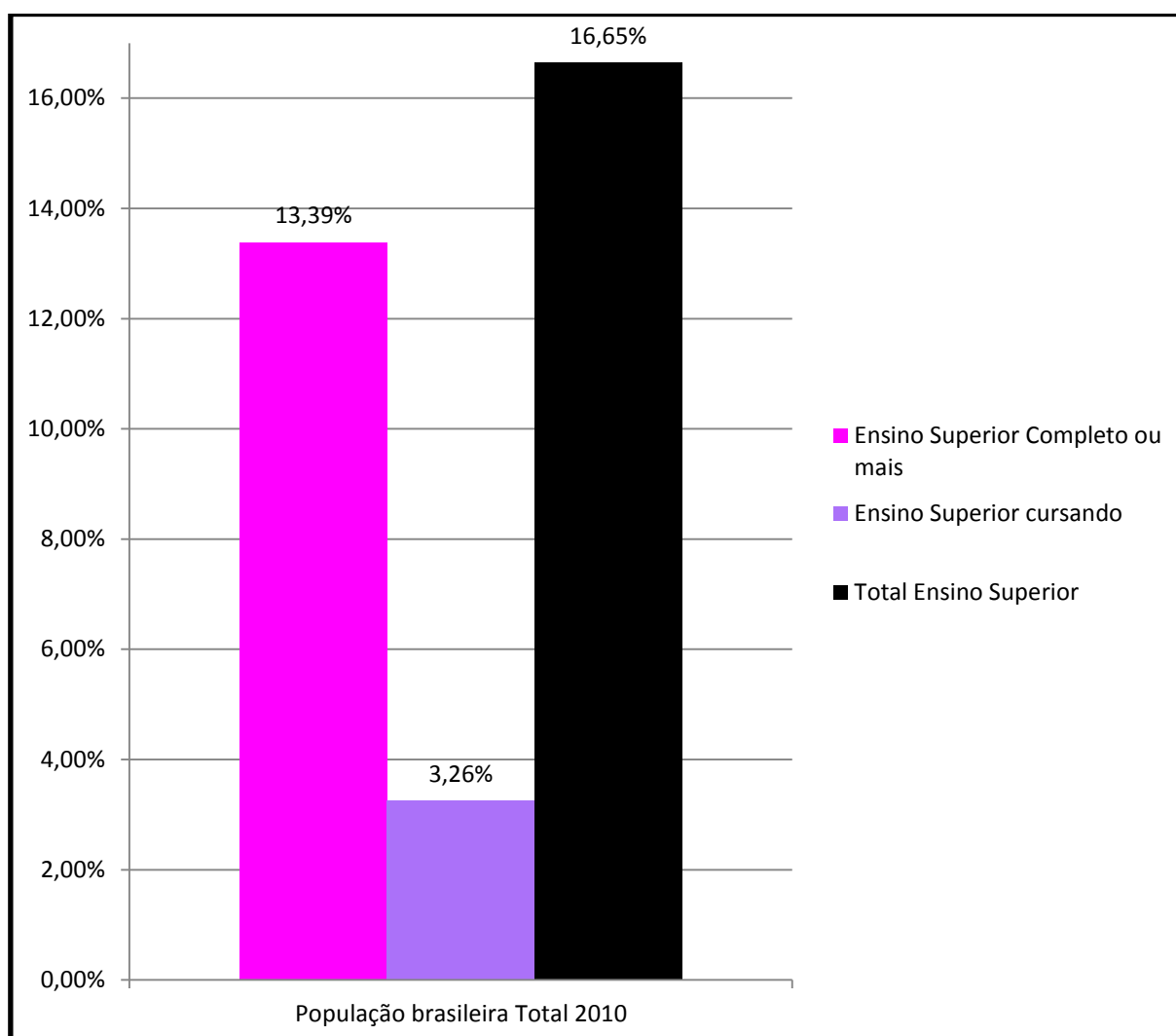
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Da população pesquisada pelo NUPPs tem-se que 27,57% dos entrevistados das faixas selecionadas possuem ensino superior completo ou já estudaram além disso, com pós-

graduação, mestrado ou doutorado. Entretanto, sem recortes, do total da população, incluindo todas as faixas etárias, 15,20% tem Universidade Completa ou mais ou tem Universidade incompleta, o que é compatível com relação aos dados de 2010. O que evidencia-se no comparativo entre as idades é que o acesso ao ensino superior cresceu nas últimas décadas; no comparativo das faixas que já tem idade para estar nesse nível escolar há um crescimento de 2,68% da população brasileira, entre as faixas de 25 a 34 anos e de 60 e mais anos; assim, o acesso à educação superior está aumentando.

Em 2010 a população brasileira estruturava-se do seguinte modo com relação à educação superior:

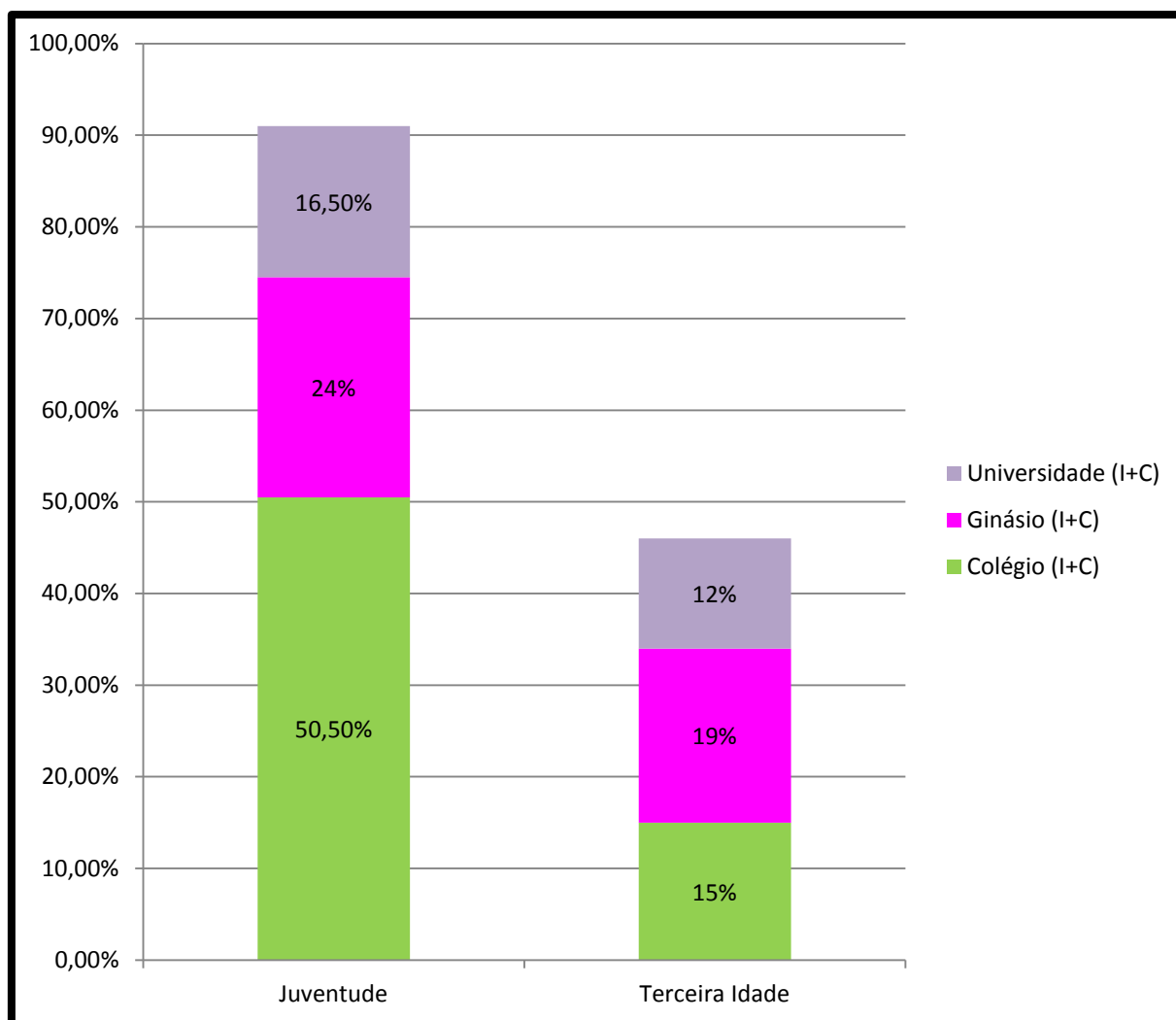
Gráfico 7: Percentual da população brasileira de 2010 com relação ao curso superior. Valor absoluto de base 195,2 milhões de habitantes



Fontes: IBGE – INEP-MEC, 2016.

16,65% da população brasileira teve acesso ao curso universitário no sentido de ter concluído ou estar cursando; cabe ressaltar que os desistentes não foram computados pois o IBGE faz o agrupamento das pessoas com ensino médio completo e ensino superior incompleto, dessa maneira, inserindo esses dados no contexto presentemente abordado ocasionaria uma análise não concreta e clara, pois seria inserido o ensino médio, o que não é o intuito desse tópico. Na não relevante diferença de 2010 para 2014, um percentual de 1,45 entre os dados do NUPPs e do IBGE, deve ser ressaltado que a população cresceu de 195,2 milhões para 202,7 milhões, um crescimento de 3,7%.

Em síntese, evidenciando o comparativo entre a faixa etária selecionada na presente pesquisa e os mais velhos, pode-se chegar à conclusão que os mais novos tem maior acesso à educação formal do que os mais velhos, o que possibilita uma diferenciação com relação à visão de vida e às expectativas. Entretanto não se pode afirmar com relação à qualidade do ensino, somente às estatísticas da quantidade de pessoas atingidas pela educação. Se aglomeradas as escolaridades: Colégio (completo e incompleto), Ginásio (completo e incompleto) e Universidade (completa e incompleta), e comparados de 16 anos a 34 e de 60 ou mais tem-se:

Gráfico 8: Comparativo de escolaridade entre a juventude e a terceira idade

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

O gráfico que antecede exhibe claramente a diferença de acesso à educação formal da juventude e da terceira idade. Na amplitude geral, a juventude apresenta 91% dos seus integrantes com acesso a algum tipo de educação, colégio, ginásio ou universidade, completos ou incompletos; já a terceira idade apresenta somente 46% de acesso aos níveis de educação selecionados.

Dentre os dados mais discrepantes está o colégio, com 50,5% para a juventude e 15% para a terceira idade, o que possibilita, portanto, afirmar que a faixa etária juventude tem um maior acesso à educação formal, o que em tese, possibilita uma compreensão mais fundamentada de fatos e acontecimentos.

Em resumo, um dos pontos relevantes para se selecionar a juventude foi o acesso à educação, faixa etária que possui a maior educação formal dentre as outras faixas analisadas,

e, neste contexto, pode-se enfatizar a análise de Aristóteles, o qual afirma que as escolhas individuais não são estruturadas somente pelo indivíduo, mas sim sofrem influências sociais, ocasionadas pelo coletivo, e este, o coletivo, consegue estruturar interesses e desejos do indivíduo via educação, seja ela formal ou não.

Este maior acesso à educação da juventude, portanto, faz com que ela seja mais manipulada pelo coletivo ou faz com que se amplie a visão da juventude em busca de transformações?

A coletividade pode proporcionar escolhas individuais, análises de atos virtuosos e a construção de suas próprias influências, assim, o indivíduo se forma e constrói um mundo em constante transformação, conforme às aberturas que permite a si com relação à coletividade, possibilitando uma sociabilização, cognição, moralidade, fundamentando-se na ação pedagógica, a qual deve possibilitar a instrução, mas também a possibilidade de existência do individual a partir de uma educação clássica, a *Paidéia* (educação de meninos).

Além da análise de Aristóteles, as análises de Berger e Luckmann também conseguem evidenciar, de certa maneira, a importância da construção de realidades, modeladas por cada indivíduo, mas, entrelaçada ao coletivo.

Trazendo para o contexto educacional, a consciência consegue dirigir e ser dirigida pelo mundo externo, o qual se “mistura” com a subjetividade de cada indivíduo. Ampliando, portanto, o mundo externo, através da educação, amplia-se também as possibilidades de escolhas, desejos e interesses, a ponto de ser possível criar novas realidades. É nesta conjuntura que a juventude brasileira se inseriu: uma possibilidade mais ampla de acesso à educação se comparada com os mais velhos o que gera uma propensão de criar novas realidades, ou pelo menos busca-las, nesta conjuntura, em forma de *Manifestações*. Portanto confirma-se a coerência da seleção da juventude como faixa etária a ser observada, fase da vida que mais recebeu influências formais educacionais, já que, não é simplesmente por uma escolha individual que o desejo se forma, mas sim tanto pela totalidade interna quanto pela externa de uma pessoa.

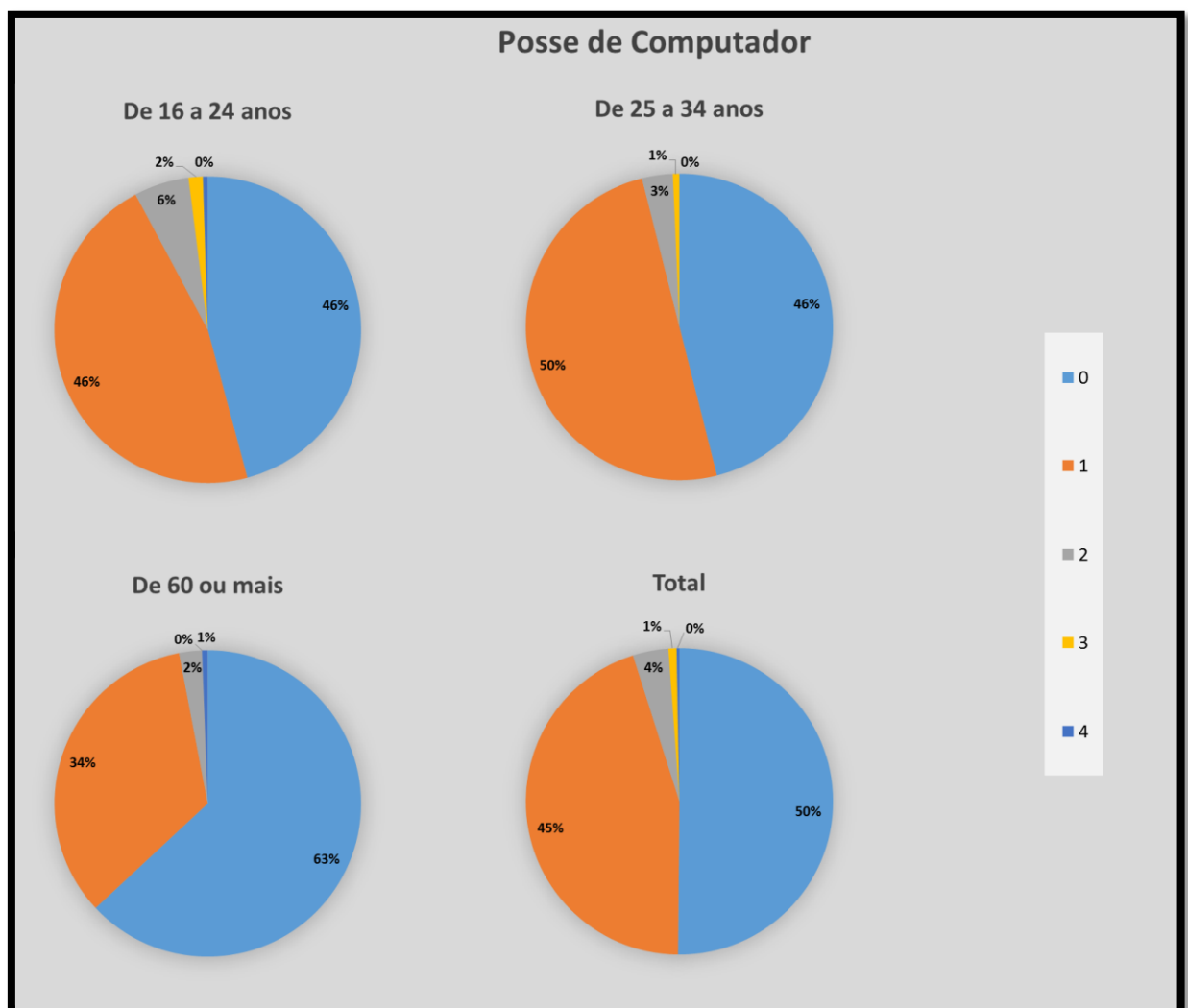
A pessoa participando, sendo parte ou tomando parte, pode proporcionar ou ser propiciada pelo coletivo, este só conseguindo consolidar o desejo de uma pessoa estruturado em uma educação, a chamada educação moral dos desejos, podendo-se afirmar, então, que o fim desejado, normalmente antecede a decisão de escolha, o indivíduo transformando o social e o social o transformando, como num ciclo, tendo a educação um relevante papel nessa amplitude. Portanto, quanto mais acesso à educação maiores propensões a transformações individuais e coletivas.

A juventude é a faixa etária que tem maior acesso à educação, por consequência, maiores possibilidades de transformações e mudanças, já que na formação do caráter, conjuntura em que passa a juventude, são praticados atos virtuosos sem que a pessoa necessariamente seja virtuosa pois aprende-se, normalmente, o bem desejar e o raciocínio prudente no ponto aristotélico de discussão.

Além do acesso à educação, para a configuração da apresentação da população pesquisada alguns pontos sobre o dia-a-dia e a posse dos brasileiros foram levantados, um deles foi sobre a posse de computadores nas casas.

O número de computadores em domicílios variou de zero a quatro, conforme gráfico que se seguem.

Gráfico 9: Percentual de pessoas que possuem computadores



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Como um dos principais meios de integração entre os participantes dos protestos de 2013 e 2015 foi a *internet*, é importante expor o percentual de pessoas que possuem ou não computadores. Dos entrevistados, e da amostra recorte, a minoria não tem computador próprio, 46% do total, entretanto 54% do total possuem. O que não se pode deixar de relatar é que, além do possuir computadores, existe a possibilidade de acesso por celulares, *tablets* e as *lan houses*, o que certamente amplia a constatação de acesso de grande parte da população. Isso comprova que a possibilidade de organização das *Manifestações* passou a ser efetiva para mais da metade da população brasileira de 16 a 34 anos. Isso não condiz com um comparativo com os que têm mais de 60 anos e com o total da população, o qual supera 60% e atinge 50%, respectivamente, do total das pessoas que não possuem computador, entretanto não se pode considerar 50% um número baixo, pelo contrário. Em números absolutos tem-se:

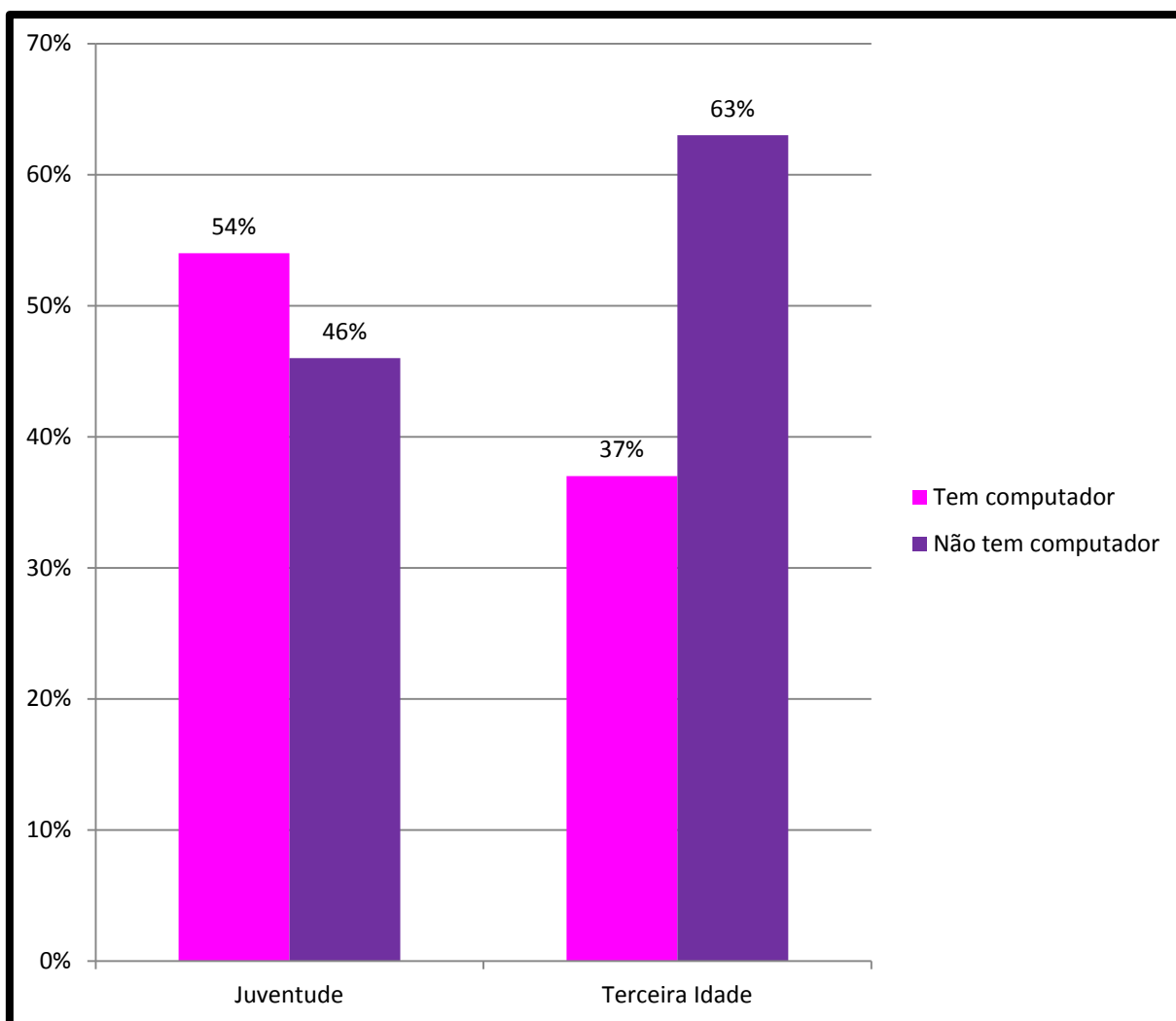
Tabela 4: Percentual de pessoas que possuem computadores

Posse de Computador					
FAIXA ETÁRIA	0	1	2	3	4
De 16 a 24 anos	182 (45,84%)	184 (46,35%)	23 (5,79%)	6 (1,51%)	2 (0,5%)
De 25 a 34 anos	199 (46,06%)	216 (50%)	14 (3,24%)	3 (0,69%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	164 (43,85%)	197 (52,67%)	8 (2,14%)	4 (1,07%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	248 (53,45%)	189 (40,73%)	22 (4,74%)	4 (0,86%)	1 (0,22%)
De 60 ou mais	210 (63,06%)	113 (33,93%)	8 (2,4%)	0 (0%)	2 (0,6%)
Total	1003 (50,15%)	899 (44,95%)	75 (3,75%)	17 (0,85%)	6 (0,3%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Em um comparativo mais claro e buscando expor o diferencial que a juventude apresenta com relação à posse de computadores tem-se:

Gráfico 10: Juventude e terceira idade X posse de computadores



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

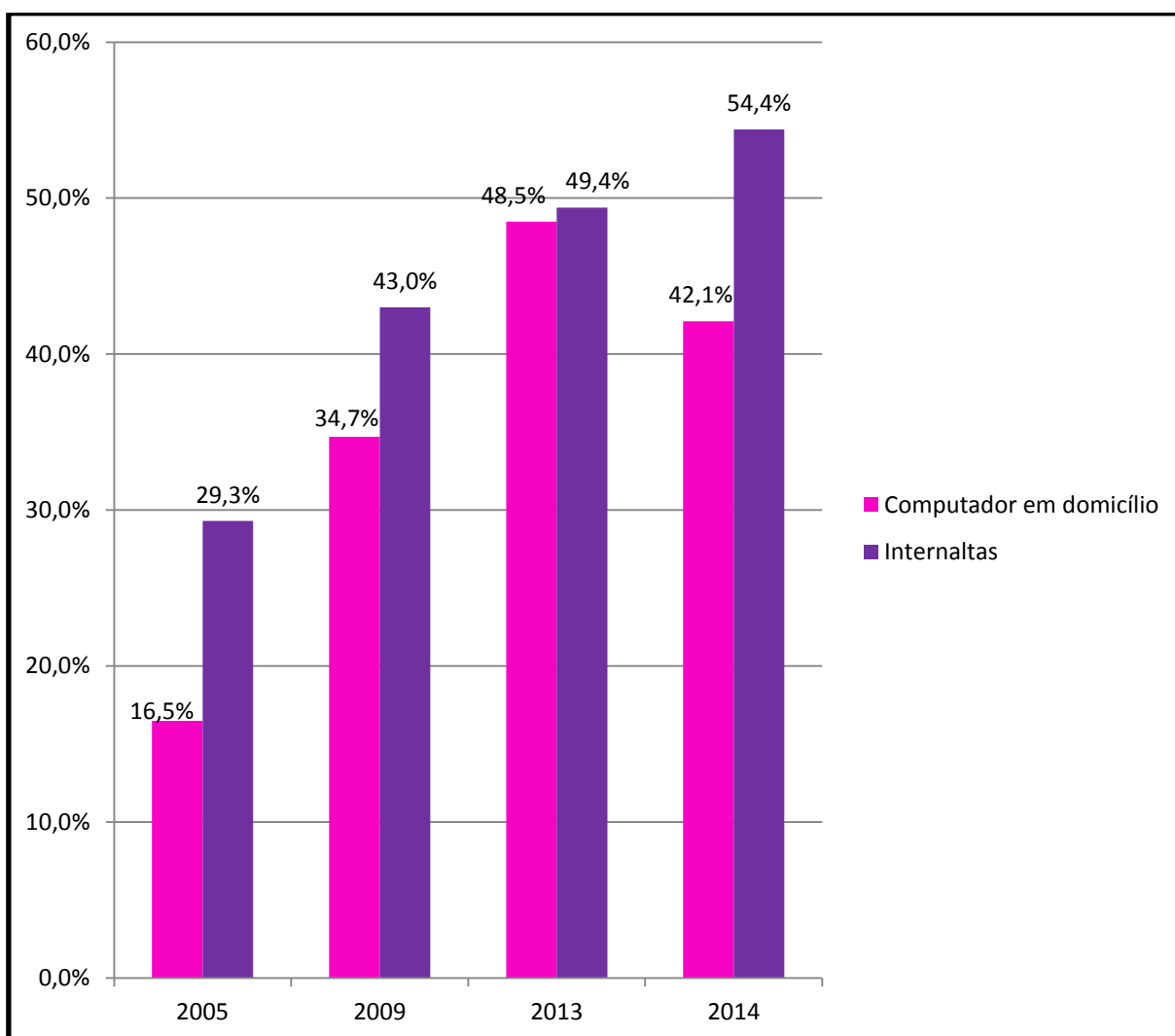
Em resumo, fica claro o maior acesso da juventude a computadores, uma das bases fundamentais para que as *Manifestações* ocorressem, portanto, outro argumento para a seleção de análise dessa faixa etária.

No contexto brasileiro a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) divulgou em 2014 que em 49,5% dos domicílios brasileiros havia pelo menos um computador. Número compatível à pesquisa apresentada. De quase metade das casas que possuem computadores, 28% tem acesso à internet (PNAD, 2014). Entretanto, o possuir um computador passou de um crescimento constante desde 2005 para um decréscimo de 2013 para 2014.

Cabe então questionar: O possuir computador garante o acesso à *internet*? O contrário também se concretiza? Ou seja, para ter acesso à *internet* é necessário possuir um computador próprio?

No gráfico seguinte está um comparativo entre o possuir computador e ter acesso à internet.

Gráfico 11: Comparativo de computadores em domicílio e número de internautas



Fonte: CGI, 2015.

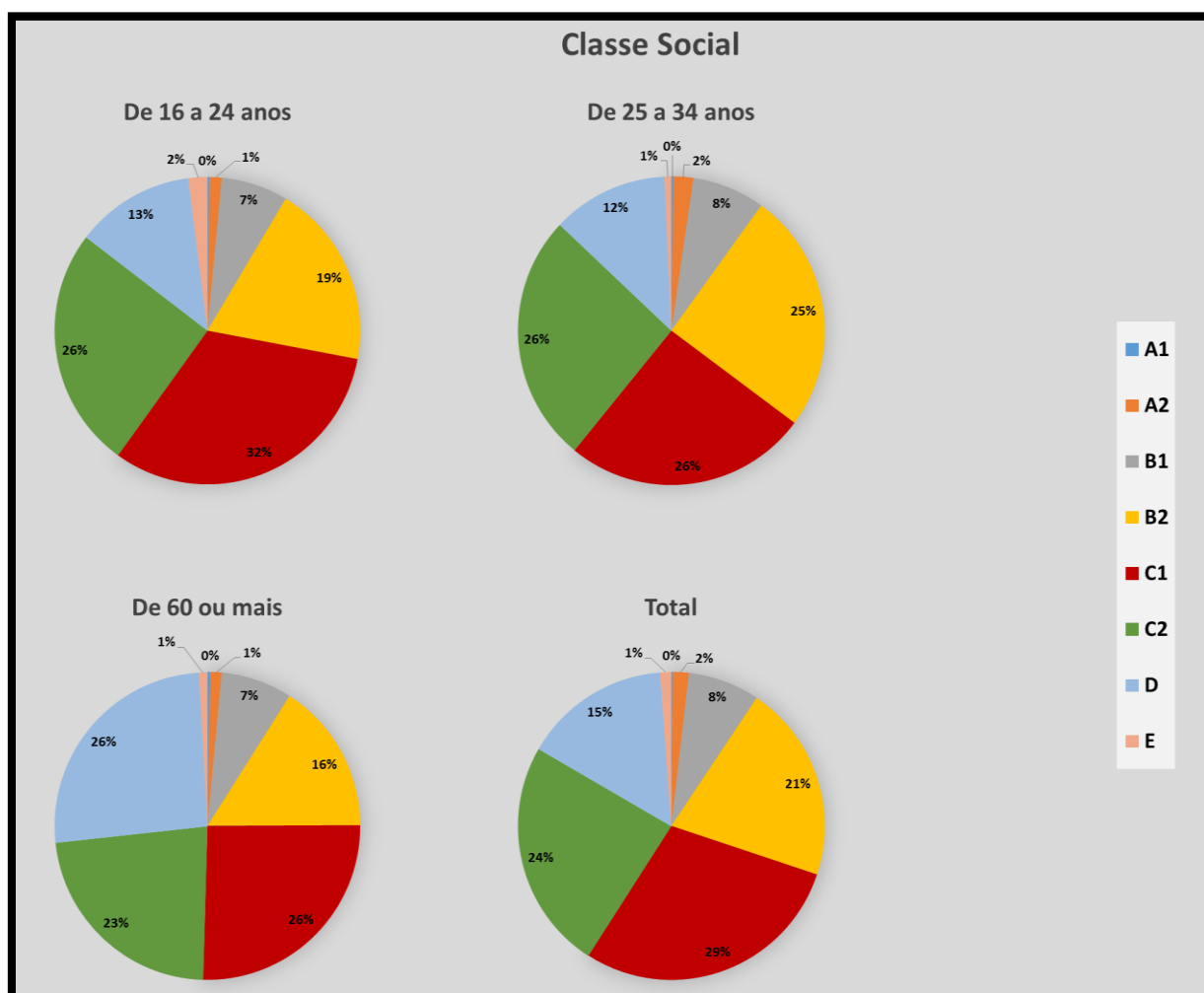
Portanto, fica claro que o crescimento do número de domicílios nos quais existem um ou mais computadores não está necessariamente proporcional ao número de internautas. Este último, diferente do que ocorreu de 2013 para 2014 com os computadores, só vem crescendo, em nove anos cresceu 37,9%, o número de computadores em domicílio reduziu de 2013 para 2014 em 6,4%.

Um dos argumentos enfatizados na revisão de literatura é de que a existência de um indivíduo está fundamentada, entre vários pontos, na interação com a sociedade, o coletivo e a estrutura social, os quais interagem entre si e formam a consciência do homem. Essa formação ocorre por vários meios: a comunicação (fala – forma social do conhecimento); o sistema de saber (conhecimento que formaliza a prática social); a ideologia, os interesses classistas e a organização da prática social. O acesso aos computadores, nas duas primeiras décadas do século XXI é uma das grandes maneiras de se estruturar uma comunicação, acesso às informações e uma provável construção do conhecimento, uma estruturação ideológica e a organização de uma prática social.

As *Manifestações* em questão tiveram como base a comunicação via *internet*, para a qual fica evidente, no gráfico que compara o acesso da terceira idade com relação aos jovens, que a juventude configura-se muito mais propícia e estruturada com essa forma de comunicação do que os mais velhos. Argumenta-se, mais uma vez, que a juventude tem um maior peso neste contexto de comunicação via *internet* e de participação nas *Manifestações*.

Além desse argumento, há de se especificar que ser internauta requer necessariamente estar incluído digitalmente, o que está relacionado com acesso à educação, normalmente dos mais jovens, e com a classe social da população investigada.

Gráfico 12: Percentual de Classes Sociais



Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014.

A maioria dos entrevistados, tanto de 16 a 24 anos, quanto de 25 a 34 anos, é pertencentes às classes B2, C1 e C2, o que concretiza-se, em ambos os casos, um percentual de 77. Já com 60 anos ou mais, aparece um número relevante de pertencentes às classes C1 e D, assim, pode-se afirmar que os mais velhos tem um menor poder aquisitivo e de acesso se comparados com os mais novos. Do total da população brasileira a maioria está entre a classe D e B2, com um total de 97%. Em número absoluto tem-se:

Tabela 5: Número absoluto de Classes Sociais

FAIXA ETÁRIA	Classe Social							
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E
De 16 a 24 anos	1 (0,25%)	5 (1,26%)	28 (7,05%)	77 (19,4%)	127 (31,99%)	101 (25,44%)	50 (12,59%)	8 (2,02%)
De 25 a 34 anos	1 (0,23%)	9 (2,08%)	33 (7,64%)	109 (25,23%)	111 (25,69%)	113 (26,16%)	53 (12,27%)	3 (0,69%)
De 35 a 44 anos	0 (0%)	7 (1,87%)	27 (7,22%)	85 (22,73%)	117 (31,28%)	84 (22,46%)	51 (13,64%)	3 (0,8%)
De 45 a 59 anos	0 (0%)	9 (1,94%)	38 (8,19%)	90 (19,4%)	140 (30,17%)	111 (23,92%)	70 (15,09%)	6 (1,29%)
De 60 ou mais	1 (0,3%)	4 (1,2%)	25 (7,51%)	53 (15,92%)	85 (25,53%)	76 (22,82%)	86 (25,83%)	3 (0,9%)
Total	3 (0,15%)	34 (1,7%)	151 (7,55%)	414 (20,7%)	580 (29%)	485 (24,25%)	310 (15,5%)	23 (1,15%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Portanto, pode-se afirmar que o recorte da população pesquisada (classificada na presente pesquisa como juventude) tem um grau de pontuação mediano com relação aos Cortes do Critério Brasil, ou seja, de 14 a 28 pontos.

Essa classificação de classe sociais é uma junção de pontuações que se formam a partir do Critério Brasil – ABEP e o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), que aponta características domiciliares e o grau de escolaridade do chefe da família. Na tabela que se seguiu está a diferenciação de pontuações.

Tabela 6: Classificação da Classe Social

Posse de itens					
	Quantidade de Itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Televisão em cores	0	1	2	3	4
Rádio	0	1	2	3	4
Banheiro	0	4	5	6	7
Automóvel	0	4	7	9	9
Empregada mensalista	0	3	4	4	4
Máquina de lavar	0	2	2	2	2
Videocassete e/ou DVD	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex)	0	2	2	2	2

Grau de Instrução do chefe de família		
Nomenclatura Antiga	Nomenclatura Atual	
Analfabeto/ Primário incompleto	Analfabeto/ Até 3ª série Fundamental/ Até 3ª série 1º. Grau	0
Primário completo/ Ginásial incompleto	Até 4ª série Fundamental / Até 4ª série 1º. Grau	1
Ginásial completo/ Colegial incompleto	Fundamental completo/ 1º. Grau completo	2
Colegial completo/ Superior incompleto	Médio completo/ 2º. Grau completo	4
Superior completo	Superior completo	8

CORTES DO CRITÉRIO BRASIL

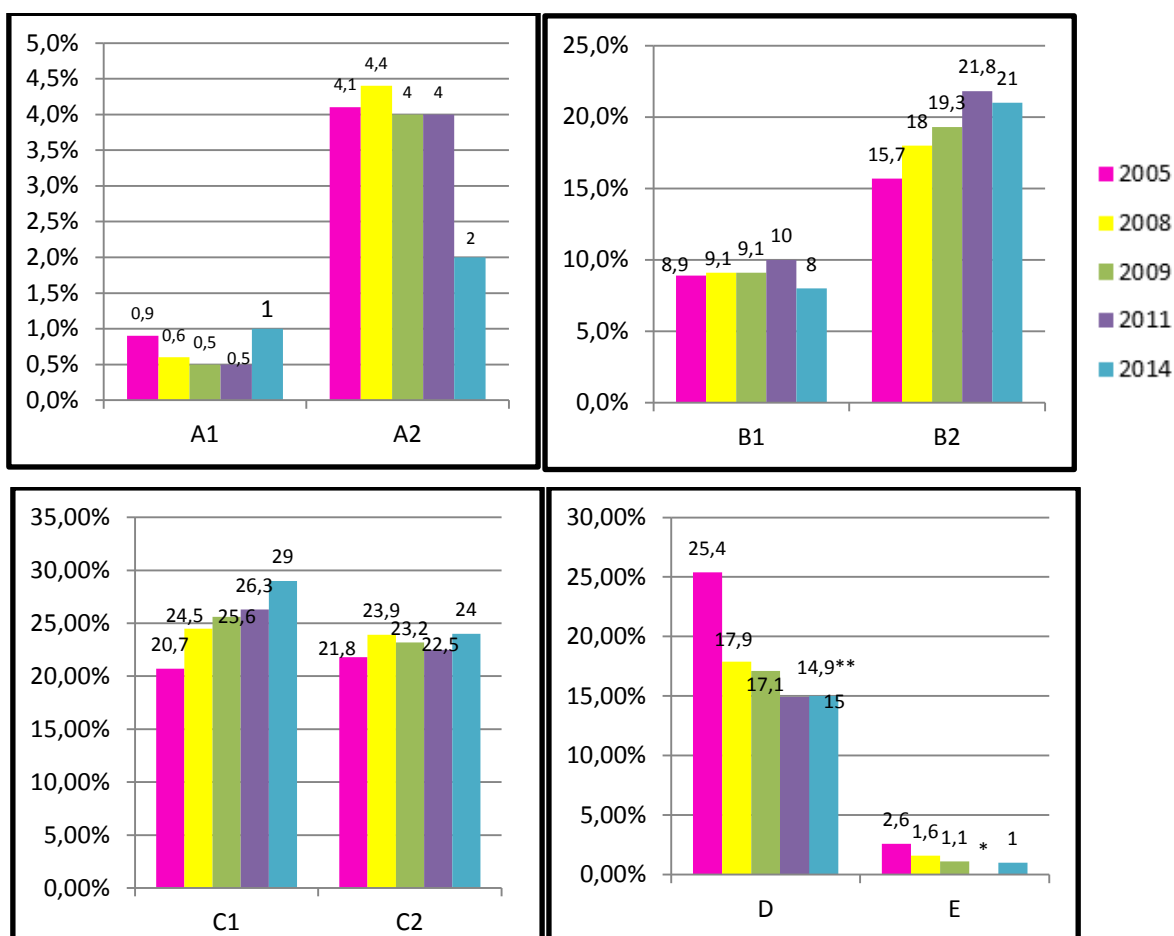
Classe	Pontos
A1	42 - 46
A2	35 - 41
B1	29 - 34
B2	23 - 28
C1	18 - 22
C2	14 - 17
D	8 - 13
E	0 - 7

Fonte: ABEP (a), 2009.

Essa classificação não parte simplesmente da rentabilidade da família mas também de quais acessos a família tem com relação à cultura, informação, mobilidade, saneamento, armazenagem de alimentos e conforto, além do grau de instrução.

Para comparativo das mudanças com relação às classe sociais no Brasil ao longo dos últimos anos, demonstra-se o gráfico:.

Gráfico 13: Mudanças de classes sociais no Brasil



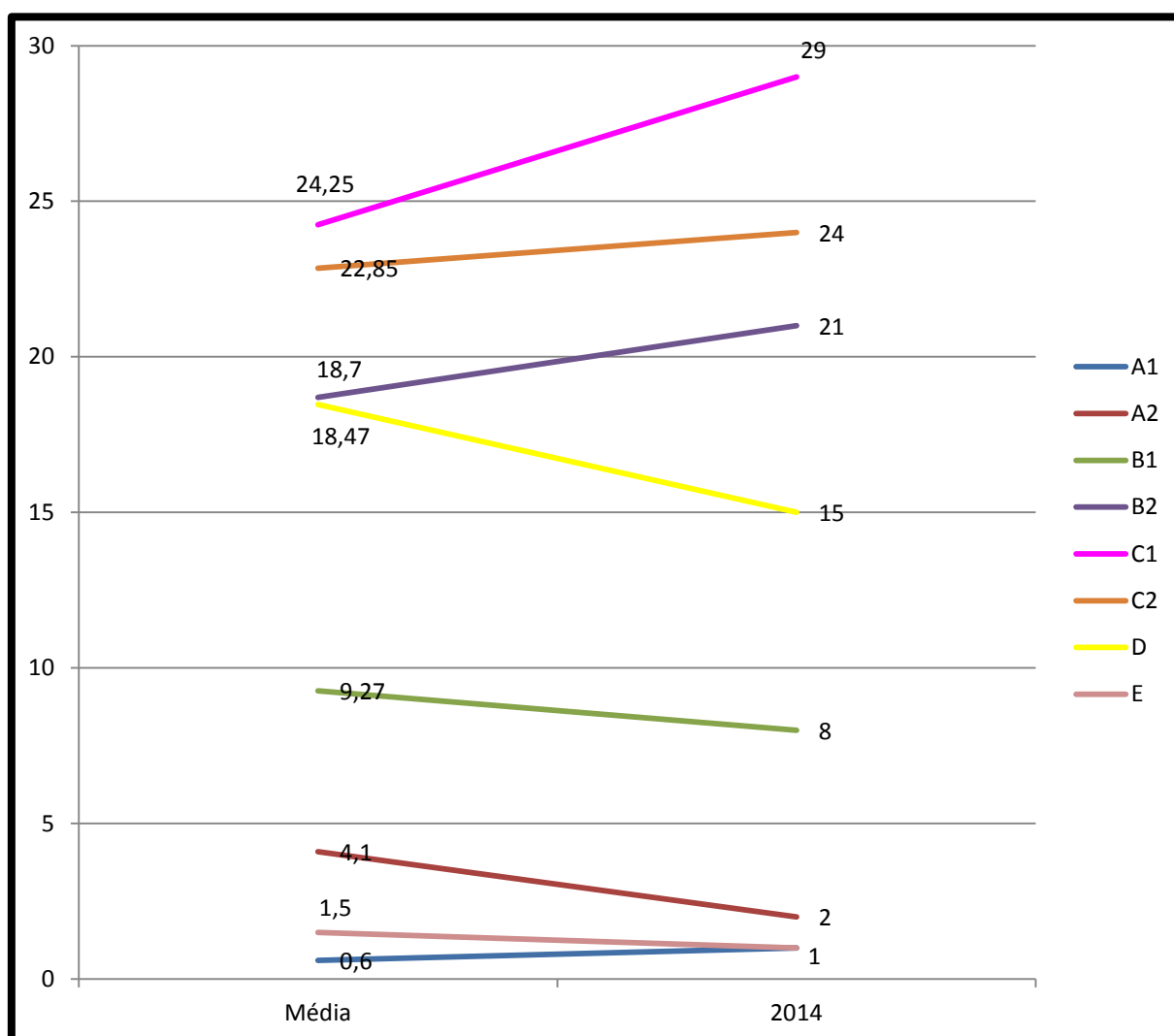
Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014; ABEP (b), 2015.

* Não há dados específicos para essa classe social

** Junção dos dados das classes D e E.

Fazendo uma média dos anos de 2005 a 2011 em busca de elaborar um comparativo dos dados mais recentes, de 2014 têm-se que:

Gráfico 14: Variâncias de classes sociais no Brasil



Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014; ABEP (b), 2015.

Os maiores crescimentos do percentual de cada classe social, do maior para o menor foram: C1, C2 e B2 com um crescimento de 4,75%; 2,3% e 1,15% respectivamente. A classe social que mais diminuiu em porcentagem foi a A2, seguida pela D e depois pela B1. Para ficar mais claro, o percentual de cada elevação ou decréscimo está na seguinte tabela:

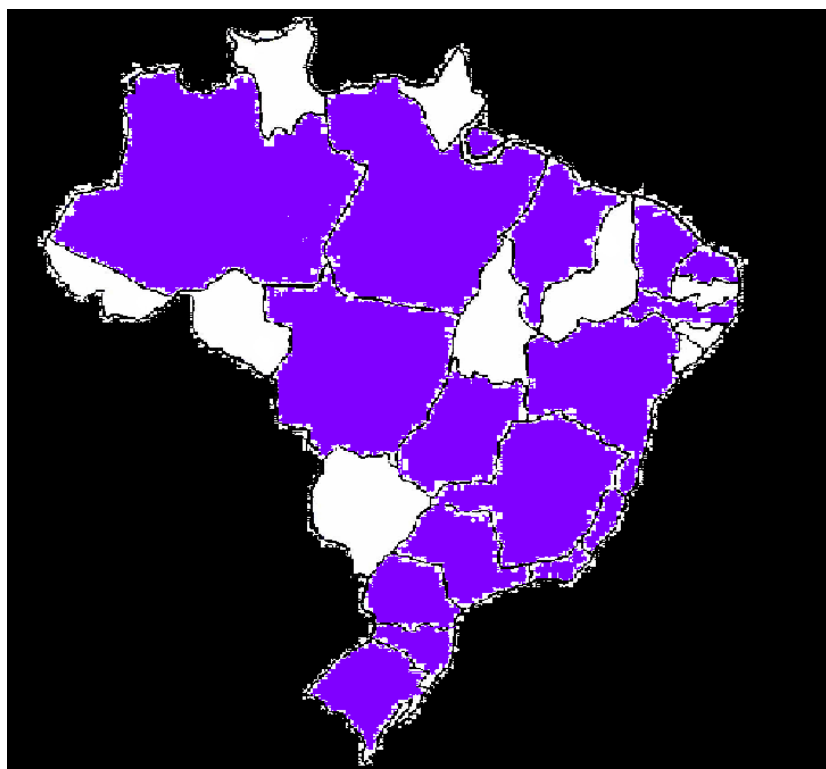
Tabela 7: Crescimento e decréscimo das classes sociais no Brasil

	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D*	E*
Média	0,6	4,1	9,27	18,7	24,25	22,85	18,47	1,5
2014	1	2	8	21	29	24	15	1
Variação	>66,66%	<51,2%	<13,7%	>12,29%	>19,58%	>5,03%	<18,78%	<33,33%

Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014; ABEP (b), 2015.

* Para o cálculo de 2011 foram usados 13,9 para D e 1% para E.

O levantamento de dados da NUPPs foi feito nestas regiões que estão apontadas em roxo no mapa do Brasil:

Figura 6: Mapa do Brasil e as regiões abordadas

Fonte: Autora, 2015

Ou seja, a pesquisa foi aplicada em 17 Estados e no Distrito Federal, sendo eles São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Pará, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Goiás, Espírito Santo, Ceará, Bahia e Amazonas.

4.1 Levantamento de opiniões sobre atuações governamentais

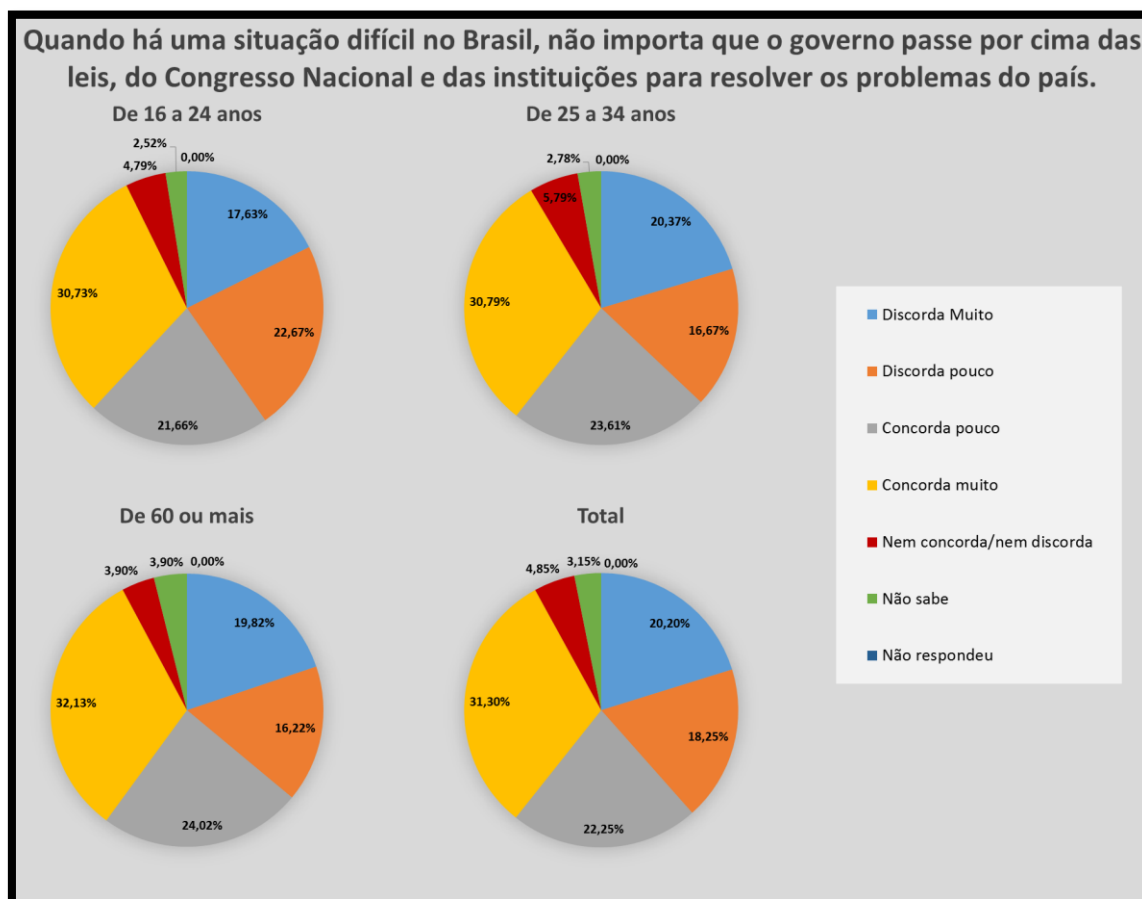
À população entrevistada foram questionados vários pontos referentes ao contexto político brasileiro em forma de concordância ou discordância sobre atuações governamentais, corrupção, transparência, entre outros, e também foram estruturadas perguntas dentro de um cotidiano como instituições religiosas, família, amigos, etc. O objetivo, no presente subitem é fazer um comparativo em busca de evidenciar a existência ou não de um pensamento contínuo e com a mesma coerência quando fala-se de assuntos referentes à política e assuntos em geral.

Essa abordagem de assuntos foi a forma escolhida para que fosse possível evidenciar as realidades existentes dos pesquisados. Partindo da estrutura teórica de Berger e Luckmann a conjuntura exterior forma a realidade de cada indivíduo inserido nele, o modelando, o moldando, o que proporciona a sensação ao indivíduo que ele está inserido em um sistema real e que esse padrão de vida é o único existente, sendo muito difícil conseguir enxergar as outras realidades existentes, e até mesmo admitir que elas existem. Partem do pressuposto, então, que nada foi construído e que nada mais existe além daquilo que estão inseridos e enxergando.

O concreto, o mundo objetivo e externo, se mistura com a esfera subjetiva, dando a sensação que só existem coisas concretas, verdadeiras, únicas na existência, mas não pode-se deixar de expor que o indivíduo pode transitar em diferentes realidades, o que é causada pelo deslocamento de atenções. Dentre as várias realidades existentes que envolvem um ser humano, existe uma que prevalece sobre as outras, sendo considerada a realidade por excelência, a qual impera na vida cotidiana, e é neste foco, em busca de apresentar a realidade predominante da população brasileira calcando-se na análise da ação coletiva, neste caso as *Manifestações*, que os dados que se seguem serão observados.

No primeiro tópico levantado foi questionada a atuação do governo perante situações difíceis versus a ação do Congresso Nacional.

Gráfico 15: Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso Nacional e das instituições para resolver os problemas do país



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Aos entrevistados foi feita uma indagação dessa maneira: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com esta frase: Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso Nacional e das instituições para resolver os problemas do país.

22,25% respondeu que concorda muito em corromper leis e o Congresso Nacional para solucionar alguma situação difícil no Brasil. O total de concordância (concorda pouco ou concorda muito) foi de aproximadamente 53,55%, ou seja, a maioria da população brasileira, mesmo levando em conta os que nem concordam e nem discordam, os que não sabem e os que não responderam.

Quanto maior a idade do grupo investigado maior tende a ser a concordância com essa atuação: 52,39%, 54,4% e 56,15% dos 16 a 24 anos, 25 a 34 anos e de 60 anos ou mais. Assim, pode-se afirmar que os mais jovens tendem a discordar com relação ao não

cumprimento de leis, classificando, assim, essa faixa etária como a mais revoltosa com relação à desvios de atuações, contra atos que não condizem com a lei, o que acaba gerando maior possibilidade de reivindicações entre estes. Em uma média, a juventude discorda (muito ou pouco) em 38,67% e a terceira idade discorda em 36,4%.

Com relação ao todo da população brasileira, aproximadamente 38,45%, discordam um pouco ou muito que o Governo “passe por cima” de legislações e hierarquias governamentais em busca de resolver problemas. Em número absoluto tem-se:

Tabela 8: Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso Nacional e das instituições para resolver os problemas do país

Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso Nacional e das instituições para resolver os problemas do país?							
FAIXA ETÁRIA	Discorda Muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda/nem discorda	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	70 (17,63%)	90 (22,67%)	86 (21,66%)	122 (30,73%)	19 (4,79%)	10 (2,52%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	88 (20,37%)	72 (16,67%)	102 (23,61%)	133 (30,79%)	25 (5,79%)	12 (2,78%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	83 (22,19%)	56 (14,97%)	86 (22,99%)	118 (31,55%)	23 (6,15%)	8 (2,14%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	97 (20,91%)	93 (20,04%)	91 (19,61%)	146 (31,47%)	17 (3,66%)	20 (4,31%)	0 (0%)
De 60 ou mais	66 (19,82%)	54 (16,22%)	80 (24,02%)	107 (32,13%)	13 (3,9%)	13 (3,9%)	0 (0%)
Total	404 (20,2%)	365 (18,25%)	445 (22,25%)	626 (31,3%)	97 (4,85%)	63 (3,15%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

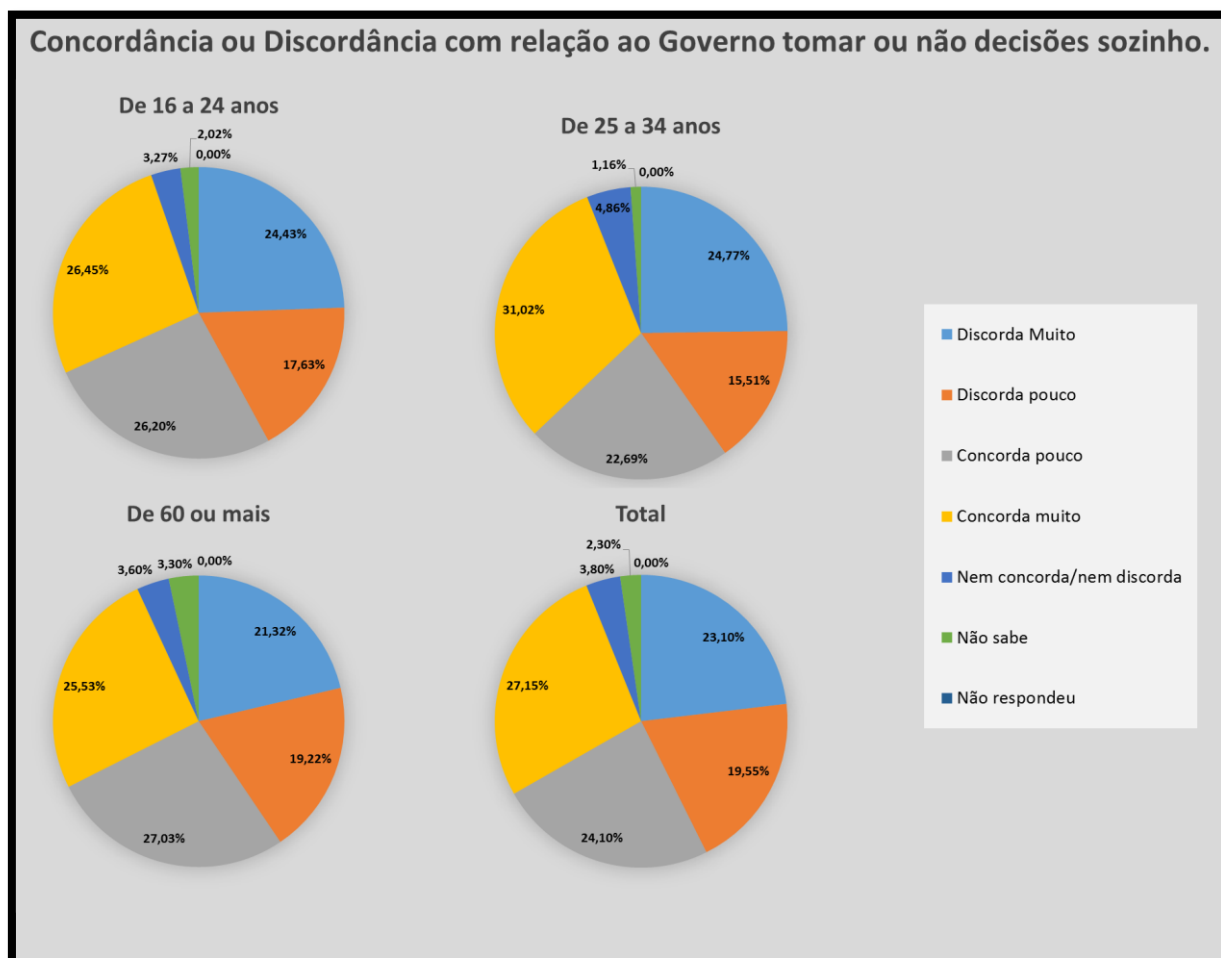
O concordar em passar por cima das leis afeta o Justo Total, democraticamente, deve prevalecer sobre a justiça entre indivíduos e direito privado, ou seja, deve prevalecer sobre o Justo Particular, assim, as soluções entre as partes não pode ferir normas e nem condições que fundamentam a conveniência da paz coletiva. Esse Justo Total aborda o cumprimento da lei, de um Bem Comum, assim, o Justo Particular tem que estar contido no Justo Total, não o confrontando, podendo chegar ao individual, mas que trabalha para a coletividade, um Bem Comum, como em um organismo. “Romper” a estrutura hierárquica e legislativa é não respeitar as composições de uma democracia, se estruturando, em alguns casos, no não cumprimento do Justo Total, uma “quebra” das estruturas e divisões de poder, dando abertura a imposições e até a ditaduras, afetando a liberdade humana.

A ação da liberdade humana, com respeito e ética, para Aristóteles, só pode ocorrer caso a educação da juventude seja estruturada em uma cultura política com ética, com uma formação voltada para o bem coletivo, é agir trazendo o bem para o indivíduo mas em conformidade com o Estado. Afirma ainda que as leis por si só não produzem virtudes, para um cidadão virtuoso é necessário também a educação.

Como foi apresentado, a maioria dos mais novos, a juventude, busca a discordância desse tipo de ação governamental, mesmo em situações difíceis no Brasil, o que comprova que a juventude está mais desgostosa com esses tipos de ações que já ocorreram ou que tendem a ocorrer, o que conseqüentemente pode ocasionar uma maior necessidade de se manifestar.

Na mesma linha de pensamento está o levantamento do gráfico seguinte, no qual foi indagado aos entrevistados dessa maneira: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com esta frase: Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de lado o Congresso e os partidos, e tomar as decisões sozinho?

Gráfico 16: Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de lado o Congresso e os partidos, e tomar as decisões sozinho?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

53,25% dos brasileiros concordam muito ou pouco que o presidente do Brasil tome decisões sozinho caso o país esteja passando por dificuldades sérias e, em média, 42,65% discorda (muito ou pouco); o restante não respondeu, não sabe ou nem discorda nem concorda, o que apresenta-se em média 4,1%.

Ressalta-se que os mais novos (de 16 a 34 anos) concordam mais do que os mais velhos (60 anos ou mais), 53,18% para os mais novos e 52,56% para os mais velhos, desses, o que tem mais acesso à Universidade são os que mais concordam. Assim, pode-se afirmar que a população investigada tem sim uma opinião sobre as atuações governamentais, principalmente quando se trata de assuntos de atuações e decisões: concorda com a atuação impositiva e unilateral do presidente da república, mas, não fica claro o que entendem por

tomar uma decisão individualmente pois, quando questiona-se de uma maneira objetiva e explícita sobre uma ditadura os resultados não se convergiram ao mesmo pensamento, ou seja, a linha de pensamento não seguiu retilínea, não foi compatível com os dois últimos resultados.

Em um diagnóstico das realidades Macroambientais do Brasil, as quais se remetem a consequências sociais, que se estrutura em modificar ou reafirmar padrões de existência, a tomada de decisão do Governo sozinho faz com que não haja a participação ativa dos brasileiros, não havendo, assim, as etapas da participação:

- a) Presença: não há uma presente atuação no contexto social, nem ao menos um sentimento de pertença da população com relação ao contexto político;
- b) Ativação: não há uma ativação, pois se assim ocorresse a energização pela participação não admitiria que a presidência tomasse decisões sozinho;
- c) Decisão: não há uma decisão em participar, pelo contrário, há uma decisão em concordar com a atuação solitária do governo.

Assim sendo, *faz-se parte*, mas não *toma-se parte* do que está sendo decidido; as etapas de ativação e a tomada de decisão são ainda mais “árduas” do que a presença. A maior parte da sociedade brasileira, portanto, prefere uma participação passiva, escolhas são feitas de uma forma individualizada e unilateral pelos representantes, mas não que essas escolhas se remetam somente a algo individual ou coletivo, pelo contrário, para Olson, 2011, não há como fazer uma separação objetiva dos benefícios públicos com relação aos benefícios individuais, isso é garantido pela teoria da indivisibilidade pois o individual está diretamente relacionado ao coletivo, o que faz com que os interesses se tornem indivisíveis.

A teoria da indivisibilidade faz com que a concordância com a tomada de decisão presidencial sozinha, em contexto de dificuldades sérias, atinja tanto o individual quanto o coletivo. Mas, é preciso enfatizar que essas tomadas de decisões só são aceitas dessa maneira em condições de extremas dificuldades da conjuntura social.

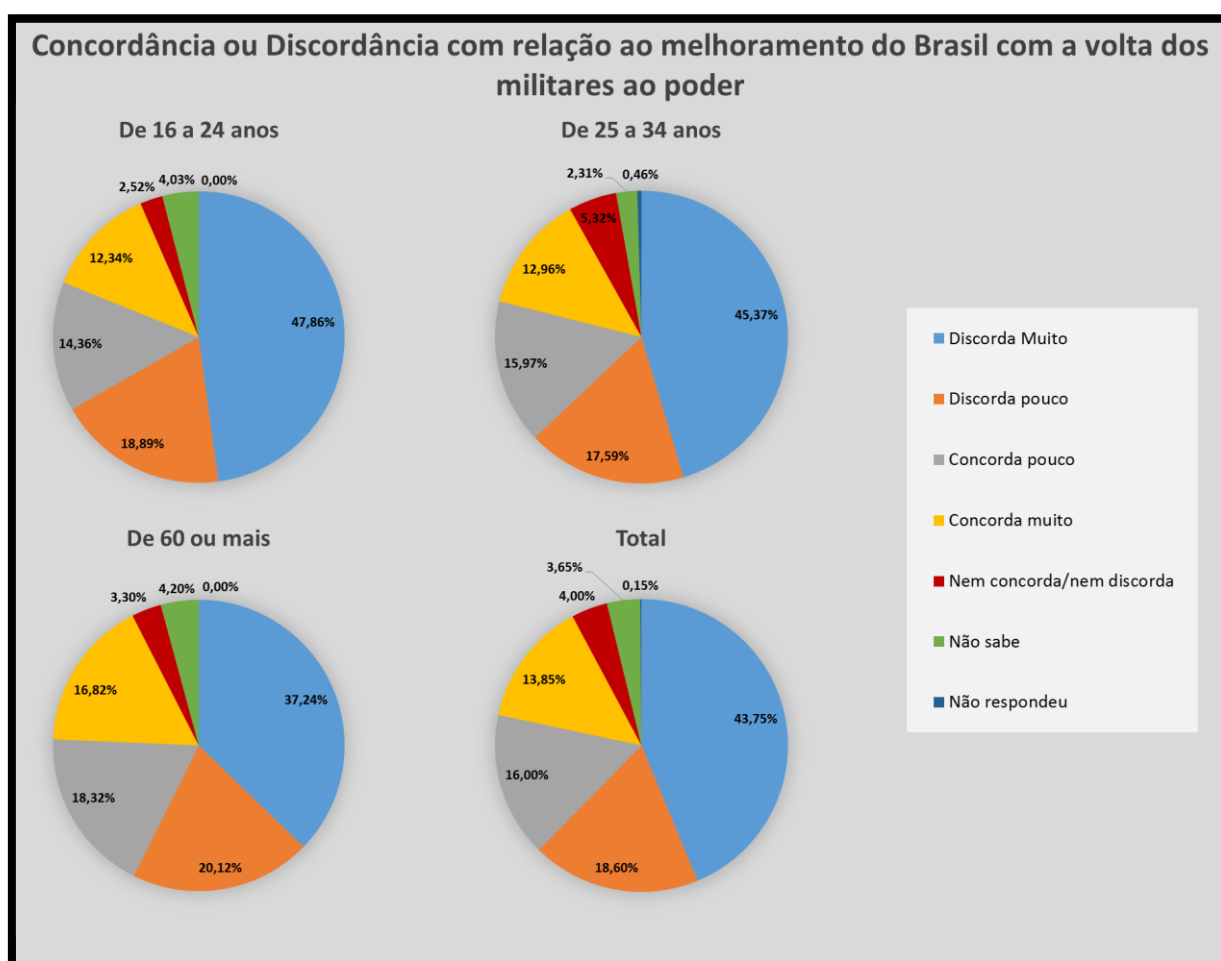
Tabela 9: Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de lado o Congresso e os partidos, e tomar as decisões sozinho?

Concordância ou Discordância com relação ao Governo tomar ou não decisões sozinho							
FAIXA ETÁRIA	Discorda Muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda/nem discorda	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	97 (24,43%)	70 (17,63%)	104 (26,2%)	105 (26,45%)	13 (3,27%)	8 (2,02%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	107 (24,77%)	67 (15,51%)	98 (22,69%)	134 (31,02%)	21 (4,86%)	5 (1,16%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	87 (23,26%)	83 (22,19%)	81 (21,66%)	100 (26,74%)	16 (4,28%)	7 (1,87%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	100 (21,55%)	107 (23,06%)	109 (23,49%)	119 (25,65%)	14 (3,02%)	15 (3,23%)	0 (0%)
De 60 ou mais	71 (21,32%)	64 (19,22%)	90 (27,03%)	85 (25,53%)	12 (3,6%)	11 (3,3%)	0 (0%)
Total	462 (23,1%)	391 (19,55%)	482 (24,1%)	543 (27,15%)	76 (3,8%)	46 (2,3%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Em busca de uma análise mais específica do que seria deixar de lado o Congresso e os Partidos Políticos e possibilitar que o presidente vigente tome decisões sozinho foi perguntado à população brasileira: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder? Para tal questionamento foram evidenciadas as seguintes respostas:

Gráfico 17: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

29,85% em média concorda muito ou pouco quando foi questionado se o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder e 62,35% discordam um pouco ou muito com a melhoria do Brasil caso os militares voltassem ao poder.

Apesar de a maioria discordar, é claro observar que quanto mais velho o entrevistado mais a favor de uma melhoria do Brasil com a implementação de uma ditadura, 64,85% e 57,45% conforme faixa etária da menor para a maior respectivamente. Mais uma vez aparece o maior descontentamento dos mais novos perante os mais velhos com relação a imposições, ou seja, mais um argumento para selecionar a juventude como recorte da presente pesquisa. Em número absoluto tem-se:

Tabela 10: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder?

Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder							
FAIXA ETÁRIA	Discorda Muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda/nem discorda	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	190 (47,86%)	75 (18,89%)	57 (14,36%)	49 (12,34%)	10 (2,52%)	16 (4,03%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	196 (45,37%)	76 (17,59%)	69 (15,97%)	56 (12,96%)	23 (5,32%)	10 (2,31%)	2 (0,46%)
De 35 a 44 anos	173 (46,26%)	67 (17,91%)	55 (14,71%)	52 (13,9%)	18 (4,81%)	9 (2,41%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	192 (41,38%)	87 (18,75%)	78 (16,81%)	64 (13,79%)	18 (3,88%)	24 (5,17%)	1 (0,22%)
De 60 ou mais	124 (37,24%)	67 (20,12%)	61 (18,32%)	56 (16,82%)	11 (3,3%)	14 (4,2%)	0 (0%)
Total	875 (43,75%)	372 (18,6%)	320 (16%)	277 (13,85%)	80 (4%)	73 (3,65%)	3 (0,15%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

As pesquisas das três últimas décadas no Brasil revelam que a maioria dos brasileiros afirma que a democracia é a melhor forma de governo (MOISÉS, 1995; MOISÉS E CARNEIRO, 2008; MOISÉS, 2012). Entretanto, essa afirmação deve ser cautelosa e diagnosticada com muita especificidade; após uma tutela de regime militar e de instabilidades políticas e econômicas posteriormente a ele, pode-se afirmar que essa adesão à democracia é, em alguns momentos, problemática.

Boa parte dos brasileiros tem atitudes e expressões contraditórias, não seguindo somente a corrente da democracia ou a corrente ideológica de uma ditadura, possuindo atitudes ambivalentes. Cidadãos que muitas vezes afirmam preferir o regime democrático são a favor de intervenções militares em casos de crises sociais, como o desemprego, crime e corrupção. “Ao estudar o caso brasileiro, Meneguello (2006) mostrou que, embora a esmagadora maioria dos brasileiros apoie as eleições e o voto, grande parte não mantém atitudes positivas quando perguntada sobre a importância dos partidos políticos.” (apud FUKS et. al., 2016, p. 203)

Na totalidade da América Latina essa ambivalência não é diferente, entretanto o Brasil é um dos países que mais apresenta essa ambiguidade 40% dos cidadãos são democratas, enquanto 54% são ambivalentes (dados de 2008), ficando atrás somente do

Paraguai e do Equador. Essa ambivalência faz com que em situações de grave crise econômica, política e social, cidadãos tornem-se a favor de uma intervenção militar, não demonstrando grandes convicções na escolha pelo regime democrático. “Salta aos olhos, por exemplo, que 45,4% daqueles definidos como democratas apoiem um regime não democrático para que sejam resolvidos problemas econômicos. Ou mesmo que 38,4% dos democratas sejam favoráveis a um presidente que não observe as leis em uma situação de dificuldade.” (FUKS et. al., 2016, p. 204)

É neste contexto que compete, então, analisar se a população brasileira, 2014, realmente tem informações do que é uma ditadura e como ela funciona, pois a ambiguidade de respostas expostas nos dois últimos gráficos, de concordância de tomada de decisões do presidente sem consulta ou auxílio de qualquer estrutura governamental versus a discordância da ditadura pode surgir, entre outros elementos, pela existência de interpretações e atuações antagônicas de ser democrata ou ambivalente e/ou pela falta de informação.

Para deixar clara a existência ou não dessa falta de informação sobre o contexto e as diretrizes políticas de uma ditadura e de uma democracia, foi colocada em pauta justamente a definição de democracia: Para você, o que é uma democracia?

Esta indagação é uma questão aberta, na qual o entrevistado poderia colocar o que realmente fosse a definição para ele, portanto, a gama de resposta foi muito ampla. Para exibir os dados foi necessário dividir em dois blocos em separado, aglutinando respostas que possuíam um mesmo significado. Nas aglutinações de tópicos semelhantes foram estruturados itens específicos (em negrito na tabela que se segue):

Tabela 11: Aglutinações de respostas semelhantes para a definição de democracia

Liberdade de Expressão

Liberdade de falar o que quiser / liberdade de expressão

Não haver censura

Não ser preso por falar o que quer

Não ser morto por falar o que quer

Imprensa dar as notícias e não ser censurada

Haver debates entre as pessoas

Igualdade de expressão

Direito de cobrar dos políticos

Não ser discriminado por falar o que quer

Falar o que quer sem sofrer punições

Poder fazer negociações

Não ser torturado por falar o que quer

Direito de falar sem repressão

Todos os poderes opinarem livremente

Liberdade de escolha

Governo que o povo pode escolher / liberdade de escolher em

Exigir / cobrar direitos para os cidadãos
 Pessoas terem liberdade para fazerem o que quiserem
 Ser um país livre / independente
 Liberdade de pensamento
 Ser livre
 Governo não interfere na vida dos cidadãos
 Igualdade de atitudes
 Pessoas terem livre arbítrio / livre escolha
 Poder escolher o partido político
 Ter liberdade (s/e)
 Ter o direito de escolher sua profissão
 Ter o direito de escolher sua religião
 Saber lutar pelo seu ideal
 Poder usar a roupa que quiser sem ser agredido
 Ser parcial (s/e)
 Por deixar todo mundo fazer o que quer / pessoas terem liberdade

Direitos básicos humanitários

Direito de trabalhar onde quiser
 Direito de todos terem moradia
 Direito de todos terem acesso à saúde
 Direito de melhoria nos serviços
 Direito de ter uma vida melhor
 Ter direito a emprego com carteira assinada
 Ter direito às leis sociais
 Direito de todos terem acesso à educação
 Direito de todos terem acesso ao lazer
 Poder ter bom emprego
 Poder ter melhores condições de trabalho
 Ter acesso a melhores salários
 Respeitar os direitos da população
 Direito de todos terem acesso à segurança pública
 Onde classes mais carentes recebem ajuda
 Todos terem direito ao vale transporte
 Poder viver com dignidade
 Pessoas educadas
 Governo gerar empregos
 Governo fazer obras de infraestrutura: asfalto
 Governo que oferece qualidade de vida à população

Direito de se manifestar/ de ir e vir
 Direito de fazer *Manifestações* / protestos pacíficos / passe
 Direito de ir e vir
 Poder fazer greves
 Poder participar de impeachment de políticos
 Poder manifestar seus sonhos / ideais
 População pode fazer reivindicações
 População durante *Manifestações* / protestos acham que podem

Voto/ Participação Popular
 Voto não ser obrigatório / facultativo
 População participar de decisões em conjunto
 Poder lutar por melhorias no país
 Comunidade participar através de eleição para escolha de seu
 Votação de qualquer ato que envolve a comunidade

Grupo de pessoas com os mesmos ideais
 Reunião de pessoas para resolver algum problema
 Apoio da população aos governantes

Direito de supervisão política e acesso às atuações governamentais de uma maneira clara

Saber se as leis estão certas
 Saber se as leis estão sendo cumpridas
 Saber se o dinheiro público está sendo usado corretamente /
 População dar opinião onde deve ser usado o dinheiro público
 Políticos conversarem com a população
 Onde existe ordem
 Direito de dar opiniões / comentar sobre os governantes
 Cidadãos resolverem os problemas com o governo
 Poder participar do que acontece na política

Sem repressão violenta da polícia e não à volta dos militares

Militares não poderem tomar o poder
 Militares não poderem fazer prisões arbitrárias
 Não ser torturado pela polícia
 Não ser reprimido / apanhar em *Manifestações* / greves
 Igualdade de ideias sem repressão
 Polícia não ser violenta
 Povo viver sem repressão

Regime político

Regime político onde os parlamentares discutem os problemas
 Ter leis mais justas
 Forma política de trabalho social
 Governo / país liberal
 Forma de governo
 Melhor regime político que existe
 Regime político onde que os deputados votam no congresso
 Regime de presidente / governador / prefeito
 Política moderna
 Políticos querendo ganhar votos

Governo competente e sem corrupção

Governo competente
 Governo sem corrupção
 Congresso aprovar as leis
 Governo que trabalha pelo país / povo / forma de governo do
 Políticos tem que cumprir o que é aprovado no congresso
 Punição aos corruptos
 Governo ter transparência
 Quando há melhor distribuição de renda
 Roubo pelo governo

Respeitar e cumprir as leis

Respeitar / cumprir as leis
 Arcar com as consequências de suas escolhas
 Direito de dar opiniões sobre as leis
 Políticos criarem leis boas
 População saber seus direitos

Todos cumprirem com suas obrigações

Confiar nas pessoas/ respeitar

Poder confiar nas pessoas
 Respeitar as pessoas / próximo
 Ser respeitado
 Respeitar a opinião das pessoas / próximo
 Compromisso com a verdade
 Políticos cumprirem o que prometem nas campanhas
 Pessoas honestas

Igualdade perante a lei

Igualdade para todos / direitos iguais
 Todos serem iguais perante a lei
 Direito e deveres garantidos
 Onde se vive em paz
 Ter igualdade social
 Diferença das classes sociais
 Quando a mulher pode votar
 Quando a mulher pode trabalhar
 Direito a ser candidato a cargo público
 Ter o seu próprio negócio
 Todos terem direito de resposta
 Direitos serem amparados por lei

Desrespeitar as leis, as coisas públicas e as outras pessoas/ injustiça

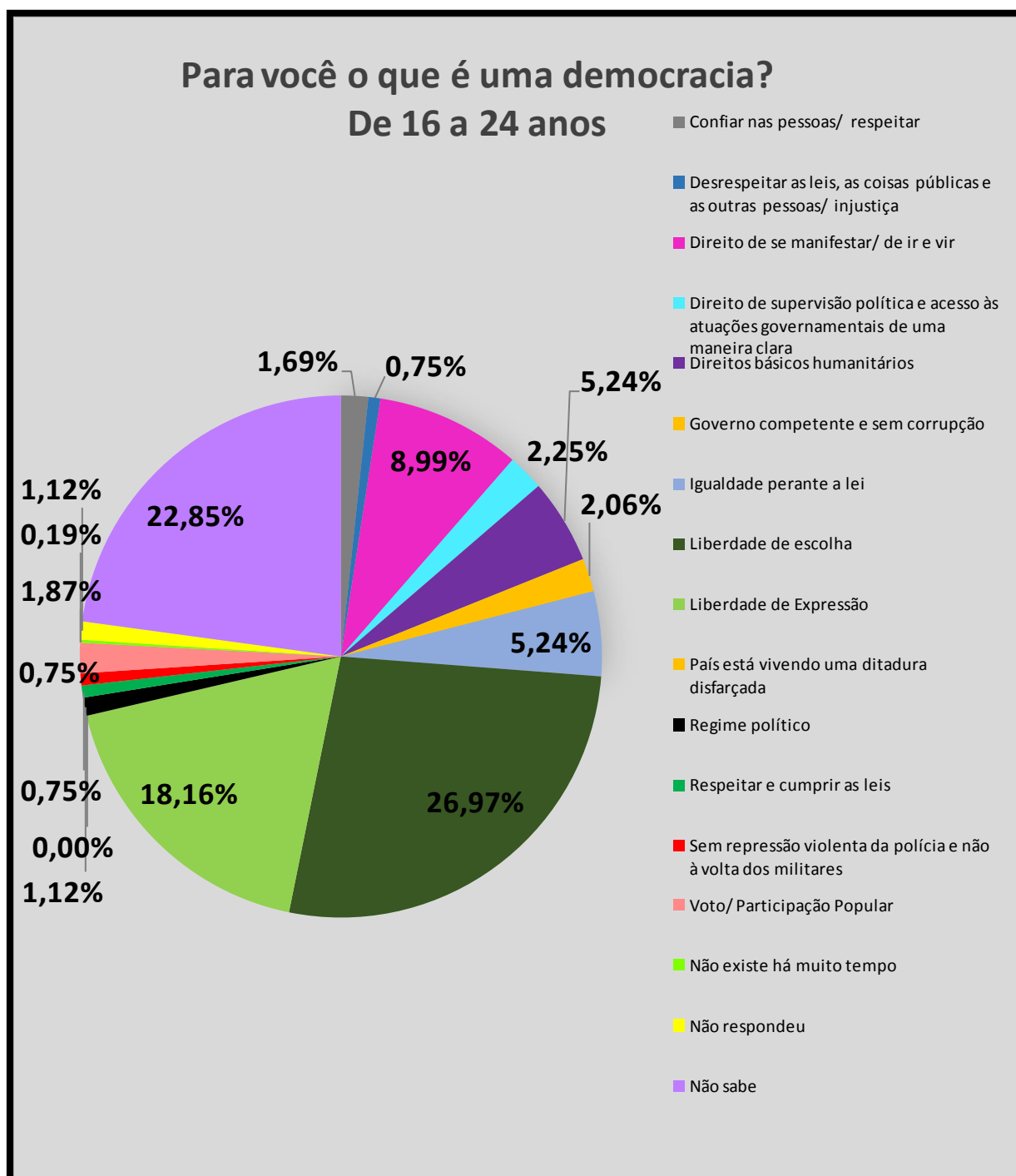
Lei do mais forte
 Pessoas bagunçarem à vontade
 Pessoas poderem quebrar o patrimônio particular / ônibus sem
 Poder fazer protestos nas ruas machucando / ferindo as pessoas
 Políticos podem roubar o dinheiro do povo sem serem punidos
 Pessoas mal educadas
 Pessoas que não respeitam as outras
 Piorar o país
 Políticos criarem leis ruins
 Pessoas usando drogas
 Ter violência
 Pessoas roubando sem serem punidas
 Pessoas matando sem serem punidas

País sem ordem

Favorece somente os ricos
 País com injustiças
 Governo que não supre necessidades na saúde
 Governo que não supre necessidades na educação
 Governo não gerar empregos
 Desorganização da sociedade onde todos tentam fazer justiça
 Políticos que não cumprem o que prometeram
 População é oprimida pela polícia
 Governo não combater o tráfico de drogas
 Tem muita corrupção
 Governo bagunçado
 Governo que não supre necessidades de moradias
 Enrolação dos políticos

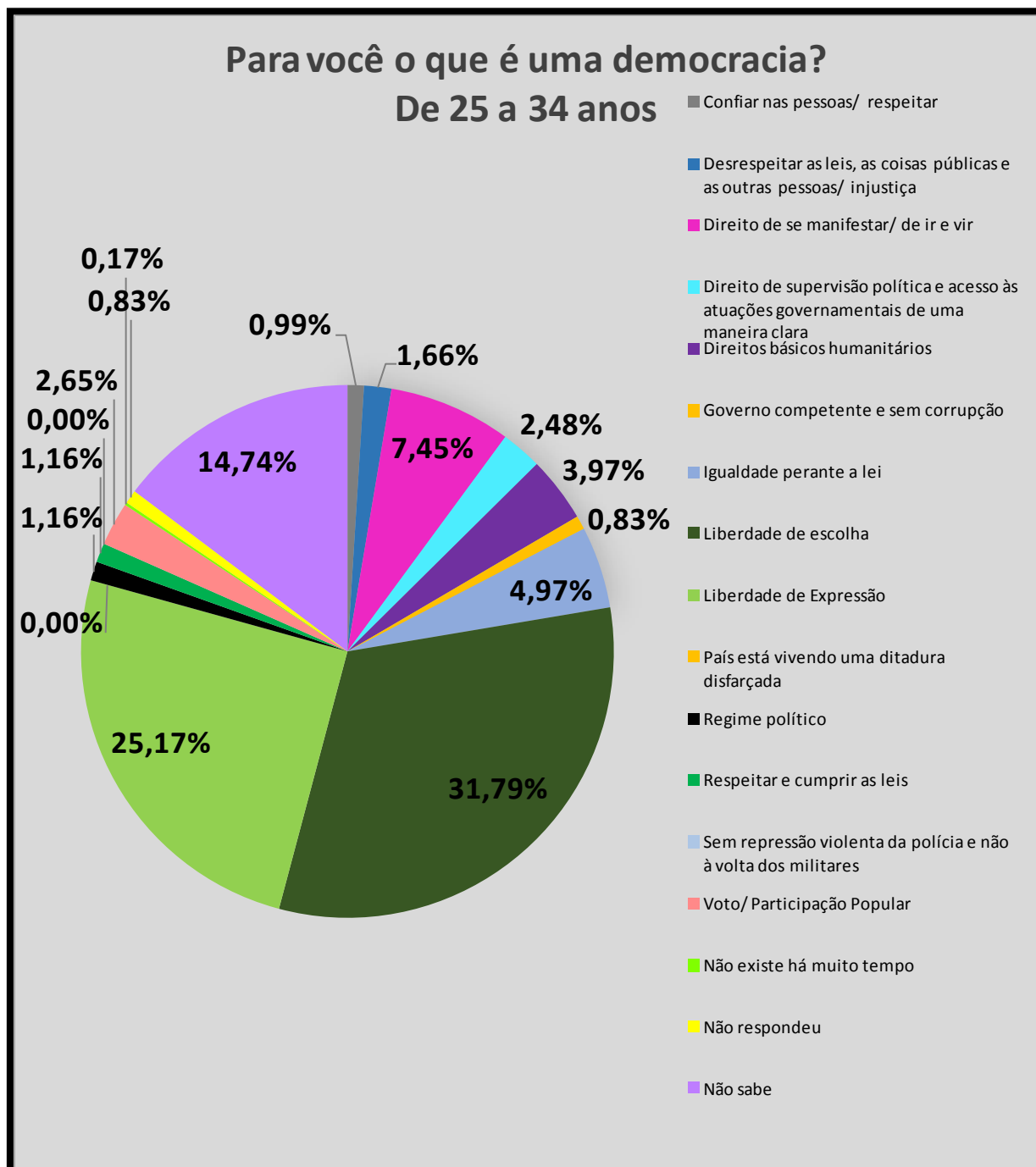
Dessa formação de blocos foram elaborados gráficos separados por faixas etárias.

Gráfico 18: Para você, o que é uma democracia? 16 a 24 anos



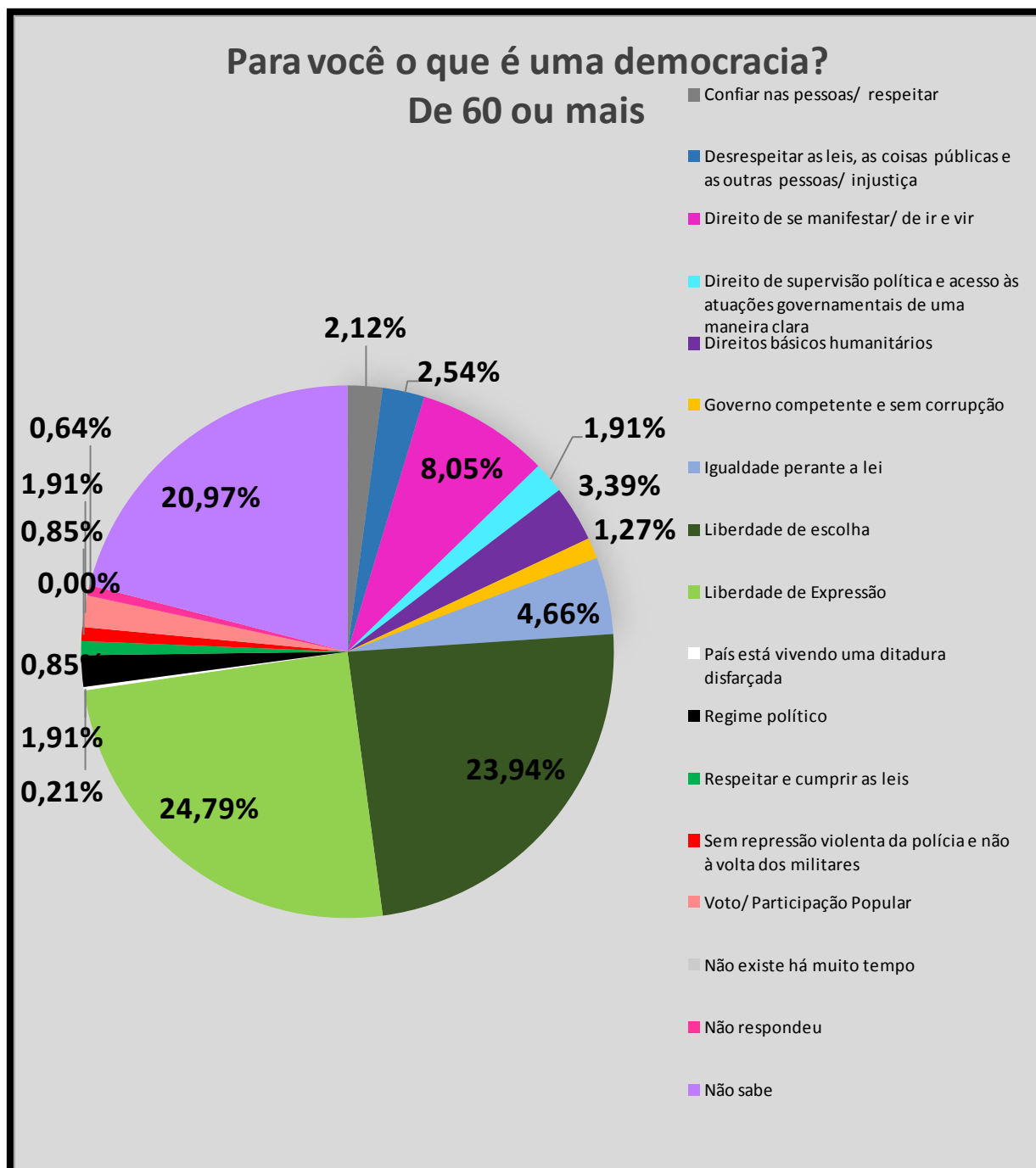
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Gráfico 19: Para você, o que é uma democracia? 25 a 34 anos



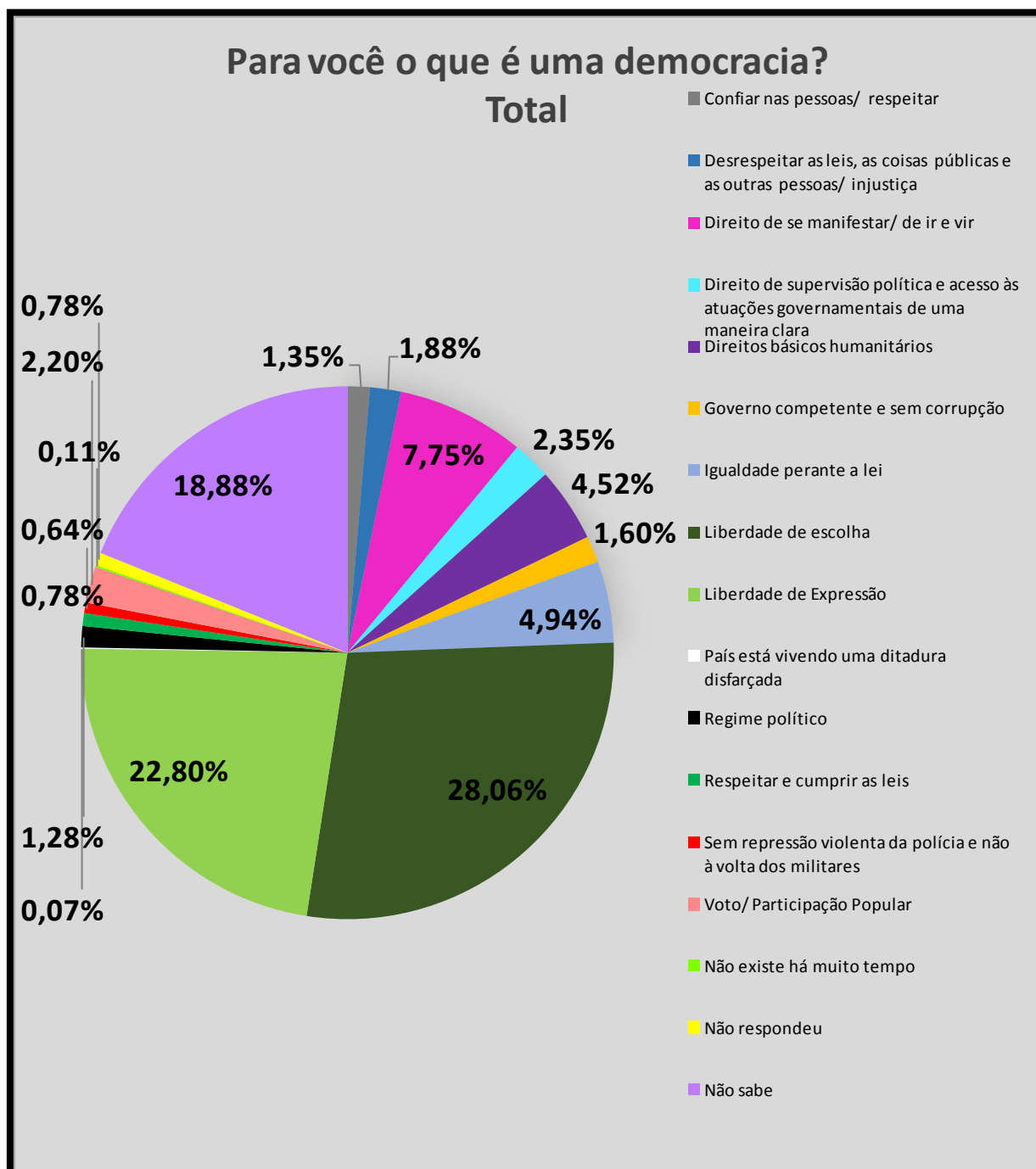
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Gráfico 20: Para você, o que é uma democracia? 60 anos ou mais



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Gráfico 21: Para você, o que é uma democracia? Total



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Para a maioria da população de 16 a 24 anos a democracia é a “liberdade de escolha” e “não sabem” (26,9% e 22,85%), para a maioria dos cidadãos brasileiros de 25 a 34 anos a democracia é a “liberdade de escolha” e a “liberdade de expressão”, com uma percentagem de

31,79 e 25,17. Para a maioria dos de 60 anos ou mais também aparece a “liberdade de escolha” e a “liberdade de expressão”, com 23,94% e 24,79% respectivamente.

O que pode-se evidenciar é que em terceiro lugar, na totalidade dos brasileiros, aparece a resposta “não sabe”. O que confirma a hipótese de que boa parte da população brasileira não tem informações concretas do que seria a democracia, isso mesmo considerando as duas primeiras respostas, a liberdade de escolha e a liberdade de expressão. Em números absolutos:

Tabela 12: Para você, o que é uma democracia?

FAIXA ETÁRIA	Para você o que é uma democracia?																
	Confiar nas pessoas/respeitar	Desrespeitar as leis, as coisas públicas e as outras pessoas/injustiça	Direito de se manifestar/de ir e vir	Direito de supervisão política e acesso às atuações governamentais de uma maneira clara	Direitos básicos humanitários	Governo competente e sem corrupção	Igualdade perante a lei	Liberdade de escolha	Liberdade de Expressão	Pais está vivendo uma ditadura disfarçada	Regime político	Respeitar e cumprir as leis	Sem repressão violenta da polícia e não à volta dos militares	Voto/Participação Popular	Não existe há muito tempo	Não respondeu	Não sabe
De 16 a 24 anos	9 (23,68%)	4 (7,55%)	48 (22,02%)	12 (18,18%)	28 (22,05%)	11 (24,44%)	28 (20,14%)	144 (18,25%)	97 (15,13%)	0 (0%)	6 (16,67%)	4 (18,18%)	4 (22,22%)	10 (16,13%)	1 (33,33%)	6 (27,27%)	122 (22,98%)
De 25 a 34 anos	6 (15,79%)	10 (18,87%)	45 (20,64%)	15 (22,73%)	24 (18,9%)	5 (11,11%)	30 (21,58%)	192 (24,33%)	152 (23,71%)	0 (0%)	7 (19,44%)	7 (31,82%)	0 (0%)	16 (25,81%)	1 (33,33%)	5 (22,73%)	89 (16,76%)
De 35 a 44 anos	3 (7,89%)	9 (16,98%)	28 (12,84%)	12 (18,18%)	26 (20,47%)	11 (24,44%)	28 (20,14%)	161 (20,41%)	117 (18,25%)	1 (50%)	4 (11,11%)	4 (18,18%)	4 (22,22%)	12 (19,35%)	1 (33,33%)	4 (18,18%)	98 (18,46%)
De 45 a 59 anos	10 (26,32%)	18 (33,96%)	59 (27,06%)	18 (27,27%)	33 (25,98%)	12 (26,67%)	31 (22,3%)	179 (22,69%)	158 (24,65%)	0 (0%)	10 (27,78%)	3 (13,64%)	6 (33,33%)	15 (24,19%)	0 (0%)	4 (18,18%)	123 (23,16%)
De 60 ou mais	10 (26,32%)	12 (22,64%)	38 (17,43%)	9 (13,64%)	16 (12,6%)	6 (13,33%)	22 (15,83%)	113 (14,32%)	117 (18,25%)	1 (50%)	9 (25%)	4 (18,18%)	4 (22,22%)	9 (14,52%)	0 (0%)	3 (13,64%)	99 (18,64%)
Total	38 (100%)	53 (100%)	218 (100%)	66 (100%)	127 (100%)	45 (100%)	139 (100%)	789 (100%)	641 (100%)	2 (100%)	36 (100%)	22 (100%)	18 (100%)	62 (100%)	3 (100%)	22 (100%)	531 (100%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

As definições de democracia são amplas e pouco específicas, o que fica clara a não homogeneidade de definição, podendo expressar uma não sapiência de definições e atuações governamentais com relação à democracia e consequentemente com o oposto a ela, a ditadura.

A discussão sobre a pergunta específica do que é a democracia ou a preferência de sistema político muitas vezes não revela a real maneira de mensurar a legitimidade da definição ou de qual é a opção dos cidadãos. Booth e Seligson (2009) trazem uma importante contribuição sobre esse tema, para eles é necessário não perguntar diretamente aos cidadãos, mas estruturar perguntas que levem, de maneira indireta, a concordarem ou não com princípios democráticos, possibilitando uma visão multidimensional. A questão, portanto, seria: quão democratas são os brasileiros que defendem a democracia? Para Fuks, 2016, não há uma conclusão simples, pois brasileiros não aderem com a mesma intensidade as diferentes dimensões Qualificando a adesão à democracia da democracia.

Algumas contam com um forte apoio, como o voto e a participação política, enquanto outras são mais frágeis, como os procedimentos de escolha e a

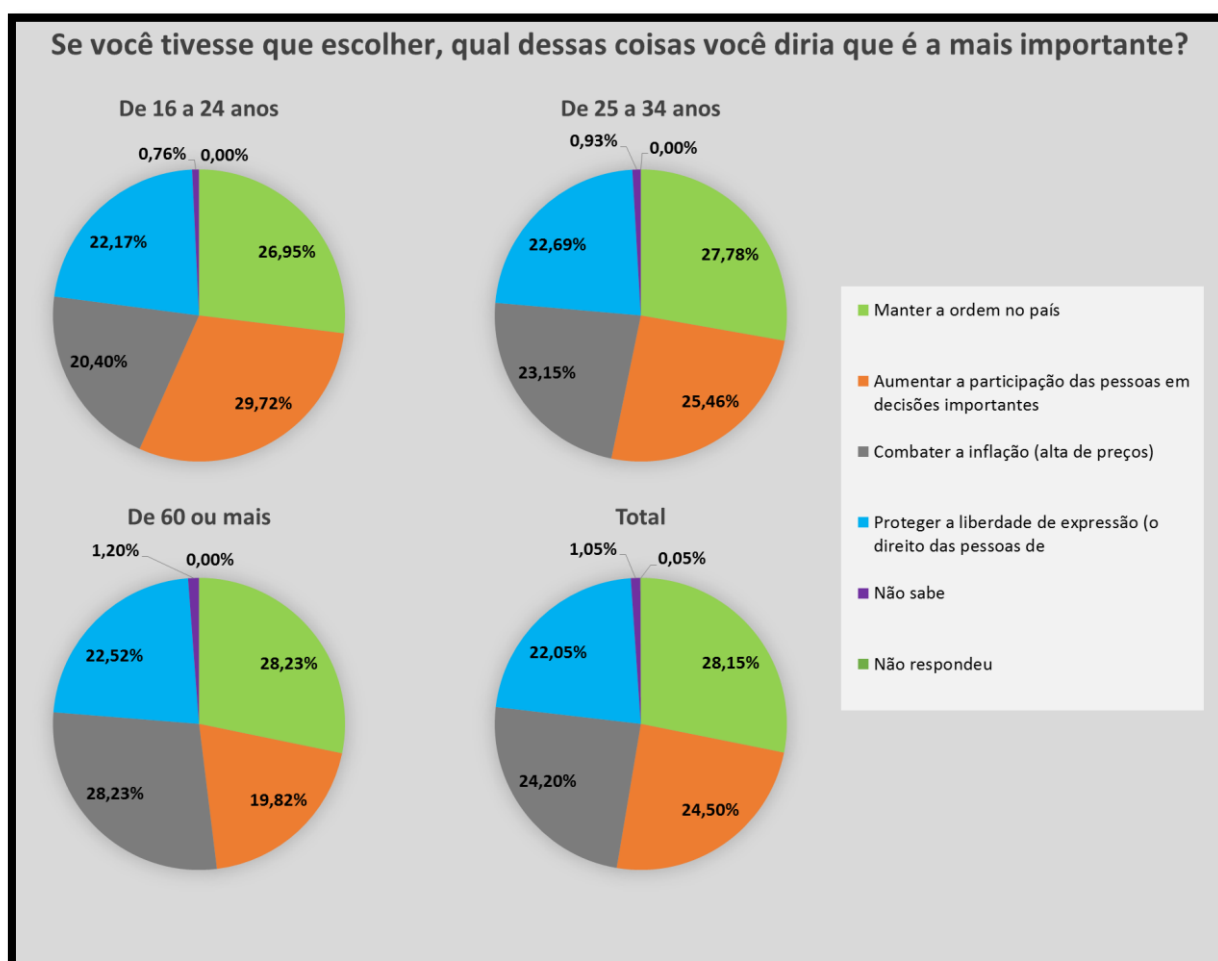
representação política. Esses resultados são reveladores, pois, mesmo entre o público que supostamente teria atitudes mais democráticas (os democratas), o apoio às diferentes dimensões da democracia está longe de ser consensual. Por outro lado, os democratas brasileiros apresentam atitudes mais democráticas do que os democratas dos outros países da América Latina e, surpreendentemente, próximas das atitudes dos norte-americanos. (FUKS, 2016, p. 2015)

Dentro do conjunto de democracia, de representatividade dos partidos políticos e da discussão sobre a volta ou não dos militares ao poder, foi questionado aos brasileiros sobre a importância, em geral, de alguns pontos que devem estar contidos no Brasil, dentre eles:

- a) Manter a ordem no país;
- b) Aumentar a participação das pessoas em decisões importantes;
- c) Combater a inflação (alta de preços);
- d) Proteger a liberdade de expressão.

A questão foi a seguinte: Se você tivesse que escolher, qual dessas coisas você diria que é a mais importante? As respostas se estruturaram dessa maneira:

Gráfico 22: Se você tivesse que escolher, qual dessas coisas você diria que é a mais importante?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 13: Se você tivesse que escolher, qual dessas coisas você diria que é a mais importante?

Se você tivesse que escolher, qual dessas coisas você diria que é a mais importante?						
FAIXA ETÁRIA	Manter a ordem no país	Aumentar a participação das pessoas em decisões importantes	Combater a inflação (alta de preços)	Proteger a liberdade de expressão (o direito das pessoas de)	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	107 (26,95%)	118 (29,72%)	81 (20,4%)	88 (22,17%)	3 (0,76%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	120 (27,78%)	110 (25,46%)	100 (23,15%)	98 (22,69%)	4 (0,93%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	113 (30,21%)	97 (25,94%)	82 (21,93%)	77 (20,59%)	4 (1,07%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	129 (27,8%)	99 (21,34%)	127 (27,37%)	103 (22,2%)	6 (1,29%)	0 (0%)
De 60 ou mais	94 (28,23%)	66 (19,82%)	94 (28,23%)	75 (22,52%)	4 (1,2%)	0 (0%)
Total	563 (28,15%)	490 (24,5%)	484 (24,2%)	441 (22,05%)	21 (1,05%)	1 (0,05%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

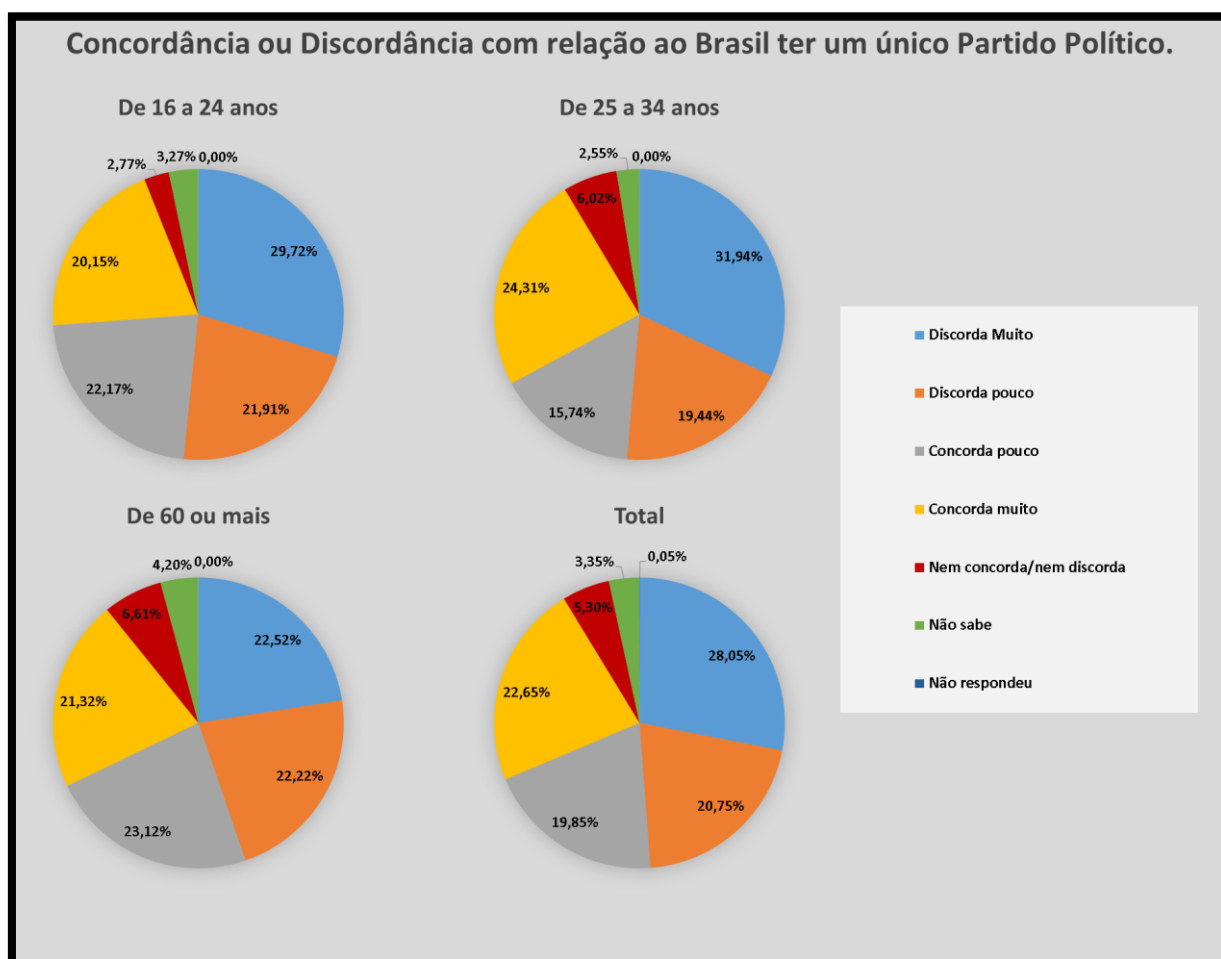
Para a maioria da população brasileira em geral o ponto mais importante para um país é conseguir manter a ordem, 28,15%. Entretanto não há uma discrepância muito grande com relação aos três outros pontos levantados; 24,50% responderam que é mais importante aumentar a participação pessoas em decisões importantes; 24,20% combater a inflação e 22,05% apontaram proteger a liberdade de expressão.

Em um comparativo entre os mais novos e os mais velhos há uma divergência. Para a maioria dos mais novos, 27,59%, o mais relevante é aumentar a participação pessoas em decisões importantes, já para os mais velhos houve um empate entre manter a ordem do país e combater a inflação, 28,23%. Isso certamente é refletido pela fase da vida que cada grupo etário está, uns buscando transformações e outros estabilidade, segurança e conforto.

Perturbar a ordem e possibilitar ir além do "acordo global dos partidos de governo e de oposição sobre os grandes interesses comuns" não é o que os mais velhos almejam, assim, fazer *Manifestações* não seria a primeira opção dessa faixa etária, o que vai em confronto com a faixa etária da juventude, que, aponta o aumento da participação das pessoas nas tomadas de decisões, o que mais uma vez indica que a juventude tem princípios que mais condizem a atuações pautadas em *Manifestações*.

Nesta esfera, tornou-se relevante questionar sobre partidos políticos e especificamente indagou-se: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político?

Gráfico 23: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

48,8% do total dos entrevistados apontaram que discordam pouco ou muito com a existência de um único partido político no Brasil, entretanto aproximadamente 42,5% concorda muito ou pouco. Apesar de a discordância ser maior que a concordância, esta não é pequena, diferenciam-se em somente 6,3%, algo compatível com a resposta nem concorda nem discorda, com 5,30%.

Os mais velhos, de 60 anos ou mais, são os que mais concordam com a existência de um único partido, 44,44%, discordando em 44,74%. Já os mais novos discordam em 51,38% com a existência de um partido único. Esses números condizem com a afirmação sobre o melhoramento do Brasil com a volta da ditadura, pois também foram os mais velhos a maioria a concordar e os mais novos a maioria da discordar. Assim, a maior tendência de busca por um maior número de partidos está entre os mais novos.

Esse é um dos indícios que fôra apontado anteriormente, sobre pontos que trazem a real revelação de um cidadão que apoia a democracia ou não. Esse questionamento de existência de um único partido e o anterior, referente ao que seria mais importante, ambos apontam, para a maioria da população brasileira, pontos voltados para a democracia, como a participação das pessoas em decisões importantes e a discordância da existência de um único partido político. Pontos estes que revelam que a escolha pela democracia não está somente no rótulo do que ela é, mas também em escolhas cotidianas que fazem parte de um pensamento democrático. Por outro lado não se pode deixar de explicitar que há uma divisão bem compatível numericamente da população brasileira, quase metade de um lado e metade do outro. Em número absoluto:

Tabela 14: Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político?

Gostaria que você dissesse se discorda ou concorda com cada uma das frases: O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político							
FAIXA ETÁRIA	Discorda Muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda/nem discorda	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	118 (29,72%)	87 (21,91%)	88 (22,17%)	80 (20,15%)	11 (2,77%)	13 (3,27%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	138 (31,94%)	84 (19,44%)	68 (15,74%)	105 (24,31%)	26 (6,02%)	11 (2,55%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	115 (30,75%)	82 (21,93%)	71 (18,98%)	75 (20,05%)	21 (5,61%)	10 (2,67%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	115 (24,78%)	88 (18,97%)	93 (20,04%)	122 (26,29%)	26 (5,6%)	19 (4,09%)	1 (0,22%)
De 60 ou mais	75 (22,52%)	74 (22,22%)	77 (23,12%)	71 (21,32%)	22 (6,61%)	14 (4,2%)	0 (0%)
Total	561 (28,05%)	415 (20,75%)	397 (19,85%)	453 (22,65%)	106 (5,3%)	67 (3,35%)	1 (0,05%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Compete ressaltar que um partido único não possibilita a escolha, mas sim uma imposição, o que pode configurar-se em uma ditadura. A indagação fundamenta-se em um paradoxo: do total da população investigada, 42,5% concordam (muito ou pouco) com a existência de um partido único, assim, a população brasileira não se identifica mais com

partidos políticos, e por isso abre mão da existência de vários deles, ou, para ela, a democracia não está sendo garantida mesmo com inúmeros partidos políticos?

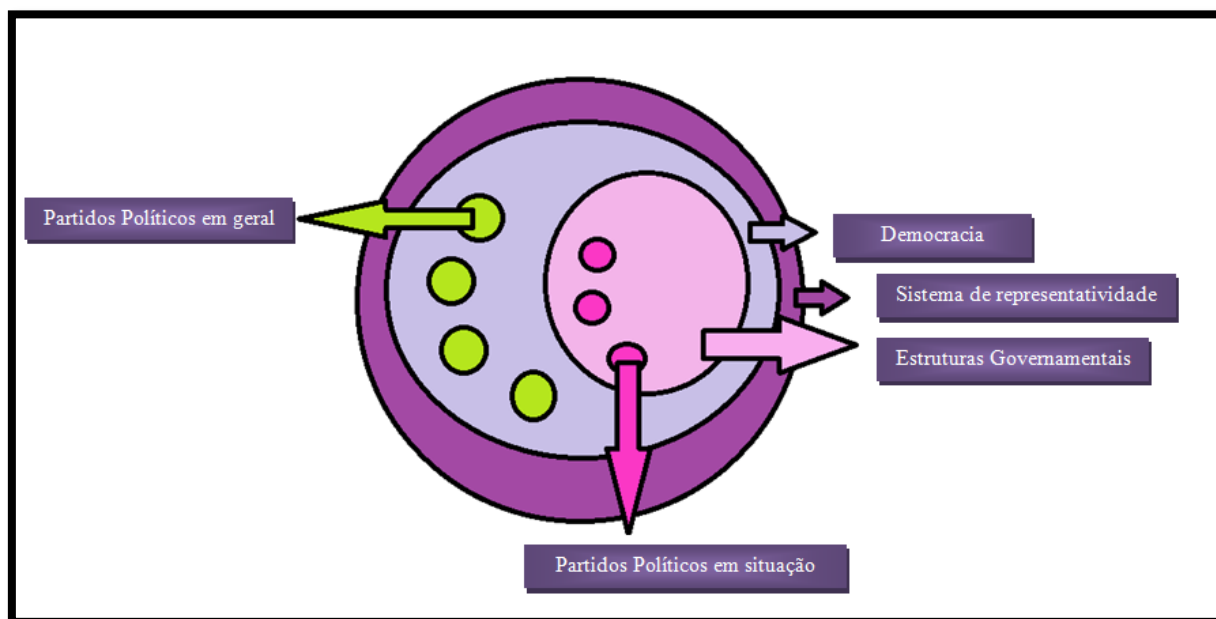
Investiga-se então, se o contexto atual é: Uma crise de representação; uma crise de confiança em Partidos Políticos; uma crise de credo na eficiência da democracia; ou então uma crise de credo nas estruturas governamentais estabelecidas e suas atuações.

É neste ponto que a construção de realidades se convergem a um mesmo sentido, apesar de existirem inúmeras realidades possíveis, há uma conjuntura que converge a interpretação dos brasileiros sobre a vida cotidiana, as realidades individuais estão se convergindo a uma realidade coletiva na qual a ação coletiva torna-se possível, já que esta, assim como afirma Olson, é formada por interesses individuais e coletivos ao mesmo tempo. A ação coletiva, além de possibilitar ganhos coletivos, é uma das bases que estruturam a democracia, a luta por interesses e direitos com relação ao Estado, também permite ganhos individuais.

A crise no credo da eficiência da democracia é uma crise sobre uma estrutura sistêmica da política, a qual garante, ou deve garantir, que as atuações dos Partidos Políticos em vigência serão para a maioria da população, o que também condiz com as atuações das estruturas governamentais e suas ações como um todo. Assim, os governantes seriam representantes da população soberana, tendo como função geral a garantia dos direitos humanos (liberdades de expressão, de religião, a proteção legal, e as oportunidades de participação na vida política, econômica, e cultural da sociedade), não deixando de proteger as minorias e direitos individuais.

Portanto, um tipo de crise está integralmente ligado ao outro, para exemplificar apresenta-se o esquema reflexivo:

Figura 7: Esquema reflexivo de interdependência – Sistema de Representatividade



Fonte: autora, 2016.

O esquema reflexivo proporciona um Sistema de Representatividade que engloba todos os outros setores, assim, se os indivíduos não se sentem representados consequentemente não se sentirão em plena confiança com a democracia, com os partidos políticos e nem com as estruturas governamentais e suas atuações. Ressalta-se que dentro da representatividade poderia estar apresentado outros tipos de sistemas políticos, mas não é o caso do brasileiro nas circunstâncias analisadas.

Pode-se afirmar, portanto, que a crise a qual aborda-se na presente pesquisa é a crise em todos os setores apontados:

- a) Crise no Sistema de Representatividade;
- b) Crise na Democracia;
- c) Crise nas Estruturas Governamentais;
- d) Crise nos Partidos Políticos em situação;
- e) Crise nos Partidos Políticos em geral.

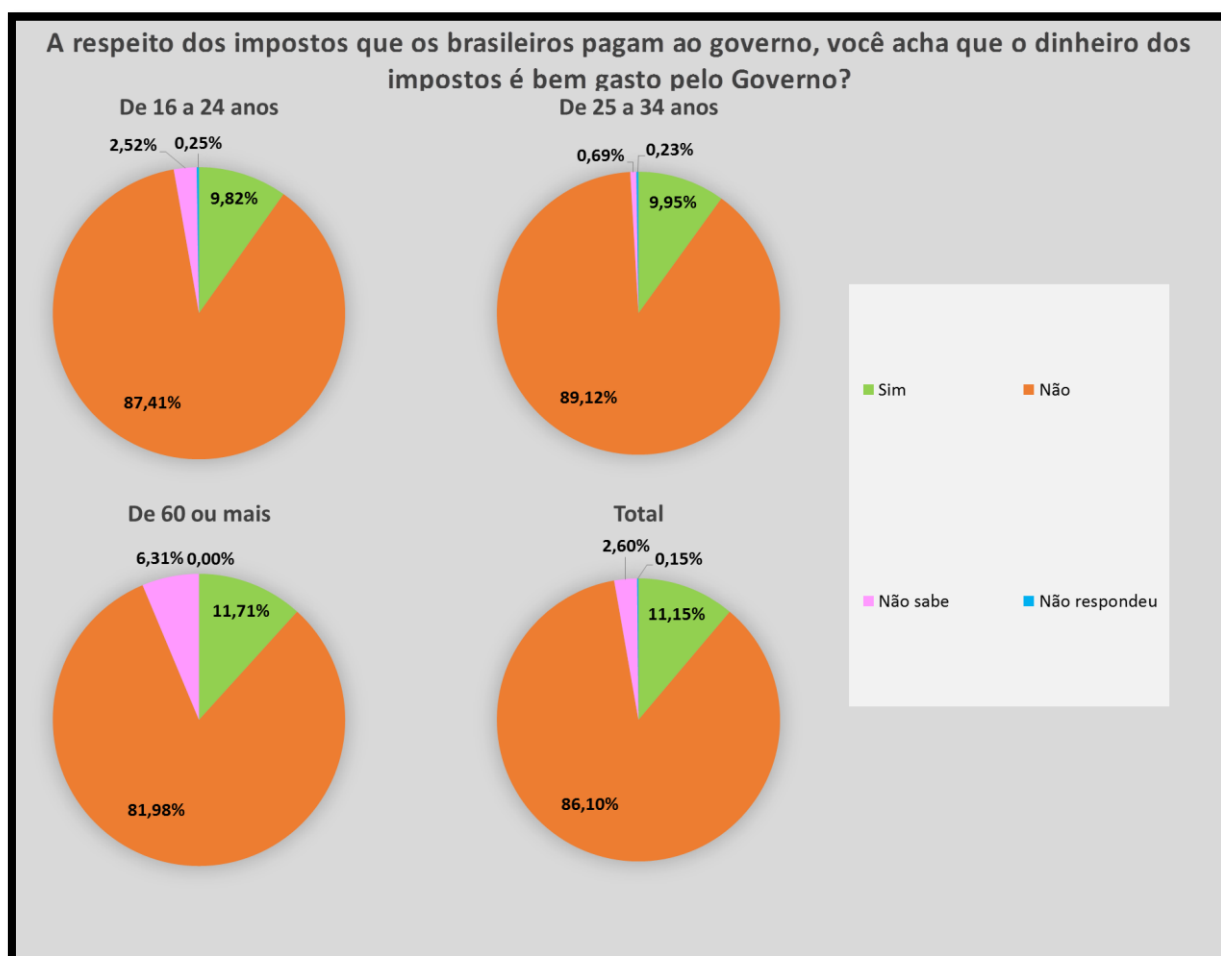
Crises que culminaram em *Manifestações*, mas que principalmente estão permeados pela crise no Sistema de Representatividade de uma maneira ampla. Os pontos desse esquema

estão ao longo da discussão que se segue a começar pela observação sobre a interpretação dos brasileiros sobre as políticas públicas.

4.2 Análise governamental referente a políticas públicas

Em busca de analisar as atuações governamentais e possibilitar um levantamento das interpretações dos brasileiros perante as atuações do governo nas políticas públicas; foram questionados os entendimentos dos cidadãos sobre a eficiência governamental com relação ao retorno à população. O primeiro questionamento foi na área de aplicabilidade dos impostos arrecadados, questionou-se da subseqüente maneira: A respeito dos impostos que os brasileiros pagam ao governo, você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Governo?

Gráfico 24: A respeito dos impostos que os brasileiros pagam ao governo, você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Governo?



Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014

Tabela 15: A respeito dos impostos que os brasileiros pagam ao governo, você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Governo?

A respeito dos impostos que os brasileiros pagam ao governo, você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Governo

FAIXA ETÁRIA	Sim	Não	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	39 (9,82%)	347 (87,41%)	10 (2,52%)	1 (0,25%)
De 25 a 34 anos	43 (9,95%)	385 (89,12%)	3 (0,69%)	1 (0,23%)
De 35 a 44 anos	44 (11,76%)	323 (86,36%)	6 (1,6%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	58 (12,5%)	394 (84,91%)	12 (2,59%)	0 (0%)
De 60 ou mais	39 (11,71%)	273 (81,98%)	21 (6,31%)	0 (0%)
Total	223 (11,15%)	1722 (86,1%)	52 (2,6%)	3 (0,15%)

Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014

Dentre os relacionamentos com o governo estão os pagamentos de impostos, os gastos governamentais e as escolhas da aplicabilidade do dinheiro recebido da população brasileira. Para a maioria dos brasileiros 86,10% o governo não aplica o dinheiro arrecadado pelos impostos de maneira eficiente. Os mais novos afirmam isso em uma quantidade ainda maior que os mais velhos: 88,26% e 81,96% respectivamente.

Essa opinião está inserida em pesquisas voltadas para impostos e aplicabilidade à população. Para tal análise é estruturado em todos os anos um Índice de Retorno ao Bem Estar da Sociedade, pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário da Organização das Nações Unidas. Dos trinta países avaliados, o Brasil ficou em 30º, o que deixa transparecer que o retorno do governo brasileiro aos contribuintes não está perto de estar adequado para pontos como a educação, saúde, segurança, saneamento básico, entre outros. Esse *déficit* de retorno à população não é atual, ele vem ocorrendo há anos; nos últimos cinco anos o Brasil esteve na última colocação pela quinta vez consecutiva (IBPT, 2016).

Comparando as arrecadações com os benefícios proporcionados à população é possível, referente ao ano de 2013, ver o seguinte cenário:

Tabela 16: *Ranking* de carga tributária e benefícios populacionais

País	Carga Tributária em % do PIB	Posição da aplicação dos recursos em benefício da população: <i>Ranking</i> entre os países
Austrália	27,30%	1 ^a
Coréia do Sul	24,30%	2 ^a
Estados Unidos	26,40%	3 ^a
Islândia	35,50%	14 ^a
Alemanha	36,70%	15 ^a
Noruega	40,80%	18 ^a
Brasil	35,04%	30 ^a

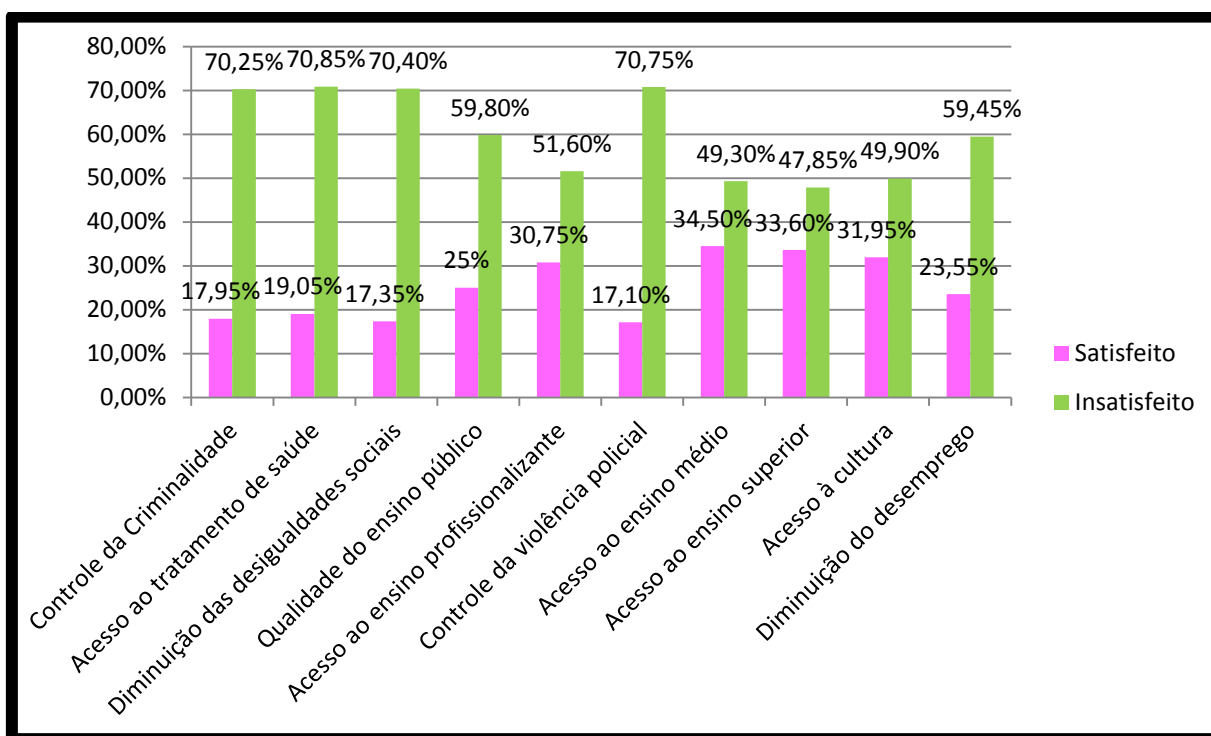
Fonte: IBPT, 2016

Dentre os países que tiveram arrecadações compatíveis são: o Brasil, a Islândia, a Alemanha e a Noruega, entretanto, apesar da compatibilidade de arrecadação, a posição da efetiva aplicação dos recursos não estão compatíveis enfatizando o Brasil. Os outros países estão do 14º lugar ao 18º, uma diferença não muito efetiva, entretanto o Brasil ocupa o 30º lugar. Algo que deixa clara a não eficiência do planejamento governamental.

Essa não aplicabilidade efetiva e com eficiência é uma das reivindicações feitas nas *Manifestações* de 2013 e 2015. O estar de acordo ou não com a aplicabilidade dos impostos está voltada para a análise das políticas públicas e do sentimento que as pessoas tem quando necessitam do uso delas, como por exemplo: segurança, saúde, saneamento básico, desemprego, etc. É neste âmago que aparecem os interesses individuais de Olson, pois, cada qual possui necessidades diferentes, e certamente escolheriam aplicar o dinheiro arrecadado via impostos de uma forma diferente e de composições diversas. Todavia, os interesses individuais se tornam coletivos quando os brasileiros se unem tendo como foco a não concordância com os gastos públicos dos impostos arrecadados, assim, o que era individual passa a ser coletivo, entretanto não homogêneo, formando uma *Multidão*, e não um Povo..

Os dados do gráfico que se segue tem classificações de respostas de 1 a 10, sendo os extremos 1 muito insatisfeito e 10 muito satisfeito. Para um resumo comparativo em busca de analisar a satisfação ou não da população brasileira em geral foram aglomerados os números em letras, apesar da ciência de que essas satisfações ou insatisfações não são idênticas, e sim graduais. A letra A ficou com as notas 10 e 9, com o topo da satisfação, a B com 8 e 7, a C com 6 e 5, D com 4 e 3 e a não satisfação ficou com a E, com 2 e 1; em alguns gráficos posteriores aparecerá essa classificação.

Para o gráfico resumo da “Satisfação ou não das políticas públicas” foram colocados os números de 10 a 6 como satisfeitos e 5 a 1 como insatisfeitos. Também tiveram os que não sabiam e os que não responderam, os quais não estão neste gráfico resumo.

Gráfico 25: Satisfação ou não das políticas públicas

Fontes: Pesquisa NUPPs, 2014

Em todos os tópicos abordados, sem nenhuma exceção, a população está mais insatisfeita do que satisfeita, e essa discrepância não é pequena, a maior delas está no controle da violência policial 53,65%, e a menor está no acesso ao ensino superior com 14,25%.

A insatisfação dos brasileiros não é pequena, todas estão por volta de metade da população para mais, partindo próximo dos 50% e chegando à magnitude de aproximadamente 70% da população. Ou seja, o retorno da aplicabilidade dos impostos recolhidos pelo governo referente às políticas públicas não é aprovado pela maioria da população, e isso traz sensações desgostosas, de não compartilhamento de ideias e atuações. Para os brasileiros, a necessidade deles próprios não está sendo sanada pelo governo.

Entretanto, “qualquer gestão pública democrática e preocupada em atender as necessidades sociais da população deve estar pautada em um princípio fundamental, que os cidadãos, sós ou agrupados em associações representando a sociedade civil organizada, são e devem ser os principais atores de qualquer política pública.” (HOURCADE; GUTIERREZ, 2016, p. 88).

Como deveriam ser os principais atores, os cidadãos teriam que, em sua maioria, estar satisfeitos, independente do grau, algo que não acontece nem para os mais novos nem

para os mais velhos. Essa insatisfação gerada, em cada um dos seus setores acaba causando consequências negativas.

Na área da criminalidade a consequência negativa é a insegurança da população brasileira, o sentimento de medo perante o convívio público. O acesso à educação, tanto ao ensino público em geral, ensino superior, ensino profissionalizante e ao ensino médio causa uma discrepância intelectual e de cargos no mercado de trabalho, já que, na maioria das vezes, cargos altos tendem a exigir uma maior formação, o que gera uma diferença salarial e o aumento da desigualdade social, e não uma diminuição.

A saúde, o desemprego e o acesso à cultura também são pontos proeminentes cuja satisfação está longe de ser ideal, ou pelo menos compatível às mais baixas expectativas e almejos populacionais podendo levar a crises de identidades.

4.3 Representação e identificação política: “crise de identidade”

No âmago da Teoria Social a discussão sobre a transformação de identidades, o declínio de antigas, a construção de novas identidades e o processo de transição é algo de extenso debate. Dentre esse processo a “crise de identidade” possibilita um deslocamento de processos centrais colocando abaixo a estabilidade de um mundo durável. Essa crise se sintetiza em dois principais patamares de deslocamento ou descentração do sujeito: descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos.

Essa afirmação de crise de identidade só se fundamenta na possibilidade de três principais comparativos de maneira simplificada: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo apresentava uma concepção da pessoa humana como um indivíduo centrado, unificado, uma essência idêntica do EU. Já o sujeito sociológico possibilitava a reflexão sobre o eu interior, não era autônomo e autossuficiente, sendo a identidade formada na interação entre o EU e a sociedade, possuindo um espaço interior e exterior.

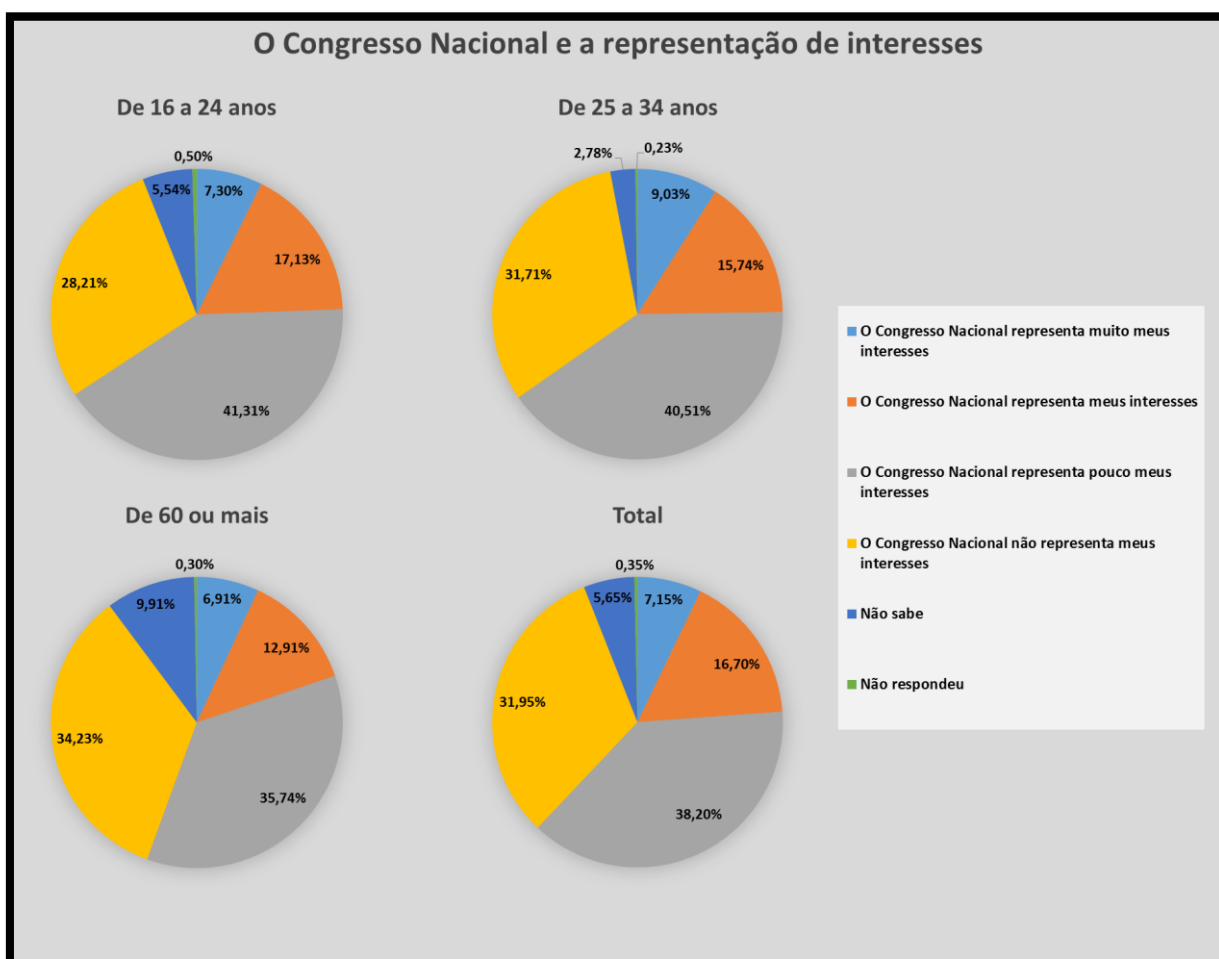
O sujeito pós-moderno é um sujeito não unicista, mas sim possuidor de várias identidades podendo até serem contraditórias, há mudanças estruturais e institucionais. “O

próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.” (HALL, 2006, p. 12). Não há uma identidade fixa, permanente “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu." (HALL, 2006, p. 13).

As identidades podem ser contraditórias, atuando tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora, não são singulares, ou seja, são fraturadas. Mas essa mudança passa por processos de novas identificações, não possibilitando essas uma identificação automática nova, a ponto de passar por um processo de identificação em contínua construção, assim, “crise de identidade”.

Em busca de investigar esse ponto elencado como importante para a análise do contexto atual aborda-se a representação e a identificação política e conclui-se que há uma “crise de identificação”; se as pessoas não se identificam, certamente não se sentem representadas. Isso pode ser confirmado com os dados que serão apresentados neste tópico. Para tal, foi indagada aos entrevistados a seguinte questão: Pensando no Congresso Nacional, até que ponto você concorda ou discorda que o Congresso Nacional representa seus interesses?

Gráfico 26: Pensando no Congresso Nacional, até que ponto você concorda ou discorda que o Congresso Nacional representa seus interesses?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

É possível afirmar que há, no Brasil atualmente, uma crise de identificação, na qual a representatividade não é algo que está ocorrendo de uma maneira majoritária. Nos resultados apresentados no gráfico subsequente, se o Congresso Nacional representa os interesses dos entrevistados, do total, 23,85% respondeu que o Congresso Nacional representa muito ou representa os interesses dos entrevistados; 70,15% respondeu que representa pouco os interesses ou que não representa. Essa tendência de pouca representação ou nenhuma não tem tanta discrepância quando comparada as faixas etárias: 71,87% e 69,97% respectivamente da dos mais novos para os mais velhos, mas mesmo assim a juventude se sente menos representada pelo Congresso Nacional do que os mais velhos. Em números absolutos tem-se:

Tabela 17: Pensando no Congresso Nacional, até que ponto você concorda ou discorda que o Congresso Nacional representa seus interesses?

O Congresso Nacional e a representação de interesses						
FAIXA ETÁRIA	O Congresso Nacional representa muito meus interesses	O Congresso Nacional representa meus interesses	O Congresso Nacional representa pouco meus interesses	O Congresso Nacional não representa meus interesses	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	29 (7,3%)	68 (17,13%)	164 (41,31%)	112 (28,21%)	22 (5,54%)	2 (0,5%)
De 25 a 34 anos	39 (9,03%)	68 (15,74%)	175 (40,51%)	137 (31,71%)	12 (2,78%)	1 (0,23%)
De 35 a 44 anos	20 (5,35%)	72 (19,25%)	141 (37,7%)	121 (32,35%)	19 (5,08%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	32 (6,9%)	83 (17,89%)	165 (35,56%)	155 (33,41%)	27 (5,82%)	2 (0,43%)
De 60 ou mais	23 (6,91%)	43 (12,91%)	119 (35,74%)	114 (34,23%)	33 (9,91%)	1 (0,3%)
Total	143 (7,15%)	334 (16,7%)	764 (38,2%)	639 (31,95%)	113 (5,65%)	7 (0,35%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Pode-se afirmar, perante os dados levantados, que a maioria da população brasileira não se sente representada em alguns momentos e/ou não se sente representada completamente. Identificando, portanto, uma crise de representatividade.

Já que há uma crise de representatividade, afirmar que a população brasileira pode ser considerada um Povo, no contexto analisado, não é a classificação correta, já que o Povo é constituído por uma unidade representável. Para o momento atual da população brasileira a melhor classificação seria a de *Multidão*, a qual traz um desafio de representação, já que é formada por uma multiplicidade indefinida de maneira concreta e, por esse motivo, dificilmente mensurada (NEGRI, 2003).

Isso porque a *Multidão* tem uma multiplicidade incomensurável, não é representável tem uma multiplicidade singular – universo concreto, é um ator social ativo, reflexiva, não é uma unidade, mas é organizada (ator ativo da auto-organização), seus movimentos mostravam novos espaços, é um sujeito ativo, possibilitando formas maduras da organização política, fazendo faces diretas a operações repressivas governamentais.

‘Em resumo, a *Multidão* é um movimento inserido na investigação de si e na constituição de si mesma, uma virada ontológica ao mesmo tempo em que se constitui. É dinâmica, o que proporciona uma densidade rica e liberta, global, produz singularidades, mas possibilita novas subjetividades, produz mercadorias e reproduz a sociedade, assim, desliza

entre a globalidade e a singularidade. “O nome da "*Multidão*" é, a um só tempo, sujeito e produto da prática coletiva.” (NEGRI, 2015, p. 20).’ O que certamente explica, entre outros fatores, a crise de representatividade, a “crise de identidade”, um dos princípios que levam um Povo a se transformar em uma *Multidão*.

Para reafirmar se essa crise é somente perante ao Congresso Nacional ou às estruturas políticas existentes, foi indagado sobre o sentimento de representatividade com relação aos Partidos Políticos da seguinte maneira: Existe algum Partido Político que representa a maneira como você pensa?

Gráfico 27: Existe algum Partido Político que representa a maneira como você pensa?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

O gráfico deixa claro que a representatividade, a identificação da maneira de pensar da população brasileira, não condiz com as estruturas ideológicas dos partidos políticos brasileiros em geral. Da totalidade 80,75%, da população brasileira afirma que os partidos políticos não representam a maneira como ela pensa. Dos que afirmaram que há uma representatividade, esta aumenta dos mais novos para os mais velhos, de 9,57%; 15,74% e 17,72% respectivamente, portanto, os mais novos, aglutinando os dois primeiros grupos, tem 84,63% de sentimento de não representatividade com relação aos partidos políticos, superando a não representatividade dos mais velhos, com 78,08%. Não há, portanto, um processo de ampla identificação, de concordância e nem de confiabilidade, o que será abordado e demonstrado posteriormente. Em números absolutos tem-se:

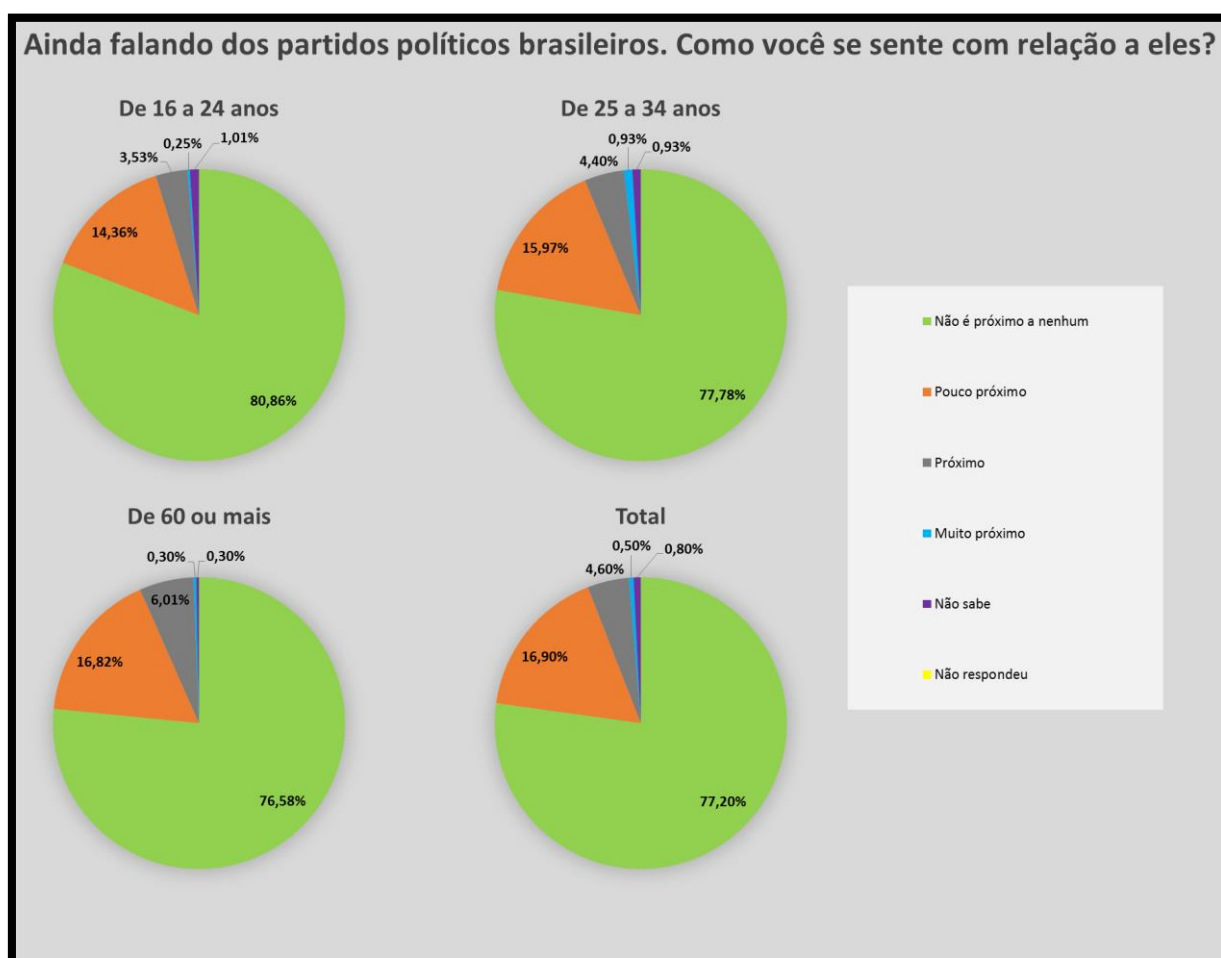
Tabela 18: Existe algum Partido Político que representa a maneira como você pensa?

Algum partido político que representa a maneira como você pensa?				
FAIXA ETÁRIA	Sim	Não	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	38 (9,57%)	343 (86,4%)	15 (3,78%)	1 (0,25%)
De 25 a 34 anos	68 (15,74%)	358 (82,87%)	6 (1,39%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	76 (20,32%)	289 (77,27%)	9 (2,41%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	82 (17,67%)	365 (78,66%)	16 (3,45%)	1 (0,22%)
De 60 ou mais	59 (17,72%)	260 (78,08%)	13 (3,9%)	1 (0,3%)
Total	323 (16,15%)	1615 (80,75%)	59 (2,95%)	3 (0,15%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

A maioria, 80,75% do total da população investigada não se sente representada por partidos políticos; uma das partes que compõem o esquema dos tipos de crise da população brasileira relatada anteriormente. Para investigar, de uma maneira mais profunda, essas crises buscou-se, então, averiguar como é o sentimento perante os partidos, já que não se sentem representados. O questionamento foi: Como você se sente com relação aos Partidos Políticos?

Gráfico 28: Como você se sente com relação aos Partidos Políticos?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Dos mais novos (16 a 34 anos), 79,32% não se sentem próximos a nenhum partido, percentagem que diminui para os mais velhos (60 anos ou mais), com 76,58%. Apesar de as porcentagens não serem tão diferenciadas, os mais novos continuam sendo os mais contrários, com uma menor representatividade do que os mais velhos. Enquadrando-se com os resultados dos últimos gráficos. Em números absolutos, o conteúdo do gráfico que exhibe dessa maneira:

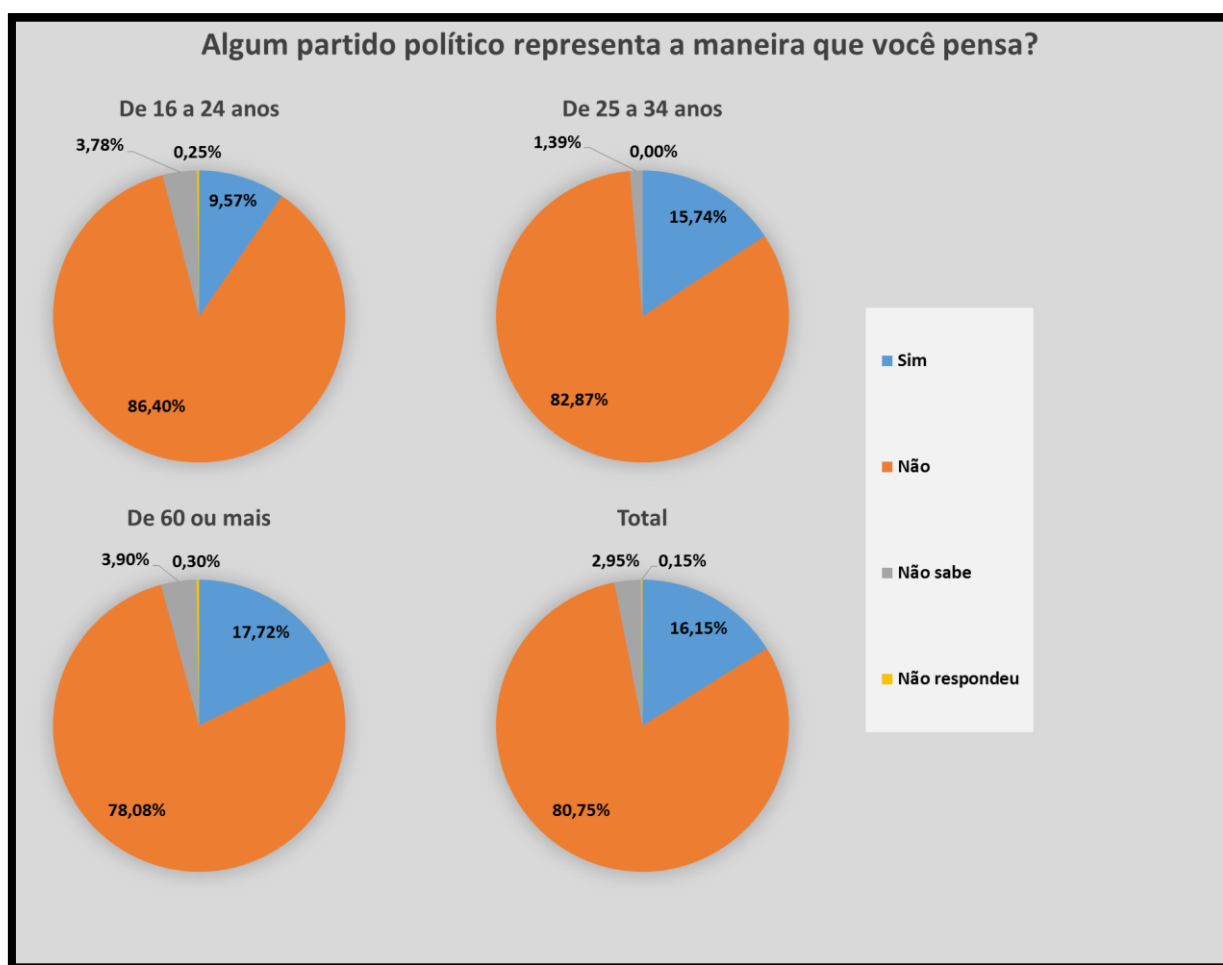
Tabela 19: Como você se sente com relação aos Partidos Políticos?

Ainda falando dos partidos políticos brasileiros. Como você se sente com relação a eles?						
FAIXA ETÁRIA	Não é próximo a nenhum	Pouco próximo	Próximo	Muito próximo	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	321 (80,86%)	57 (14,36%)	14 (3,53%)	1 (0,25%)	4 (1,01%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	336 (77,78%)	69 (15,97%)	19 (4,4%)	4 (0,93%)	4 (0,93%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	273 (72,99%)	80 (21,39%)	19 (5,08%)	1 (0,27%)	1 (0,27%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	359 (77,37%)	76 (16,38%)	20 (4,31%)	3 (0,65%)	6 (1,29%)	0 (0%)
De 60 ou mais	255 (76,58%)	56 (16,82%)	20 (6,01%)	1 (0,3%)	1 (0,3%)	0 (0%)
Total	1544 (77,2%)	338 (16,9%)	92 (4,6%)	10 (0,5%)	16 (0,8%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Se a maioria da população afirma que os Partidos Políticos não a representa, então, a dúvida se dá em saber se algum Partido Político representa a maneira de pensar da população brasileira. Para observar essa estrutura indagou-se: Algum partido político representa a maneira como você pensa?

Gráfico 29: Algum partido político representa a maneira como você pensa?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

A juventude brasileira, em sua maioria, afirma que nenhum Partido Político representa a maneira que ela pensa, com um percentual mais elevado que os mais velhos. 71,87% e 69,97 respectivamente. Com pouca diferença percentual entre os dois blocos de faixa etária pode-se mais uma vez afirmar que a maioria da população brasileira não se sente representada por Partidos Políticos, pois não expressam a maneira que ela pensa, no conjunto geral, 80,75% do total.

Os mais novos, portanto, são os que menos se sentem representados, por conseguinte, os mais aptos e com maiores motivos para participar de *Manifestações* coletivas. Absolutamente tem-se:

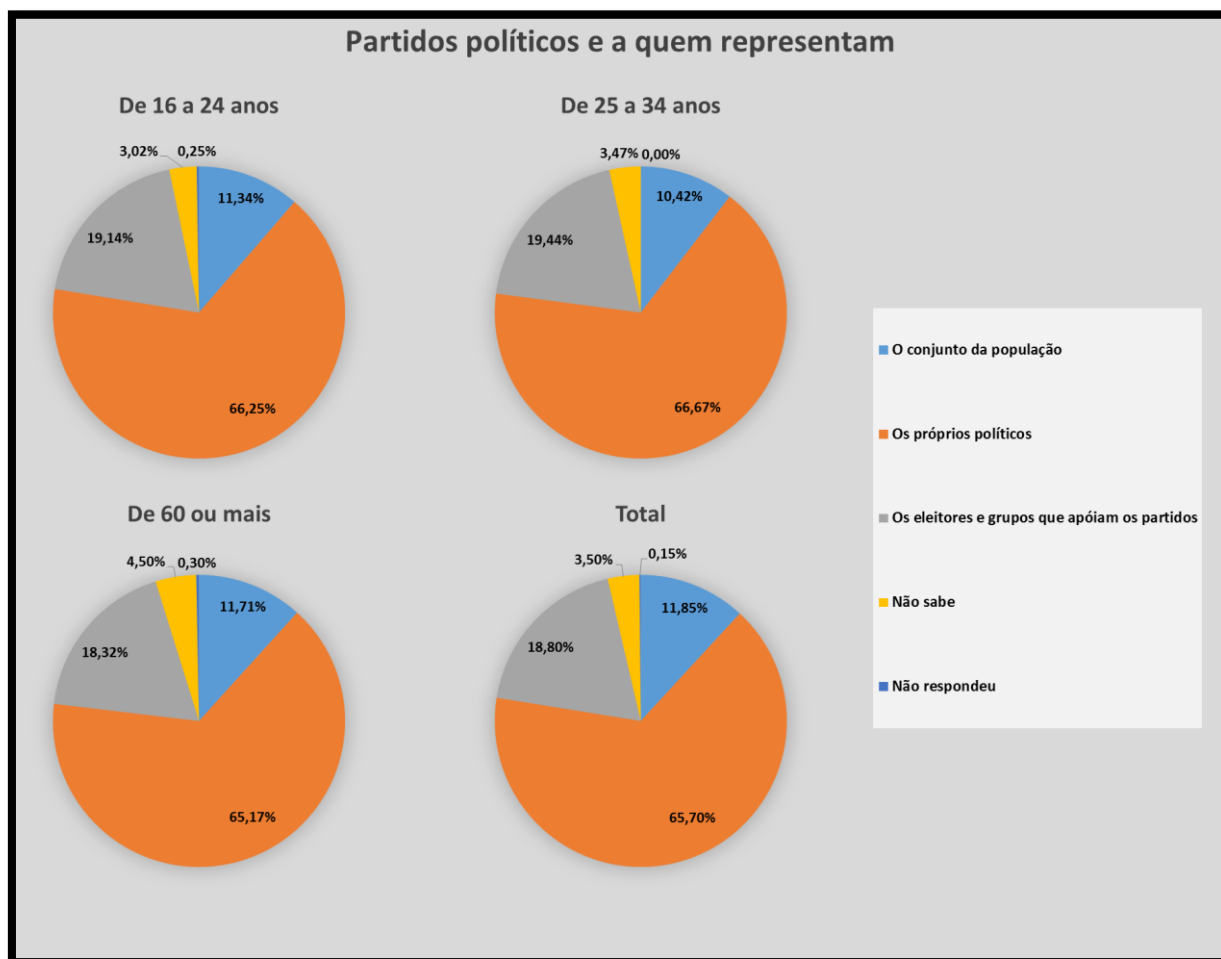
Tabela 20: Algum partido político representa a maneira como você pensa?

Algum partido político que representa a maneira como você pensa?				
FAIXA ETÁRIA	Sim	Não	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	38 (9,57%)	343 (86,4%)	15 (3,78%)	1 (0,25%)
De 25 a 34 anos	68 (15,74%)	358 (82,87%)	6 (1,39%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	76 (20,32%)	289 (77,27%)	9 (2,41%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	82 (17,67%)	365 (78,66%)	16 (3,45%)	1 (0,22%)
De 60 ou mais	59 (17,72%)	260 (78,08%)	13 (3,9%)	1 (0,3%)
Total	323 (16,15%)	1615 (80,75%)	59 (2,95%)	3 (0,15%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Mas, se os partidos não representam a maneira de pensar da maioria da população brasileira, a quem os Partidos Políticos representam? Para analisar e buscar responder a essa dúvida, foi questionado à população: Na sua opinião a quem os partidos representam mais?

Gráfico 30: Na sua opinião a quem os partidos representam mais?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Novamente, para a maioria da população, os partidos políticos não representam os eleitores que apoiam os partidos e nem ao menos o conjunto da população, mas sim, representam os próprios políticos. Essa porcentagem atinge o número de 65,70 para a totalidade. A discrepância com relação a esta resposta não é de grande relevância, entretanto, os mais novos (16 a 34 anos) afirmam que os Partido Políticos representam somente os ideais dos próprios políticos com 66,46% e entre os mais velhos (60 anos ou mais) o percentual é de 65,17%, um pouco menor que os mais novos.

Com relação à representatividade, em segundo lugar vem os eleitores e os grupos que apoiam os partido, com 18,80% do total, e em terceiro aparecem o conjunto da população como um todo, com 11,85%, os quais também não divergem muito entre grupo de idades.

Observa-se que 85,63% dos mais jovens afirmam que os Partidos Políticos representam os próprios políticos ou somente o grupo de pessoas que os apoiam e/ou seus

próprios eleitores, resumidamente, não representam o conjunto da população brasileira. Para os mais velhos essa não representatividade também é grande, entretanto um pouco menor com relação aos mais novos, 83,49%.

O que mais evidencia-se nesses dados é que a população brasileira vive em uma estrutura política democrática de representatividade, assim, parte-se do pressuposto que os governantes tem por dever representar os interesses da maioria da população, isso é um pressuposto *sinequanon* que não está presente no âmago da população brasileira com 84,5%. Absolutamente:

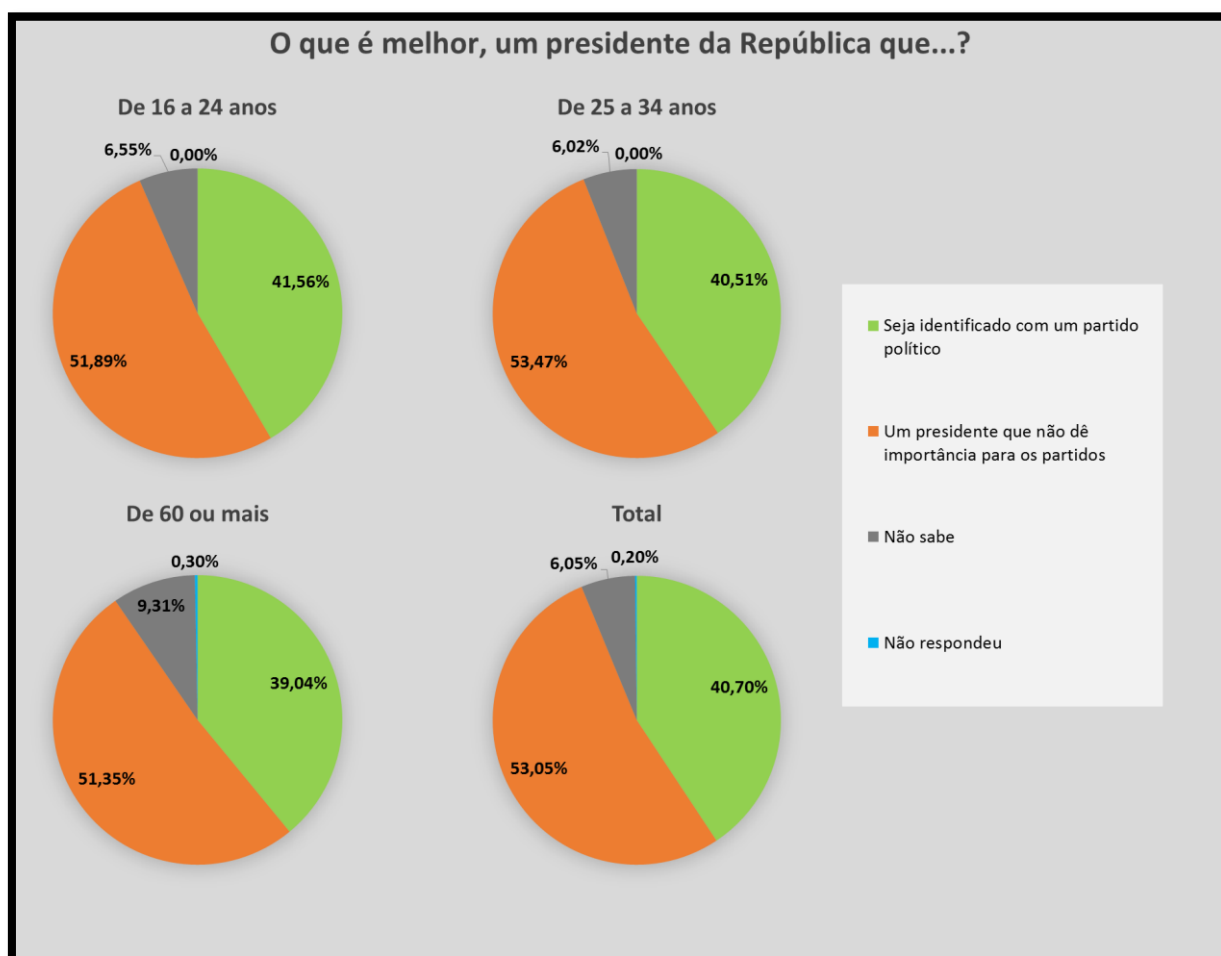
Tabela 21: Em sua opinião, a quem os partidos representam mais?

Partidos políticos e a quem representam					
FAIXA ETÁRIA	O conjunto da população	Os próprios políticos	Os eleitores e grupos que apóiam os partidos	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	45 (11,34%)	263 (66,25%)	76 (19,14%)	12 (3,02%)	1 (0,25%)
De 25 a 34 anos	45 (10,42%)	288 (66,67%)	84 (19,44%)	15 (3,47%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	51 (13,64%)	247 (66,04%)	63 (16,84%)	12 (3,21%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	57 (12,28%)	299 (64,44%)	92 (19,83%)	16 (3,45%)	0 (0%)
De 60 ou mais	39 (11,71%)	217 (65,17%)	61 (18,32%)	15 (4,5%)	1 (0,3%)
Total	237 (11,85%)	1314 (65,7%)	376 (18,8%)	70 (3,5%)	3 (0,15%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

O não sentimento de representatividade, entre outros fatores, acaba estruturando desconfiâncias com relação às atuações dos Partidos Políticos, a ponto de, quando abordado sobre a presidência de República com relação a Partidos Políticos (O que é melhor, um presidente da República que...?), as respostas se estruturam assim:

Gráfico 31: O que é melhor, um presidente da República que...?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014

Tabela 22: O que é melhor, um presidente da República que...?

O que é melhor, um presidente da República que...?

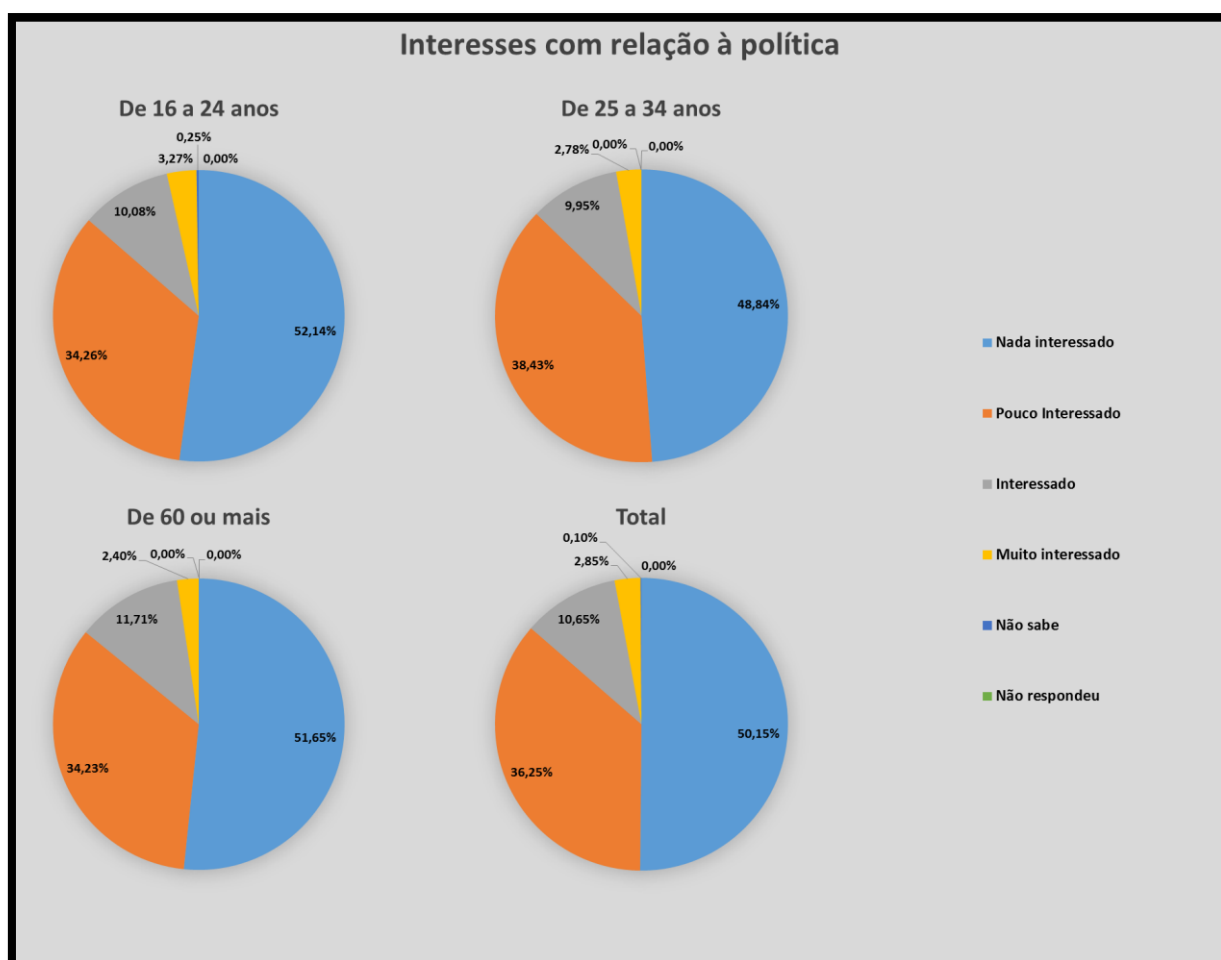
FAIXA ETÁRIA	Seja identificado com um partido político	Um presidente que não dê importância para os partidos	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	165 (41,56%)	206 (51,89%)	26 (6,55%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	175 (40,51%)	231 (53,47%)	26 (6,02%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	148 (39,57%)	210 (56,15%)	15 (4,01%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	196 (42,24%)	243 (52,37%)	23 (4,96%)	2 (0,43%)
De 60 ou mais	130 (39,04%)	171 (51,35%)	31 (9,31%)	1 (0,3%)
Total	814 (40,7%)	1061 (53,05%)	121 (6,05%)	4 (0,2%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014

Em busca da melhor estrutura e credibilidade de governo, em geral, os brasileiros, 53,05%, afirmam que um presidente da República não deveria dar importância para partidos políticos. Apesar de uma diferença pequena, os mais novos ainda são maioria a concordar com essa afirmação se comparado com os mais velhos, 542,68% e 51,35% respectivamente. Há de se apontar que os mais velhos apresentam-se com mais dúvidas que os mais novos, 9,31% dos mais velhos responderam que não sabem, contra 6,28% dos mais novos.

Já que a representatividade está afetada, juntamente com a identidade, especula-se que isso se reflete nos interesses dos cidadão para com a política. No gráfico que se segue isso pode ser constatado.

Gráfico 32: Interesses com relação à política



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Muitas pessoas tem pouco interesse ou nada de interesse com relação à política, o que traz como consequência a não participação. O percentual quase atinge a casa dos 90,

ficando em 86,4% do total quando considerado os que responderam não estar interessados ou estarem pouco interessados.

O maior desinteresse, ou pouco interesse está no grupo dos mais novos com 86,83%, entretanto os mais novos e os mais velhos estão relativamente compatíveis, ficando estes com 85,88%. Em números absolutos:

Tabela 23: Interesses com relação à política em números absolutos

Interesses com relação à política						
FAIXA ETÁRIA	Nada interessado	Pouco Interessado	Interessado	Muito interessado	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	207 (52,14%)	136 (34,26%)	40 (10,08%)	13 (3,27%)	1 (0,25%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	211 (48,84%)	166 (38,43%)	43 (9,95%)	12 (2,78%)	0 (0%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	179 (47,86%)	148 (39,57%)	37 (9,89%)	10 (2,67%)	0 (0%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	234 (50,43%)	161 (34,7%)	54 (11,64%)	14 (3,02%)	1 (0,22%)	0 (0%)
De 60 ou mais	172 (51,65%)	114 (34,23%)	39 (11,71%)	8 (2,4%)	0 (0%)	0 (0%)
Total	1003 (50,15%)	725 (36,25%)	213 (10,65%)	57 (2,85%)	2 (0,1%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Uma das indagações que vem à tona nesta conjuntura é: O que pode ter estruturado o desinteresse da população brasileira com relação à política? Dentre as várias respostas possíveis pode-se citar:

- a) Transformação na educação: geração fruto da educação imposta pela ditadura militar na qual não era possível discutir sobre Ciências Políticas e Sociais em geral;
- b) Constatações de grandes dificuldades em trazer modificações no contexto social;
- c) Visão Capitalista mais intensificada, na qual todo tempo se remete ao lucro e essa busca pelo ter faz com que não se tenha mais tempo de investigar e participar pelo bem comum;
- d) Individualismo;
- e) Falta de confiança nos políticos, nos partidos e nas pessoas em geral;
- f) Entre outros.

Este penúltimo tópico é o que vai dar continuidade na busca por observar a constatação de extremo desinteresse. Assim, a centralidade da análise da presente discussão é com relação à confiança, isso porque a maioria da população não está interessada em algo que diz respeito a ela própria é estar em um contexto desgostoso com o que se vive no Brasil atualmente. Portanto, dentre outros motivos, a desconfiança dos brasileiros está gerando um desinteresse com relação à política.

Aristóteles teoriza que interesses são orientados por valores, o que acaba ocasionando desejos. ‘O pensamento prático é ‘um raciocínio em vista de certo fim, ou seja, tal modo de raciocinar, juntamente com certo modo de desejar, compõe certa escolha em agir ou não agir’. Portanto, o fim que se deseja é algo antecipadamente formado por uma graduação de acontecimentos causadores, assim, mesmo em diferentes formas da realidade, os interesses não se separam de uma atividade previamente selecionada.

Dessa mesma maneira ocorre com o desinteresse, a graduação de acontecimentos acabam causando desinteresses e não escolhas de circunstâncias específicas. O estar desinteressado por algo possibilita o interesse por combater, deletar ou não dar valor ao que não se concorda, podendo até mesmo construir algo coletivo em busca de confrontar com o que não se tem desejo, com o que não se concorda coletiva e individualmente.

Assim, o desinteresse da população brasileira é gerado pela falta de confiança nas instituições, nas ações políticas e nos governos instituídos. Portanto, o valor confiança acabou “atrapalhando” a maneira de agir dos cidadãos, o que culminou em um desinteresse pela política.

Contudo, para uma observação abrangente, em busca de confirmar essa relação entre interesse e confiança, foi necessário questionar se a confiança, ou ausência dela, seria somente com relação à política e suas estruturas ou com relação à humanidade, ou sociedade como um todo. São as instituições que geram desconfiança? São as pessoas, portanto a estrutura cultural e do indivíduo que proporcionam a confiança ou desconfiança?

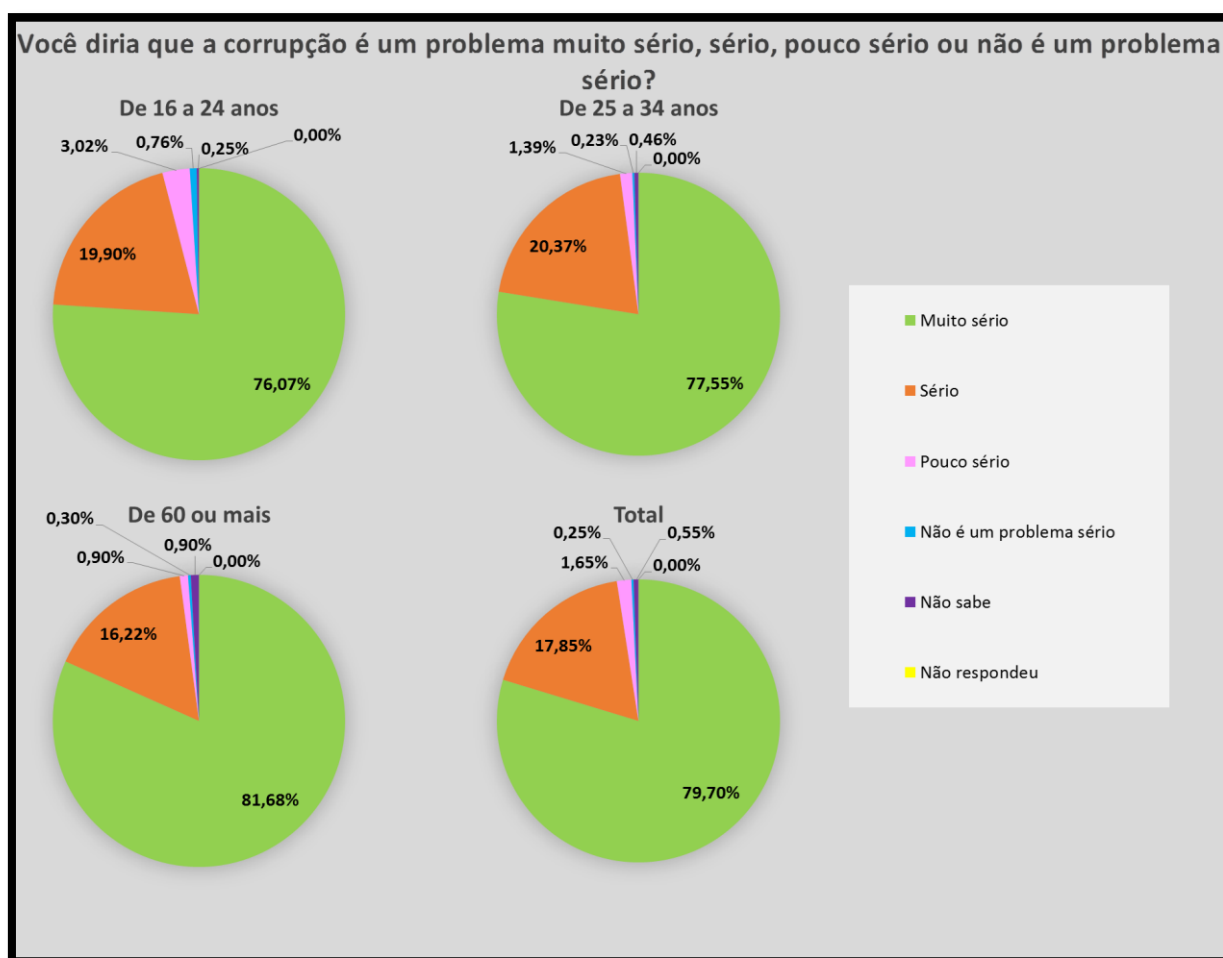
4.4 Abordagem sobre corrupção, fraudes, roubos e tráfico de influências

Para investigar se a crise com relação às estruturas políticas está na confiança com relação aos partidos políticos, à eficiência da democracia ou às estruturas governamentais e

suas atuações estabelecidas partiu-se da abordagem sobre a corrupção e o tráfico de influências nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma.

O início se deu com a seguinte pergunta em busca de estruturar os comparativos: Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema sério? Para tal os gráficos demonstram o seguinte:

Gráfico 33: Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 24: Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema?

Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema sério?						
FAIXA ETÁRIA	Muito sério	Sério	Pouco sério	Não é um problema sério	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	302 (76,07%)	79 (19,9%)	12 (3,02%)	3 (0,76%)	1 (0,25%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	335 (77,55%)	88 (20,37%)	6 (1,39%)	1 (0,23%)	2 (0,46%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	298 (79,68%)	69 (18,45%)	5 (1,34%)	0 (0%)	2 (0,53%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	387 (83,41%)	67 (14,44%)	7 (1,51%)	0 (0%)	3 (0,65%)	0 (0%)
De 60 ou mais	272 (81,68%)	54 (16,22%)	3 (0,9%)	1 (0,3%)	3 (0,9%)	0 (0%)
Total	1594 (79,7%)	357 (17,85%)	33 (1,65%)	5 (0,25%)	11 (0,55%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

As respostas referente à existência de corrupção ser algo sério ou muito sério está para quase 100% da população em geral, atingindo o percentual de 97,55. Para os mais velhos esse índice é ainda maior, tendo como média, entre as idades de 16 a 34 anos, 96,94% e entre 60 anos ou mais com 97,9%.

A corrupção está inserida no contexto de um país por várias atribuições, entretanto existem alguns fatores que devem ser expostos mais claramente, principalmente para a América Latina. A existência da corrupção se dá devido:

- a) às oportunidades criadas pela dispersão de poder decorrente da democratização, permitindo que maior número de agentes públicos pudesse transacionar favores em troca de benefícios privados;
- b) à onda de reformas neoliberais que teria ampliado o poder de decisão desses agentes sobre bens como as empresas públicas, cuja privatização teria criado oportunidades de extração de vantagens dos interessados em comprá-los;
- c) à emergência de novas lideranças personalistas ou carismáticas que, sobrepassando os partidos políticos e os grupos de interesse, teriam chegado à presidência de seus países pela mobilização de massas via televisão (MOISÉS, 2010, p. 30)

Pode-se afirmar que a corrupção afeta a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. “A corrupção é um dos problemas mais sérios e complexos que assolam as

novas e velhas democracias. O conhecimento convencional mostra que ela envolve o abuso do poder público para qualquer tipo de benefício privado, inclusive, vantagens para os partidos de governo em detrimento da oposição.” (MOISÉS, 2010, p. 27). Os países mais desenvolvidos tendem a apresentar índices mais baixos de corrupção e de percepção de corrupção pela população.

Modelos analíticos com alta capacidade de explicação mostram que quanto menos as pessoas confiam em instituições democráticas mais vêem a corrupção como parte do sistema político. A liberdade civil também afeta a percepção da corrupção. De modo geral, os fatores determinantes da existência da corrupção e do fato de ela afetar os sistemas políticos no continente são tanto variáveis de cultura política como de desempenho do regime democrático. (MOISÉS, 2010, p. 31).

A percepção da população brasileira sobre corrupção está entrelaçada ao desenvolvimento, o desempenho das instituições e também com a cultura política. Análises das Ciências Políticas confirmam que a aceitação da corrupção afeta a qualidade da democracia ocasionando a (o):

- a) Diminuição a adesão ao regime;
- b) Estímulo à aceitação de escolhas autoritárias;
- c) Influência negativa à submissão à lei e à confiança interpessoal;
- d) Inibe tendências de participação política;
- e) Afeta a legitimidade do Estado democrático;
- f) Frauda o princípio de igualdade política inerente ao regime;
- g) Distorce a dimensão republicana da democracia porque faz as políticas públicas resultarem, não da disputa aberta de projetos diferentes, mas de acordos de bastidores que favorecem interesses espúrios;
- h) Incremento da desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas. (MOISÉS, 2010).

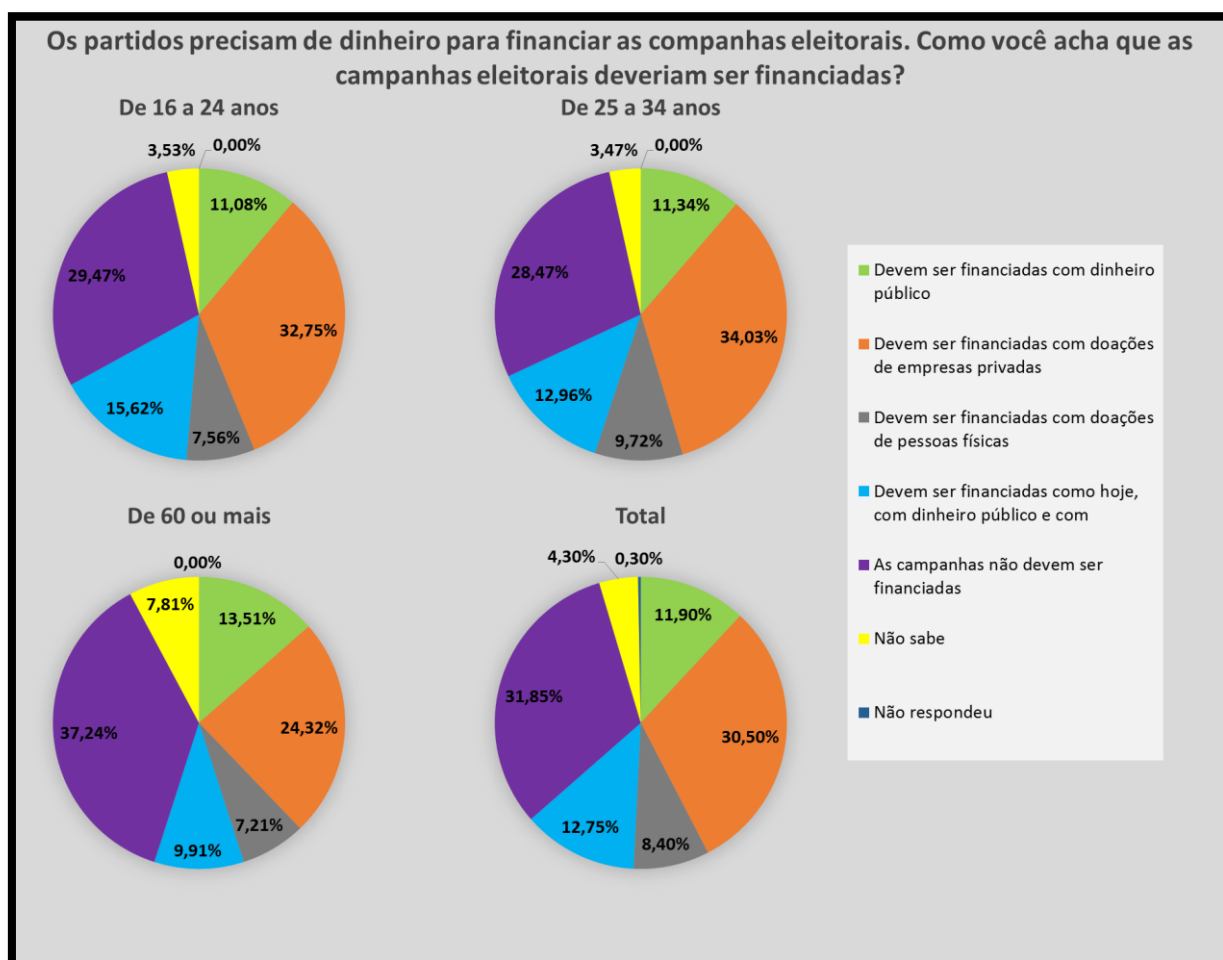
Acontecer atuações corruptas está dentro de um contexto não aceitável para quase a totalidade da população brasileira, e para que tal ação fosse investigada perguntas específicas foram estruturadas em busca de averiguar a percepção populacional sobre corrupção.

Sem especificar governos foi perguntada à amostra dos brasileiros a seguinte questão: Os partidos precisam de dinheiro para financiar as campanhas eleitorais. Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas? O não sentimento de

representatividade, entre outros fatores, acaba estruturando desconfianças com relação às eleições, às atuações dos Partidos Políticos, de políticos e campanhas e financiamento das mesmas.

Gráfico 34: Os partidos precisam de dinheiro para financiar as campanhas eleitorais.

Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

**Tabela 25: Os partidos precisam de dinheiro para financiar as campanhas eleitorais.
Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas?**

Os partidos precisam de dinheiro para financiar as campanhas eleitorais. Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas?							
FAIXA ETÁRIA	Devem ser financiadas com dinheiro público	Devem ser financiadas com doações de empresas privadas	Devem ser financiadas com doações de pessoas físicas	Devem ser financiadas como hoje, com dinheiro público e com	As campanhas não devem ser financiadas	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	44 (11,08%)	130 (32,75%)	30 (7,56%)	62 (15,62%)	117 (29,47%)	14 (3,53%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	49 (11,34%)	147 (34,03%)	42 (9,72%)	56 (12,96%)	123 (28,47%)	15 (3,47%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	38 (10,16%)	127 (33,96%)	32 (8,56%)	52 (13,9%)	113 (30,21%)	11 (2,94%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	62 (13,36%)	125 (26,94%)	40 (8,62%)	52 (11,21%)	160 (34,48%)	20 (4,31%)	5 (1,08%)
De 60 ou mais	45 (13,51%)	81 (24,32%)	24 (7,21%)	33 (9,91%)	124 (37,24%)	26 (7,81%)	0 (0%)
Total	238 (11,9%)	610 (30,5%)	168 (8,4%)	255 (12,75%)	637 (31,85%)	86 (4,3%)	6 (0,3%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Na análise do gráfico subsequente fica plausível a existência de duas principais respostas que acabam dividindo a opinião dos entrevistados, de um lado a afirmação de que as campanhas não devem ser financiadas e do outro que as campanhas devem ser financiadas por empresas privadas.

Do total dos entrevistados, 31,85% afirmam que as campanhas não devem ser financiadas, sendo essa a maior porcentagem se comparada com as outras. Em segundo lugar, com 30,50% a opinião é de que as campanhas devem ser financiadas por empresas privadas, e, em terceiro lugar, 12,75%, está a afirmação que as campanhas devem ser financiadas como ocorre atualmente, ou seja, com o dinheiro público e com dinheiro privado.

Os mais novos, faixa estaria previamente selecionada pela presente pesquisa, afirmam que a melhor opção seria o financiamento por doações de empresas privadas, 33,39%, em segundo lugar viria o não financiamento das campanhas, com 28,97%.

Para os mais velhos isso se inverte, 37,24% afirmam que as campanhas não devem ser financiadas, e 24,32% diz que as empresas privadas devem financiar as campanhas eleitorais.

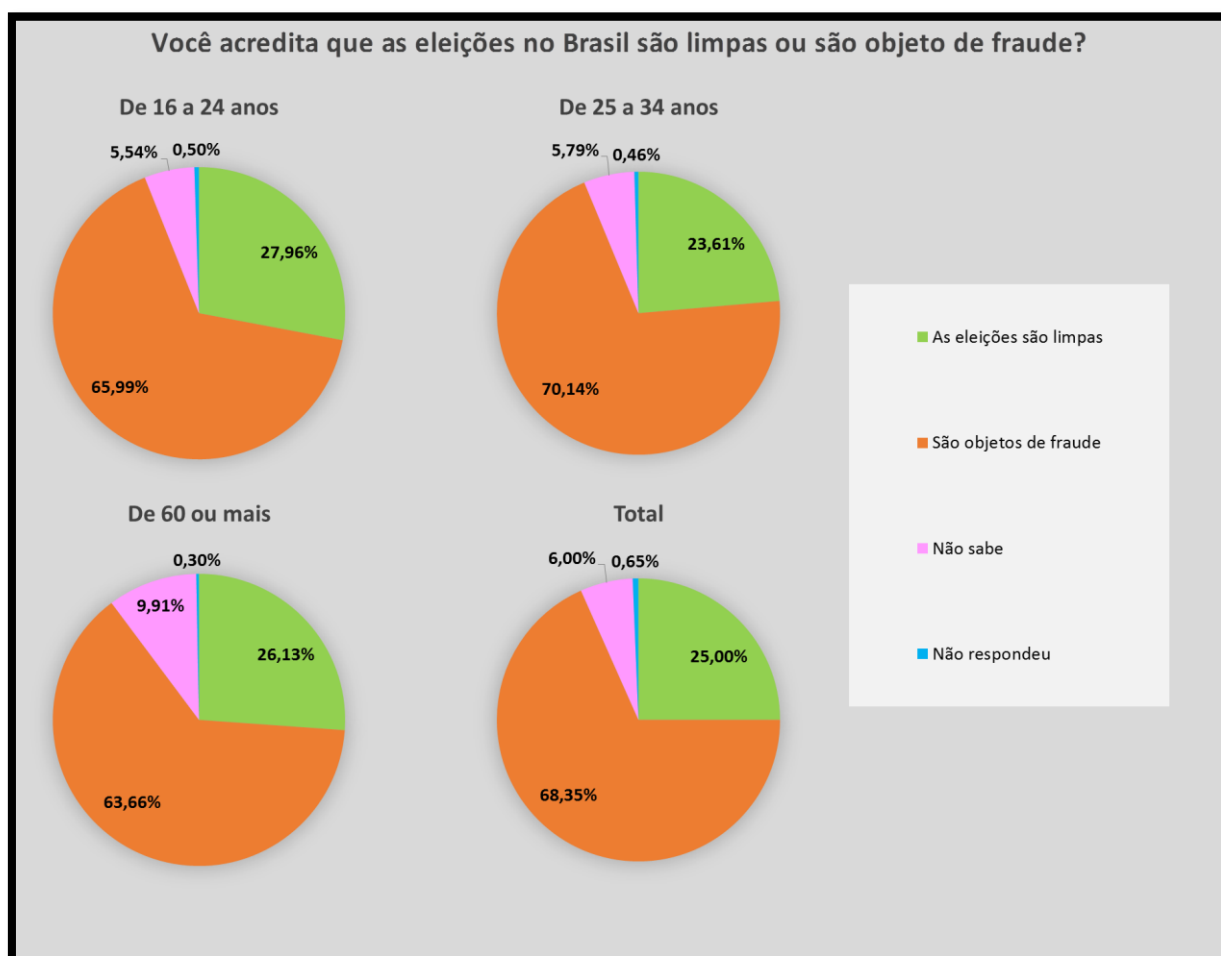
Entretanto, o que fica claro nos gráficos, é que tanto os mais velhos como os mais novos não estão de acordo com o que acontece atualmente, ou seja, não concordam que as campanhas eleitorais devam ser financiadas com dinheiro público e com dinheiro privado. Fazendo um aglutinamento das opções contrárias ao que ocorre hoje, ou seja, as pessoas que escolheram as alternativas:

- a) Devem ser financiadas com dinheiro público
- b) Devem ser financiadas com doações de empresas privadas
- c) Devem ser financiadas com doações de pessoas físicas
- d) As campanhas não devem ser financiadas

Retirando os que não souberam ou não responderam, tem-se que tanto os mais novos quanto os mais velhos, em sua maioria, não concordam com a forma de financiamento atual, ficando 82,21% para os mais novos e 82,28% para os mais velhos. O que deixa clara a insatisfação da maioria da população brasileira com relação às atuações do poder público no tópico abordado.

Foi perguntado à população brasileira: Você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude? Para a maioria da totalidade, 68,35%, as eleições são objetos de fraude, essa resposta aumenta de porcentagem para os mais novos (16 a 34 anos) se comparado com os mais velhos (60 ou mais anos). A juventude com 68,06% e os mais velhos com 63,66%, dessa maneira, pode-se afirmar que os mais jovens desconfiam mais das eleições do que os mais velhos. Entretanto o número elevado de desconfiança e afirmativa de que as eleições são fraudulentas novamente possibilita o momento desgostoso da população brasileira com relação às estruturas políticas.

Gráfico 35: Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

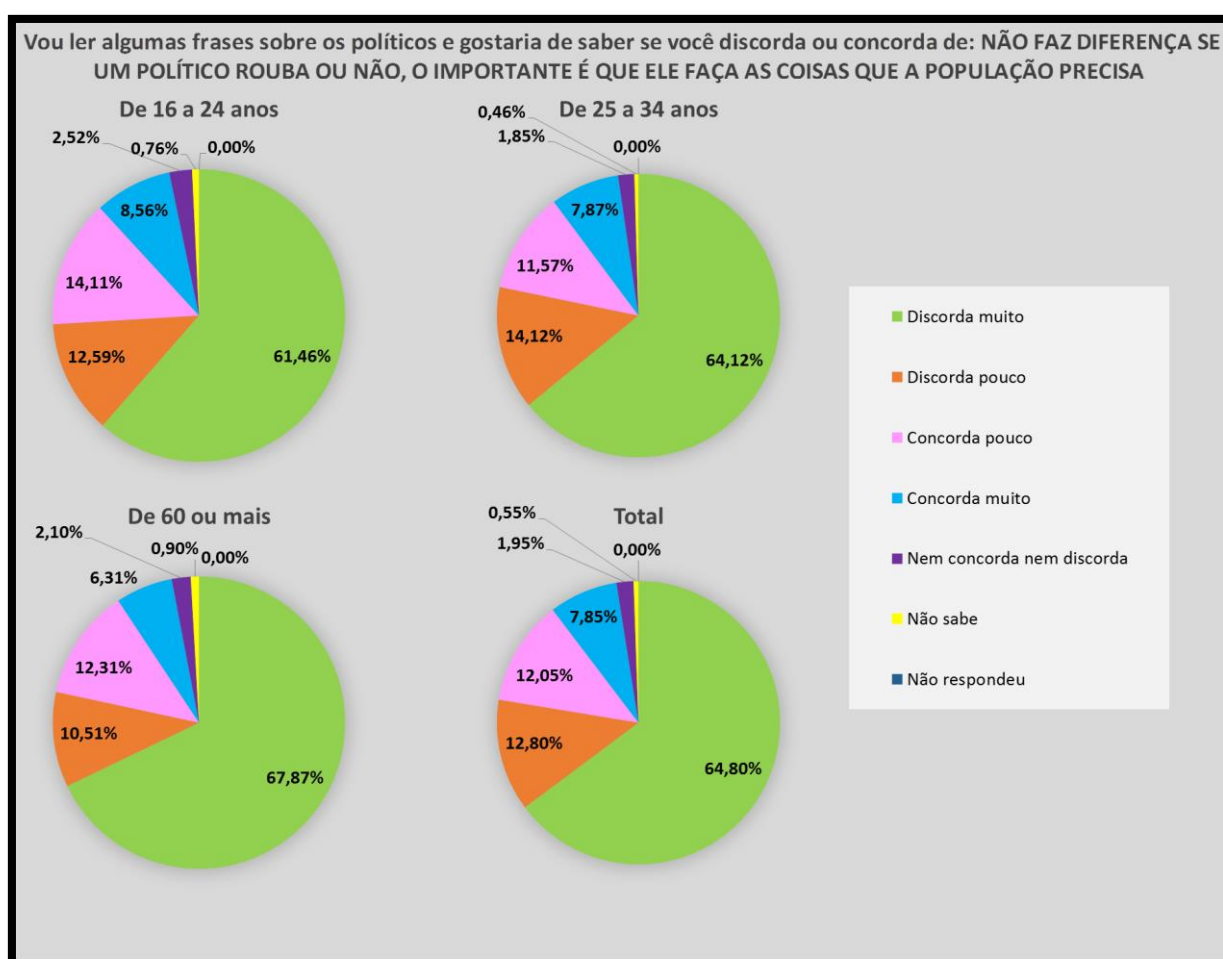
Tabela 26: Como você acha que as campanhas eleitorais deveriam ser financiadas?

Você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude?				
FAIXA ETÁRIA	As eleições são limpas	São objetos de fraude	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	111 (27,96%)	262 (65,99%)	22 (5,54%)	2 (0,5%)
De 25 a 34 anos	102 (23,61%)	303 (70,14%)	25 (5,79%)	2 (0,46%)
De 35 a 44 anos	81 (21,66%)	274 (73,26%)	15 (4,01%)	4 (1,07%)
De 45 a 59 anos	119 (25,65%)	316 (68,1%)	25 (5,39%)	4 (0,86%)
De 60 ou mais	87 (26,13%)	212 (63,66%)	33 (9,91%)	1 (0,3%)
Total	500 (25%)	1367 (68,35%)	120 (6%)	13 (0,65%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Outro ponto abordado foi um comparativo entre a atuação de um político e o roubo do mesmo. Questionou-se desta forma: Vou ler algumas frases sobre os políticos e gostaria de saber se você discorda ou concorda de: não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.

Gráfico 36: Vou ler algumas frases sobre os políticos e gostaria de saber se você discorda ou concorda de: não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 27: Vou ler algumas frases sobre os políticos e gostaria de saber se você discorda ou concorda de: não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.

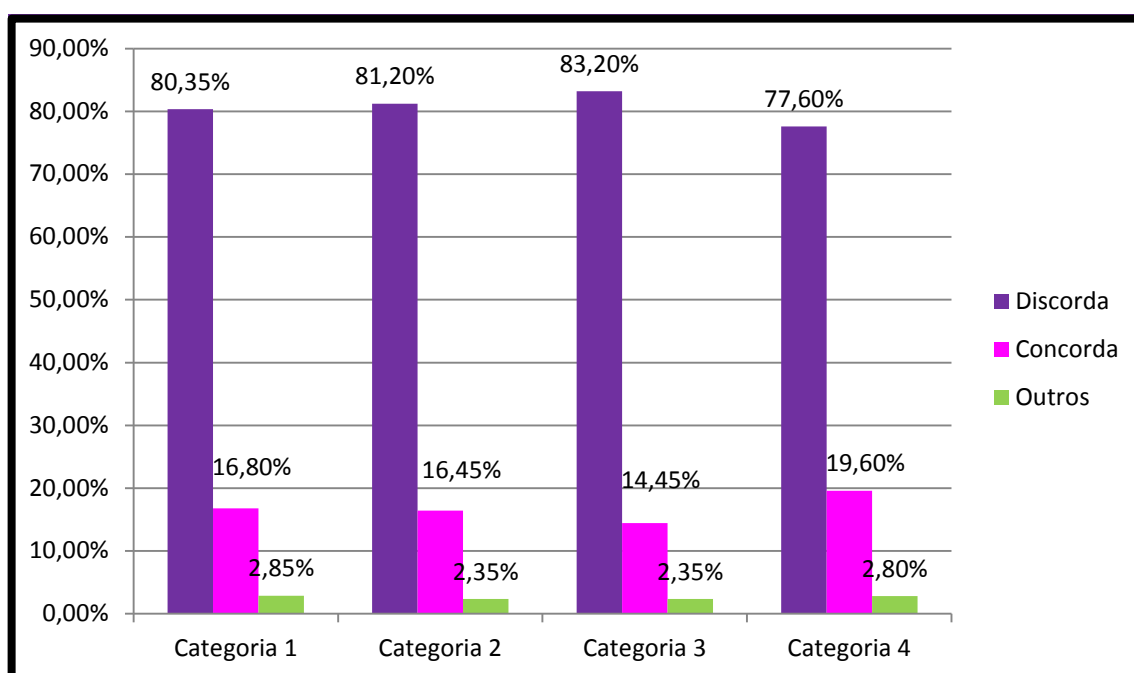
Vou ler algumas frases sobre os políticos e gostaria de saber se você discorda ou concorda de: NÃO FAZ DIFERENÇA SE UM POLÍTICO ROUBA OU NÃO, O IMPORTANTE É QUE ELE FAÇA AS COISAS QUE A POPULAÇÃO PRECISA.							
FAIXA ETÁRIA	Discorda muito	Discorda pouco	Concorda pouco	Concorda muito	Nem concorda nem discorda	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	244 (61,46%)	50 (12,59%)	56 (14,11%)	34 (8,56%)	10 (2,52%)	3 (0,76%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	277 (64,12%)	61 (14,12%)	50 (11,57%)	34 (7,87%)	8 (1,85%)	2 (0,46%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	245 (65,51%)	47 (12,57%)	46 (12,3%)	28 (7,49%)	7 (1,87%)	1 (0,27%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	304 (65,52%)	63 (13,58%)	48 (10,34%)	40 (8,62%)	7 (1,51%)	2 (0,43%)	0 (0%)
De 60 ou mais	226 (67,87%)	35 (10,51%)	41 (12,31%)	21 (6,31%)	7 (2,1%)	3 (0,9%)	0 (0%)
Total	1296 (64,8%)	256 (12,8%)	241 (12,05%)	157 (7,85%)	39 (1,95%)	11 (0,55%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Unindo os que discordam e os que concordam, independente se pouco ou muito tem-se que a maioria da população brasileira em geral 77,60% discorda, mas ainda existe 19,9% da população que concorda com o roubo, desde que o político faça o que a população precisa.

Os que não concordam e não discordam são poucos, assim, pode-se afirmar que a população tem uma opinião formada com relação a esse assunto. Os mais velhos discordam mais que os mais novos, 78,36% e 76,14% respectivamente.

Com relação ao roubo e as atuações de políticos sintetizou-se quatro perguntas que foram feitas à população brasileira da seguinte forma:

Gráfico 37: Concordância ou discordância sobre atuações de políticos X roubo

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Categoria 1: Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população;

Categoria 2: um político que faz muito e que rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça

Categoria 3: um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral

Categoria 4: o melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco

Em todos os pontos a discordância com as afirmações foram maiores que 80%, com exceção da categoria 4, a qual apresentou-se com 77,60%, mas mesmo assim atingiu a maioria das respostas. A parte dos Outros se refere a pessoas que responderam que não concordam nem discordam, não sabem ou não responderam.

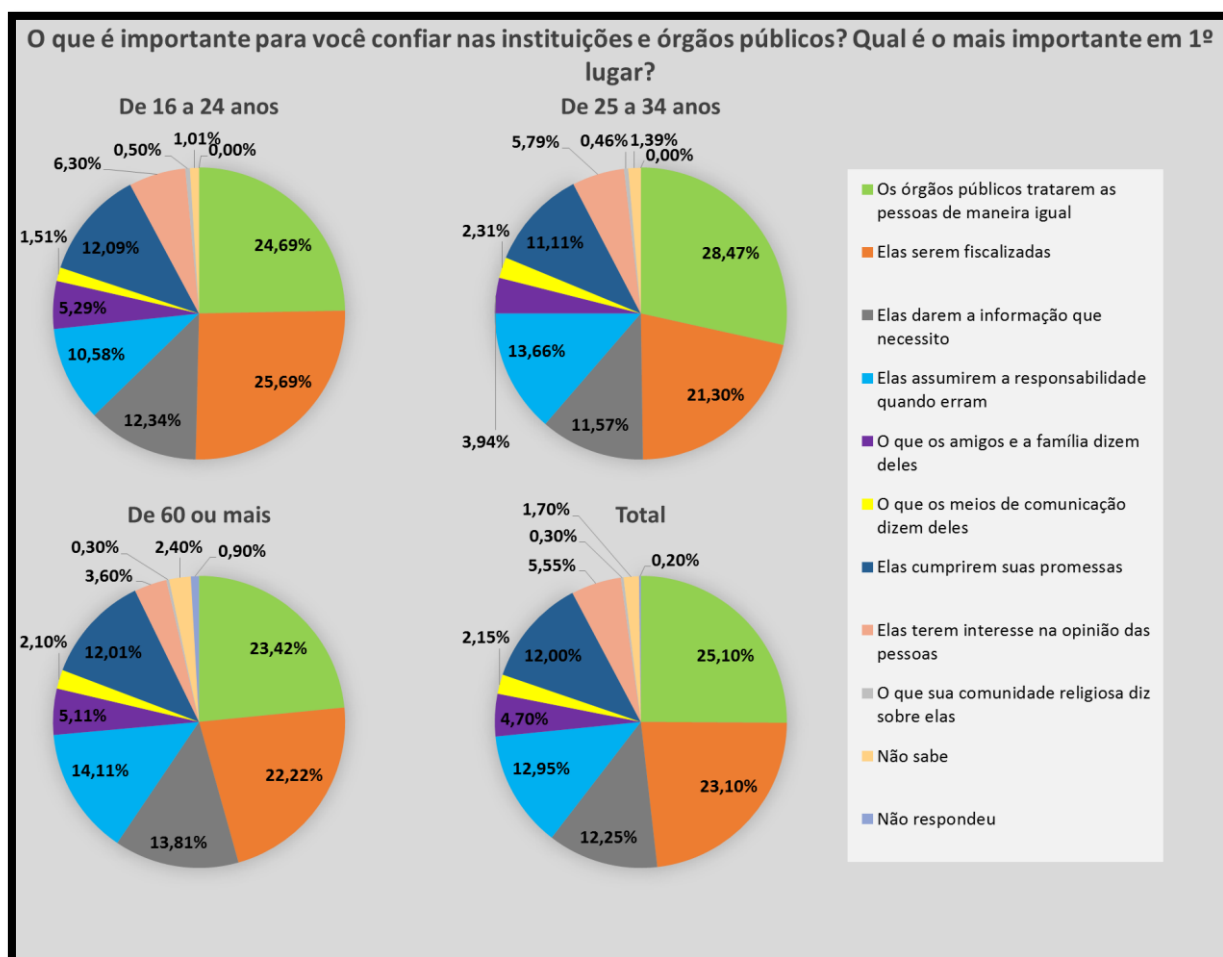
Fica claro no comparativo entre os pontos levantados que, para a população brasileira em sua maioria, as atuações benéficas de um político não podem justificar os atos de roubo, desvio de dinheiro ou outras falcatruas relacionadas a este ponto.

Pode-se afirmar, conforme o exame dos dados oferecidos pela pesquisa do NUPPs, em conjunto com a análise de Moisés, 2010, que a percepção pública da corrupção no Brasil está associada com a cultura política e com o desempenho das instituições, sendo a qualidade da democracia conturbada pelos efeitos da aceitação da corrupção. Assim, quanto maior o corrupção, menor é “a adesão ao regime, estimulam a aceitação de escolhas autoritárias, influenciam negativamente a submissão à lei e a confiança interpessoal, e inibem tendências de participação política.” (MOISÉS, 2010, p. 35)

O que proporciona a desestrutura na legitimidade do Estado democráticos porque “segundo o qual ninguém está acima da lei na democracia; fraudam o princípio de igualdade política inerente ao regime, pois os seus protagonistas podem manter o poder e benefícios políticos desproporcionais aos que alcançariam através de modos legítimos de competir politicamente; e distorcem a dimensão republicana da democracia porque faz as políticas públicas resultarem, não da disputa aberta de projetos diferentes, mas de acordos de bastidores que favorecem interesses espúrios. Por último, os resultados das pesquisas indicam que a corrupção é um dos fatores responsáveis pelo incremento da desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas.” (MOISÉS, 2010, p. 36)

Desse modo, a parte financeira é um dos tópicos principais para com as desconfianças da sociedade brasileira. Dentre as indagações realizadas tem-se: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 1º lugar?

**Gráfico 38: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos?
Qual é o mais importante em 1º lugar?**



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

**Tabela 28: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos?
Qual é o mais importante em 1º lugar?**

O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 1º lugar?

FAIXA ETÁRIA	Os órgãos públicos tratarem as pessoas de maneira igual	Elas serem fiscalizadas	Elas darem a informação que necessito	Elas assumirem a responsabilidade quando erram	O que os amigos e a família dizem deles	O que os meios de comunicação dizem deles	Elas cumprirem suas promessas	Elas terem interesse na opinião das pessoas	O que sua comunidade religiosa diz sobre elas	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	98 (24,69%)	102 (25,69%)	49 (12,34%)	42 (10,58%)	21 (5,29%)	6 (1,51%)	48 (12,09%)	25 (6,3%)	2 (0,5%)	4 (1,01%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	123 (28,47%)	92 (21,3%)	50 (11,57%)	59 (13,66%)	17 (3,94%)	10 (2,31%)	48 (11,11%)	25 (5,79%)	2 (0,46%)	6 (1,39%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	98 (26,2%)	99 (26,47%)	39 (10,43%)	42 (11,23%)	19 (5,08%)	10 (2,67%)	46 (12,3%)	15 (4,01%)	0 (0%)	5 (1,34%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	105 (22,63%)	95 (20,47%)	61 (13,15%)	69 (14,87%)	20 (4,31%)	10 (2,16%)	58 (12,5%)	34 (7,33%)	1 (0,22%)	11 (2,37%)	0 (0%)
De 60 ou mais	78 (23,42%)	74 (22,22%)	46 (13,81%)	47 (14,11%)	17 (5,11%)	7 (2,1%)	40 (12,01%)	12 (3,6%)	1 (0,3%)	8 (2,4%)	3 (0,9%)
Total	502 (25,1%)	462 (23,1%)	245 (12,25%)	259 (12,95%)	94 (4,7%)	43 (2,15%)	240 (12%)	111 (5,55%)	6 (0,3%)	34 (1,7%)	4 (0,2%)

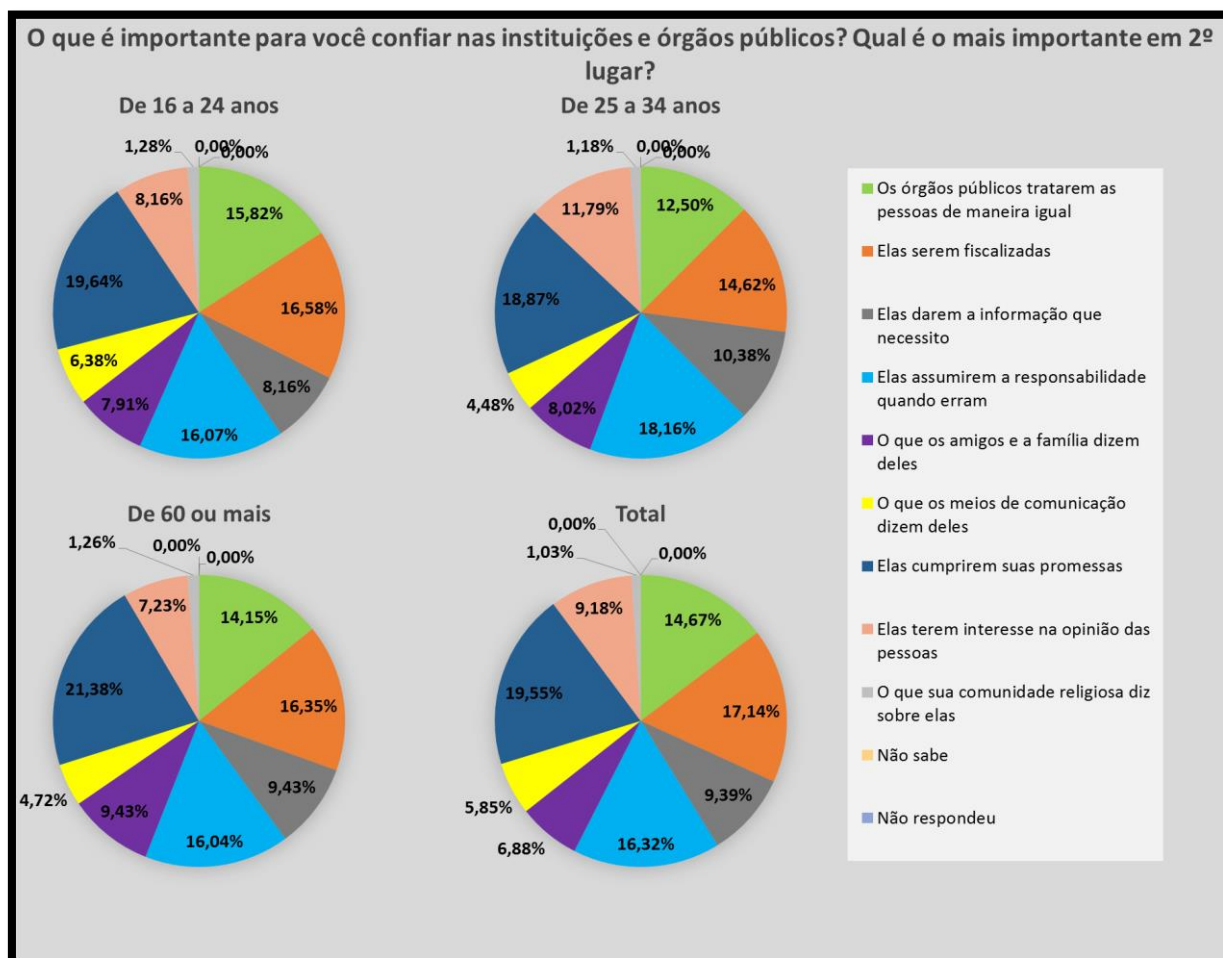
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

A maior parte das respostas se estruturam de duas maneiras para que seja possível confiar em Instituições e Órgãos Públicos, de um lado “Os órgãos públicos tratarem as pessoas de maneira igual” e do outro “Elas serem fiscalizadas”, com 25,10% e 23,10% do total dos entrevistados respectivamente. Essas duas respostas aparecem com uma porcentagem maior para os mais novos, entretanto a diferença entre as porcentagens é pouca.

Para a resposta: “Os órgãos públicos tratarem as pessoas de maneira igual”, 26,58% para os mais novos e 23,42% para os mais velhos, já para a “Elas serem fiscalizadas”, 23,49% e 22,22% respectivamente.

Essa mesma pergunta foi feita, mas agora apontando o segundo lugar. Foi questionado: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 2º lugar? As respostas são:

**Gráfico 39: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos?
Qual é o mais importante em 2º lugar?**



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 29: O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos?**Qual é o mais importante em 2º lugar?**

O que é importante para você confiar nas instituições e órgãos públicos? Qual é o mais importante em 2º lugar?											
FAIXA ETÁRIA	Os órgãos públicos tratarão as pessoas de maneira igual	Elas serão fiscalizadas	Elas darão a informação que necessito	Elas assumirão a responsabilidade quando erram	O que os amigos e a família dizem deles	O que os meios de comunicação dizem deles	Elas cumprirão suas promessas	Elas terão interesse na opinião das pessoas	O que sua comunidade religiosa diz sobre elas	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	62 (15,82%)	65 (16,58%)	32 (8,16%)	63 (16,07%)	31 (7,91%)	25 (6,38%)	77 (19,64%)	32 (8,16%)	5 (1,28%)	0 (0%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	53 (12,5%)	62 (14,62%)	44 (10,38%)	77 (18,16%)	34 (8,02%)	19 (4,48%)	80 (18,87%)	50 (11,79%)	5 (1,18%)	0 (0%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	58 (15,89%)	68 (18,63%)	39 (10,68%)	46 (12,6%)	17 (4,66%)	21 (5,75%)	72 (19,73%)	41 (11,23%)	3 (0,82%)	0 (0%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	68 (15,11%)	87 (19,33%)	38 (8,44%)	81 (18%)	22 (4,89%)	34 (7,56%)	84 (18,67%)	33 (7,33%)	3 (0,67%)	0 (0%)	0 (0%)
De 60 ou mais	45 (14,15%)	52 (16,35%)	30 (9,43%)	51 (16,04%)	30 (9,43%)	15 (4,72%)	68 (21,38%)	23 (7,23%)	4 (1,26%)	0 (0%)	0 (0%)
Total	286 (14,67%)	334 (17,14%)	183 (9,39%)	318 (16,32%)	134 (6,88%)	114 (5,85%)	381 (19,55%)	179 (9,18%)	20 (1,03%)	0 (0%)	0 (0%)

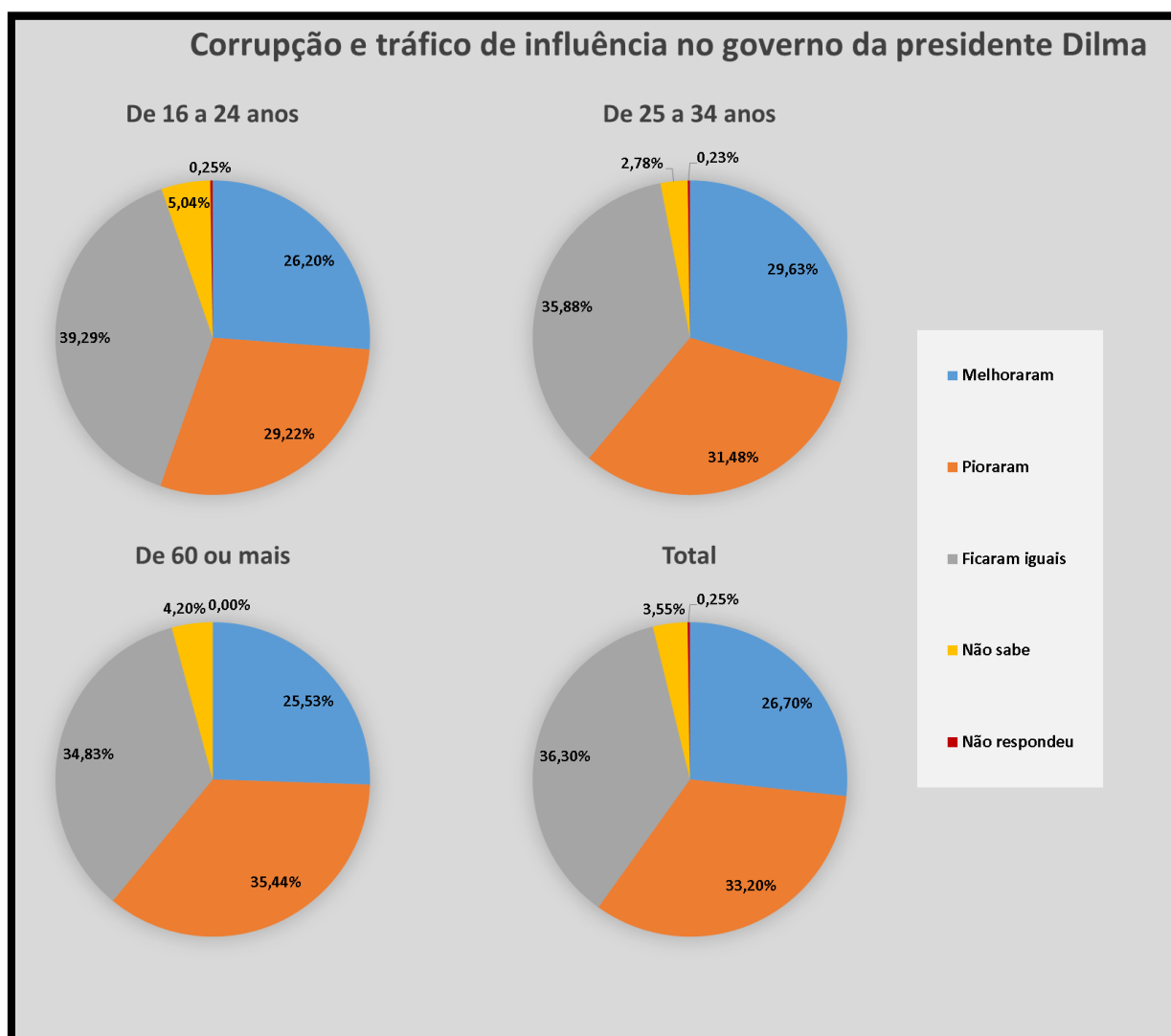
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

O segundo ponto mais importante à população em geral para que haja confiança nos Órgão Públicos e Instituições é, em primeiro lugar, que estes cumpram suas promessas, com 19,55%, e em segundo lugar é “Elas serem Fiscalizadas”, com 17,14%.

Para os mais velhos, 21,38%, os Órgão Públicos e as Instituições, para serem confiáveis, precisam cumprir suas promessas, esse ponto aparece com 19,25% para os mais novos. A necessidade de uma fiscalização em busca de uma confiabilidade é mais importante para os mais velhos, 16,35%, mas apresenta-se de uma maneira relevante para os mais novos também, 15,6%. Assumir a responsabilidade quando erram está mais forte para os mais novos do que para os mais velhos, com 17,11% e 16,04% respectivamente.

Saindo de um cerne genérico e especificando nas atuações de cada governo e seus presidentes, o gráfico que se segue exibe os primeiros comparativos quando foi perguntado: Falando de corrupção e tráfico de influência: no governo da presidente DILMA essas coisas ... ao que era antes?

Gráfico 40: Falando de corrupção e tráfico de influência: no governo da presidente DILMA essas coisas ... ao que era antes?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Indagou-se aos entrevistados sobre a corrupção e o tráfico de influência no governo Dilma comparativamente ao governo Lula. Para os entrevistados, 36,30% afirmam que do governo Lula para o governo Dilma a corrupção e o tráfico de influências continuaram iguais. 33,20% afirmaram que pioraram e aproximadamente 26,70% afirmaram que ficaram iguais, ou seja, a mesmice prevaleceu.

A maioria dos mais velhos afirma que a corrupção e o tráfico de influências pioraram, com 35,44%, mas, para a maioria dos mais novos (16 a 34 anos) tais eventos continuaram da mesma maneira, 37,58%. Dessa maneira pode-se afirmar que os mais velhos, neste ponto estão mais críticos que os mais novos. De uma maneira absoluta tem-se que:

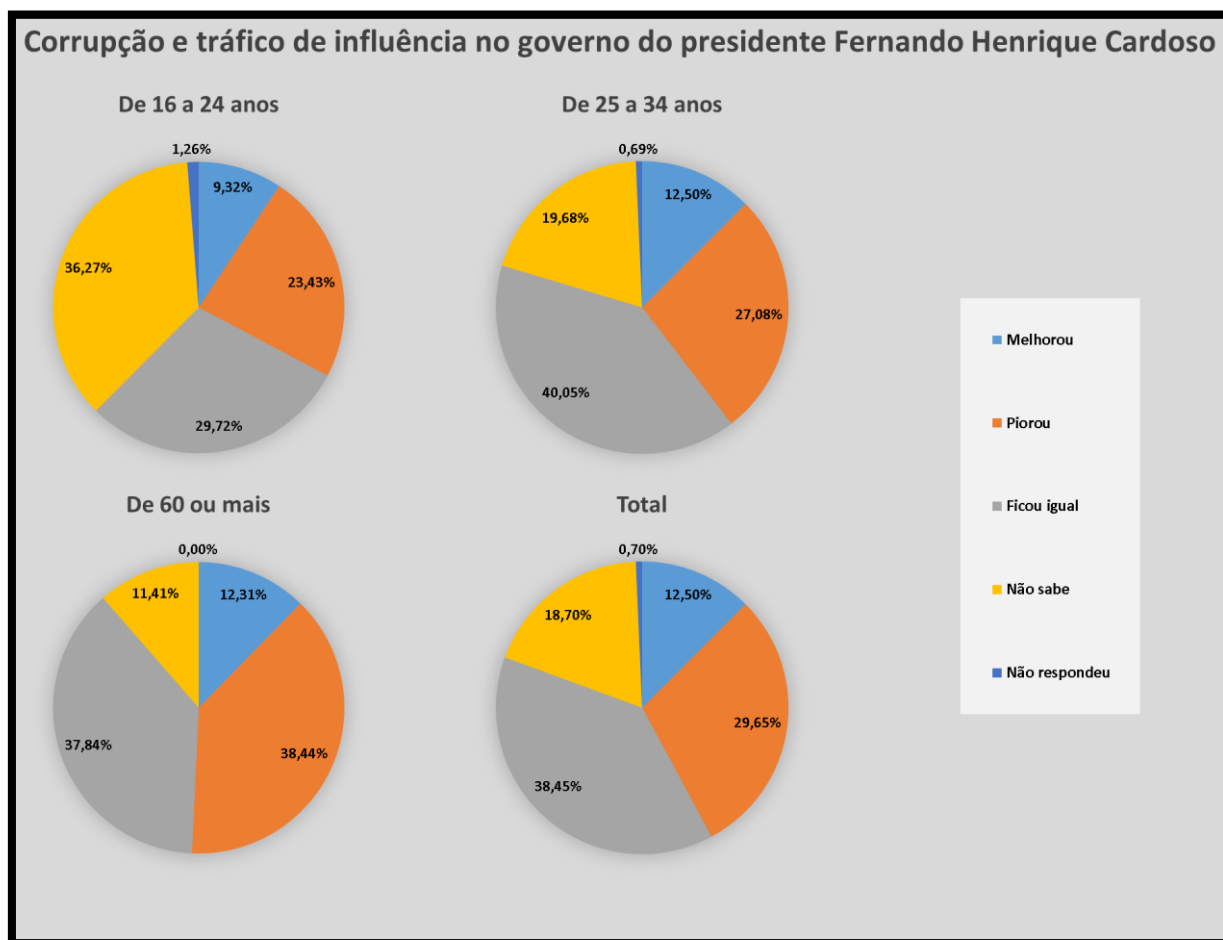
Tabela 30: Falando de corrupção e tráfico de influência: no governo da presidente DILMA essas coisas ... ao que era antes?

Corrupção e tráfico de influência no governo da presidente Dilma					
FAIXA ETÁRIA	Melhoraram	Pioraram	Ficaram iguais	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	104 (26,2%)	116 (29,22%)	156 (39,29%)	20 (5,04%)	1 (0,25%)
De 25 a 34 anos	128 (29,63%)	136 (31,48%)	155 (35,88%)	12 (2,78%)	1 (0,23%)
De 35 a 44 anos	89 (23,8%)	133 (35,56%)	140 (37,43%)	11 (2,94%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	128 (27,59%)	161 (34,7%)	159 (34,27%)	14 (3,02%)	2 (0,43%)
De 60 ou mais	85 (25,53%)	118 (35,44%)	116 (34,83%)	14 (4,2%)	0 (0%)
Total	534 (26,7%)	664 (33,2%)	726 (36,3%)	71 (3,55%)	5 (0,25%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Já que a maioria, em sua totalidade, afirmou que simplesmente deu continuidade, sendo os dois presidentes abordados pertencentes ao mesmo partido, Partido dos Trabalhadores – PT, questionou-se sobre a atuação na época do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Questionou-se: E no governo de FERNANDO HENRIQUE, a corrupção e o tráfico de influência durante o governo, as coisas ... ao que era antes?

Gráfico 41: E no governo de FERNANDO HENRIQUE, a corrupção e o tráfico de influência durante o governo, as coisas ... ao que era antes?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Para 29,65% do total dos entrevistados o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso trouxe uma piora ao que era antes se comparado ao governo do ex-presidente Itamar Franco. Entretanto, o que fica mais evidente no gráfico subsequente é que a maioria, 38,45%, afirmaram que ficou igual, e um número expressivo, 18,70% não sabem se melhorou ou piorou, os mais novos não sabem mais que os mais velhos, 27,97% e 11,41% respectivamente, provavelmente porque os mais velhos viveram já adultos no governo de Fernando Henrique. Absolutamente:

Tabela 31: E no governo de FERNANDO HENRIQUE, a corrupção e o tráfico de influência durante o governo, as coisas ... ao que era antes?

Corrupção e tráfico de influência no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso					
FAIXA ETÁRIA	Melhorou	Piorou	Ficou igual	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	37 (9,32%)	93 (23,43%)	118 (29,72%)	144 (36,27%)	5 (1,26%)
De 25 a 34 anos	54 (12,5%)	117 (27,08%)	173 (40,05%)	85 (19,68%)	3 (0,69%)
De 35 a 44 anos	48 (12,83%)	118 (31,55%)	152 (40,64%)	52 (13,9%)	4 (1,07%)
De 45 a 59 anos	70 (15,09%)	137 (29,53%)	200 (43,1%)	55 (11,85%)	2 (0,43%)
De 60 ou mais	41 (12,31%)	128 (38,44%)	126 (37,84%)	38 (11,41%)	0 (0%)
Total	250 (12,5%)	593 (29,65%)	769 (38,45%)	374 (18,7%)	14 (0,7%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Sendo, então, comparados os quatro últimos governantes, cada dupla de blocos e conjunturas compatíveis, o primeiro do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o segundo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), tendo Itamar Franco nomeado Fernando Henrique Cardoso a Ministro da Fazenda e em um outro momento Luís Ignácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos pertencentes ao PT (Partido dos Trabalhadores), pode-se afirmar que para a maioria da população investigada não ocorreram grandes melhoras nem grandes pioras, pelo contrário, em média, continua na mesma tendência quando se fala de corrupção e tráfico de influência, mudou de 38,45% para 36,30% dos presidentes mais antigos para os mais novos; a afirmação de piora teve um crescimento de 3,55%.

Mesmo havendo uma troca de partidos e de presidentes, do ex-presidente Itamar para o ex-presidente Fernando Henrique, do ex-presidente Lula para a presidente Dilma, a mudança não ficou clara para a população, mesmo passados 22 anos.

Cabe ressaltar que, portanto, a maioria da população não observou de maneira coesa, em 22 anos, mudanças nem positivas nem negativas com relação à corrupção e ao tráfico de influências, ou seja, independentemente de quem estivesse no poder, ou qual partido estivesse legislando, não houve um processo de identificação populacional, dando estruturas a uma mesmice, o que ocasiona uma não representatividade específica.

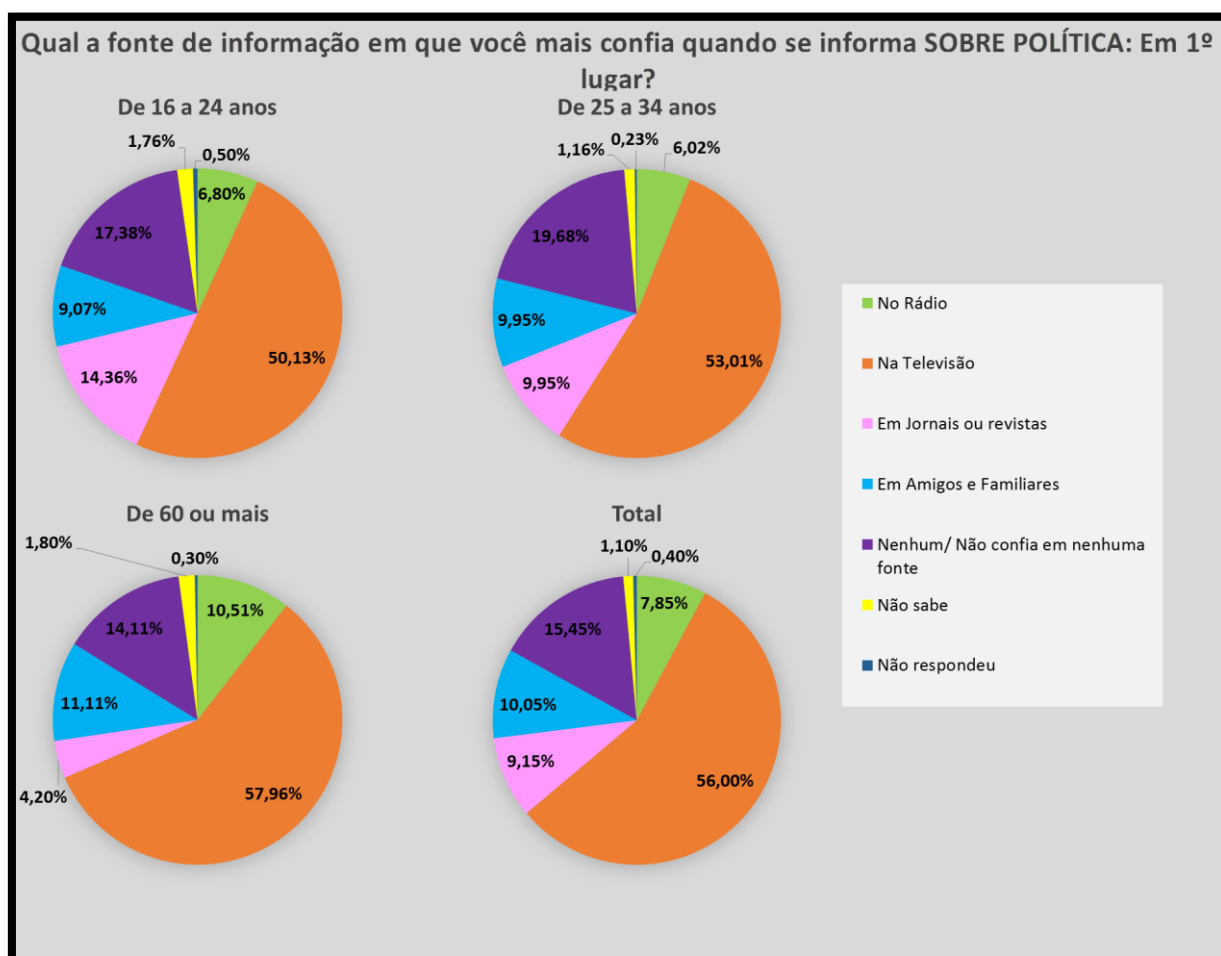
A não representatividade do Congresso Nacional, de Partidos Políticos em geral e das atuações desses pode gerar uma desconfiança, mas a observação necessariamente deve ser

mais profunda: a não representatividade, que gera uma desconfiança, está somente no âmbito político, ou ela também está presente em instituições não públicas e nas relações pessoais?

4.5 Confiança e Desconfiança institucional e pessoal

A confiança e a desconfiança estão em todas as partes do cotidiano social dos cidadãos. Para que essas informações fossem analisadas, a primeira dúvida seria o acesso de informações e as buscas dessas tais informações que os brasileiros tem sobre política, bem como a confiabilidade dessas informações. Indagou-se: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 1º lugar?

Gráfico 42: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 1º lugar?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Em primeiro lugar, para a confiabilidade e busca por informações aparece a televisão. Um dos meios de comunicação mais usados pela população brasileira; os mais velhos confiam mais neste meio que os mais novos, 51,57% para os mais novos e 57,96% para os de 60 anos ou mais. Em segundo lugar está o “nenhum/ não confia em nenhuma fonte”, e, mais uma vez, os mais novos desconfiam mais que os mais velhos, com 18,53% e 14,11% respectivamente. Em números absolutos tem-se:

Tabela 32: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 1º lugar?

Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 1º lugar?							
FAIXA ETÁRIA	No Rádio	Na Televisão	Em Jornais ou revistas	Em Amigos e Familiares	Nenhum/ Não confia em nenhuma fonte	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	27 (6,8%)	199 (50,13%)	57 (14,36%)	36 (9,07%)	69 (17,38%)	7 (1,76%)	2 (0,5%)
De 25 a 34 anos	26 (6,02%)	229 (53,01%)	43 (9,95%)	43 (9,95%)	85 (19,68%)	5 (1,16%)	1 (0,23%)
De 35 a 44 anos	28 (7,49%)	224 (59,89%)	30 (8,02%)	39 (10,43%)	50 (13,37%)	1 (0,27%)	2 (0,53%)
De 45 a 59 anos	41 (8,84%)	275 (59,27%)	39 (8,41%)	46 (9,91%)	58 (12,5%)	3 (0,65%)	2 (0,43%)
De 60 ou mais	35 (10,51%)	193 (57,96%)	14 (4,2%)	37 (11,11%)	47 (14,11%)	6 (1,8%)	1 (0,3%)
Total	157 (7,85%)	1120 (56%)	183 (9,15%)	201 (10,05%)	309 (15,45%)	22 (1,1%)	8 (0,4%)

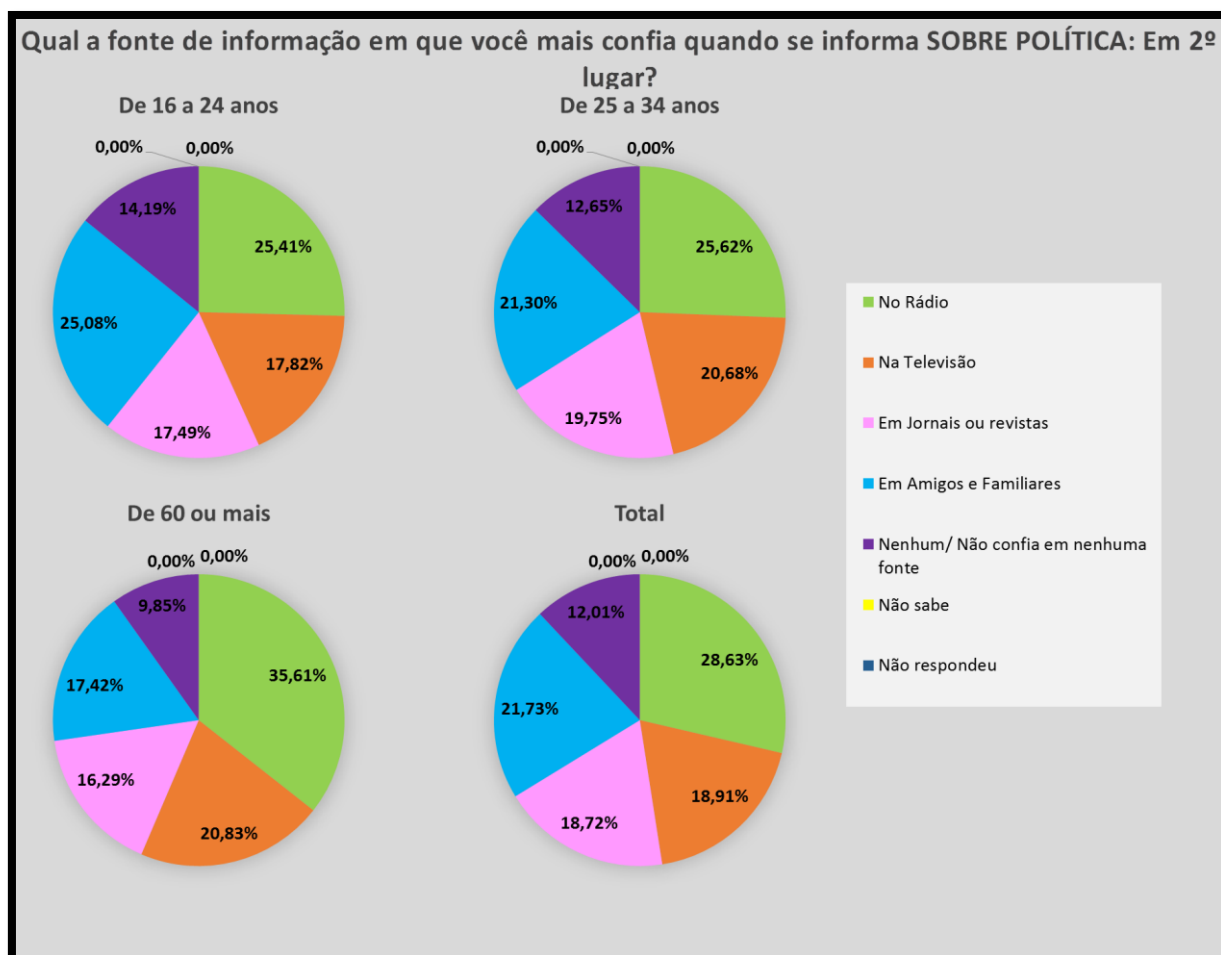
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Entretanto não se pode deixar de constatar que o mercado da informação é grandiosamente competitivo e rendoso, sua livre concorrência possibilita a pluralidade das fontes e um mercado aberto, mas os cortes constantes nos custos e na oferta fazem com que temas, ideias, personagens e até a arena política seja atingida.

Mesmo com a internet, a mídia comercial ainda utiliza as mesmas e restritas agências de notícia enquanto produtoras primárias de conteúdos noticiosos. No quesito diversidade, também não se verifica um incremento significativo quanto à pluralidade de vozes e temas, o que representa certo empobrecimento do debate público, da esfera pública. Ou seja, a mídia comercial não consegue suprir as necessidades de informação dos indivíduos. (BEZERRA, 2008).

Quando questionado sobre qual a fonte que os brasileiros mais confiam em segundo lugar sobre o tema política as respostas aparecem da seguinte forma:

Gráfico 43: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 2º lugar?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Em segundo lugar as pessoas mais confiam nas informações que vem do rádio, com 28,63%, mas os mais velhos confiam mais nesse meio de comunicação do que os mais novos: com 25,51% para os mais novos e 35,61% para os mais velhos. Já o “nenhum/ Não confia em nenhuma fonte” que havia aparecido em segundo lugar no gráfico anterior não ocupou um lugar de muita relevância neste. Em números absolutos:

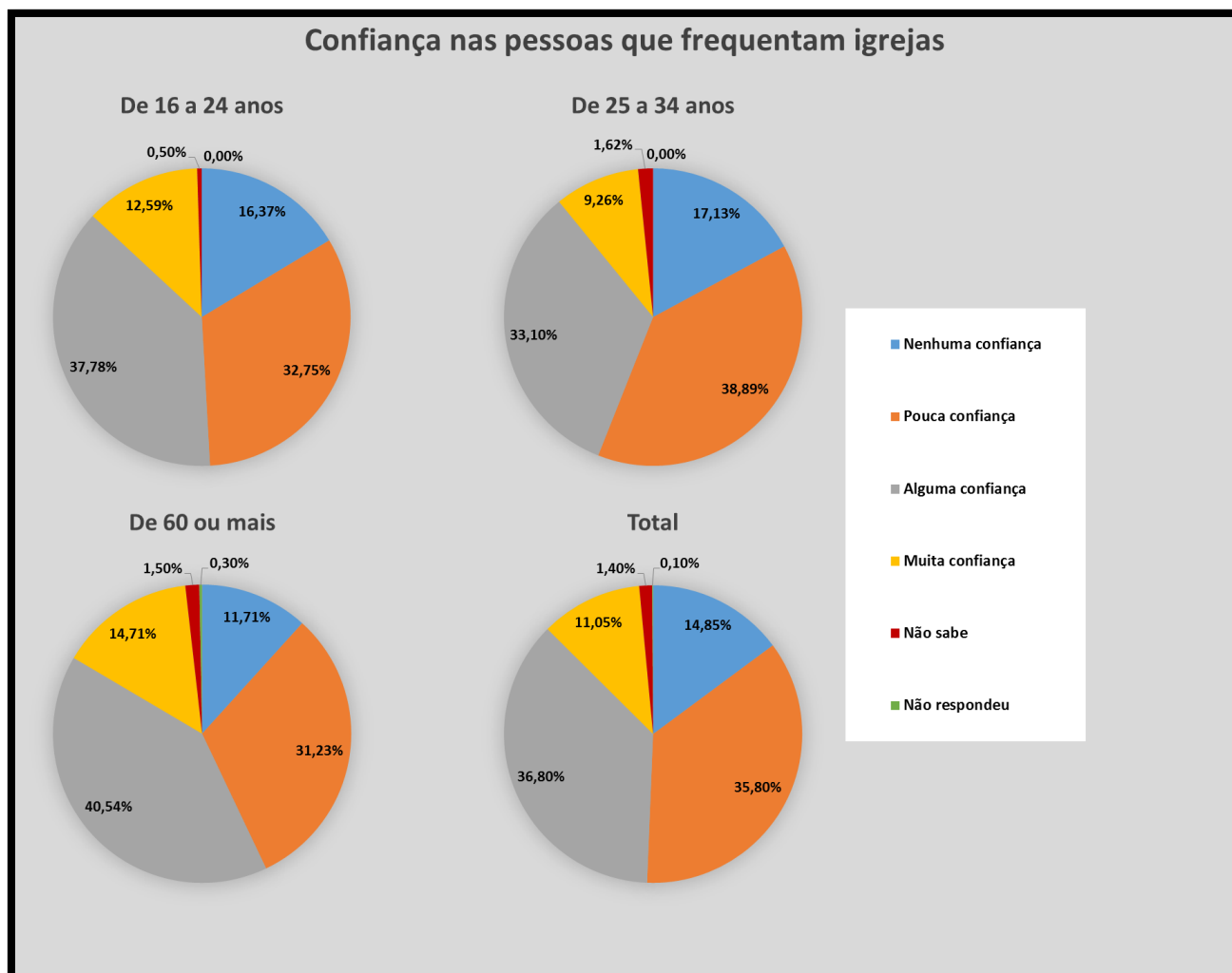
Tabela 33: Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 2º lugar?

Qual a fonte de informação em que você mais confia quando se informa SOBRE POLÍTICA: Em 2º lugar?							
FAIXA ETÁRIA	No Rádio	Na Televisão	Em Jornais ou revistas	Em Amigos e Familiares	Nenhum/ Não confia em nenhuma fonte	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	77 (25,41%)	54 (17,82%)	53 (17,49%)	76 (25,08%)	43 (14,19%)	0 (0%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	83 (25,62%)	67 (20,68%)	64 (19,75%)	69 (21,3%)	41 (12,65%)	0 (0%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	89 (29,87%)	55 (18,46%)	62 (20,81%)	54 (18,12%)	38 (12,75%)	0 (0%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	105 (27,93%)	65 (17,29%)	71 (18,88%)	95 (25,27%)	40 (10,64%)	0 (0%)	0 (0%)
De 60 ou mais	94 (35,61%)	55 (20,83%)	43 (16,29%)	46 (17,42%)	26 (9,85%)	0 (0%)	0 (0%)
Total	448 (28,63%)	296 (18,91%)	293 (18,72%)	340 (21,73%)	188 (12,01%)	0 (0%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Para a análise da existência ou não da confiança nas instituições e nas pessoas em geral interpretou-se as respostas do seguinte contexto: Gostaria que você dissesse se tem ...:
NAS PESSOAS QUE FREQUENTAM IGREJAS

Gráfico 44: Gostaria que você dissesse se tem ...: NAS PESSOAS QUE FREQUENTAM IGREJAS



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

50,65% das pessoas do total dos brasileiros não tem nenhuma confiança ou tem pouca confiança nas pessoas que frequentam Igrejas. Em pauta, está sendo colocada a representatividade das instituições religiosas na qual fica claro que atualmente (2014) essas instituições não conseguem mais “garantir” a confiança da maioria da população brasileira, mesmo tendo como foco a propagação da divindade e os dogmas que essas instituições em geral pregam.

47,85% afirmam que confiam muito ou tem alguma confiança nas pessoas que frequentam igrejas, entretanto, a muita confiança recai para somente 11,05% do total. Em um comparativo entre os grupos etários, pode-se afirmar que os mais novos (16 a 34 anos)

desconfiam (não tem confiança ou tem pouca confiança) mais que os mais velhos, e esse número é significativo, 52,57% para 42,94%, ou seja, uma diferença de 9,63% de desconfiança. Absolutamente tem-se:

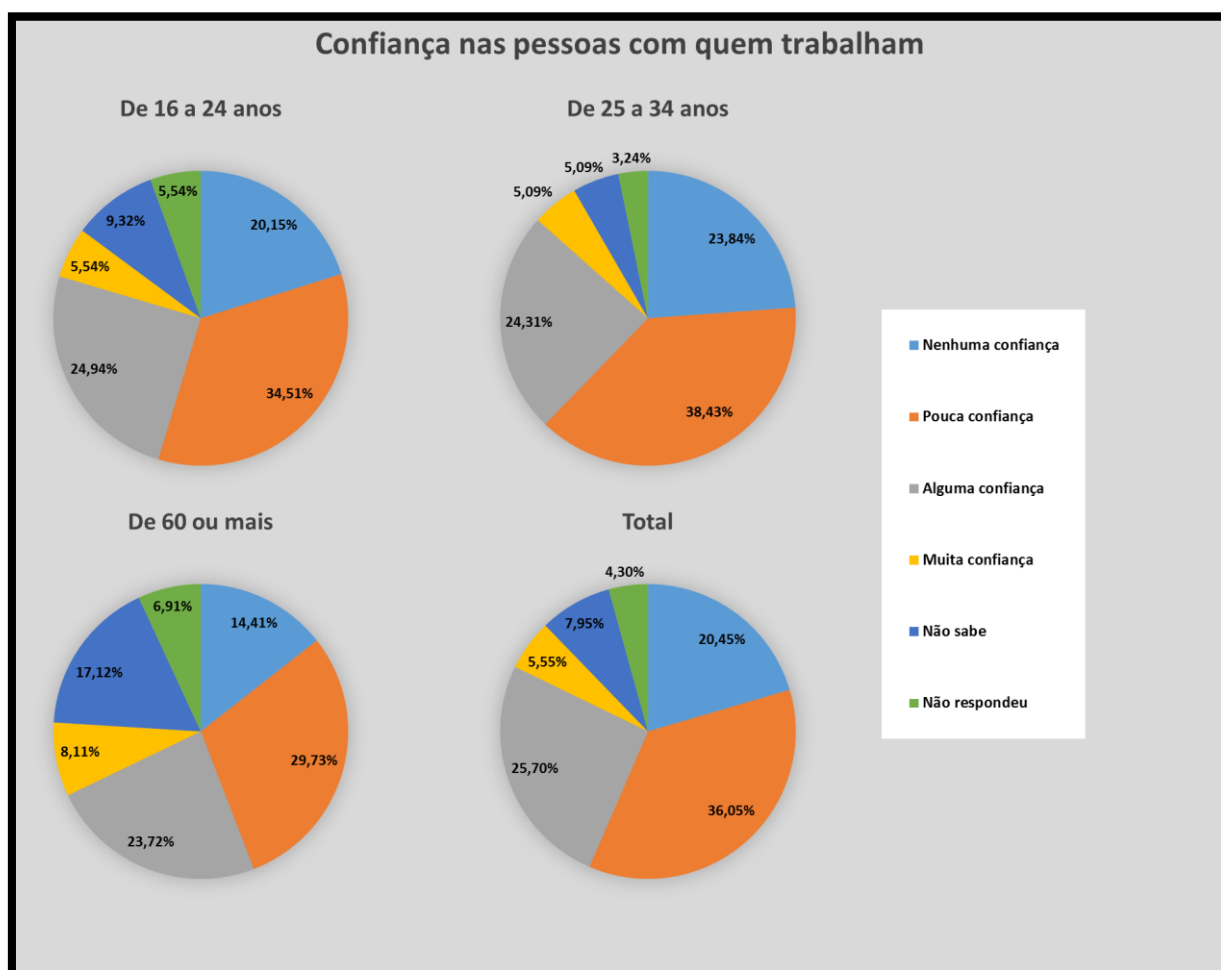
Tabela 34: Gostaria que você dissesse se tem ...: NAS PESSOAS QUE FREQUENTAM IGREJAS

Gostaria que você dissesse se tem ...: NAS PESSOAS QUE FREQUENTAM IGREJAS						
FAIXA ETÁRIA	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Alguma confiança	Muita confiança	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	65 (16,37%)	130 (32,75%)	150 (37,78%)	50 (12,59%)	2 (0,5%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	74 (17,13%)	168 (38,89%)	143 (33,1%)	40 (9,26%)	7 (1,62%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	59 (15,78%)	145 (38,77%)	127 (33,96%)	37 (9,89%)	6 (1,6%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	60 (12,93%)	169 (36,42%)	181 (39,01%)	45 (9,7%)	8 (1,72%)	1 (0,22%)
De 60 ou mais	39 (11,71%)	104 (31,23%)	135 (40,54%)	49 (14,71%)	5 (1,5%)	1 (0,3%)
Total	297 (14,85%)	716 (35,8%)	736 (36,8%)	221 (11,05%)	28 (1,4%)	2 (0,1%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Em busca de investigar uma conjuntura que não apresentasse a fé como fundamento, foi questionado sobre o grau de confiança no contexto de serviço. Mais especificamente dessa maneira: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS COLEGAS DE TRABALHO

Gráfico 45: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS COLEGAS DE TRABALHO



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Dentro do mercado de trabalho a concorrência entre as empresas e conseqüentemente a disputa entre as pessoas é clara, e isso se reflete quando se faz uma análise das respostas dos entrevistados. 56,50%, do total da população brasileira, afirmam que pouco confiam ou não confiam nas pessoas com quem trabalham. Somente 31,25% afirmam que confiam muito ou tem alguma confiança.

Quando se faz um comparativo entre as faixas etárias, os que mais desconfiam (não confiam ou tem pouca confiança) são as pessoas de 16 a 34 anos, com 58,46%, e os que menos desconfiam são os de 60 ou mais anos, com 44,14%. Fica evidente ver a intensificação da concorrência no mercado de trabalho com o passar dos anos e a mudança referente às relações humanas e institucionais no Brasil. A tabela seguinte demonstra os números absolutos:

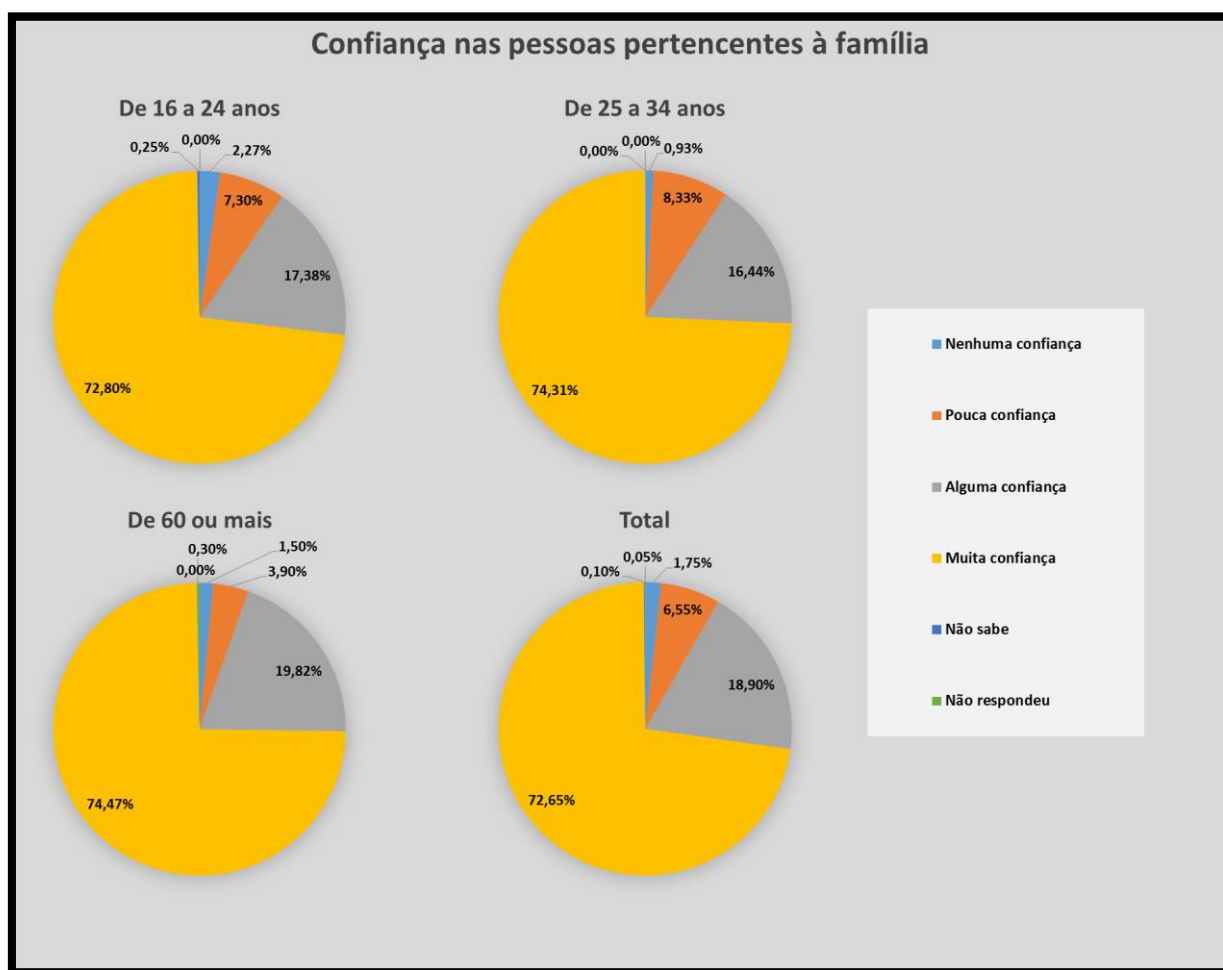
Tabela 35: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS COLEGAS DE TRABALHO

Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS COLEGAS DE TRABALHO						
FAIXA ETÁRIA	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Alguma confiança	Muita confiança	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	80 (20,15%)	137 (34,51%)	99 (24,94%)	22 (5,54%)	37 (9,32%)	22 (5,54%)
De 25 a 34 anos	103 (23,84%)	166 (38,43%)	105 (24,31%)	22 (5,09%)	22 (5,09%)	14 (3,24%)
De 35 a 44 anos	89 (23,8%)	148 (39,57%)	94 (25,13%)	14 (3,74%)	16 (4,28%)	13 (3,48%)
De 45 a 59 anos	89 (19,18%)	171 (36,85%)	137 (29,53%)	26 (5,6%)	27 (5,82%)	14 (3,02%)
De 60 ou mais	48 (14,41%)	99 (29,73%)	79 (23,72%)	27 (8,11%)	57 (17,12%)	23 (6,91%)
Total	409 (20,45%)	721 (36,05%)	514 (25,7%)	111 (5,55%)	159 (7,95%)	86 (4,3%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Aprofundando um pouco mais a questão de confiança, afastar-se da conjunção religiosa e da conjectura empresarial, foi perguntado se existe confiança com relação aos familiares. A pergunta foi: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA SUA FAMÍLIA

Gráfico 46: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA SUA FAMÍLIA



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

72,65% dos brasileiros em geral afirmam que possuem muita confiança com relação aos familiares, e, se aglutinada a parte referente a alguma confiança, tem-se o percentual de 91,55. O que deixa claro que a confiança na instituição familiar ainda é fundamentalmente forte. Os mais velhos são os que tem mais desconfiança (nenhuma confiança e pouca confiança) nos familiares, 5,40%, os de 25 a 34 anos são os que tem 9,26% e os mais novos com 9,57%, ou seja, quanto mais velha é a pessoa, maior desconfiança com relação à família ela tende a ter. Em números absolutos:

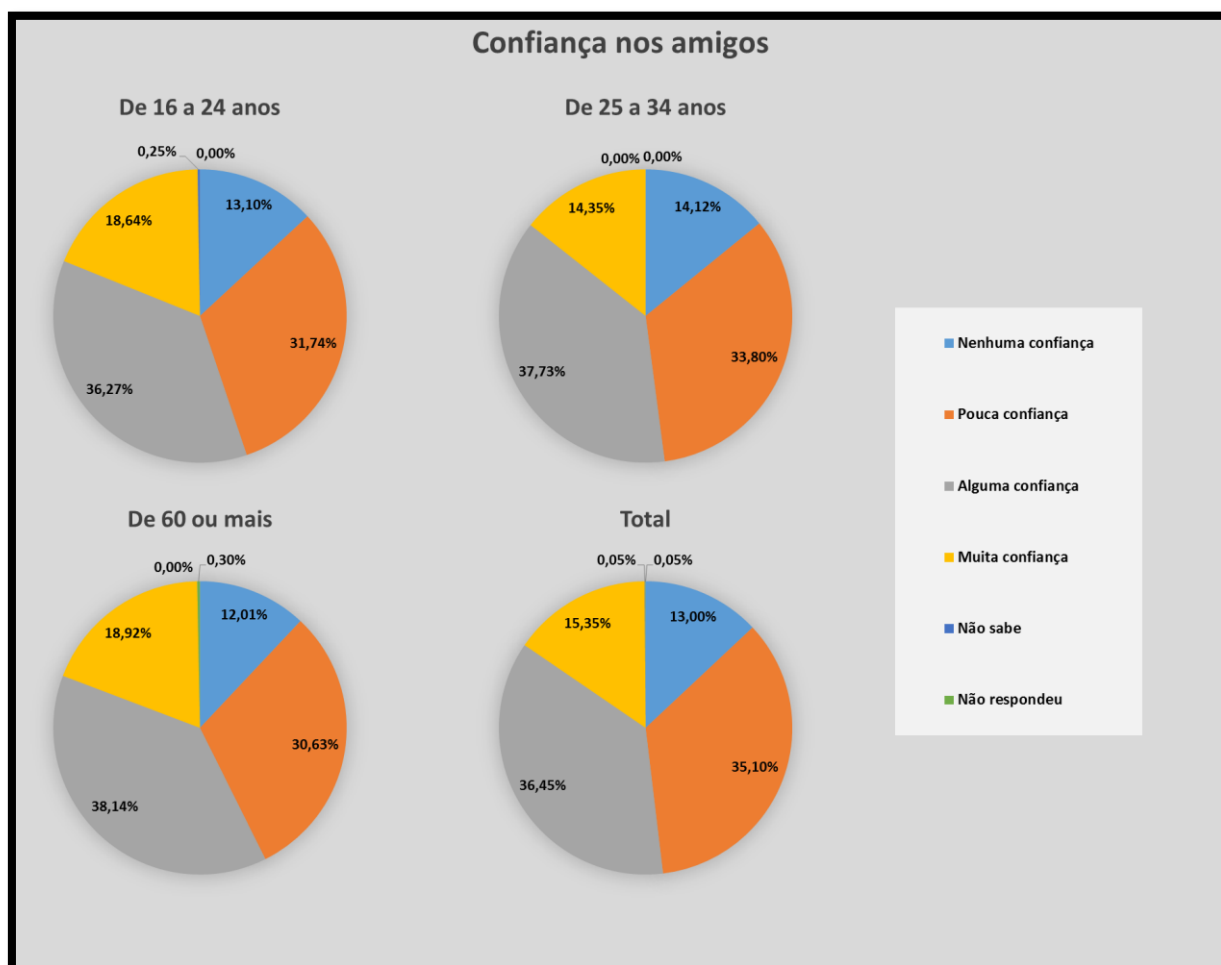
Tabela 36: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA SUA FAMÍLIA

Gostaria que você dissesse se tem ...: NA SUA FAMÍLIA						
FAIXA ETÁRIA	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Alguma confiança	Muita confiança	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	9 (2,27%)	29 (7,3%)	69 (17,38%)	289 (72,8%)	1 (0,25%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	4 (0,93%)	36 (8,33%)	71 (16,44%)	321 (74,31%)	0 (0%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	9 (2,41%)	22 (5,88%)	74 (19,79%)	268 (71,66%)	1 (0,27%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	8 (1,72%)	31 (6,68%)	98 (21,12%)	327 (70,47%)	0 (0%)	0 (0%)
De 60 ou mais	5 (1,5%)	13 (3,9%)	66 (19,82%)	248 (74,47%)	0 (0%)	1 (0,3%)
Total	35 (1,75%)	131 (6,55%)	378 (18,9%)	1453 (72,65%)	2 (0,1%)	1 (0,05%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Saindo dos laços familiares, mas continuando nas estruturas de laços sociais, indagou-se sobre a confiança com relação aos amigos; a pergunta se estruturou: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS AMIGOS.

Gráfico 47: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS AMIGOS



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Para tal questionamento, em sua totalidade, 51,80% dos brasileiros se inserem no âmbito de muita confiança e alguma confiança, 48,10% disseram que não confiam ou tem pouca confiança. A desconfiança (nenhuma confiança e pouca confiança) entre os amigos é mais clara entre os mais novos, principalmente àqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho: 47,92% para os que tem de 25 a 34 anos. Os mais novos, juntando os de 16 a 24 anos e os de 25 a 34 anos, apresentam 46,38% e os mais velhos com um número um pouco mais reduzido: 42,64%. Assim, os mais novos são os que mais desconfiam dos amigos. Absolutamente:

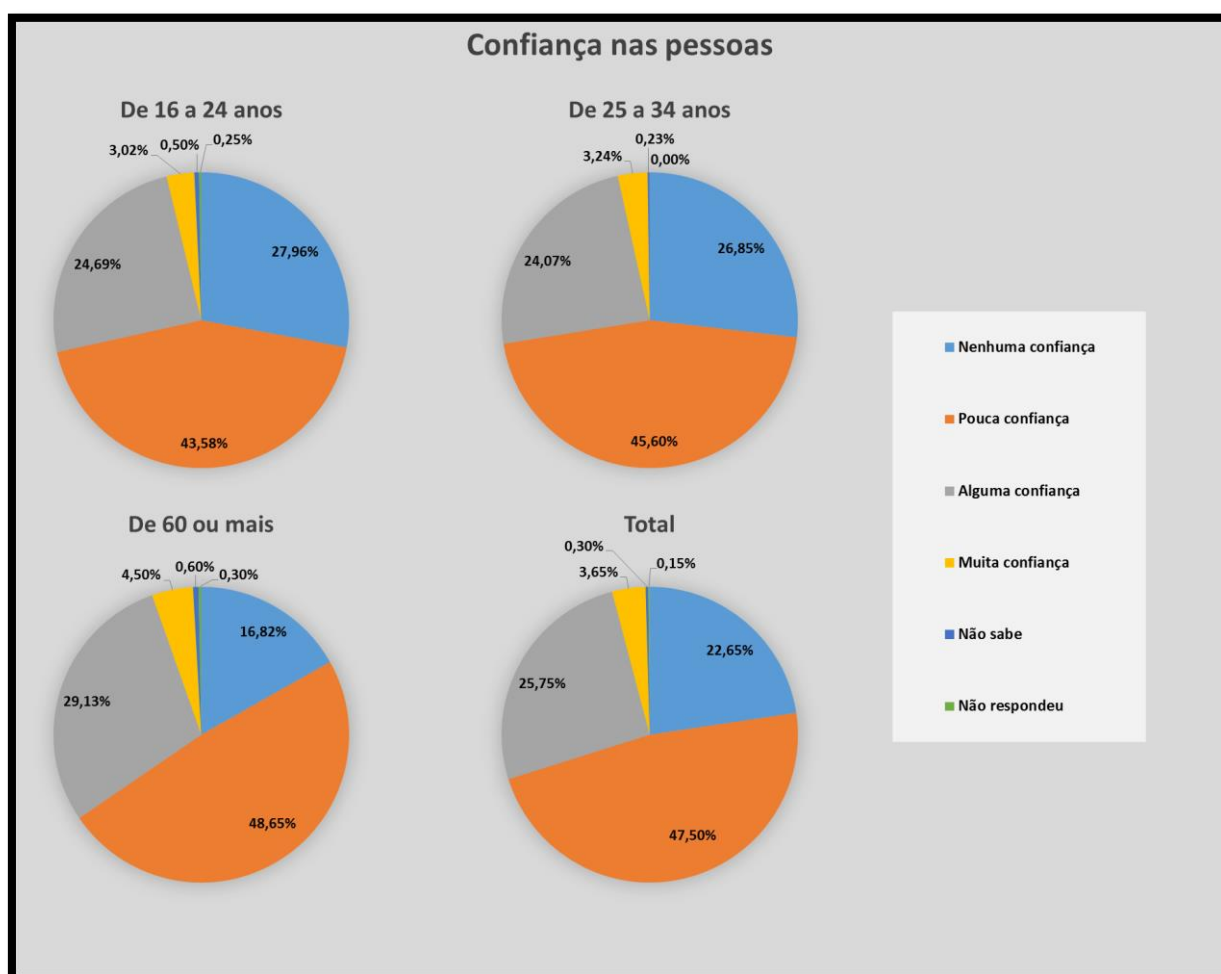
Tabela 37: Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS AMIGOS

Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS AMIGOS						
FAIXA ETÁRIA	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Alguma confiança	Muita confiança	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	52 (13,1%)	126 (31,74%)	144 (36,27%)	74 (18,64%)	1 (0,25%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	61 (14,12%)	146 (33,8%)	163 (37,73%)	62 (14,35%)	0 (0%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	52 (13,9%)	142 (37,97%)	138 (36,9%)	42 (11,23%)	0 (0%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	55 (11,85%)	186 (40,09%)	157 (33,84%)	66 (14,22%)	0 (0%)	0 (0%)
De 60 ou mais	40 (12,01%)	102 (30,63%)	127 (38,14%)	63 (18,92%)	0 (0%)	1 (0,3%)
Total	260 (13%)	702 (35,1%)	729 (36,45%)	307 (15,35%)	1 (0,05%)	1 (0,05%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Por fim, no contexto da confiabilidade, indagou-se sobre pessoas em geral, sem ter um vínculo institucional como igrejas, família, amizade, mas sim, pessoas em geral. Indagando, portanto, sobre pessoas como ser humano, sem instituições como suporte trazendo valores prévios taxativos, questionou-se: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA MAIORIA DAS PESSOAS.

Gráfico 48: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA MAIORIA DAS PESSOAS



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

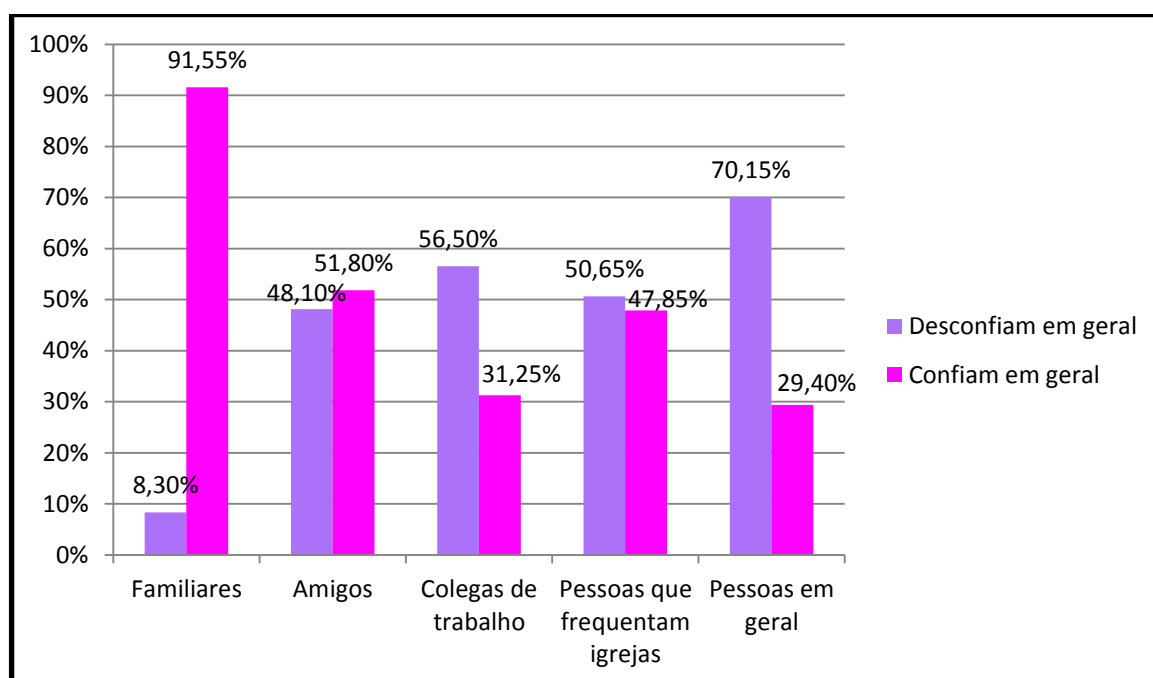
A pouca confiança e nenhuma confiança aparecem em disparada quando aborda-se sobre pessoas em geral, com um número de 70,15% dos brasileiros. Essa desconfiança (pouca confiança e nenhuma confiança) é menor no grupo dos mais velhos (60 ou mais anos), 65,47%, entretanto as transformações sociais e pessoais levaram ao aumento do grau de desconfiança para com os mais novos, com 71,54% e 72,45% dos mais novos para os mais velhos. A confiança (alguma confiança e muita confiança) diminui dos mais velhos para os mais novos: 33,63% para 27,31% e 27,71% respectivamente. Dessa maneira os mais novos são mais desconfiados das pessoas em geral do que os mais velhos, com 71,99% e 65,47% respectivamente.

Tabela 38: Gostaria que você dissesse se tem ...: NA MAIORIA DAS PESSOAS

Gostaria que você dissesse se tem ...: NA MAIORIA DAS PESSOAS						
FAIXA ETÁRIA	Nenhuma confiança	Pouca confiança	Alguma confiança	Muita confiança	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	111 (27,96%)	173 (43,58%)	98 (24,69%)	12 (3,02%)	2 (0,5%)	1 (0,25%)
De 25 a 34 anos	116 (26,85%)	197 (45,6%)	104 (24,07%)	14 (3,24%)	1 (0,23%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	80 (21,39%)	185 (49,47%)	96 (25,67%)	12 (3,21%)	1 (0,27%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	90 (19,4%)	233 (50,22%)	120 (25,86%)	20 (4,31%)	0 (0%)	1 (0,22%)
De 60 ou mais	56 (16,82%)	162 (48,65%)	97 (29,13%)	15 (4,5%)	2 (0,6%)	1 (0,3%)
Total	453 (22,65%)	950 (47,5%)	515 (25,75%)	73 (3,65%)	6 (0,3%)	3 (0,15%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Em resumo, em busca de um comparativo entre as instituições e não instituições abordadas foram aglutinadas as quatro grandes respostas, de um lado a desconfiança, a qual abrange respostas referentes à nenhuma confiança e pouca confiança e do outro lado a confiança, abrangendo alguma confiança e muita confiança.

Gráfico 49: Resumo sobre graus de confiabilidade

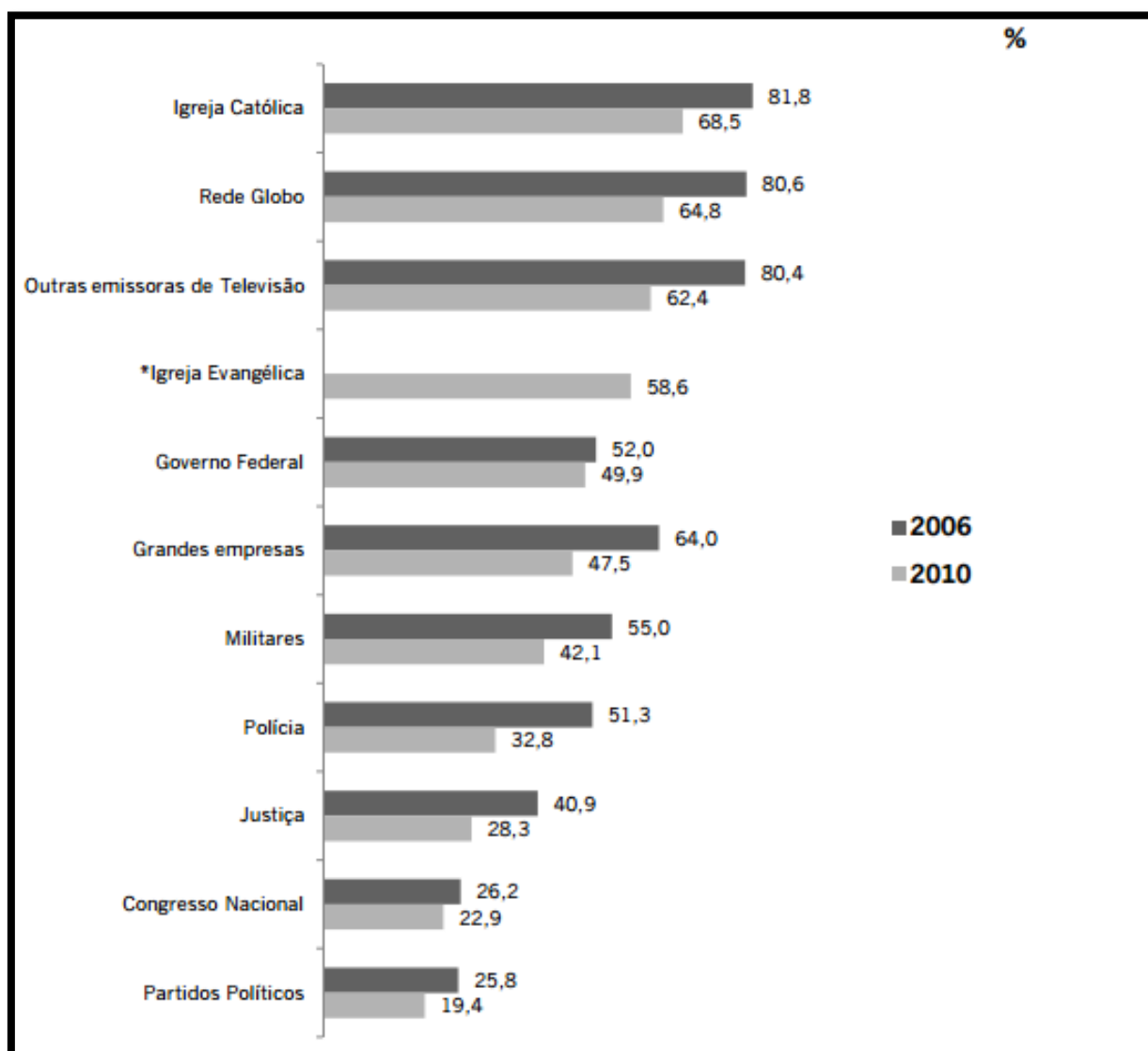
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Nos três últimos casos a confiabilidade é menor que a desconfiança, somente nos casos que tem laços afetivos, que são os familiares e amigos, que essa confiabilidade fica evidente e maior que a desconfiança, mas, mesmo assim, com relação a amizades a discrepância não é grandiosa, com um diferencial de percentual de somente 3,7. Desse modo pode-se afirmar que a hipótese anteriormente levantada estava correta: os brasileiros mais desconfiam do que confiam, passam por um momento de crise de confiança, o que certamente se reflete nas relações pessoais, institucionais e políticas.

Essa não confiabilidade vem crescendo ao longo dos anos; em 2010 foi feita uma pesquisa, pelo Encarte Tendências a qual foi resultante da pesquisa ESEB_CSES2010. “O ESEB é um estudo vinculado ao projeto internacional *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), coordenado pela Universidade de *Michigan* (www.cses.org) e com a participação de dezenas de instituições de vários países. [...] O ESEB2010 foi realizado pelo CESOP com o apoio do CNPq e sua base de dados está disponível no Banco de Dados de Pesquisa do CESOP/Unicamp.” (O.P., 2011, p. 1).

O gráfico subsequente expõe o grau de confiabilidade das pessoas para com as atuações das instituições pertencentes à sociedade brasileira.

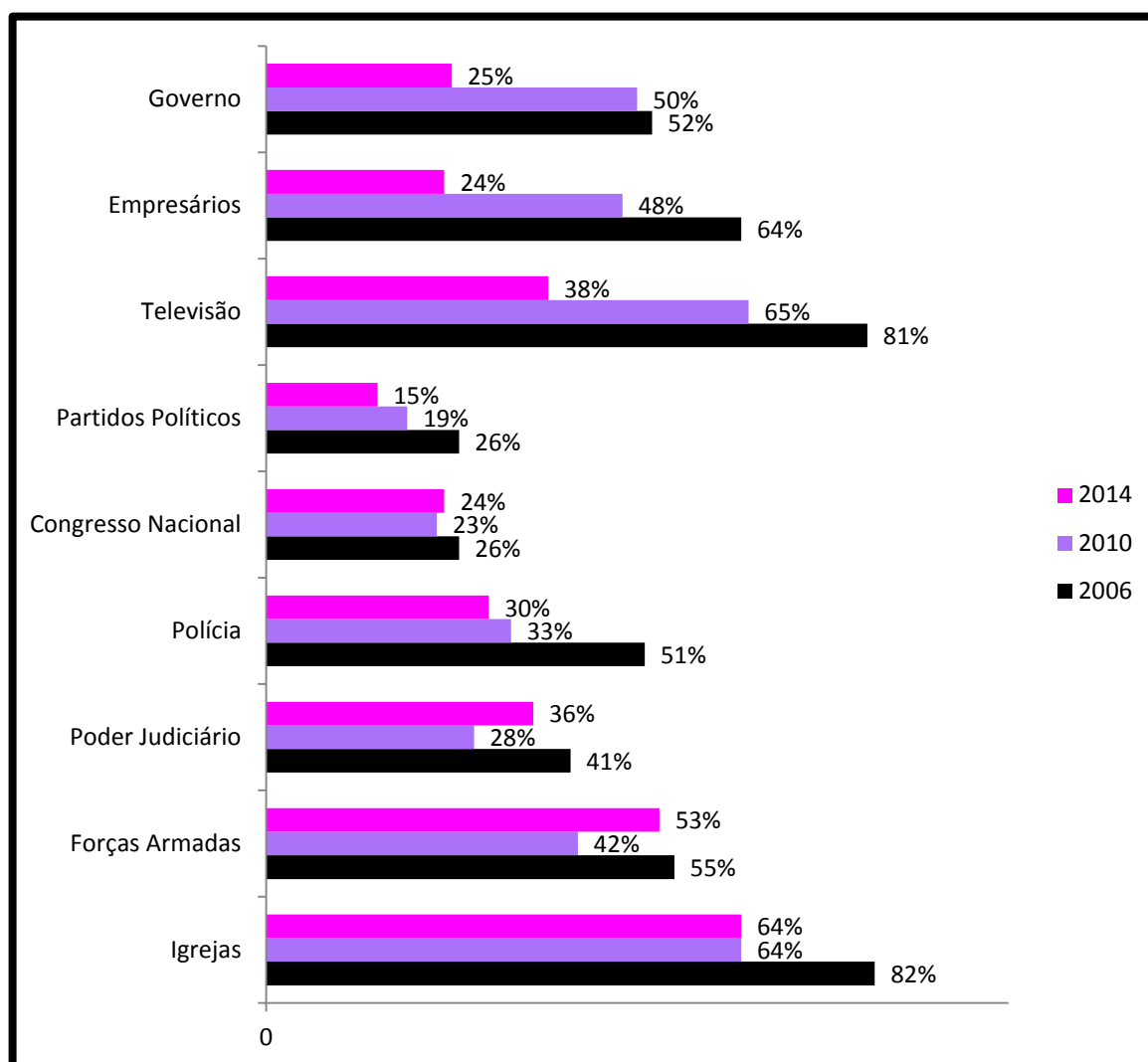
Gráfico 50: Avaliação positiva da atuação das instituições



Fonte: O. P. 2011.

Como pode ser observado a avaliação positiva das instituições está cada vez mais se reduzindo, em alguns pontos mais, e outros menos, mas sempre se reduzindo. Fica ainda mais claro se o comparativo for feito de 2006 a 2014.

Gráfico 51: Comparativo dos anos de 2006 – 2010 - 2014



Fonte: adaptado de O. P. 2011 e Pesquisa NUPPs, 2014.

Em uma análise sintética no decorrer de oito anos o grau de confiança de 2014 foi menor do que de 2006. Cabe observar que nos dados de 2014 foram selecionadas as respostas com alguma confiança ou muita confiança. O que comprova, que, na maioria, a tendência foi a redução do grau de confiabilidade. Em síntese, de 2006 para 2014, a maior redução foi com relação aos empresários: 62,5%. Essa redução pode ter sido influenciada pelas consequências, no dia a dia dos brasileiros, da Crise Econômica Mundial que eclodiu em 2008, tendo como evidências o aumento do desemprego, a diminuição do poder de compra, o aumento da inflação, entre outros pontos da economia. Outro ponto relevante foi a possibilidade de a população acompanhar a atuação de várias empresas em casos de corrupção que também envolviam o governo.

As Forças Armadas tiveram a menor diminuição e acrescentou-se um considerável aumento de 2010 para 2014, tendo um percentual total de 3,63. Com esse grande grau de confiança perante a sociedade brasileira e o poderio bélico, as Forças Armadas foram consideradas pela Federação, pelos Estados e pela sociedade em geral uma base forte em busca de garantir a segurança em várias situações de extremas no Brasil, agindo para restabelecer a Lei e a Ordem em complexos de favelas; essas atuações se iniciaram em 2008 e foram aos poucos ganhando mais confiabilidade e espaço, o que se refletiu nos dados apresentados. Dentre outros pontos, por essa confiança acontecer que uma parte das pessoas que reivindicavam nas *Manifestações* clamavam pela ditadura. Em resumo tem-se:

Tabela 39: Percentual de redução do grau de confiabilidade anos de 2006 – 2010 - 2014

Diminuição do percentual de confiabilidade dos brasileiros para com as instituições								
Governo	Empresários	Televisão	Partidos Políticos	Congresso Nacional*	Polícia	Poder Judiciário*	Forças Armadas*	Igrejas
51,92%	62,5%	53,08%	42,30%	7,69%	41,17%	12,19%	3,63%	21,95%

Fonte: adaptado de O. P. 2011 e Pesquisa NUPPs, 2014.

*Instituições que tiveram um aumento de confiabilidade de 2010 para 2014.

A estabilidade do regime democrático está vinculada às orientações culturais dos brasileiros, isso porque a confiança interpessoal e o apoio cultural é uma das bases fundamentais para a confiança e estabilidade de um sistema democrático. Além disso, a cultura cívica não pode ser esquecida, esta se associa ao orgulho pela nação, portanto ao orgulho das pessoas que ali residem e que ali nasceram, das instituições públicas e privadas e suas competências e da confiança interpessoal.

4.6 Grau de confiabilidade em Instituições/ Órgãos Públicos

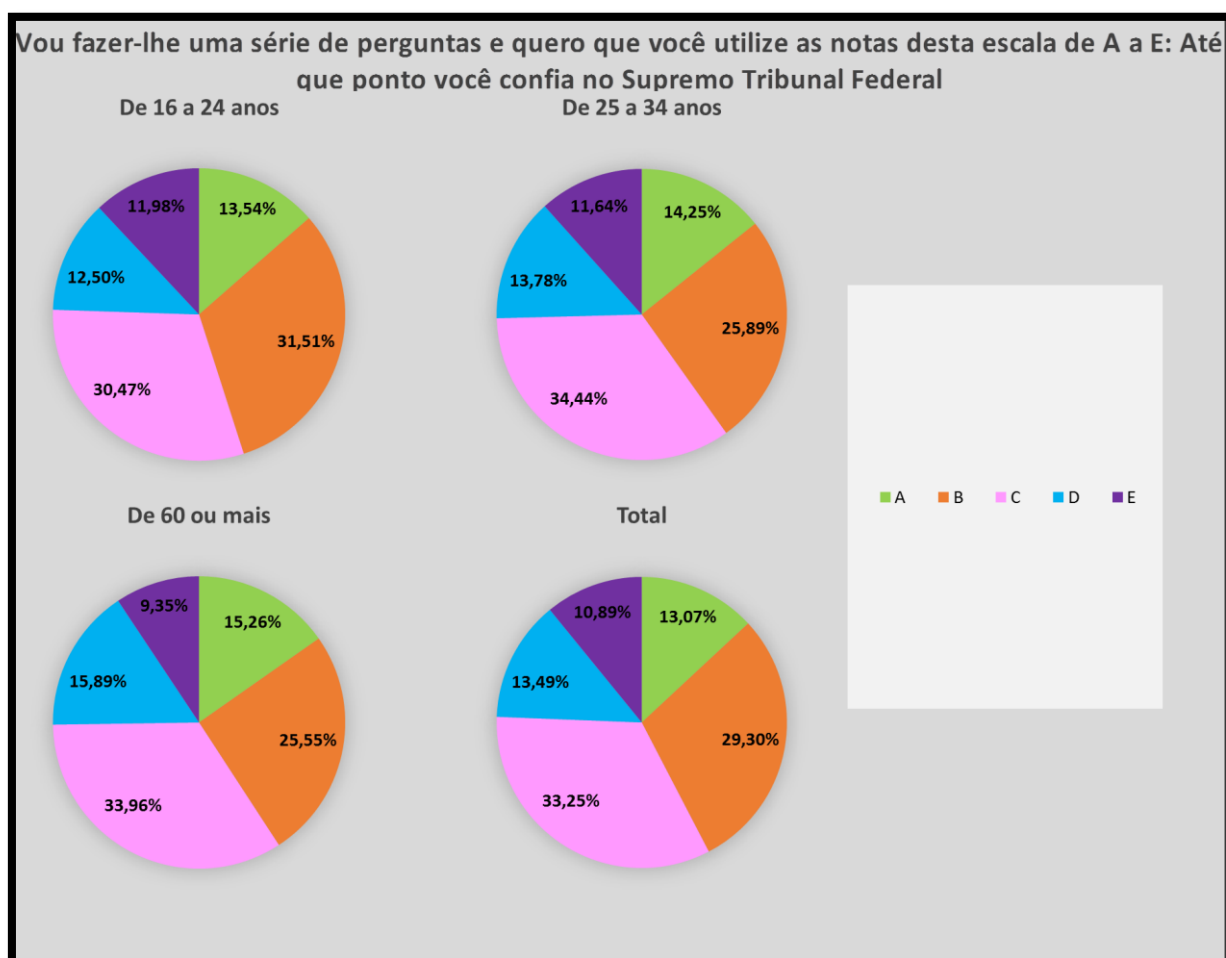
Outras instituições ainda puderam ser observadas na pesquisa, entretanto são instituições voltadas para as atuações governamentais. Organizações governamentais abrangem as estruturas de políticas de gestão pública, tanto em aspectos macro quanto em

aspectos micro-governamentais, desde a concepção até a implementação e avaliação das estruturas e modelos (MARTINS, 2006). Dentre elas estão o Supremo Tribunal Federal, Ministério Público, Tribunais de Contas da União, Controladoria Geral da União, Comissões Parlamentares de Inquérito, Defensoria Pública e o Congresso Nacional.

O primeiro questionamento referente às Organizações Governamentais especificamente foi: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Supremo Tribunal Federal?

Como já foi apresentado anteriormente, os gráficos que tem notas de 1 a 10 foram reestruturados com notas de A a E, sendo que A está em muito confiável e E está em nada confiável.

Gráfico 52: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Supremo Tribunal Federal?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 40: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Supremo Tribunal Federal?

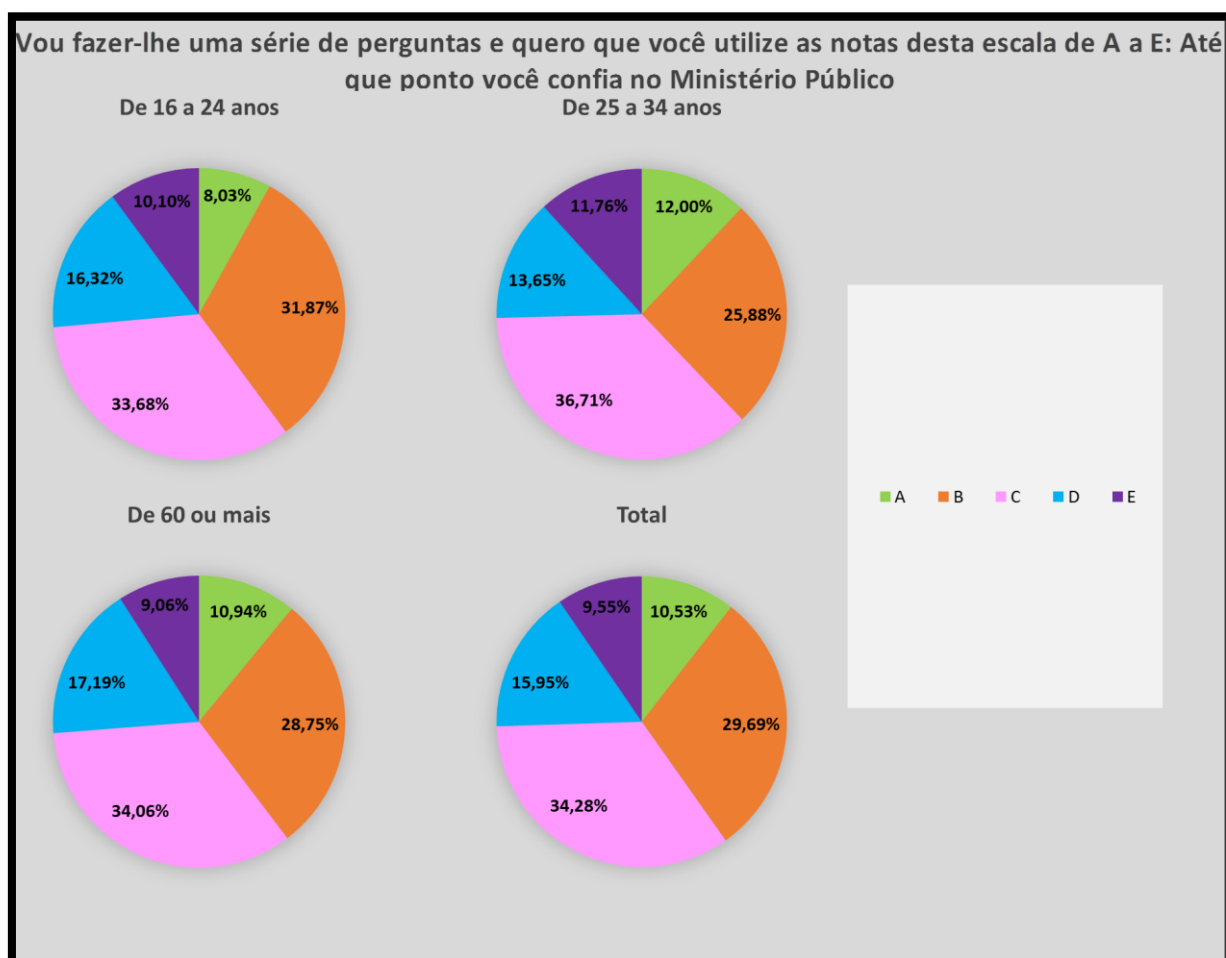
Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Supremo Tribunal Federal					
FAIXA ETÁRIA	A	B	C	D	E
De 16 a 24 anos	52 (13,54%)	121 (31,51%)	117 (30,47%)	48 (12,5%)	46 (11,98%)
De 25 a 34 anos	60 (14,25%)	109 (25,89%)	145 (34,44%)	58 (13,78%)	49 (11,64%)
De 35 a 44 anos	43 (11,88%)	106 (29,28%)	126 (34,81%)	46 (12,71%)	41 (11,33%)
De 45 a 59 anos	48 (10,91%)	147 (33,41%)	144 (32,73%)	57 (12,95%)	44 (10%)
De 60 ou mais	49 (15,26%)	82 (25,55%)	109 (33,96%)	51 (15,89%)	30 (9,35%)
Total	252 (13,07%)	565 (29,3%)	641 (33,25%)	260 (13,49%)	210 (10,89%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

O Supremo Tribunal Eleitoral não está sempre no contexto midiático, entretanto, quando há confrontos com o Executivo e com o Legislativo ele vem à tona. Porém, o papel desse poder, de defesa dos direitos do cidadão, de decidir da constitucionalidade dos demais poderes, julgar litígio entre os Estados e a União e buscar a construção da democracia, não são claros para a maioria da população. Assim, esse terceiro poder, o Judiciário, é agente e paciente da construção histórica (COSTA, 2006).

Com relação ao Judiciário, a população brasileira está bem dividida, a maioria, em geral, apontou que a confiança para esse poder é mediana, com C 33,25%. Partindo-se da análise de que da pontuação D e E tem-se pouca ou nenhuma confiança e de A e B tem-se confiança ou muita confiança pode-se afirmar que os mais novos tem mais confiança do que os mais velhos, entretanto essa diferença não é grande 42,59% e 40,81% respectivamente. Assim, a população brasileira mais confia do que desconfia do Supremo Tribunal Federal.

Gráfico 53: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Ministério Público



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 41: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia no Ministério Público

Vou fazer-lhe uma série de perguntas e quero que você utilize as notas desta escala de A a E: Até que ponto você confia no Ministério Público					
FAIXA ETÁRIA	A	B	C	D	E
De 16 a 24 anos	31 (8,03%)	123 (31,87%)	130 (33,68%)	63 (16,32%)	39 (10,1%)
De 25 a 34 anos	51 (12%)	110 (25,88%)	156 (36,71%)	58 (13,65%)	50 (11,76%)
De 35 a 44 anos	39 (10,77%)	102 (28,18%)	134 (37,02%)	54 (14,92%)	33 (9,12%)
De 45 a 59 anos	48 (10,81%)	148 (33,33%)	135 (30,41%)	79 (17,79%)	34 (7,66%)
De 60 ou mais	35 (10,94%)	92 (28,75%)	109 (34,06%)	55 (17,19%)	29 (9,06%)
Total	204 (10,53%)	575 (29,69%)	664 (34,28%)	309 (15,95%)	185 (9,55%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

O Ministério Público, na Constituição Federal, tem como funções a defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade:

“I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

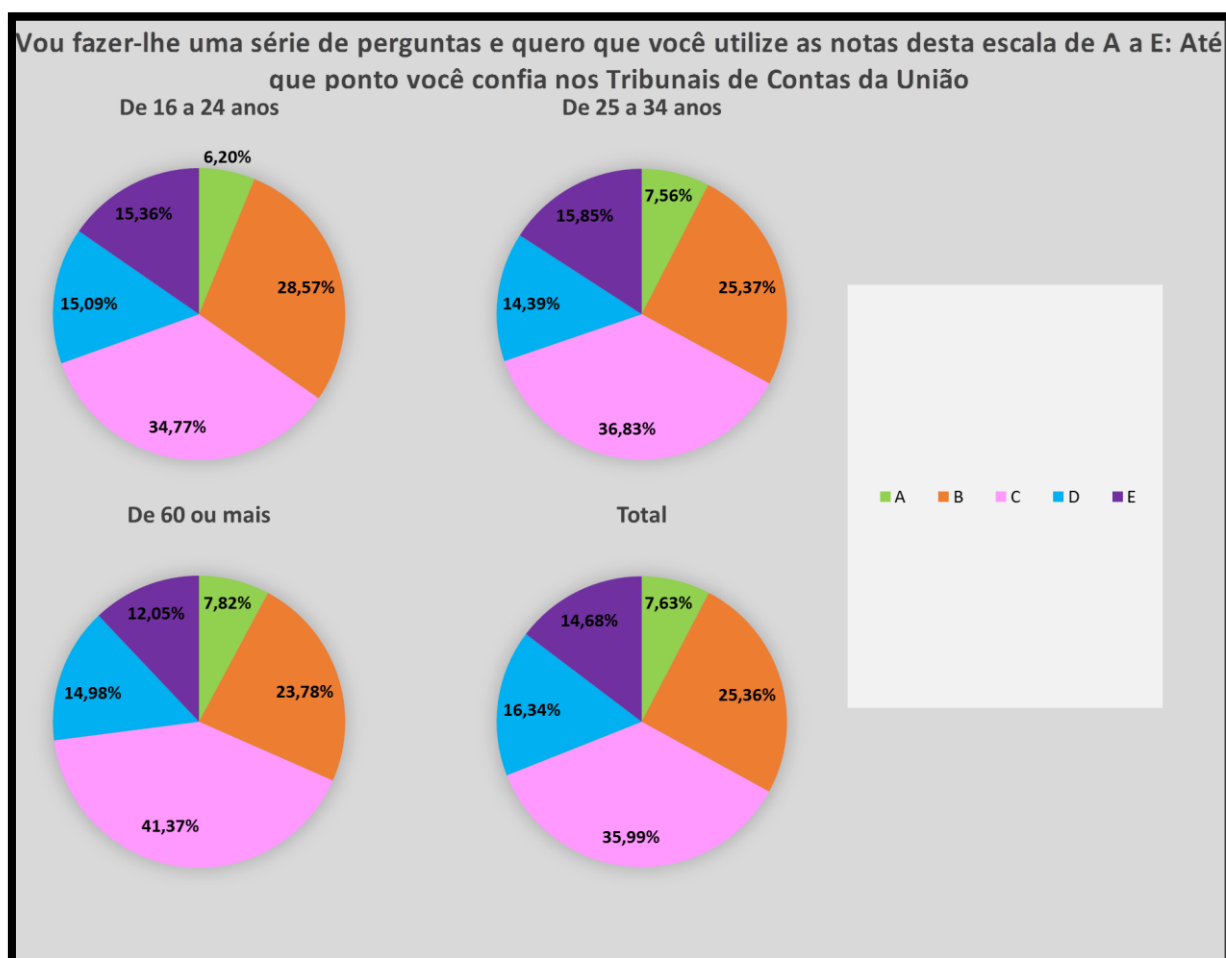
VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas *Manifestações* processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.”

A maioria da população brasileira, perante este órgão, também está na média da pontuação, com C: 34,28%; cabe enfatizar que essa média não traz nem o positivo nem o negativo, mas sim uma dúvida, o não saber se mais confia ou mais desconfia. Por outro lado os mais novos (16 a 34 anos) confiam menos que os mais velhos (60 anos ou mais) 38,89% e 39,69% respectivamente, considerando a mesma classificação de pontuação feita no gráfico anterior A e B.

Na Constituição Brasileira, artigo 71, estão detalhadas as funções dos Tribunais de Contas da União (TCU), o qual é um tribunal administrativo, que busca, entre outros pontos, julgar as contas de administradores públicos e responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos federais. Por ter funções voltadas para a estrutura financeira foi de extrema importância observar a confiabilidade da população brasileira perante esse órgão.

Gráfico 54: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nos Tribunais de Contas da União



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 42: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nos Tribunais de Contas da União

Vou fazer-lhe uma série de perguntas e quero que você utilize as notas desta escala de A a E: Até que ponto você confia nos Tribunais de Contas da União

FAIXA ETÁRIA	A	B	C	D	E
De 16 a 24 anos	23 (6,2%)	106 (28,57%)	129 (34,77%)	56 (15,09%)	57 (15,36%)
De 25 a 34 anos	31 (7,56%)	104 (25,37%)	151 (36,83%)	59 (14,39%)	65 (15,85%)
De 35 a 44 anos	26 (7,28%)	82 (22,97%)	137 (38,38%)	63 (17,65%)	49 (13,73%)
De 45 a 59 anos	39 (9,11%)	110 (25,7%)	130 (30,37%)	82 (19,16%)	67 (15,65%)
De 60 ou mais	24 (7,82%)	73 (23,78%)	127 (41,37%)	46 (14,98%)	37 (12,05%)
Total	143 (7,63%)	475 (25,36%)	674 (35,99%)	306 (16,34%)	275 (14,68%)

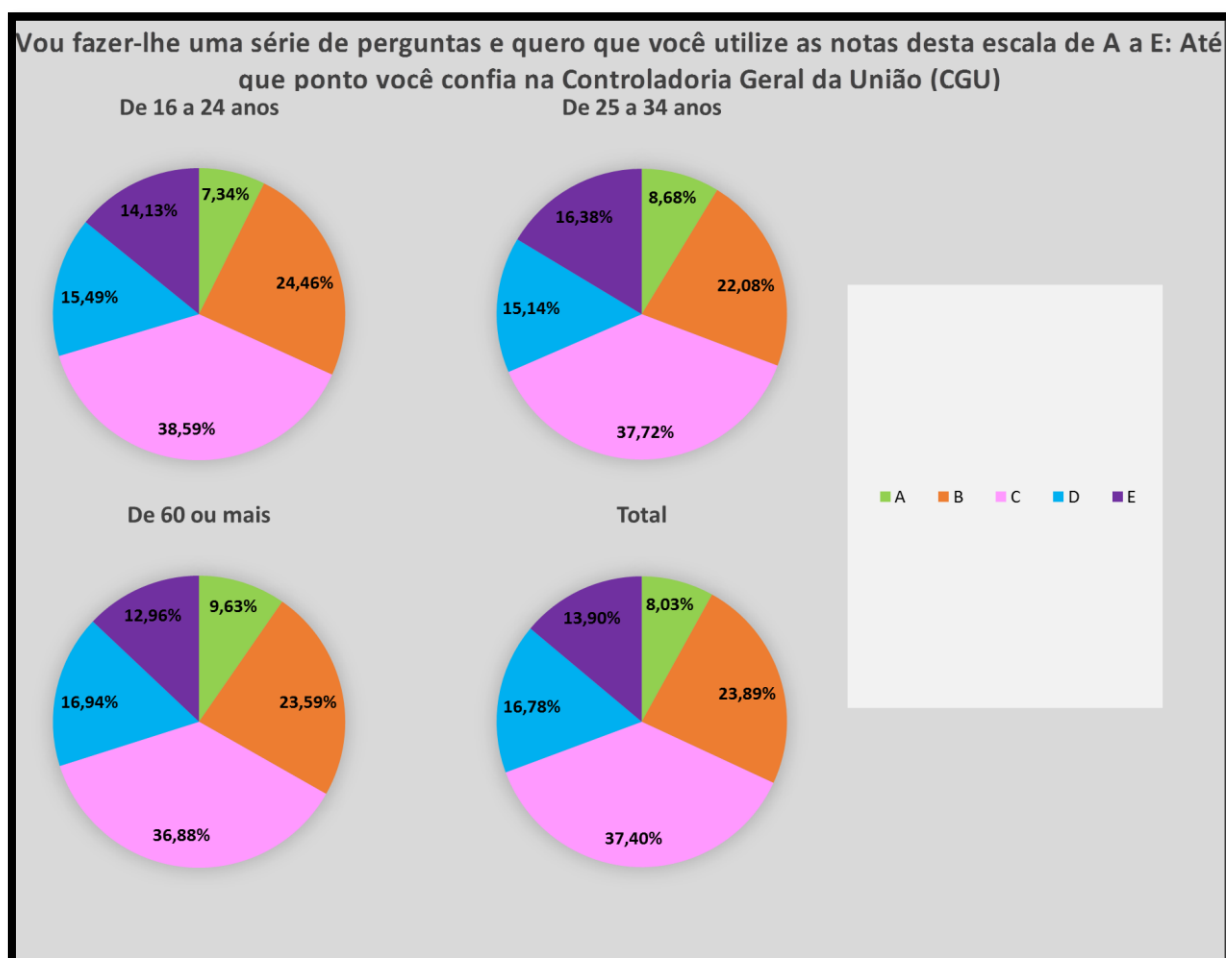
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

O questionamento foi exatamente esse: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nos Tribunais de Contas da União?

O bloco dos mais novos confia mais que os mais velhos, 33,85% e 31,6%, entretanto a maior parte dos que responderam está na média da pontuação C, a qual representa uma dúvida, já que está entre a nenhuma confiança e a muita confiança, do total da população aparece com esse conceito 35,99%.

Outro órgão que foi analisado é a Controladoria Geral da União – CGU, órgão que tem como responsabilidade assistir a Presidência da República com assuntos referentes à defesa do patrimônio público e transparência da gestão com controle interno, prevenção da corrupção além de prestar ouvidorias. “É estruturada em quatro unidades finalísticas, que atuam de forma articulada, em ações organizadas entre si: Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG) e Ouvidoria-Geral da União (OGU).” (CGU, 2016)

Gráfico 55: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Controladoria Geral da União (CGU)



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 43: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Controladoria Geral da União (CGU)

Vou fazer-lhe uma série de perguntas e quero que você utilize as notas desta escala de A a E: Até que ponto você confia na Controladoria Geral da União (CGU)

FAIXA ETÁRIA	A	B	C	D	E
De 16 a 24 anos	27 (7,34%)	90 (24,46%)	142 (38,59%)	57 (15,49%)	52 (14,13%)
De 25 a 34 anos	35 (8,68%)	89 (22,08%)	152 (37,72%)	61 (15,14%)	66 (16,38%)
De 35 a 44 anos	24 (6,84%)	83 (23,65%)	141 (40,17%)	60 (17,09%)	43 (12,25%)
De 45 a 59 anos	33 (7,88%)	107 (25,54%)	143 (34,13%)	80 (19,09%)	56 (13,37%)
De 60 ou mais	29 (9,63%)	71 (23,59%)	111 (36,88%)	51 (16,94%)	39 (12,96%)
Total	148 (8,03%)	440 (23,89%)	689 (37,4%)	309 (16,78%)	256 (13,9%)

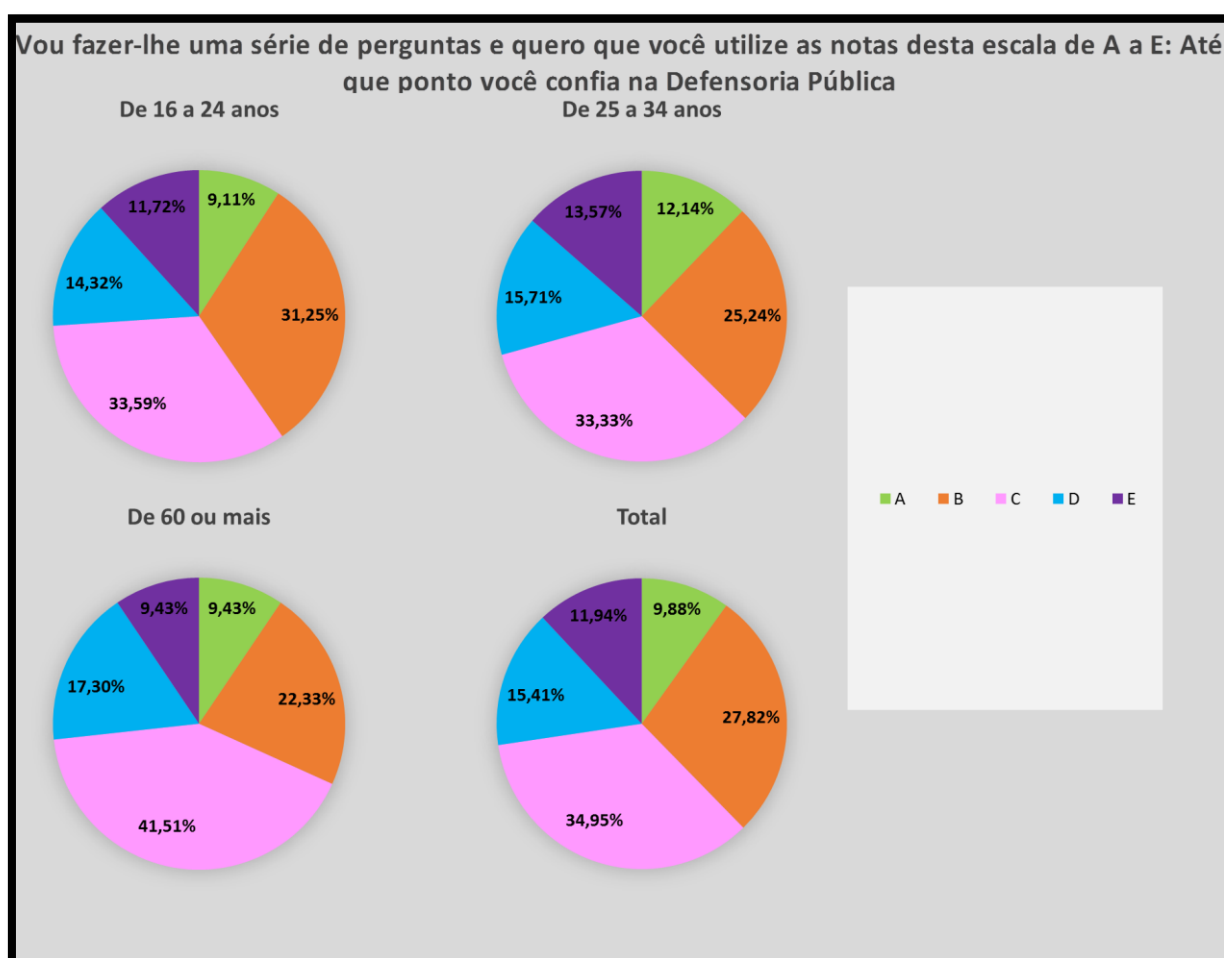
Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Mais uma vez os dados que a população brasileira como um todo apresentou estão na pontuação cinco, ou seja, na mediana incerteza de saber se pode ou não confiar no Tribunal de Contas da União, atingindo o percentual de 20,10.

Os mais novos apresentam um percentual de 31,28 de confiabilidade, respostas A e B e os mais velhos tem 33,22% de confiabilidade. A não confiabilidade (E) fica com o percentual de 15,25 e 12,96 respectivamente. Dessa maneira os mais novos desconfiam mais que os mais velhos.

A Defensoria Pública foi outro órgão colocado em questão na presente pesquisa; este órgão tem como função, na Constituição Federal, artigo 5º LXXIV, possibilitar a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovam a insuficiência de recursos (BRANDÃO, 2016). Para tal a questão se estruturou: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Defensoria Pública?

Gráfico 56: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Defensoria Pública?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 44: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia na Defensoria Pública?

Vou fazer-lhe uma série de perguntas e quero que você utilize as notas desta escala de A a E: Até que ponto você confia na Defensoria Pública

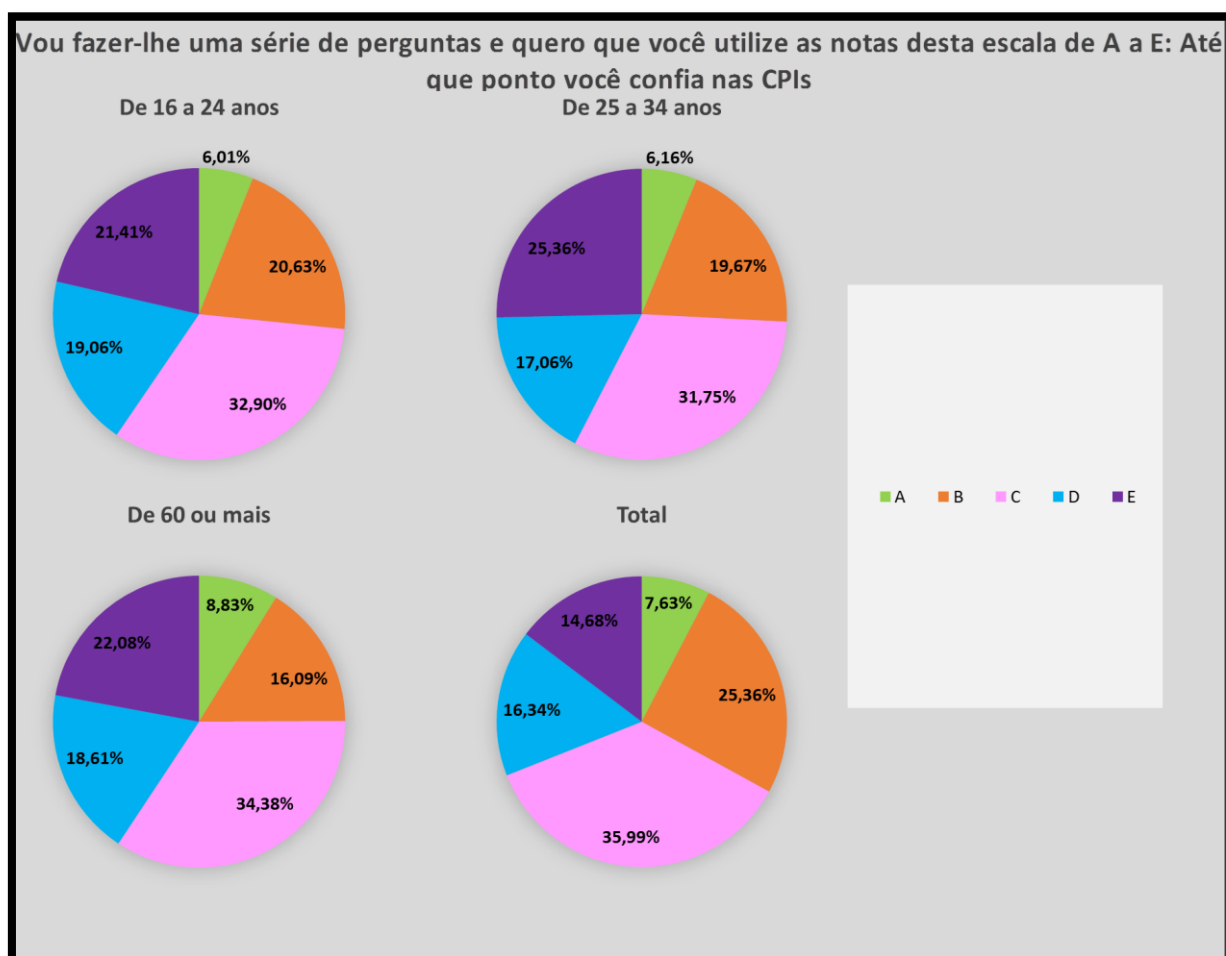
FAIXA ETÁRIA	A	B	C	D	E
De 16 a 24 anos	35 (9,11%)	120 (31,25%)	129 (33,59%)	55 (14,32%)	45 (11,72%)
De 25 a 34 anos	51 (12,14%)	106 (25,24%)	140 (33,33%)	66 (15,71%)	57 (13,57%)
De 35 a 44 anos	35 (9,62%)	107 (29,4%)	128 (35,16%)	55 (15,11%)	39 (10,71%)
De 45 a 59 anos	40 (8,93%)	134 (29,91%)	147 (32,81%)	67 (14,96%)	60 (13,39%)
De 60 ou mais	30 (9,43%)	71 (22,33%)	132 (41,51%)	55 (17,3%)	30 (9,43%)
Total	191 (9,88%)	538 (27,82%)	676 (34,95%)	298 (15,41%)	231 (11,94%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

A divisão de opiniões da sociedade brasileira está nítida nos gráficos expostos, existem várias classificações com pontuações próximas e não muito divergentes. Em continuidade com os gráficos anteriores na investigação de confiança aos órgãos públicos a maioria da população brasileira apontou a pontuação C, ou seja, nem desconfia muito e nem confia muito, nem de um lado nem do outro, com um percentual de 34,95. Os mais novos, com 38,87%, confiam mais que os mais velhos, 31,76%, consideradas as pontuações A e B.

O último tópico a ser analisado é a confiança ou não nas CPIs, Comissões Parlamentares de Inquérito. Comissão que tem como finalidade a investigação de interesses relevantes à vida pública e à ordem constitucional, legal, econômica ou social de um país. “Têm poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais, tais como determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer a audiência de Deputados e Ministros de Estado, tomar depoimentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). O questionamento foi: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nas CPIs?

Gráfico 57: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nas CPIs?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 45: Vou fazer-lhe uma serie de perguntas e quero que você utilize notas na escala de A a E: Até que ponto você confia nas CPIs?

Vou fazer-lhe uma série de perguntas e quero que você utilize as notas desta escala de A a E: Até que ponto você confia nas CPIs

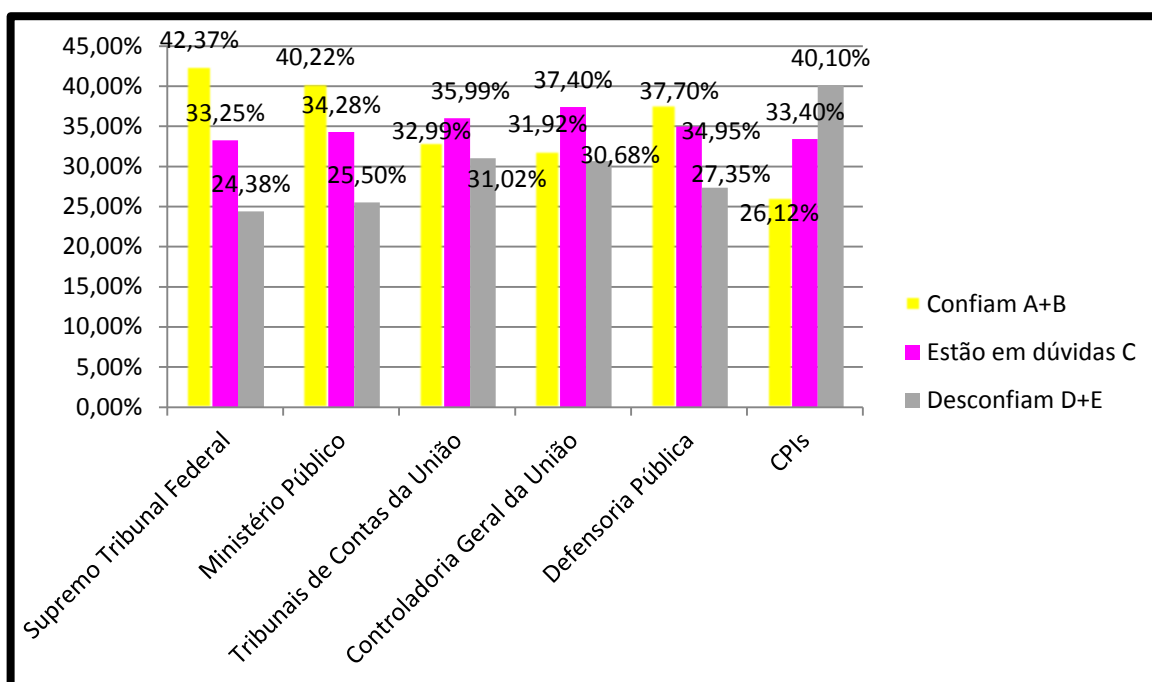
FAIXA ETÁRIA	A	B	C	D	E
De 16 a 24 anos	23 (6,01%)	79 (20,63%)	126 (32,9%)	73 (19,06%)	82 (21,41%)
De 25 a 34 anos	26 (6,16%)	83 (19,67%)	134 (31,75%)	72 (17,06%)	107 (25,36%)
De 35 a 44 anos	26 (7,24%)	70 (19,5%)	128 (35,65%)	54 (15,04%)	81 (22,56%)
De 45 a 59 anos	28 (6,35%)	88 (19,95%)	145 (32,88%)	76 (17,23%)	104 (23,58%)
De 60 ou mais	28 (8,83%)	51 (16,09%)	109 (34,38%)	59 (18,61%)	70 (22,08%)
Total	131 (6,82%)	371 (19,3%)	642 (33,4%)	334 (17,38%)	444 (23,1%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Partindo novamente da classificação de que da pontuação A e B tem-se confiança e da D e E não se tem confiança pode-se chegar à conclusão que a maioria da população do Brasil está em dúvidas sobre confiança nas CPIs, 35,99%, ou seja, aparecem na classificação C, no bloco único central, aqueles que não tem certeza se confiam ou não confiam, pois estão no meio da classificação. O mais velhos desconfiam mais do que confiam: 40,09% e 24,92% respectivamente. Os mais novos também desconfiam mais do que confiam, 39,94% e 26,23%, além dessa constatação fica evidente que os mais novos desconfiam mais do que os mais velhos.

Sintetizando o grau de confiança da maioria dos brasileiros com relação a Instituições e Órgãos Públicos pode-se afirmar que os brasileiros, em geral, confiam mais do que desconfiam nos órgãos e instituições apontadas, entretanto, cabe ressaltar o grande grupo de pessoas que não sabe se mais confia ou mais desconfia. Essa síntese aparece no gráfico que resume os dois principais pontos:

Gráfico 58: Resumo da confiança dos brasileiros nas Instituições/Órgãos Públicos



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Para classificar a confiança da maioria da população foram selecionados os blocos A e B. Os que confiam e desconfiam aos mesmo tempo, que estão na parte mediana, se remetem à classificação C, e os que desconfiam representam a classificação D e E.

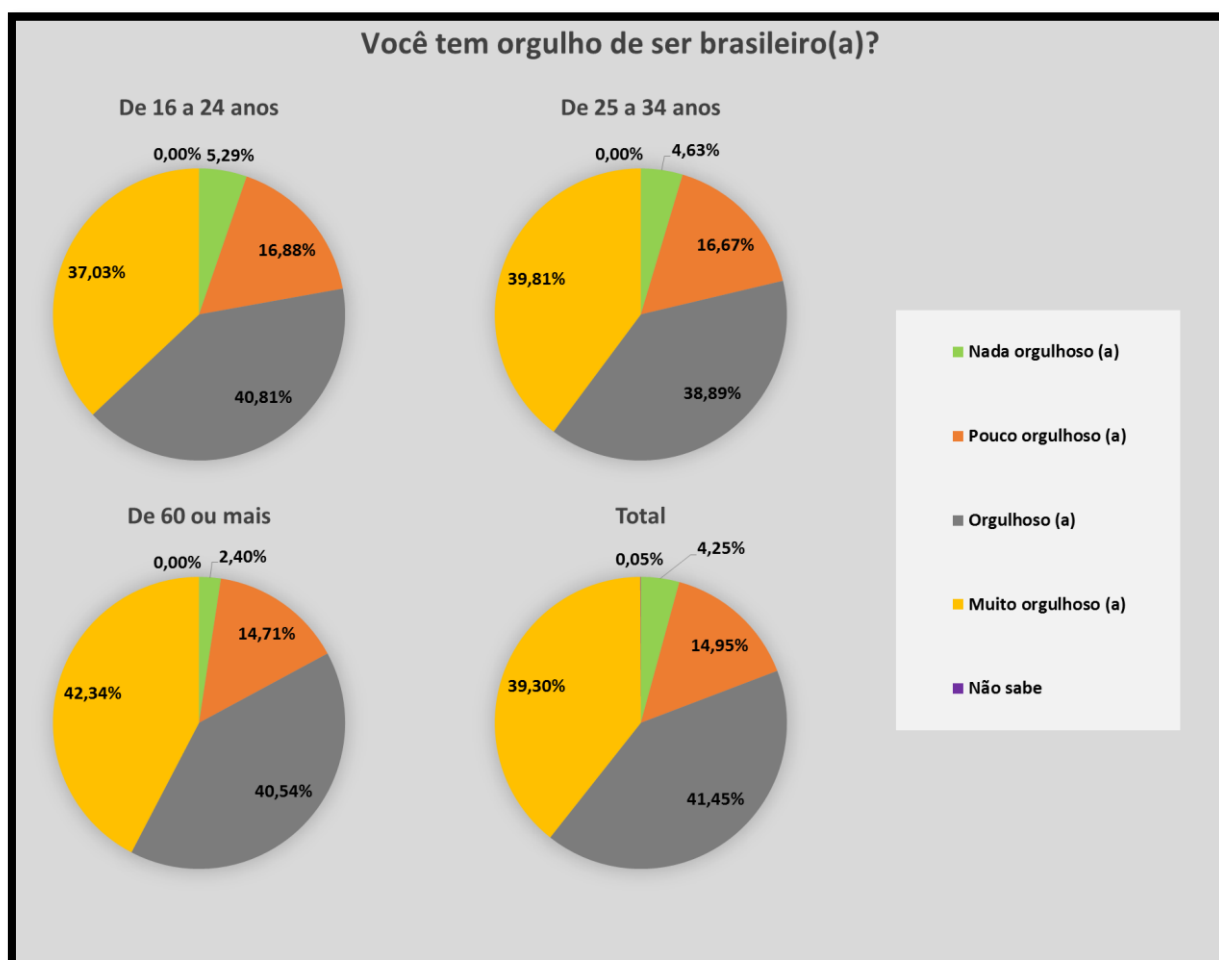
A confiança em órgãos públicos e o sentimento de representatividade certamente afetam o sentimento de ser brasileiro e as atuações da população brasileira.

5.7 Ser Brasileiro X Atuações

O sentimento de pertencer a um país está vinculado não somente à estrutura cultural, ou seja, à língua, crença, hábitos, costumes, conhecimentos, entre outros, mas também à representatividade daqueles que foram colocados no poder. O sistema de representação faz, muitas vezes, com que os cidadãos sejam vistos por outros países fundamentando-se em um comparativo com os próprios representantes, o que seria quase evidente. Entretanto, quando a maioria da população não se sente representada outros pontos podem ser afetados, como, por exemplo, a igualdade dos cidadãos, o sentimento positividade de pertença, as formas de ações e participações sociais, entre outros.

Para um levantamento do sentimento de “Ser Brasileiro” foram estruturadas algumas perguntas referentes ao dia a dia e à constituição brasileira. Uma delas foi: Você tem orgulho de ser brasileiro(a)? Os resultados se estruturam nesta perspectiva:

Gráfico 59: Você tem orgulho de ser brasileiro(a)?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 46: Você tem orgulho de ser brasileiro(a)?

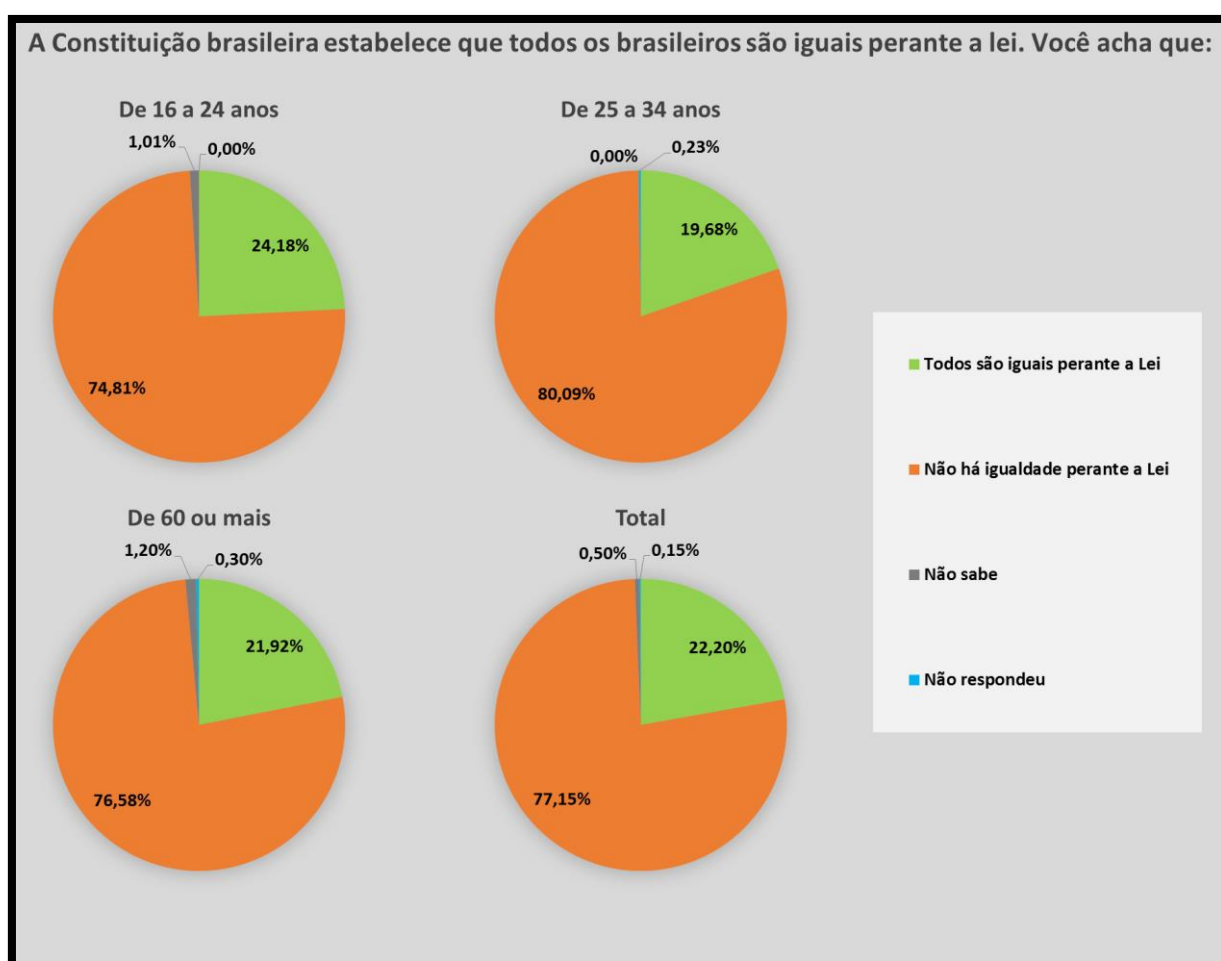
Você tem orgulho de ser brasileiro(a)?							
FAIXA ETÁRIA	Nada orgulhoso (a)	Pouco orgulhoso (a)	Orgulhoso (a)	Muito orgulhoso (a)	Não sabe	Não sabe	Nsa /Não é brasileiro
De 16 a 24 anos	21 (5,29%)	67 (16,88%)	162 (40,81%)	147 (37,03%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	20 (4,63%)	72 (16,67%)	168 (38,89%)	172 (39,81%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	19 (5,08%)	55 (14,71%)	162 (43,32%)	138 (36,9%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	17 (3,66%)	56 (12,04%)	202 (43,44%)	188 (40,43%)	1 (0,22%)	1 (0,22%)	0 (0%)
De 60 ou mais	8 (2,4%)	49 (14,71%)	135 (40,54%)	141 (42,34%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Total	85 (4,25%)	299 (14,94%)	829 (41,43%)	786 (39,28%)	1 (0,05%)	1 (0,05%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

O possuir “Muito Orgulho” e o “Orgulho” de ser brasileiro está na margem dos 80,75% da população brasileira como um todo. Os mais velhos tem mais orgulho de se brasileiros do que os mais jovens, 82,88% e 78,24%, porém, esse orgulho está na grande maioria da população. Constatou-se, portanto, que o sentimento de não representatividade política da maioria da população brasileira não vem acompanhado diretamente do orgulho de pertencer à nação.

Outro ponto levantado foi sobre o tratamento dos brasileiros dentro da Nação Brasileira. Questionou-se: A Constituição brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Você acha que:

Gráfico 60: A Constituição brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Você acha que:



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 47: A Constituição brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Você acha que:

A Constituição brasileira estabelece que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Você acha que:				
FAIXA ETÁRIA	Todos são iguais perante a Lei	Não há igualdade perante a Lei	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	96 (24,18%)	297 (74,81%)	4 (1,01%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	85 (19,68%)	346 (80,09%)	0 (0%)	1 (0,23%)
De 35 a 44 anos	92 (24,6%)	282 (75,4%)	0 (0%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	98 (21,12%)	363 (78,23%)	2 (0,43%)	1 (0,22%)
De 60 ou mais	73 (21,92%)	255 (76,58%)	4 (1,2%)	1 (0,3%)
Total	444 (22,2%)	1543 (77,15%)	10 (0,5%)	3 (0,15%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

A maioria dos brasileiros, 77,15%, afirma que não há igualdade perante a lei, que as pessoas são tratadas de maneira diferente, não partindo do pressuposto legal. Para os mais novos essa afirmação é ainda maior, 77,45%, se comparada com os mais velhos, 77,58%, mas a diferença percentual é baixa, 0,13%, apesar de este tratamento ser garantido por lei, os brasileiros em sua maioria não veem isso na prática.

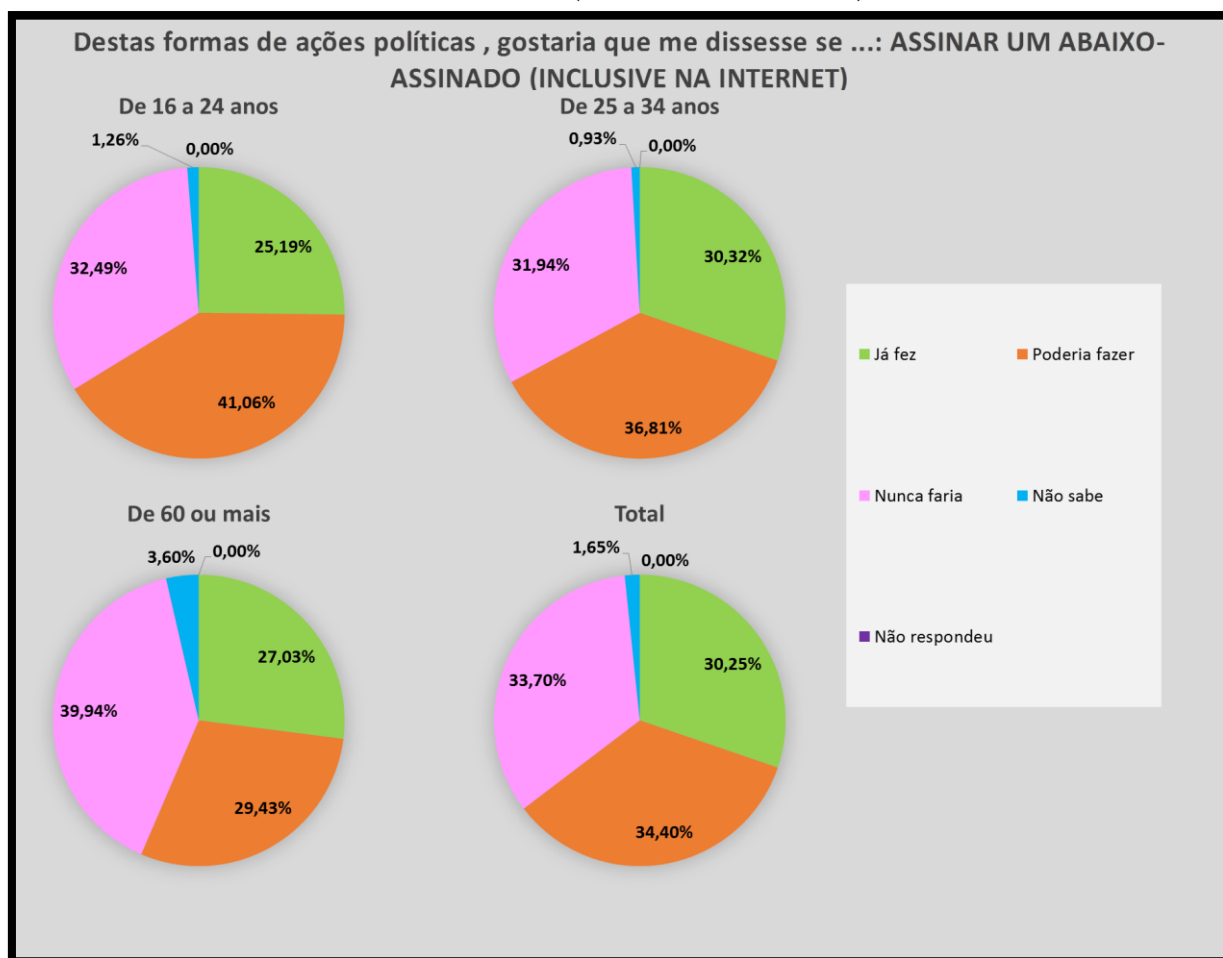
Apesar do princípio “todos são iguais perante a lei” estar no *caput* do artigo 5.º da Constituição Federal, não discriminando natureza, não inviabilizando direito à vida, à liberdade, propriedade privada, segurança e igualdade, Aristóteles, um dos autores base dessa tese, aponta a diferenciação clara do que ocorre na humanidade e isso pode ser trazido para o contexto brasileiro.

Pensa-se, por exemplo, que justiça é igualdade – e de fato é, embora não o seja para todos, mas somente para aqueles que são iguais entre si; também se pensa que a desigualdade pode ser justa, e de fato pode, embora não para todos, mas somente para aqueles que são desiguais entre si. Para pessoas iguais o honroso e justo consiste em ter a parte que lhes cabe, pois nisto consistem a igualdade e a identificação entre pessoas; dar, porém, o desigual a iguais, e o que não é idêntico a pessoas identificadas entre si, é contra a natureza, e nada contrário à natureza é bom. (ARISTÓTELES, 1997).

Igualdade para os iguais entre si, o que ocasiona a desigualdade para os desiguais, não é existente a igualdade aos desiguais, essa é a natureza prática que a população brasileira enxerga. Desse modo, várias formas de protestos e maneiras de ações políticas ocorrerem de

maneiras variadas. Para traçar um perfil de ações políticas dos brasileiros a abordagem foi: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: assinar um abaixo-assinado (inclusive na *internet*).

Gráfico 61: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: assinar um abaixo-assinado (inclusive na internet)



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

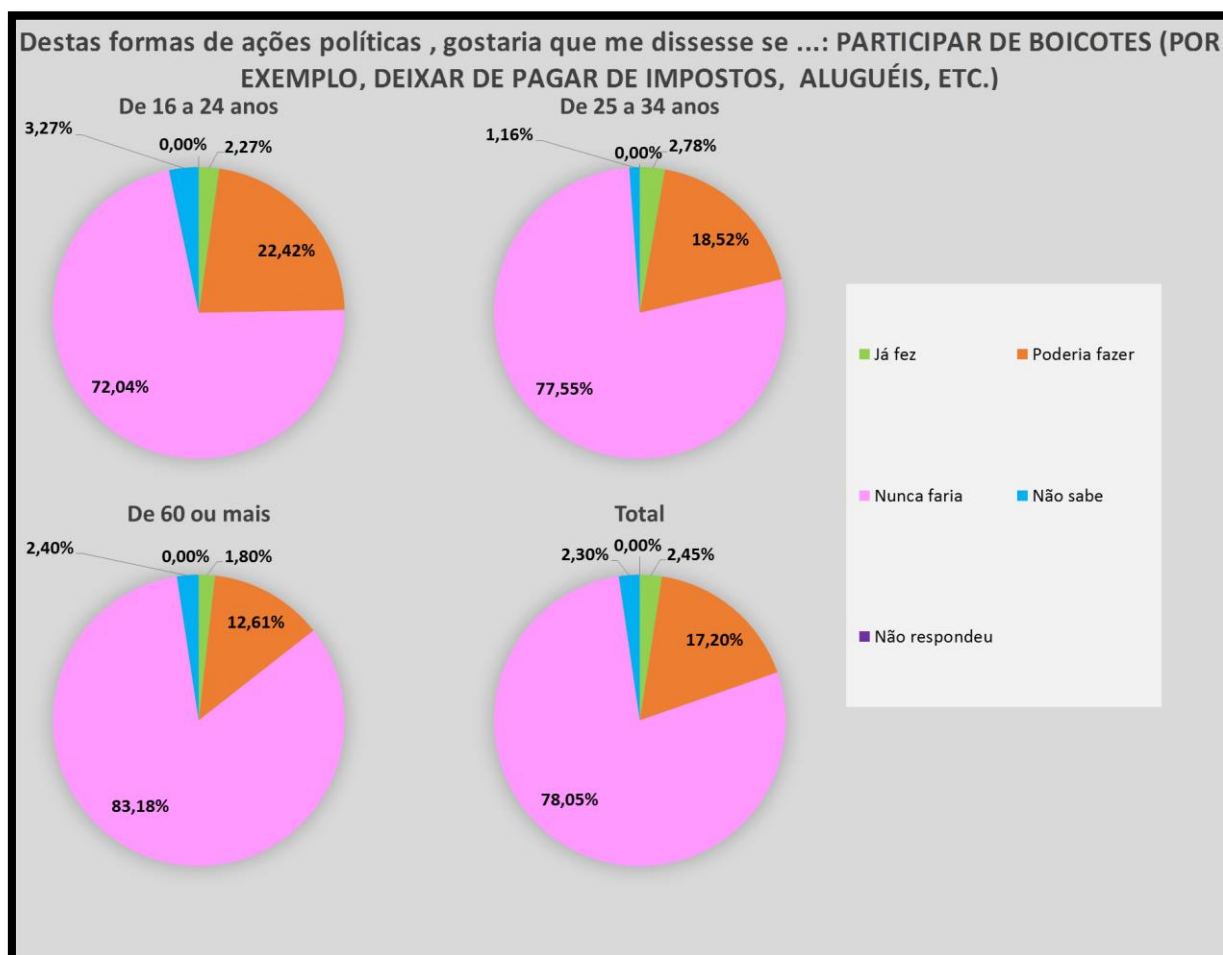
Tabela 48: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: assinar um abaixo-assinado (inclusive na internet)

Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...: ASSINAR UM ABAIXO-ASSINADO (INCLUSIVE NA INTERNET)					
FAIXA ETÁRIA	Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	100 (25,19%)	163 (41,06%)	129 (32,49%)	5 (1,26%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	131 (30,32%)	159 (36,81%)	138 (31,94%)	4 (0,93%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	123 (32,89%)	125 (33,42%)	119 (31,82%)	7 (1,87%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	161 (34,7%)	143 (30,82%)	155 (33,41%)	5 (1,08%)	0 (0%)
De 60 ou mais	90 (27,03%)	98 (29,43%)	133 (39,94%)	12 (3,6%)	0 (0%)
Total	605 (30,25%)	688 (34,4%)	674 (33,7%)	33 (1,65%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

A maioria da população brasileira, 64,65%, afirma que já fez ou poderia fazer um abaixo assinado e essa afirmação fica mais clara para os mais novos, 66,69%, se comparado com os mais velhos 56,46%. Efetivamente já ter feito também os mais novos se sobressaem aos mais velhos, mesmo tendo vivido menos tempo, o que possibilita menos chances efetivas ao longo da vida, a juventude participou de abaixo assinados 0,72% a mais.

**Gráfico 62: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...:
PARTICIPAR DE BOICOTES (POR EXEMPLO, DEIXAR DE PAGAR DE
IMPOSTOS, ALUGUÉIS, ETC.)**



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

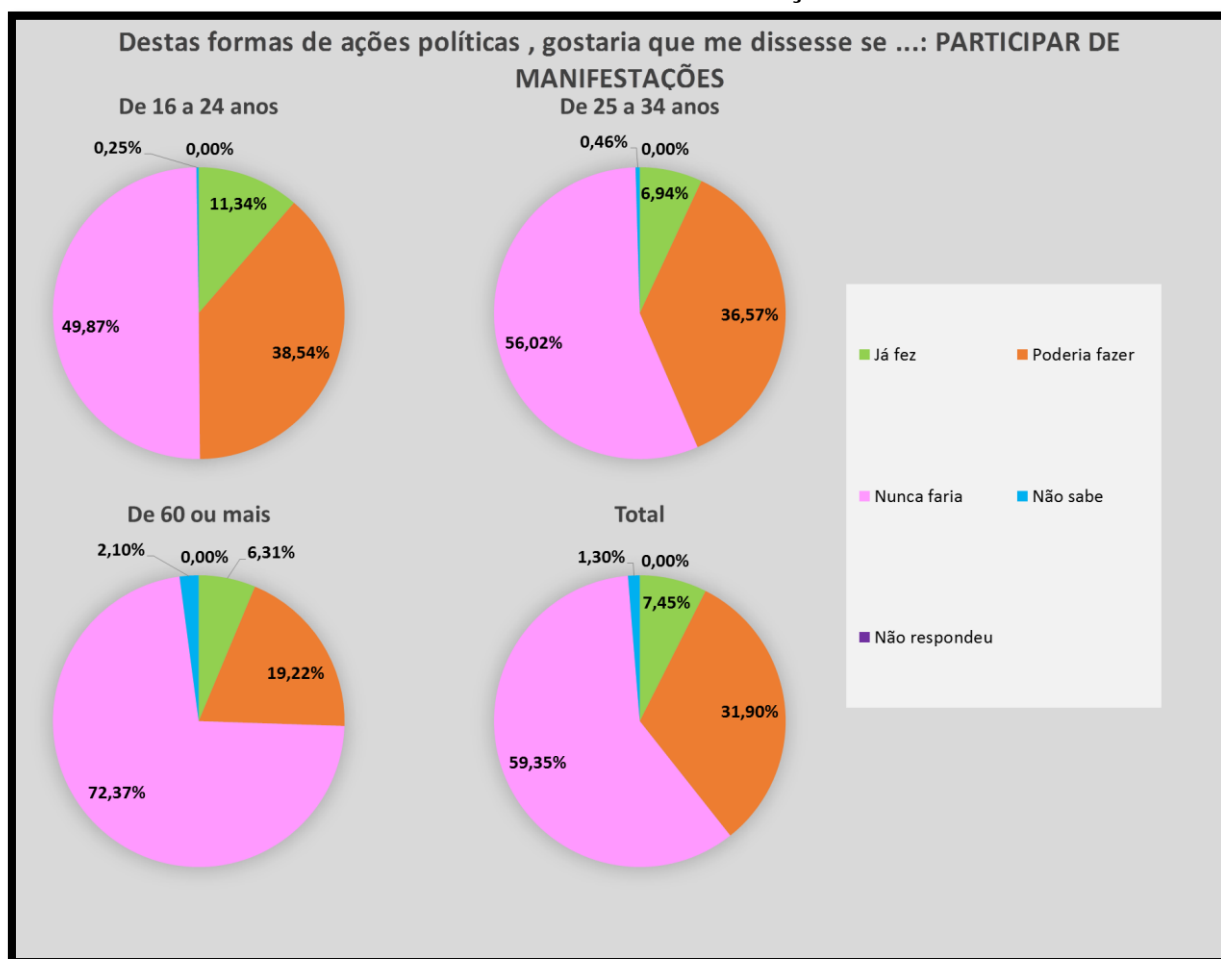
**Tabela 49: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...:
PARTICIPAR DE BOICOTES (POR EXEMPLO, DEIXAR DE PAGAR DE
IMPOSTOS, ALUGUÉIS, ETC.)**

Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...: PARTICIPAR DE BOICOTES (POR EXEMPLO, DEIXAR DE PAGAR DE IMPOSTOS, ALUGUÉIS, ETC.)					
FAIXA ETÁRIA	Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	9 (2,27%)	89 (22,42%)	286 (72,04%)	13 (3,27%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	12 (2,78%)	80 (18,52%)	335 (77,55%)	5 (1,16%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	17 (4,55%)	64 (17,11%)	284 (75,94%)	9 (2,41%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	5 (1,08%)	69 (14,87%)	379 (81,68%)	11 (2,37%)	0 (0%)
De 60 ou mais	6 (1,8%)	42 (12,61%)	277 (83,18%)	8 (2,4%)	0 (0%)
Total	49 (2,45%)	344 (17,2%)	1561 (78,05%)	46 (2,3%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Fazer algum tipo de boicote ao governo como por exemplo deixar de pagar impostos, alugueis, entre outros, não é uma forma de ação política escolhida pela maioria da população brasileira, 78,05% afirmam que nunca agiriam dessa maneira. Por outro lado, os mais novos estão um pouco mais apitos a agir assim do que os mais velhos, para essa faixa etária, 83,18% não faria, e 74,79% dos mais novos não faria, ou seja, os mais novos estão um pouco mais abertos a esse tipo de atuação.

**Gráfico 63: Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...:
PARTICIPAR DE MANIFESTAÇÕES**



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

**Tabela 50: Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...:
PARTICIPAR DE MANIFESTAÇÕES**

**Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...: PARTICIPAR DE
MANIFESTAÇÕES**

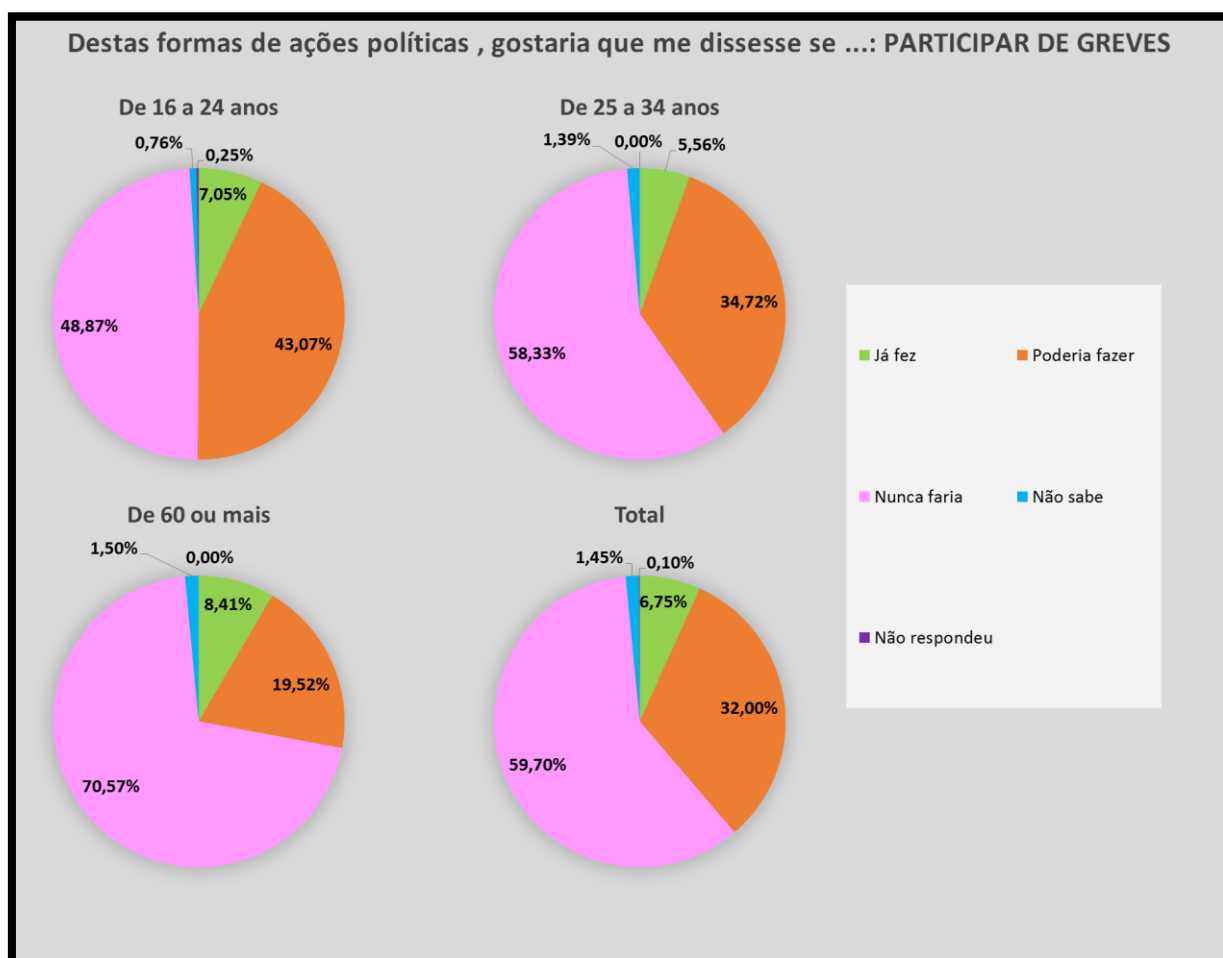
FAIXA ETÁRIA	Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	45 (11,34%)	153 (38,54%)	198 (49,87%)	1 (0,25%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	30 (6,94%)	158 (36,57%)	242 (56,02%)	2 (0,46%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	33 (8,82%)	124 (33,16%)	211 (56,42%)	6 (1,6%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	20 (4,31%)	139 (29,96%)	295 (63,58%)	10 (2,16%)	0 (0%)
De 60 ou mais	21 (6,31%)	64 (19,22%)	241 (72,37%)	7 (2,1%)	0 (0%)
Total	149 (7,45%)	638 (31,9%)	1187 (59,35%)	26 (1,3%)	0 (0%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Novamente a maioria da população brasileira afirma que nunca participaria de algum tipo de *Manifestação* 59,34%, mas os mais novos estão mais aptos a fazer essa participação do que os mais velhos. 25,53% dos mais velhos afirmam que participariam ou já participaram, contra 46,69% dos mais novos que fariam ou já fizeram esse ato, mesmo os mais velhos tendo, possivelmente, mais oportunidades nessas participações, por terem vivido mais tempo.

Outro tipo de participação abordado foi a participação em greves; para esse tópico a questão foi estruturada da seguinte forma: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: participar de greves.

Gráfico 64: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: participar de greves



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 51: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: participar de greves

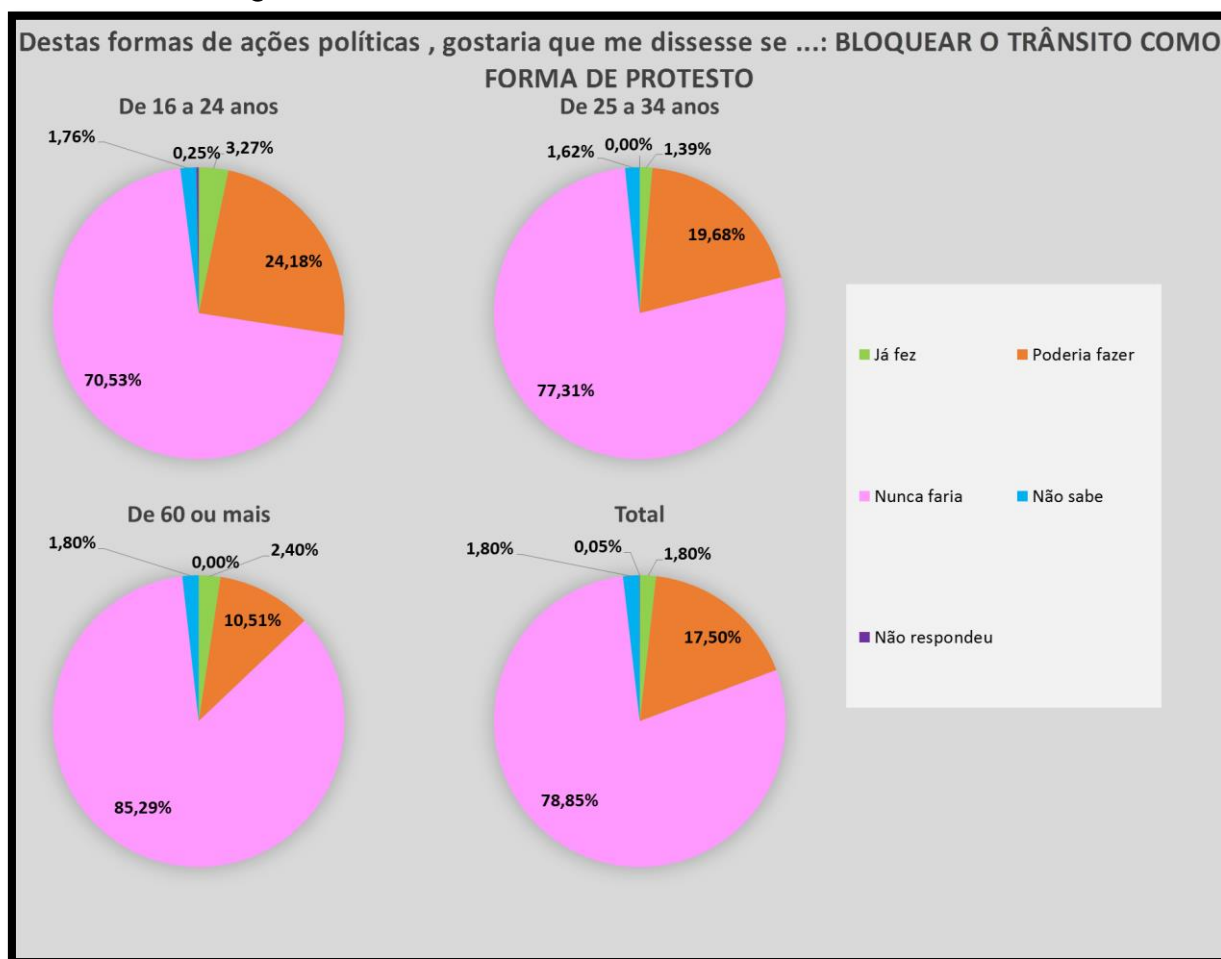
Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...: PARTICIPAR DE GREVES					
FAIXA ETÁRIA	Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	28 (7,05%)	171 (43,07%)	194 (48,87%)	3 (0,76%)	1 (0,25%)
De 25 a 34 anos	24 (5,56%)	150 (34,72%)	252 (58,33%)	6 (1,39%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	22 (5,88%)	128 (34,22%)	218 (58,29%)	5 (1,34%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	33 (7,11%)	126 (27,16%)	295 (63,58%)	10 (2,16%)	0 (0%)
De 60 ou mais	28 (8,41%)	65 (19,52%)	235 (70,57%)	5 (1,5%)	0 (0%)
Total	135 (6,75%)	640 (32%)	1194 (59,7%)	29 (1,45%)	2 (0,1%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

A maioria dos brasileiros, 59,70%, afirma que nunca participaria de uma greve. Igualmente os mais novos estão mais propensos à estruturar greves, 45,2% dos mais novos afirmam que já fizeram ou fariam greves, e somente 27,39% dos mais velhos tem essa mesma visão.

Bloquear o trânsito como forma de protesto não é uma escolha evidente na população brasileira. Quando questionou-se sobre esse assunto, as respostas se alocam deste modo:

Gráfico 65: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: BLOQUEAR O TRÂNSITO COMO FORMA DE PROTESTO



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 52: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: BLOQUEAR O TRÂNSITO COMO FORMA DE PROTESTO

Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...: BLOQUEAR O TRÂNSITO COMO FORMA DE PROTESTO

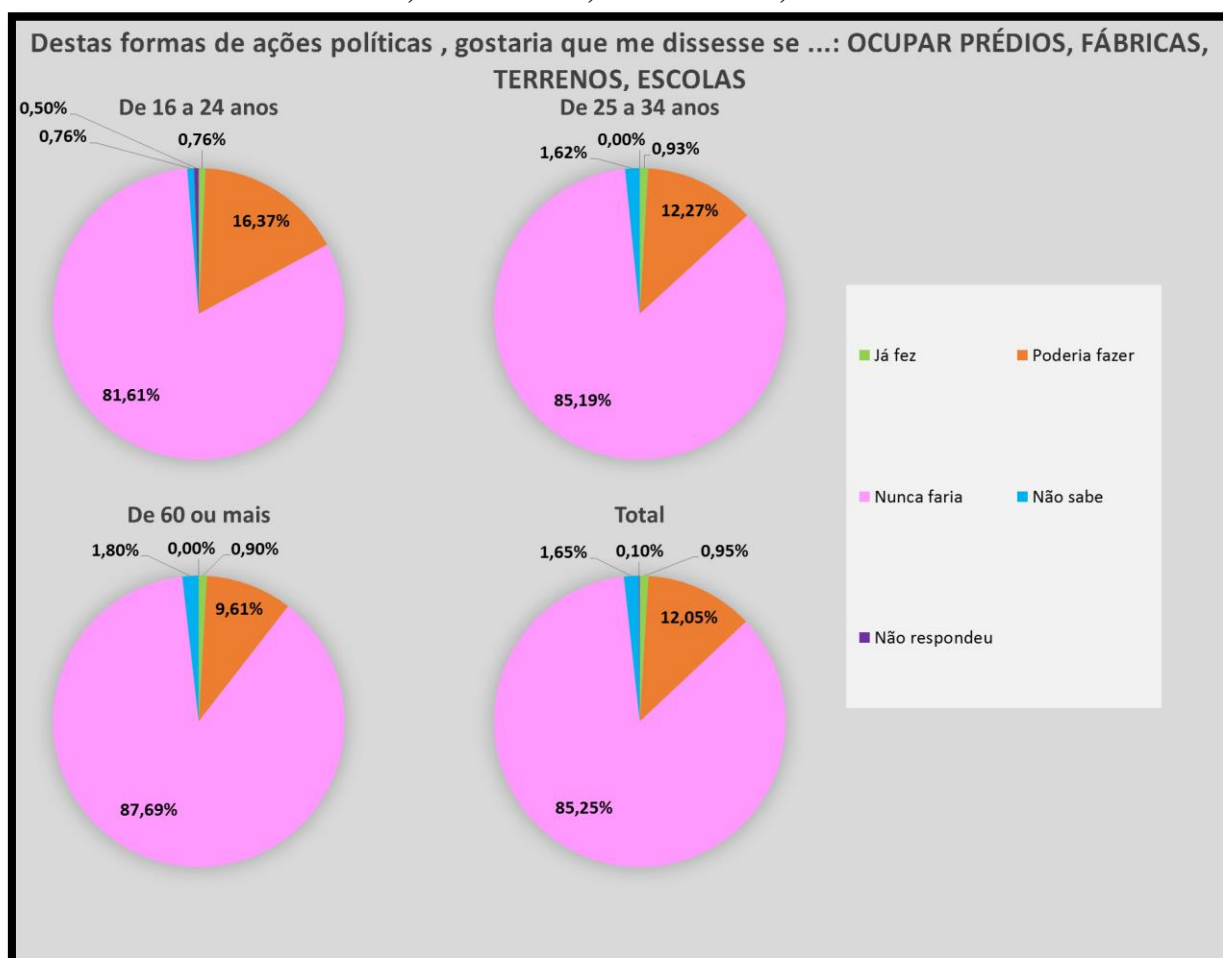
FAIXA ETÁRIA	Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	13 (3,27%)	96 (24,18%)	280 (70,53%)	7 (1,76%)	1 (0,25%)
De 25 a 34 anos	6 (1,39%)	85 (19,68%)	334 (77,31%)	7 (1,62%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	5 (1,34%)	66 (17,65%)	296 (79,14%)	7 (1,87%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	4 (0,86%)	68 (14,66%)	383 (82,54%)	9 (1,94%)	0 (0%)
De 60 ou mais	8 (2,4%)	35 (10,51%)	284 (85,29%)	6 (1,8%)	0 (0%)
Total	36 (1,8%)	350 (17,5%)	1577 (78,85%)	36 (1,8%)	1 (0,05%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Grande parte dos brasileiros mais velhos nunca participou de bloqueios de trânsito em busca de uma forma de protesto, 85,29%, os mais novos se remetem a 73,92%, entretanto uma pequena parcela da população brasileira já fez esse ato político alguma vez na vida, 1,8%.

O último ponto abordado pela pesquisa aos brasileiros foi a ocupação de prédios, fábricas, terrenos e escolas como forma de ação política. Para tal foi indagado dessa forma: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: ocupar prédios, fábricas, terrenos, escolas.

Gráfico 66: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: OCUPAR PRÉDIOS, FÁBRICAS, TERRENOS, ESCOLAS



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 53: Destas formas de ações políticas, gostaria que me dissesse se ...: OCUPAR PRÉDIOS, FÁBRICAS, TERRENOS, ESCOLAS

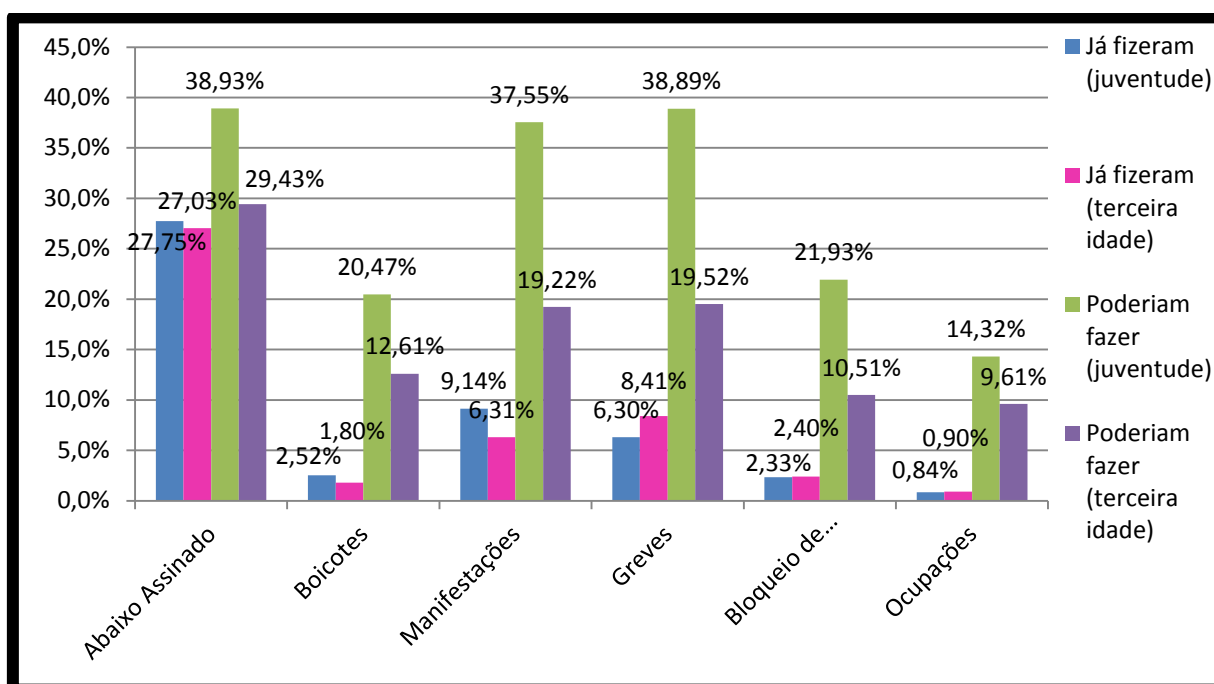
Destas formas de ações políticas , gostaria que me dissesse se ...: OCUPAR PRÉDIOS, FÁBRICAS, TERRENOS, ESCOLAS					
FAIXA ETÁRIA	Já fez	Poderia fazer	Nunca faria	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	3 (0,76%)	65 (16,37%)	324 (81,61%)	3 (0,76%)	2 (0,5%)
De 25 a 34 anos	4 (0,93%)	53 (12,27%)	368 (85,19%)	7 (1,62%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	4 (1,07%)	40 (10,7%)	324 (86,63%)	6 (1,6%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	5 (1,08%)	51 (10,99%)	397 (85,56%)	11 (2,37%)	0 (0%)
De 60 ou mais	3 (0,9%)	32 (9,61%)	292 (87,69%)	6 (1,8%)	0 (0%)
Total	19 (0,95%)	241 (12,05%)	1705 (85,25%)	33 (1,65%)	2 (0,1%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

A forma de ocupação a lugares como escolas, terrenos, etc, foi a forma menos escolhida pelos brasileiros dentre todas as outras apresentadas. 85,25% da população afirma que nunca fariam esse ato em busca de uma ação política. Mas, outra vez, os mais novos estão mais propensos a fazer ou já fizeram esse ato mais que os mais velhos, 15,16% e 10,51% respectivamente.

O gráfico resumo foi construído em busca de provar que os mais novos estão mais propensos ou já fizeram mais atuações políticas que os mais velhos, mesmo tendo menos tempo de vida. Nesse comparativo pode ficar claro que a participação da juventude fica mais evidente que a dos mais velhos, isso em ações políticas de maneira geral.

Gráfico 67: Resumo das participações sociais como forma de ações políticas



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Em síntese, como pode ser observado, para todos os tipos de ações políticas que foram questionadas a juventude está mais propensa a participar do que os mais velhos, principalmente a barra verde do gráfico, referente às respostas de que poderiam fazer; a juventude aparece em maior quantidade em todos os itens demonstrados. Por outro lado, as participações efetivas estão basicamente empadas, em três delas (abaixo assinado, boicotes e *Manifestações*) os mais novos estão mais presentes e nas três outras (Greves, bloqueios e ocupações) os mais velhos aparecem como mais participativos. Entretanto essa maior participação dos mais velhos nos três últimos pontos não se apresenta tão dispare. Não podendo deixar de levar em conta o tempo de vida que possibilita maiores e menores oportunidades de participação. Assim, pode-se afirmar que a juventude brasileira participa e está mais predisposta a participar de ações coletivas do que os mais velhos.

ÚLTIMAS PERCEPÇÕES – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base de observação os dados da população brasileira com recorte na juventude, na presente pesquisa busca-se observar o porque que as pessoas se uniram em 2013 e 2015 para reivindicar várias coisas ao mesmo tempo, sem algo homogêneo e conciso, sem algo verdadeiramente claro, sem representações oficiais de líderes.

Existem algumas explicações que se configuram como “chave” e fundamentais para elucidar as *Manifestações*, argumentos que apareceram de maneira explícita em cartazes, cantos e lemas, como por exemplo, insatisfações com relação:

- a) Ao ensino e à educação como um todo;
- b) À saúde;
- c) À segurança;
- d) Aos gastos públicos;
- e) Às condições mínimas de sobrevivência;
- f) Ao salário mínimo;
- g) Aos impostos;
- h) Ao emprego.

Entretanto, a reflexão estruturou-se dessa forma: Se cada grupo solicitava algo diferente, o que fez com que boa parte do Brasil se unisse? O que fez com que pessoas com ideais aparentemente diferenciados, fossem às ruas de uma maneira conjunta solicitando coisas diferentes? O que uniu as pessoas, e na presente discussão, particularmente os jovens?

Posteriormente à análise dos dados coletados pelo NUPPs em 2014, foi possível identificar que a ação coletiva estava também pautada nas relações interpessoais, assim como apresentou Olson, ou seja, as pessoas se uniram em busca de relatar e angariar melhoras tanto coletivas quanto pessoais.

O foco não estruturou-se nas bases das explicações específicas de cada grupo, não que elas não tivessem surgido ao longo das análises, mas não se tornaram a centralidade, pelo contrário, só se estruturaram como embasamentos para se chegar ao foco central da explicação com relação às *Manifestações* em questão: **falta de confiança**, algo muito mais amplo que está por trás de todos os pontos colocados pelos manifestantes.

A confiança traz consigo o sentimento de credo à sinceridade, na retidão, no caráter, na lealdade, na crença em si mesmo ou em outras pessoas. Ela ocorre na intimidade, na demonstração de familiaridade (DICIO, 2015).

A própria etimologia da palavra já explica o significado poderoso e difícil de ser alcançado: “Ela vem do Latim *confidentia*, “confiança”, de *confidere*, “acreditar plenamente, com firmeza”, formada por COM, intensificativo, mais FIDERE, “acreditar, crer”, que deriva de *fides*, “fé”.” (SANTOS, 2010). Portanto, para que a confiança seja atingida de uma pessoa para a outra ou para com instituições é preciso que haja um processo de identificação de ações, valores, voltados para a sinceridade, a retidão das ações e o cumprimento das propostas colocadas previamente em qualquer tipo de relação.

Nas Ciências Sociais, a confiança passa a ser estudada e necessária em momentos relacionados às incertezas e às imprevisibilidades existentes no dia a dia de um mundo globalizado, às complexidades do cotidiano. A confiança atua no conhecimento limitado “sobre os processos de tomada de decisões coletivas e as ações de governos que afetam a vida das pessoas” (MOISÉS, 2005, p. 82 e 83).

Para a coordenação social, o Estado Moderno (que se realizou na contemporaneidade) tem como demanda a cooperação social, entretanto, para que as pessoas se deixem coordenar e para que elas cooperem é necessário que haja a “previsão sobre o comportamento dos outros e sobre o funcionamento de regras, normas e instituições que condicionam esse comportamento [...]” (MOISÉS, 2005, p. 83), ou seja a confiança.

Com orientações diferenciadas, correntes teóricas que abordam a confiança acrescentam que esta é necessária ao funcionamentos das sociedades complexas, desiguais e diferenciadas; esses conceitos divergem desse modo:

a) Para os racionalistas (Russell Hardin) a confiança está permeada pela expectativa racional do indivíduo confiante para com as ações do indivíduo confiado. Só é gerada a desconfiança quando o confiado não levar em consideração os interesses do confiante. O confiante possui “garantia” sobre as ações do confiado, pois os interesses de ambos serão levados em consideração pelo confiado, o que passa a gerar benefícios comuns (MOISÉS, 2005).

Não foi difícil identificar nos dados apresentados no capítulo anterior a maioria da população brasileira apontar que os governantes não pensam na pluralidade da população e que agem conforme interesses deles mesmos, e não da população em geral. A disparidade de interesses acaba gerando a desconfiança.

b) Para os que defendem o modelo de “cultura cívica” (Almond & Verba) o indivíduo tem uma capacidade cognitiva limitada, e não tem a possibilidade de acessar qualitativa e quantitativamente de maneira profunda o que seria essencial para a tomada de decisões nas sociedades contemporâneas, momento no qual entraria a necessidade da confiança, a qual ganharia forças pela impossibilidade de mobilização de “recursos cognitivos requeridos para avaliar as suas habilidades e julgar as decisões políticas que afetam suas vidas.” (MOISÉS, 2005, p. 84).

Entretanto, mesmo não sendo possível uma análise aprofundada e complexa de todos os setores e atuações relacionadas aos governantes, a maioria dos brasileiros deixou claro que as atuações dos governantes não são compatíveis ao que desejam, e que sabem, mas não de uma maneira amplamente clara, que alguns governantes não estão agindo cívica e eticamente.

c) Os modelos de “capital social” (Putnam), “pós materialismo” (Inglehart), acrescentando ao modelo anterior, que a confiança, tanto social quanto interpessoal, se estrutura a partir de um contexto sócio cultural originador, o qual possibilita valores compartilhados, permitindo a ação em comum e o acúmulo do capital social o que “levaria à acumulação de capital político favorável ao funcionamento de regime democrático.” (MOISÉS, 2005, p. 85). Portanto, a confiança social leva a uma confiança política.

No levantamento dos dados ficou claro que a confiança entre as pessoas no ambiente social está debilitada, o que certamente acabou atingindo a confiança política: a maioria da população brasileira não confia uns nos outros e muito menos nos políticos.

Fica claro leitura dos resultados da pesquisa disponibilizada pelo NUPPs que as pessoas, em geral, não se identificam mais com o âmbito político, quando afirmam que partidos políticos não representam seus pensamentos, assim como não projetam confiança nas atuações do Congresso Nacional. O que evidencia é que as respostas não se referiam somente à última governante (Dilma Roulself) ou ao último partido político em vigência (Partido dos Trabalhadores), mas sim a quase vinte anos de governança na qual houve três mudanças de partidos e quatro mudanças de presidentes. Para a maioria dos brasileiros a corrupção e o tráfico de influências, em específico, não mudaram ou pioraram. Ao longo dos anos a descredibilidade só vem aumentando.

Portanto esse é o foco analítico da presente pesquisa que buscou identificar o que levou as pessoas a participarem dessas ações coletivas. Por que as pessoas se uniram? Por que se interessaram? Por que foram às ruas mesmo com objetivos divergentes?

Utilizando os autores bases para a explicação da participação e ação coletiva, tem-se a aplicabilidade da teoria de Olson, Aristóteles e Durkheim com relação aos dados colhidos na presente pesquisa.

Os sujeitos que participaram das ações coletivas de 2013 e 2015 tinham dois tipos de interesses: o individual e o coletivo. O interesse individual estrutura-se de maneiras diferenciadas; tanto isso foi claro de ser percebido nas *Manifestações* que cada qual apontava necessidades diferentes, como, por exemplo, melhores condições na educação, na saúde, aplicabilidade do dinheiro público não na Copa do Mundo, entre outros pontos que já foram levantados anteriormente. Isso revela a existência da não homogeneidade dos participantes, a qual foi apontada por muitas pessoas como uma reivindicação sem foco, sem uma estrutura de unicidade coletiva.

Entretanto, é possível observar que dentre tantas buscas individuais existiu algo que uniu esses participantes. Esse desejo de protesto ocorreu pela falta de confiança que a população está sentindo perante os órgãos institucionais que a representam. O que uniu, de uma maneira coletiva, não foram reivindicações específicas, mas sim a descrença, a não confiabilidade perante partidos, instituições governamentais e políticos. A união das pessoas, portanto, não foi em busca simplesmente para um bem coletivo, mas também por pontos desejáveis para um objetivo próprio, que poderia, então, ser heterogêneo.

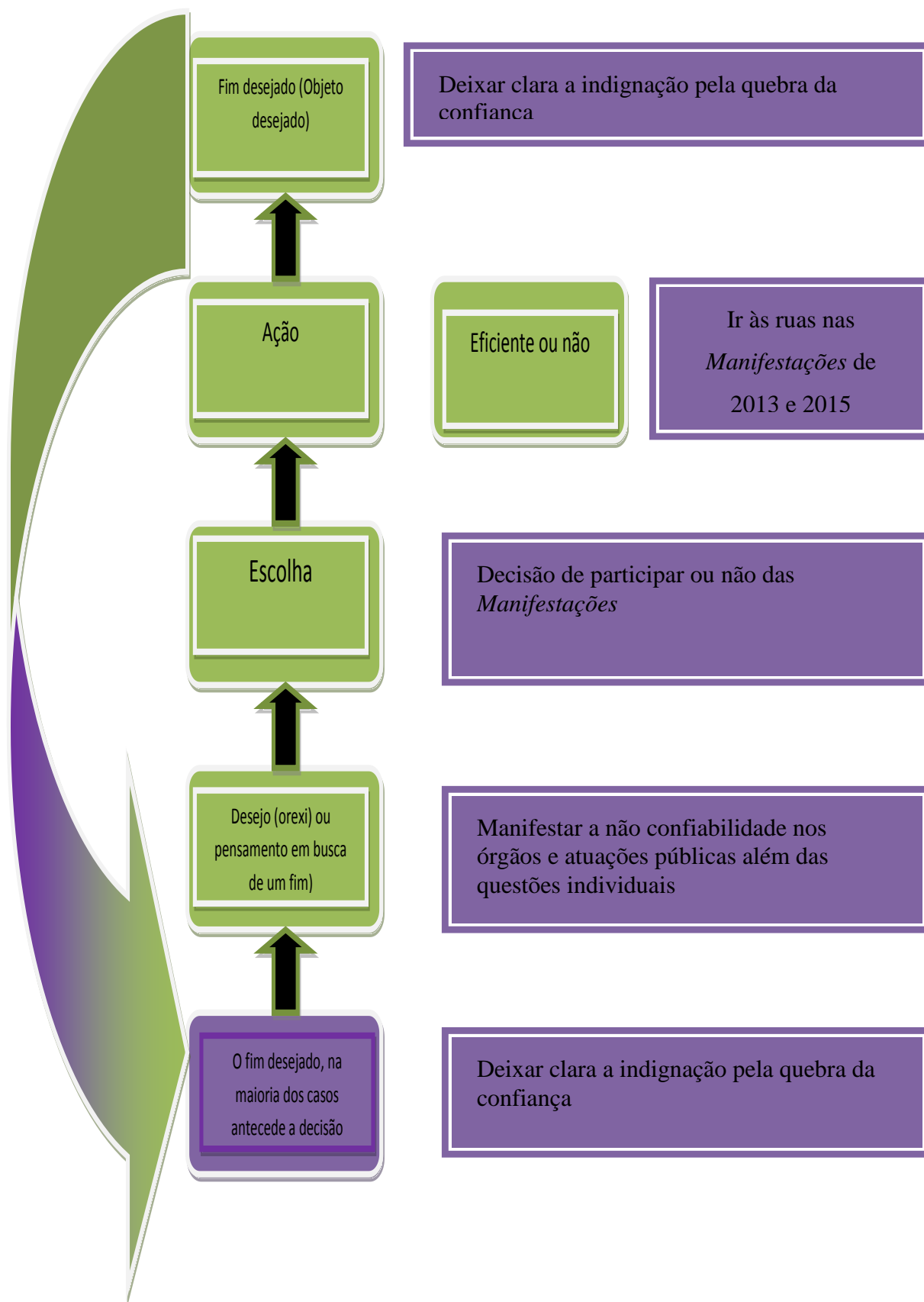
Ocorreram as participações, portanto, em nome tanto do Macro quanto da Microambiente; no Macroambiente permeou-se o nível social, no qual buscou-se consequências à sociedade: reestruturação das ações políticas, melhoria na transparência com relação aos gastos públicos, aplicabilidade direcionada às necessidades de base da população, entre outras, junções de grupos que buscaram modificar e reafirmar padrões sociais. Já o Microambiente foi no retorno pessoal, em forma da decisão de deixar clara a não representatividade, a não confiança e o sentimento desgostoso com as estruturas políticas.

O “embate”, portanto, entre o coletivo e o individual passa a ter a ação coletiva como um sacrifício pessoal, um ônus, representado nesta análise pela aceitação, ou ao menos o entendimento que as reivindicações não seriam igualitárias. Cada participante, portanto, poderia reivindicar o que estava mais intrigante no seu dia a dia, e essa reivindicação poderia entrar em confronto com outras, como por exemplo: onde aplicar e como aplicar o dinheiro público da melhor maneira. Entretanto, a admissão de que esses confrontos seriam possíveis estruturou-se em nome de algo mais profundo, algo se estruturou em busca de gerar a coletividade: a desconfiança nas instituições e pessoas públicas.

Assim, os interesses eram variados, por pertencerem ao âmbito Micro, entretanto os desejos de mudança e o sentimento de descrença podem ser considerados homogêneos. Foi o fim desejado, “deixar clara a indignação pela quebra da confiança depositada aos órgãos públicos e pessoas públicas” o precursor da existência do desejo, da escolha e da ação, pensando nos moldes de Aristóteles.

Fazendo um comparativo da aplicabilidade da teoria, pode mostrar-se dessa maneira:

Figura 8: Fluxograma de Aristóteles aplicado nas *Manifestações*



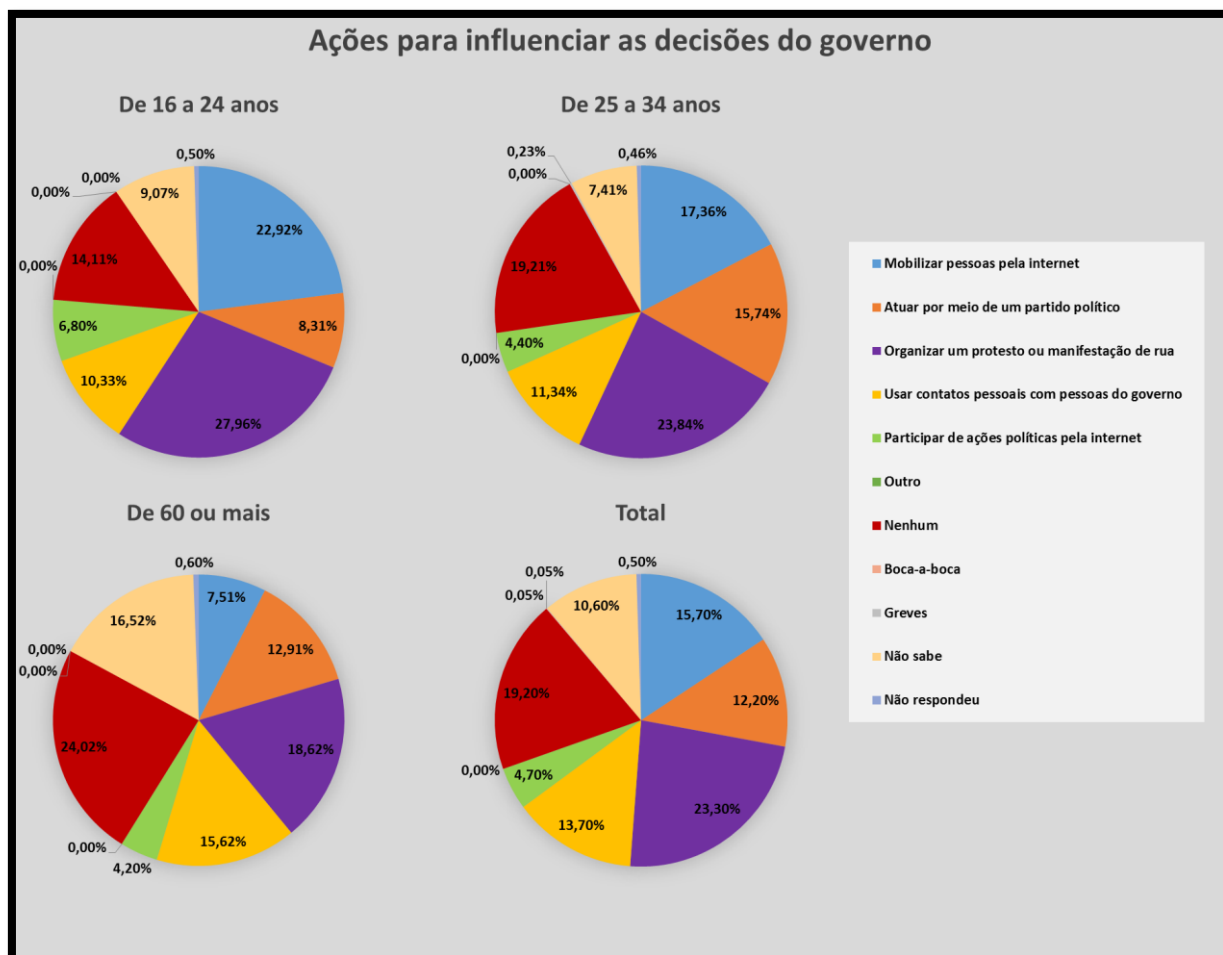
Fonte: adaptado de Aristóteles, 1996.

Por fim, a consciência coletiva e a individual de Aristóteles também estruturam a explicação da ação coletiva. Os estados mentais, que muitas vezes parecem particulares e individuais, já sofreram um processo de coerção e acabaram formando uma consciência coletiva, assim, o todo forma a parte, mas isso não quer dizer que a parte não pode modificar o todo, pelo contrário, existe um processo de transformação e não estagnação na sociedade, é a influência do individual sobre o coletivo e do coletivo sobre o individual, garantindo um entrelaço constante.

É neste contexto que a interiorização da realidade coletiva e a projeção da realidade individual ao coletivo se estruturam, tornando possível uma ação coletiva, que pode, porque não, ter tendências de transformações internas.

A confirmação de que as *Manifestações* trazem essa evidência foi a maneira que os entrevistados responderam com relação às coisas que uma pessoa pode fazer para influenciar nas decisões do governo.

Gráfico 68: No cartão você encontra uma lista de coisas que uma pessoa pode fazer para influenciar nas decisões do governo. Qual destas ações você acha que é a mais eficiente?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Para a estruturação desses gráficos foi questionado aos entrevistados: No cartão você encontra uma lista de coisas que uma pessoa pode fazer para influenciar nas decisões do governo. Qual destas ações você acha que é a mais eficiente?

Na totalidade, organizar um protesto ou *Manifestação* de rua foi a mobilização mais apontada, com 23,30%, a qual ficou muito próxima das pessoas que responderam nenhuma, com 19,20%.

Em terceiro lugar aparece a mobilização de pessoas pela internet 15,70% , assim, com relação à alguma atuação efetiva, mobilizar pessoas pela internet e organizar protestos ou *Manifestações* de rua foram os maiores índices. Em conjunto, totalizaram 61,67%. O que ficou claro nas ruas do Brasil em 2013 e 2015, ou seja, mobilização via internet e ocupação

das ruas. Como pode ser observado nos gráficos, os mais novos tendem a estar em maior acordo com esses dois pontos, os quais se reduzem significativamente para os que possuem 60 anos ou mais e para esses o que amplia é o tópico “Usar contatos pessoas com pessoas do governo”.

Os mais velhos, por terem um maior tempo de vida acabam conhecendo mais pessoas e tendo uma amplitude de relacionamentos, diferente dos mais novos, que normalmente não tem um *network* grande, pois estão no início de vida e carreira. Dessa maneira, a alternativa que mais se encaixa para os mais novos é se juntarem, irem as ruas, e usando um dos principais meios de comunicação do século XXI, que é a internet. Em número absoluto:

Tabela 54: No cartão você encontra uma lista de coisas que uma pessoa pode fazer para influenciar nas decisões do governo. Qual destas ações você acha que é a mais eficiente?

Ações para influenciar das decisões do governo										
FAIXA ETÁRIA	Mobilizar pessoas pela internet	Atuar por meio de um partido político	Organizar um protesto ou Manifestação de rua	Usar contatos pessoais com pessoas do governo	Participar de ações políticas pela internet	Nenhum	Boca-a-boca	Greves	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	91 (22,92%)	33 (8,31%)	111 (27,96%)	41 (10,33%)	27 (6,8%)	56 (14,11%)	0 (0%)	0 (0%)	36 (9,07%)	2 (0,5%)
De 25 a 34 anos	75 (17,36%)	68 (15,74%)	103 (23,84%)	49 (11,34%)	19 (4,4%)	83 (19,21%)	0 (0%)	1 (0,23%)	32 (7,41%)	2 (0,46%)
De 35 a 44 anos	64 (17,11%)	41 (10,96%)	93 (24,87%)	52 (13,9%)	18 (4,81%)	65 (17,38%)	0 (0%)	0 (0%)	40 (10,7%)	1 (0,27%)
De 45 a 59 anos	59 (12,72%)	59 (12,72%)	97 (20,91%)	80 (17,24%)	16 (3,45%)	100 (21,55%)	1 (0,22%)	0 (0%)	49 (10,56%)	3 (0,65%)
De 60 ou mais	25 (7,51%)	43 (12,91%)	62 (18,62%)	52 (15,62%)	14 (4,2%)	80 (24,02%)	0 (0%)	0 (0%)	55 (16,52%)	2 (0,6%)
Total	314 (15,7%)	244 (12,2%)	466 (23,3%)	274 (13,7%)	94 (4,7%)	384 (19,2%)	1 (0,05%)	1 (0,05%)	212 (10,6%)	10 (0,5%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Nesta totalidade de reivindicação, a realidade de não confiança e não se sentir representado pelos órgãos públicos, em sua maioria, se contextualizou, pois assim como discutido anteriormente por Berger e Luckmann, 2003, a realidade da vida cotidiana se origina no pensamento e nas ações dos homens comuns, fazendo com que o mundo externo construa a realidade do indivíduo, o externo aqui representado pelo contexto social em que o indivíduo está inserido, o qual modela o indivíduo que passa a se sentir inserido em um

modelo real, sendo um pouco difícil conseguir enxergar que existem outras realidades, pois aquele passa a ser um padrão de vida, portanto tomado como correto.

A formação, portanto, da realidade dos indivíduos é social, mas não somente, é possível que o indivíduo também a transforme e assim sucessivamente. Nos contextos das *Manifestações*, o exterior agiu dessa maneira: o coletivo que se insere no indivíduo, e o indivíduo que pode se modificar e modificar a conjuntura social.

A falta de crença, de confiabilidade nos políticos não se estrutura como uma unicidade, especificamente aos políticos. Essa falta de confiança está em um contexto genérico dos brasileiros, em um contexto comum, à sociedade como um todo.

Entretanto, há de se observar nas *Manifestações* que a consciência coletiva, que é formada, conforme Durkheim, por um processo de coerção, é uma junção de realidades pela qual os indivíduos transitam o que causa um deslocamento de atenções.

São essas atenções diversificadas que fazem com que cada indivíduo necessite de coisas diferentes e reivindiquem por essas coisas, mas em um contexto geral está reivindicando pela falta de representatividade, pela falta de confiança, e essa sim é a realidade que prevalece Predomina de uma maneira tão veemente que esse sentimento não é somente perante os políticos, mas sim entre as pessoas em geral, na convivência humana, com raras duas exceções: a família e os amigos, este último sendo perdido cada vez mais, ou seja, desestrutura na confiança social e na confiança política.

Entretanto, assim como afirma José Álvaro Moisés, 2005, a questão sobre confiança política não é tão simples assim.

A premissa de que a confiança social gera a confiança política tem de enfrentar a objeção segundo a qual a democracia nasceu da desconfiança de que quem tem o poder não é confiável, e de que os procedimentos habituais usados para mantê-lo precisam ser controlados para se evitar seu abuso. [...] a democracia implica em supervisão e monitoramento do exercício do poder pelos cidadãos. Ou seja, ela implica em desconfiança e [...] opera com normas e instituições desenhadas para que os riscos de origem possam ser controlados. (MOISÉS, 2005, p. 85).

Por conta da impossibilidade de controle integral dos conflitos de interesses, regras, padrões civilizatórios e instituições que os garantam fazem parte da estrutura da democracia a qual lança mecanismos – como três poderes, prestação de contas obrigatórias, liberdade de expressão, eleições, entre outros – que estão fundamentados na desconfiança.

Entretanto, para que essa totalidade se concretize os cidadãos devem aceitar que as regras estruturam o direito de controlar as decisões e atuações governamentais que geram desconfiança. “Ou seja, a institucionalização da desconfiança supõe a existência de uma cultura de confiança para funcionar e são as instituições democráticas que tornam isso possível.” (MOISÉS, 2005, p. 86).

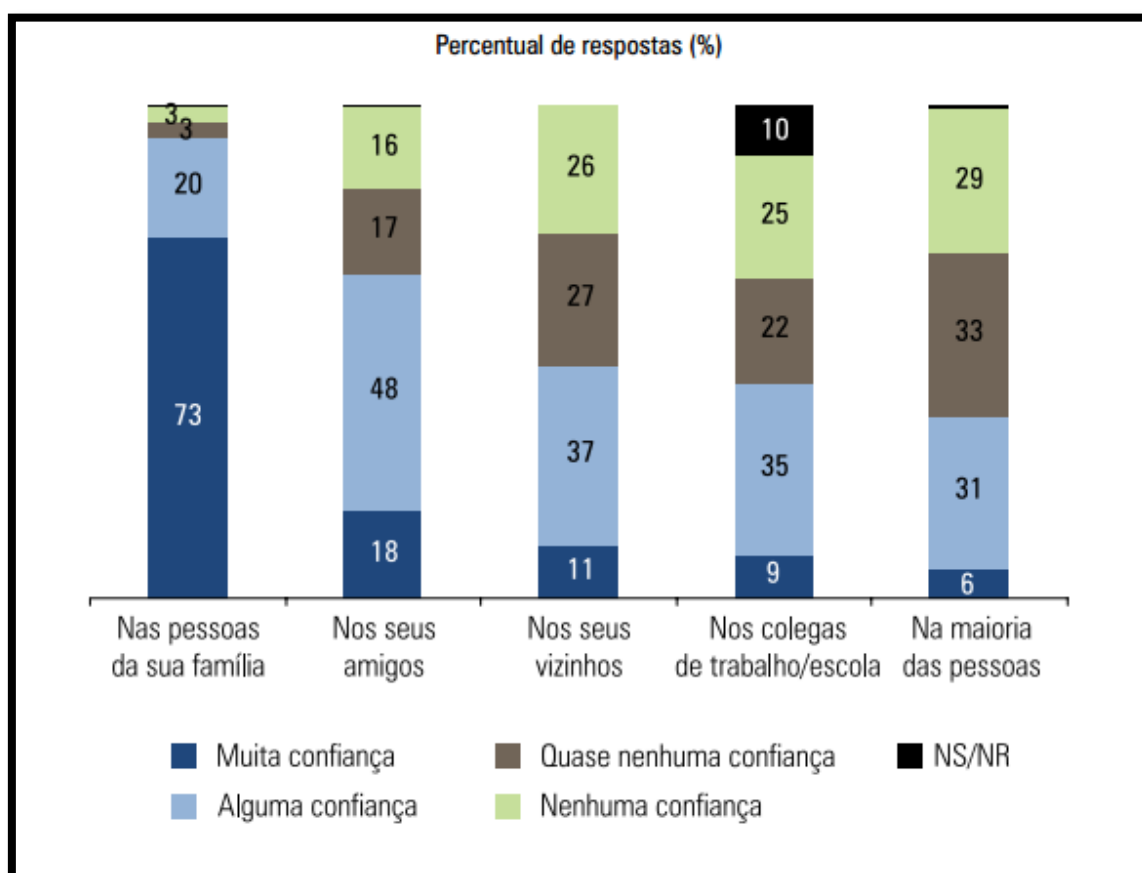
De qualquer maneira, seja na explicação da confiança pelos “materialistas”, pelos modelos de “capital cultural”, de “pós-materialismo”, de “cidadãos críticos”, entre outros, a confiança entre as pessoas deve existir. Assim, a desconfiança em geral não poderia e nem deveria ser um senso comum, pois para garantir a existência da democracia é preciso previamente confiar que as regras a garantirão e essa não existência acaba por não garantir a eficiência da democracia. Essa é uma das explicações de porque uma relevante parte da população reflete sobre a volta de uma ditadura.

Entretanto, o que fez com que as pessoas não acreditassem mais umas nas outras? Será que já houve um tempo em que a crença política existia? E a crença entre as pessoas?

Se a análise social for estruturada fica claro que essa confiança entre as pessoas está cada dia mais diminuindo, os acontecimentos políticos voltados para a corrupção estão ainda mais explícitos, e as formas de relacionamento entre as pessoas também passam por vários episódios de corrupção, mesmo entre amigos, e menos entre a família, entretanto isso ocorre constantemente.

Para um esclarecimento numérico sobre essa desconfiança tem-se:

Gráfico 69: Nível de confiança dos brasileiros em relação a grupos próximos de pessoas



Fonte: CNI, 2014

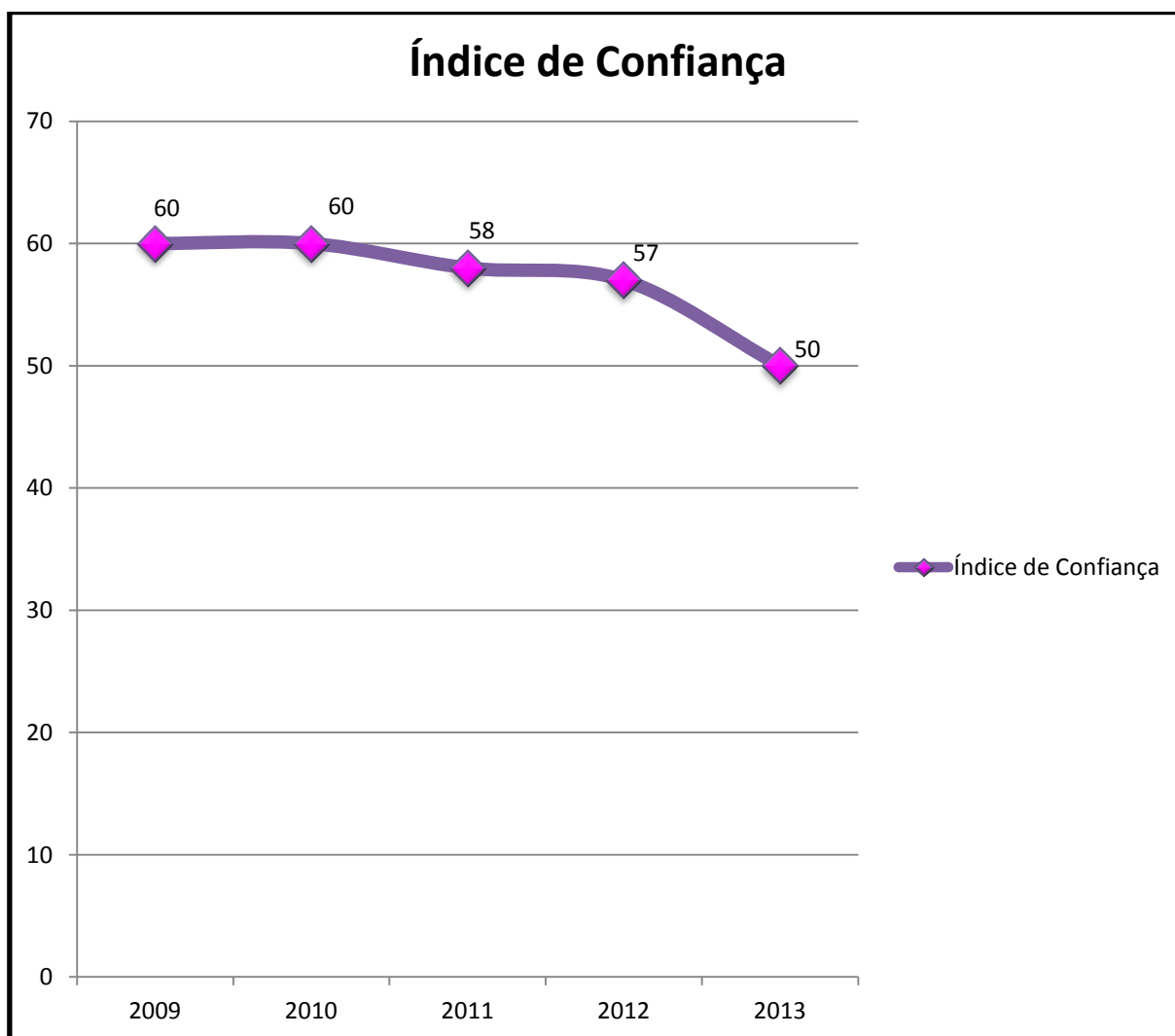
A pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria, a qual é vinculada ao IBOPE, foi realizada no ano de 2012 com 2002 pessoas em 143 municípios; exhibe essa falta de confiança entre as pessoas, tendo uma oposição clara entre a confiança com relação aos familiares e a confiança para com a maioria das pessoas, muita ou alguma confiança com 93% e 37% respectivamente. Além disso, 82% dos entrevistados afirmaram que a maioria das pessoas só quer tirar vantagem.

É necessário ressaltar que a juventude está na gama dos mais desconfiados; para as pessoas que tem entre 16 e 24 anos 67% afirmam não ter confiança ou quase nenhuma confiança nas pessoas, já para os maiores de 50 anos esse percentual cai para 57.

O Índice de Confiança Social (ICS), medido pelo IBOPE Inteligência exhibe a clara diminuição da confiança entre os brasileiros, de 2012 para 2013, tanto com relação aos setores públicos, privados quanto à sociedade civil. “A perda mais relevante ocorre na confiança na Presidente da República, que passa de 63 para 42 pontos (em uma escala que vai de 0 a 100)

em relação a 2012. Os bombeiros, que tradicionalmente ocupam o topo do ranking, continuam em primeiro lugar, mas seu índice também diminuiu: de 83 para 77 pontos. O sistema público de saúde, por sua vez, registra queda de 10 pontos e passa de 42 para 32.” (IBOPE, 2013).

Gráfico 70: Índice geral de confiança dos brasileiros de 2009 a 2013



Fonte: Adaptado de IBOPE, 2013.

De 2009 para 2013 o Índice de Confiança diminuiu em 10%, de 60 para 50, e essa tendência de diminuição está apresentada de uma maneira decrescida em 2014 e 2015, anos em que ainda não foram computados completamente os dados.

Entretanto o pensamento reflexivo com relação a não confiança parece não estar claro entre os brasileiros. Se indagado de uma maneira específica aos participantes das

Manifestações em questão do porque da participação certamente a maioria não diria e nem apontaria a desconfiança e a falta de representatividade, mas sim pontos específicos como melhora em algum setor que está mais especificamente dentro da realidade de cada um, como melhora na saúde, na educação, fim à corrupção, entre outros já citados.

Em contrapartida não é estranho observar esse acontecimento de não confiabilidade entre as pessoas, pois, partindo do pressuposto do *estado de natureza* dos seres humanos segundo Espinosa, os seres humanos se estruturam em uma ilimitada competição contínua que busca garantir a sobrevivência, seja ela da integridade física quanto da sobrevivência pelas necessidades básicas e até supérfluas. O *Estado*, portanto, existe para garantir que o *estado de natureza* não se constitua em uma guerra constante. O que não quer dizer que ele, o Estado, consiga garantir uma confiabilidade entre as pessoas em geral, mas, deve, por essência, garantir a confiança e a representatividade dele para com os cidadãos.

Seria o Estado, portanto, um esforço individual para se permanecer no ser, ou seja, para garantir a sobrevivência e a convivência entre as pessoas. Nas palavras de Espinosa, em busca de garantir a sobrevivência e viver em segurança, da melhor maneira possível, os seres humanos forçosamente abdicaram do direito natural que cada qual tinha sobre todas as coisas e estabeleceram a coletividade, deixando de lado vários desejos individuais específicos para garantir alguns desejos individuais que fossem da maioria, portanto, coletivos.

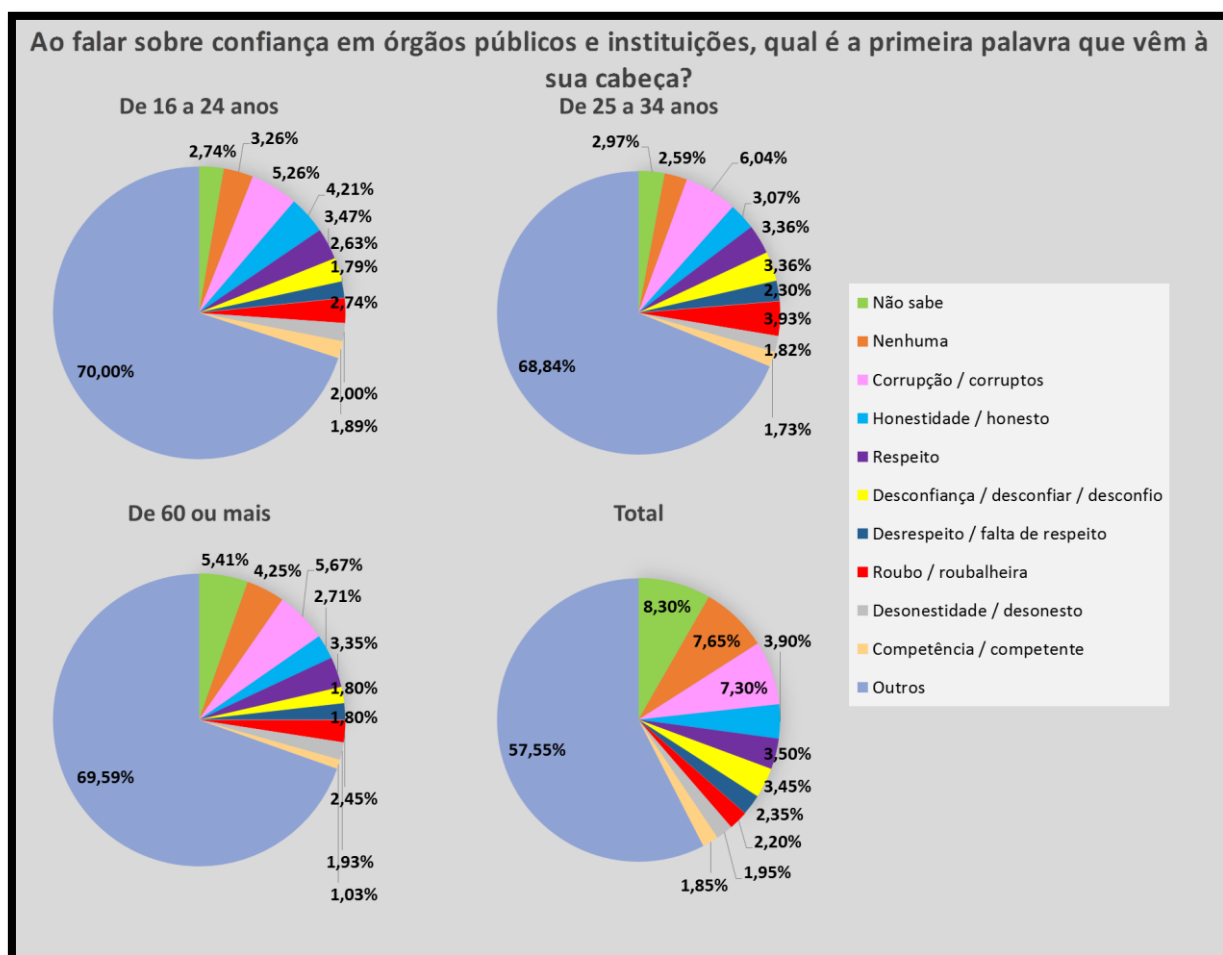
Mas isso não quer dizer que o individual não exista mais, que a contínua competição não ocorra e que as pessoas constantemente não acreditem mais umas nas outras, pelo contrário, esse *estado de natureza* prevalece, pois, como o nome já diz, é *natural*. O que está em questão não é a desconfiança entre os homens, pois essa é intrínseca, mas sim a não confiança às instituições políticas e aos políticos, aos quais foi conferido esse intuito em busca de ser possível viver em sociedade e “garantindo” a sobrevivência do ser.

A *Multitude*, o Estado, portanto, seria constituído por estruturas que teriam por finalidade a garantia do bem comum; mas, o bem comum no Brasil está se estruturando de uma maneira corrupta, voltado para o bem individual, como, por exemplo, Escândalo dos Correios (2005), o Mensalão (2005), Máfia dos Sanguessugas (revelado em 2006), Escândalo da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo (2006), Operação Satiagraha (2008) os crimes na Petrobrás (Operação Lava Jato - 2014), desvio de verbas públicas, Operação Lava jato (2014), entre outros, os quais fizeram com que o sentido da existência de um Estado se exaurisse.

É claro ver que a corrupção está entre as palavras mais lembradas quando se fala sobre confiança em órgãos públicos. Somente atrás das respostas não sabe e nenhuma, está a

corrupção/ corruptos para a maioria dos brasileiros. Assim, a livre associação da mente se remete a algo negativo e atrelado a isso a não garantia do bem comum.

Gráfico 71: Ao falar sobre confiança em órgãos públicos e instituições, qual é a primeira palavra que vêm à sua cabeça?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

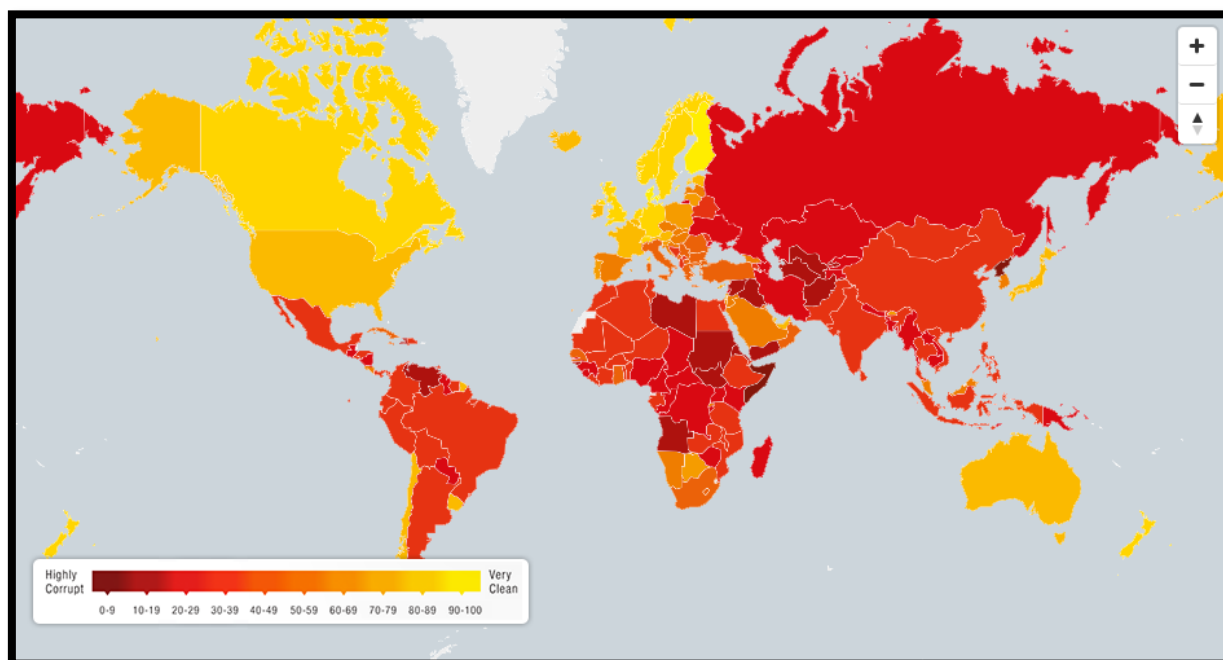
Tabela 55: Ao falar sobre confiança em órgãos públicos e instituições, qual é a primeira palavra que vêm à sua cabeça?

Ao falar sobre confiança em órgãos públicos e instituições , qual é a primeira palavra que vêm à sua cabeça?											
FAIXA ETÁRIA	Amigos / amizade	Respeito	Honestidade	Sinceridade	Caráter	Família	Não sabe / não lembra	Lealdade	Nada / nenhuma	Amor / ao próximo	Outros
De 16 a 24 anos	26 (2,74%)	31 (3,26%)	50 (5,26%)	40 (4,21%)	33 (3,47%)	25 (2,63%)	17 (1,8%)	26 (2,74%)	19 (2%)	18 (1,89%)	665 (70%)
De 25 a 34 anos	31 (2,97%)	27 (2,59%)	63 (6,04%)	32 (3,07%)	35 (3,36%)	35 (3,36%)	24 (2,3%)	41 (3,93%)	19 (1,82%)	18 (1,73%)	718 (68,8%)
De 35 a 44 anos	28 (7,49%)	33 (8,82%)	28 (7,49%)	21 (5,61%)	14 (3,74%)	15 (4,01%)	7 (1,8%)	8 (2,14%)	4 (1,07%)	6 (1,6%)	210 (56,1%)
De 45 a 59 anos	39 (8,41%)	29 (6,25%)	29 (6,25%)	15 (3,23%)	17 (3,66%)	13 (2,8%)	11 (2,3%)	8 (1,72%)	16 (3,45%)	12 (2,59%)	275 (59,2%)
De 60 ou mais	42 (5,41%)	33 (4,25%)	44 (5,67%)	21 (2,71%)	26 (3,35%)	14 (1,8%)	14 (1,8%)	19 (2,45%)	15 (1,93%)	8 (1,03%)	540 (69,6%)
Total	166 (8,3%)	153 (7,65%)	146 (7,3%)	78 (3,9%)	70 (3,5%)	69 (3,45%)	47 (2,3%)	44 (2,2%)	39 (1,95%)	37 (1,85%)	1151 (57,5%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Para a estruturação do gráfico e da tabela que se antecedem foi perguntado à população: Ao falar sobre confiança em órgãos públicos e instituições, qual é a primeira palavra que vêm à sua cabeça? A palavra corrupção foi a que mais apareceu nas respostas da população investigada, 7,30%. O tópico “outros” se estrutura de uma maneira muito variada, entretanto cada um deles não superam as oito primeiras que aparecem. As dez primeiras variações são: Responsabilidade / responsável; Mentiras / Mentirosos; Demora / demorar; Transparência; Confiança / confiável / confiabilidade / confiante; Trabalho / trabalhador; Sinceridade / sincero; Sério / seriedade; Caráter e Educação.

Um *ranking* feito pela *Transparency Internacional*, levantado em 2014, aponta um comparativo de 175 países e territórios de uma escala de zero a cem, com relação ao abuso de poder. Zero significa grande corrupção e cem significa muita clareza nas atuações. Esse comparativo também foi feito com relação às cores, apresentado no mapa 1.

Figura 9: Comparativo de abuso de poder no mundo

Fonte: CPI, 2015.

Nesta escala não apareceu nenhum país 100% ausente de corrupção, ou seja, com nota 100, e dois terços dos países do mundo tem notas abaixo de 50, assim, pode-se afirmar que o problema de corrupção não é único nem muito menos exclusivo do Brasil, mas sim é um problema mundial.

Neste ano indicado, o Brasil ocupou o *ranking* de número 69º dos 175 com uma nota de 43 pontos, ou seja, a corrupção está comprovadamente inserida neste país e não de uma maneira pequena. Cabendo ressaltar que esse levantamento é feito buscando percepções existentes no setor público pela perspectiva de empresários e intelectuais de cada país investigado.

Para um comparativo do Brasil perante o mundo, a tabela 57 exhibe o resultado do ano de 2015:

Tabela 56: Corrupção no mundo

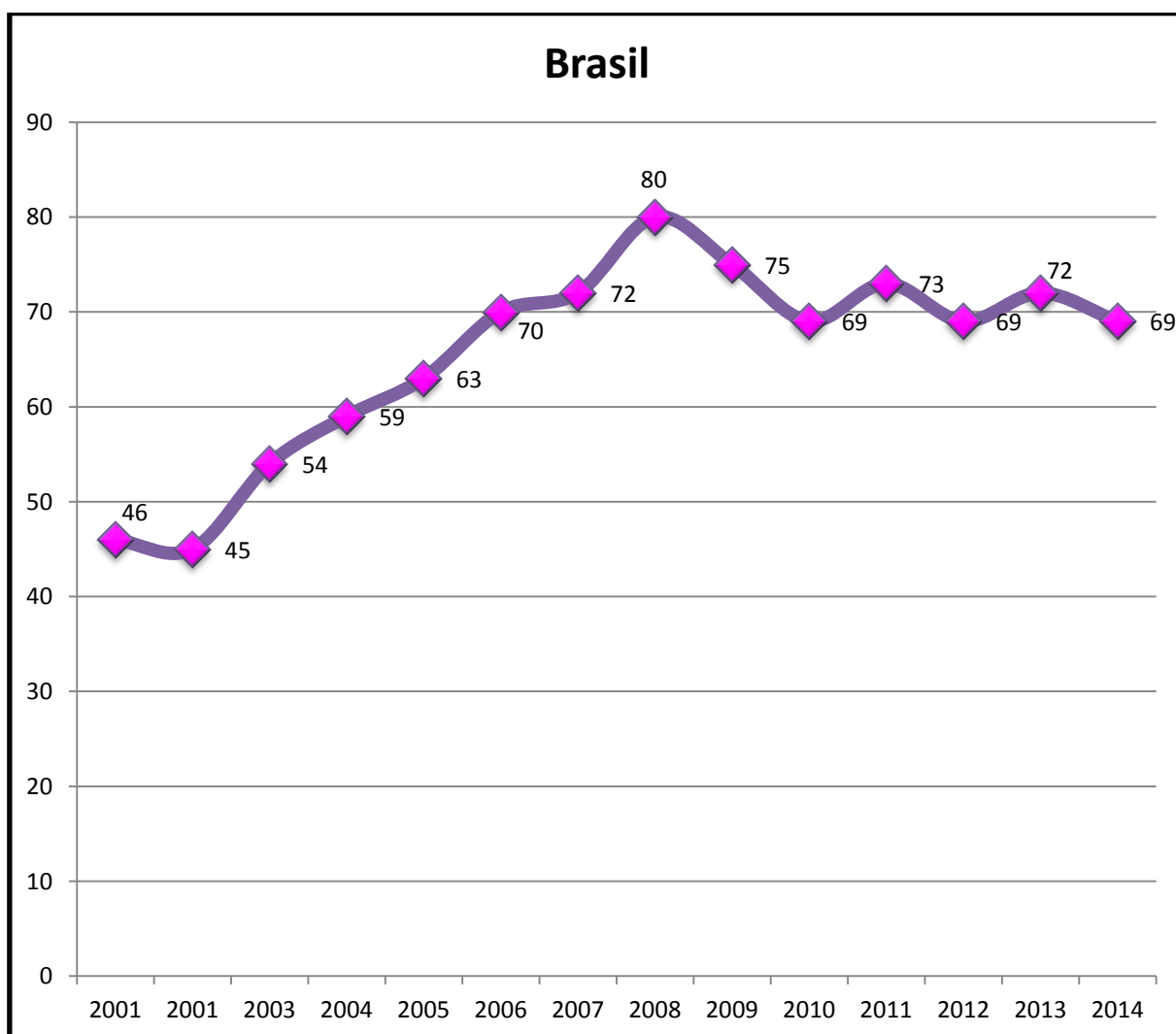
Rank	Country/territory	2015 Score
1	Denmark	91
2	Finland	90
3	Sweden	89
4	New Zealand	88
5	Netherlands	87
5	Norway	87
7	Switzerland	86
8	Singapore	85
9	Canada	83
10	Luxembourg	81
10	Germany	81
10	United Kingdom	81
76	Brazil	38
83	Benin	37
83	China	37
83	Colombia	37
163	Angola	15
163	South Sudan	15
165	Sudan	12
166	Afghanistan	11
167	Korea (North)	8
167	Somalia	8

Fonte: CPI, 2015

Apesar de toda desestrutura, quando é estruturado um comparativo entre todos os países do mundo, o Brasil está na 76ª posição, uma posição classificada como mediana. A Dinamarca aparece em primeiro lugar e a Somália em último (dados de 2015).

Para um comparativo ao longo dos anos de como a corrupção brasileira está sendo classificada foi estruturado o gráfico seguinte:

Gráfico 72: Percepção de corrupção no Brasil de 2001 a 2013



Fonte: Adaptado de CPI, 2015.

No gráfico 72 está a percepção sobre corrupção no Brasil desde 2001; quanto maior a nota apresentada maior é a corrupção. De 2001 a 2008 ela só cresceu, e esse crescimento chegou próximo do dobro, foi um crescimento de 42,5%.

Em 2005 foi revelado o esquema do Mensalão, “Mensalão. Assim ficou conhecido e popularizado o esquema de compra de votos de parlamentares, deflagrado no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT - Partido dos Trabalhadores). Já havia rumores desta “venda” de votos por parte de deputados, mas nada fora comprovado. Até este esquema ser escancarado pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB – RJ), em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, no início de junho de 2005.” (DUARTE, 2015).

O ápice da desconfiança ocorreu em 2008, com a divulgação do mau uso dos Cartões Corporativos. Adotado no governo de Fernando Henrique Cardoso, os Cartões Corporativos possibilitaram um escândalo pelo mau uso, como compras em *freeshop*, hospedagem para familiares de ministros, entre outros. No governo Lula os gastos com esses cartões subiram 208%, ou seja, de R\$ 3 milhões para R\$ 9,2 milhões de 2003 para 2004, além disso, vários cartões não são divulgados pelo site da Transparência do Governo alegando “Informações protegidas por sigilo”. (FAVERO, 2014)

Além dos Cartões Corporativos, em 2008 o “Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento do processo conhecido nacionalmente por 'Mensalão do PT', considerado o maior escândalo de corrupção política em toda a história do País, envolvendo 38 réus - defendidos por 135 advogados, 147 volumes, 173 apensos e 69 mil páginas”. (LACERDA, 2012).

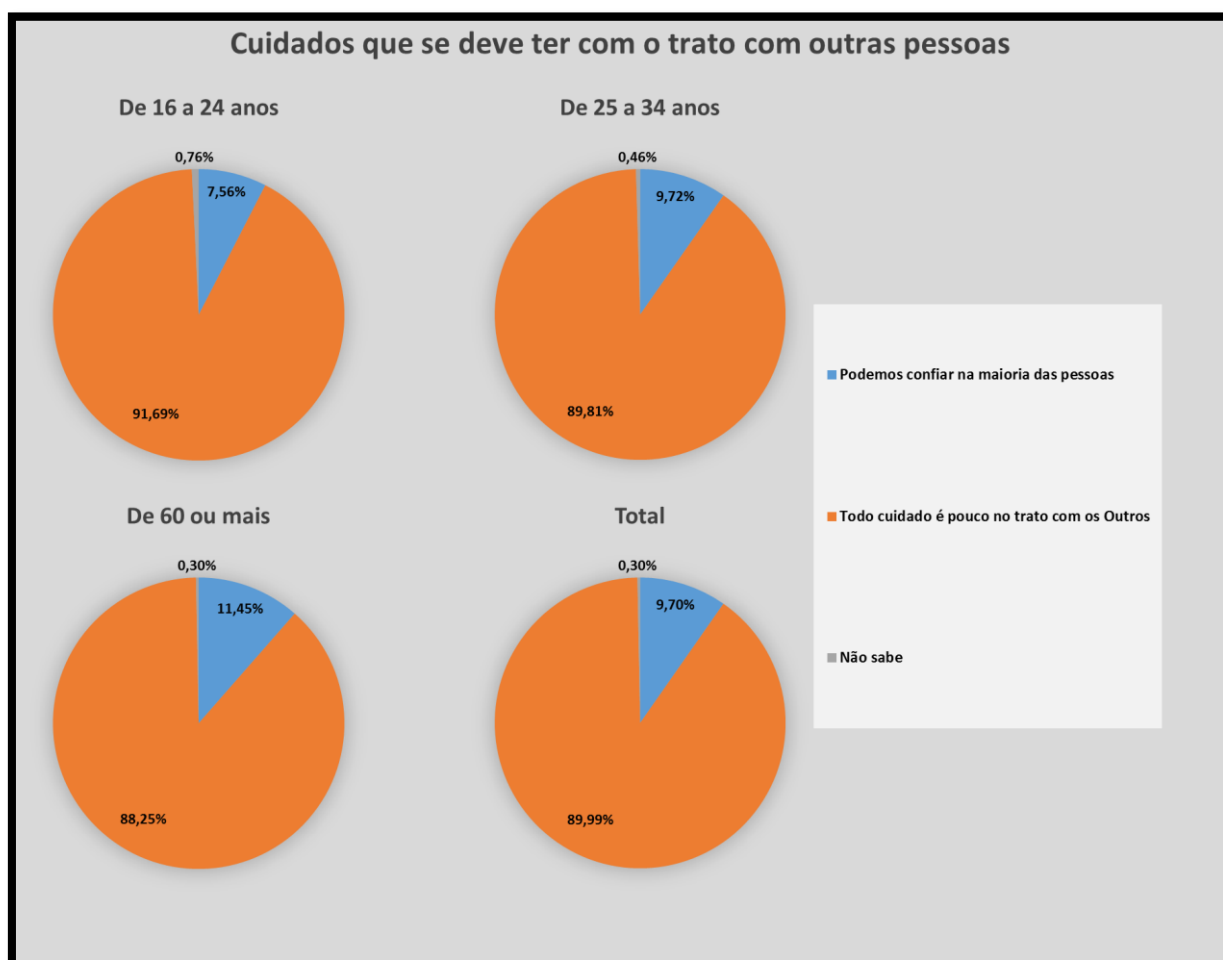
Depois desse ápice ocorreu uma queda de 8,75% em média, de 2008 a 2013, entretanto não chegou nem próximo do que ocorria até 2005, quando essa classificação começa a subir consideravelmente.

E assim, dentre tantos escândalos, não esquecendo os não mencionados, a população, em forma de *Multidão*, estrutura dois atos políticos, tendo como significado comum a desconfiança, a falta de representatividade, como uma forma de protesto que busca garantir a partilha do sensível, ou seja, a possibilidade de viver em comunidade.

Entretanto, essa não identificação, a não confiança da sociedade, que proporcionou o ato coletivo, a união de brasileiros em duas grandes *Manifestações* não se esgota e não se estabiliza somente no contexto político. Conforme dados coletados, as pessoas não acreditam e não confiam nelas mesmas. Para confirmar a desestrutura com relação à confiança foi

perguntado aos brasileiros sobre os cuidados que se deve ter com o trato com outras pessoas, independente de instituições de vínculos.

Gráfico 73: Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Assim, como está no gráfico 73, para a pergunta: Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros? A resposta foi no sentido de desconfiança às pessoas em geral, 89,99%, sendo que os mais novos desconfiam mais que os mais velhos. Absolutamente:

Tabela 57: Você acha que se pode confiar na maioria das pessoas ou, pelo contrário, que todo cuidado é pouco no trato com os outros?

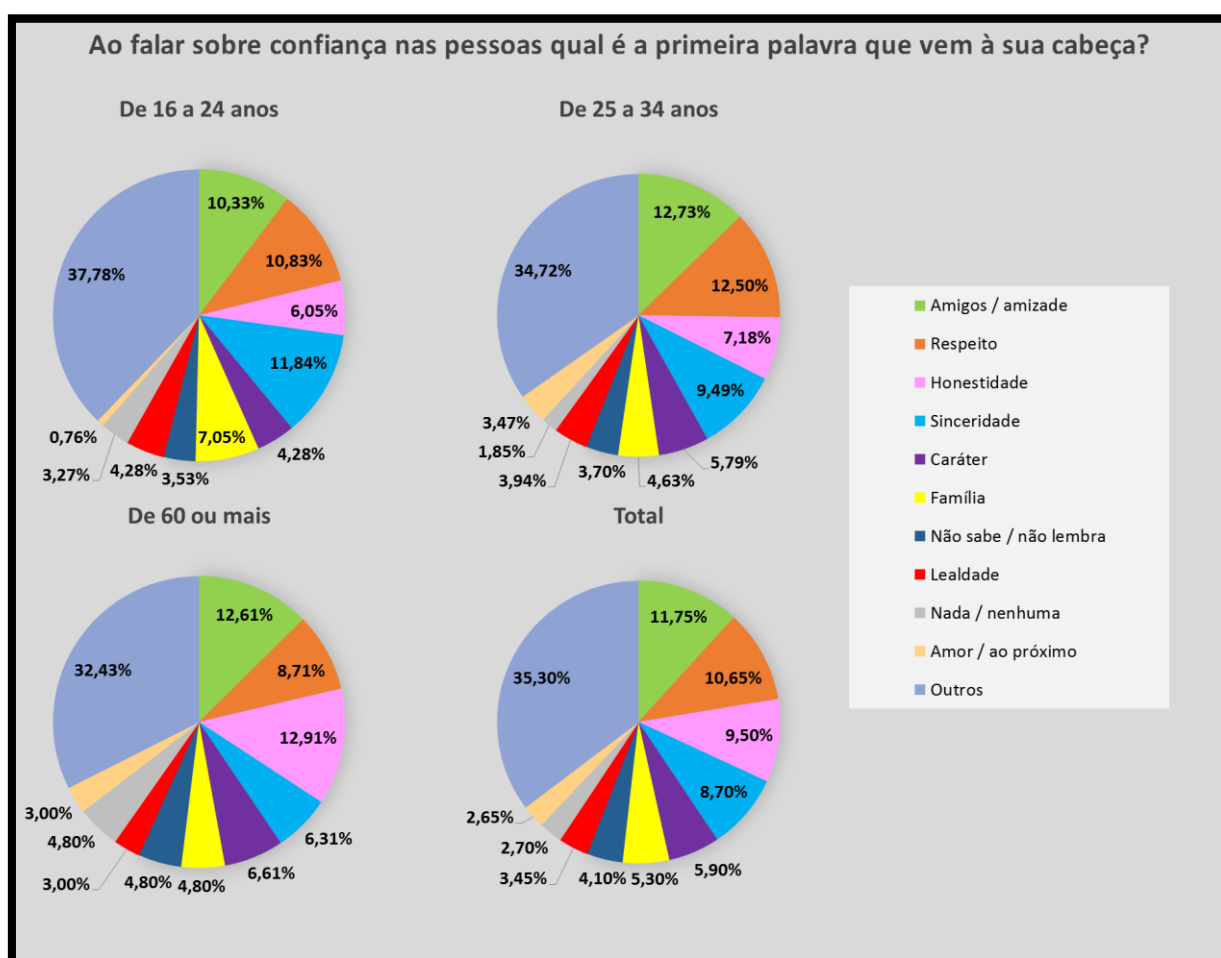
Cuidados que se deve ter com o trato com outras pessoas				
FAIXA ETÁRIA	Podemos confiar na maioria das pessoas	Todo cuidado é pouco no trato com os Outros	Não sabe	Não respondeu
De 16 a 24 anos	30 (7,56%)	364 (91,69%)	3 (0,76%)	0 (0%)
De 25 a 34 anos	42 (9,72%)	388 (89,81%)	2 (0,46%)	0 (0%)
De 35 a 44 anos	32 (8,56%)	342 (91,44%)	0 (0%)	0 (0%)
De 45 a 59 anos	52 (11,21%)	412 (88,79%)	0 (0%)	0 (0%)
De 60 ou mais	38 (11,41%)	293 (87,99%)	1 (0,3%)	1 (0,3%)
Total	194 (9,7%)	1799 (89,95%)	6 (0,3%)	1 (0,05%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Isso deixa claro que a desconfiança não é somente fruto do contexto político, mas sim das pessoas como um todo, entretanto o contexto político é um órgão estruturado para representatividade, ele foi construído, entre outros ideais, para representar a população e agir em prol dela, mas para tal é necessário que a população se sinta representada, tenha confiança nas pessoas e instituições que a representam. Coisa que está longe de ocorrer, a corrupção brasileira apresenta isso de uma maneira clara, corrompe-se desestruturando a confiança, corrompe-se em benefícios próprios, mas será que a maioria da população, mesmo com a indignação aos órgãos públicos, também não corrompe entre si, no cotidiano civil?

A probabilidade da resposta ser positiva é grande, basta olhar no gráfico 73, as pessoas não confiam mais uma nas outras, certamente porque a corrupção está no dia a dia, nas relações e nos Microambientes. Assim, pode-se afirmar que, no ponto de vista dos brasileiros, estão faltando vários itens entre as pessoas no Brasil; itens como: respeito, honestidade, caráter, etc, o que fica evidenciado no gráfico a seguir.

Gráfico 74: Ao falar sobre confiança nas pessoas qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça?



Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Tabela 58: Ao falar sobre confiança nas pessoas qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça?

Ao falar sobre confiança nas pessoas qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça?

FAIXA ETÁRIA	Amigos / amizade	Respeito	Honestidade	Sinceridade	Caráter	Família	Não sabe / não lembra	Lealdade	Nada / nenhuma	Amor / ao próximo	Outros
De 16 a 24 anos	41 (10,33%)	43 (10,83%)	24 (6,05%)	47 (11,84%)	17 (4,28%)	28 (7,05%)	14 (3,53%)	17 (4,28%)	13 (3,27%)	3 (0,76%)	150 (37,78%)
De 25 a 34 anos	55 (12,73%)	54 (12,5%)	31 (7,18%)	41 (9,49%)	25 (5,79%)	20 (4,63%)	16 (3,7%)	17 (3,94%)	8 (1,85%)	15 (3,47%)	150 (34,72%)
De 35 a 44 anos	47 (12,57%)	38 (10,16%)	36 (9,63%)	28 (7,49%)	28 (7,49%)	17 (4,55%)	20 (5,35%)	11 (2,94%)	9 (2,41%)	12 (3,21%)	128 (34,22%)
De 45 a 59 anos	50 (17,01%)	49 (16,67%)	56 (19,05%)	37 (12,59%)	26 (8,84%)	25 (8,5%)	16 (5,44%)	14 (4,76%)	8 (2,72%)	13 (4,42%)	0 (0%)
De 60 ou mais	42 (12,61%)	29 (8,71%)	43 (12,91%)	21 (6,31%)	22 (6,61%)	16 (4,8%)	16 (4,8%)	10 (3%)	16 (4,8%)	10 (3%)	108 (32,43%)
Total	235 (11,75%)	213 (10,65%)	190 (9,5%)	174 (8,7%)	118 (5,9%)	106 (5,3%)	82 (4,1%)	69 (3,45%)	54 (2,7%)	53 (2,65%)	706 (35,3%)

Fonte: Pesquisa NUPPs, 2014.

Os itens mais comentados para a pergunta “Ao falar sobre confiança nas pessoas qual é a primeira palavra que vem à sua cabeça?” questão foram amigo/amizade; respeito; honestidade; sinceridade e caráter, os quais abrangem 46,5% dos brasileiros sua totalidade.

O item denominado “Outros” engloba vários tipos de respostas, entre elas, da 11ª à 20ª estão: verdade / verdadeiro / veracidade, fidelidade / fiel, deus, passar confiança / confiança / confiabilidade, falsidade / falso, desconfiança, segurança, mãe, credibilidade e dignidade nesta ordem que aparece.

Por fim, para evidenciar que a participação da juventude tende a ser mais propensa que a dos mais velhos, e que estão mais flexíveis e instigados a tal, foi feito um quadro síntese dos principais argumentos:

Tabela 59: Propensão de participação da juventude

Questionamento	Comparativo
Quando há uma situação difícil no Brasil, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso Nacional e das instituições para resolver os problemas do país. mais novos estão mais propensos à estruturar greves	Os mais novos mais discordam
Se o país enfrenta dificuldades sérias, o presidente pode deixar de lado o Congresso e os partidos, e tomar as decisões sozinho?	Quanto mais novos mais concordam com isso.
O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder? Pontos importantes	Quanto mais velhos mais concordam com isso. Mais Jovens: Aumentar a participação das pessoas em decisões importantes Mais velhos: manter a ordem do país e combater a inflação
O Brasil seria bem melhor se existisse apenas um partido político?	Quanto mais velhos mais concordam com isso.
Você acha que o dinheiro dos impostos é bem gasto pelo Governo	Os mais novos são os que mais acham que não
Até que ponto você concorda ou discorda que o Congresso Nacional representa seus interesses	Os mais novos se sentem menos representados
Existe algum Partido Político que representa a maneira como você pensa?	Não existe, mais para os mais novos do que para os mais velhos
Como você se sente com relação aos Partidos Políticos?	Não se sente. Menos ainda para os mais novos
Na sua opinião, a quem os partidos representam mais?	Outros grupos que não os eleitores. Os mais novos mais afirmam isso.
Interesse com relação à política	Os mais novos são os que menos tem interesse
Você diria que a corrupção é um problema muito sério, sério, pouco sério ou não é um problema sério?	Para os mais velhos isso é mais sério ainda

Você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude?	Mais fraudulentas para os mais novos
Gostaria que você dissesse se tem ...: NAS PESSOAS QUE FREQUENTAM IGREJAS	Os mais novos desconfiam mais que os mais velhos
Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS COLEGAS DE TRABALHO	Os mais novos desconfiam mais que os mais velhos
Gostaria que você dissesse se tem ...: NA SUA FAMÍLIA	Os mais novos confiam mais que os mais velhos
Gostaria que você dissesse se tem ...: NOS SEUS AMIGOS.	Os mais velhos confiam mais que os mais novos
Gostaria que você dissesse se tem ...: NA MAIORIA DAS PESSOAS.	Os mais velhos confiam mais que os mais novos
Você tem orgulho de ser brasileiro(a)?	Os mais velhos tem mais orgulho
Gostaria que me dissesse se ...: PARTICIPAR DE BOICOTES	os mais novos estão um pouco mais abertos
Participaria de algum tipo de <i>Manifestação</i> ?	Os mais novos estão mais propensos do que os mais velhos

Fonte: autora, 2016.

Na finalização das últimas percepções e na apresentação da conclusão pode-se afirmar que a juventude é uma amplitude, singular e plural, em alguns momentos um e em outros momentos outro, é uma nova forma de relacionamento, de experimentações, de conhecimento, de reprodução social e de mudanças sociais no mesmo cosmos, gera ressignificações ao que já foi estabelecido previamente e ao mesmo tempo estabelece novos roteiros e diretrizes, passa da coerência e da unicidade ao choque de fluxos e grandes indagações; assim, o recorte da população juventude vem a condizer com o sentido de *Manifestação* e *Multidão*, além da estrutura da ação coletiva: do indivíduo ao coletivo e do coletivo ao indivíduo.

Em resumo, conclui-se que a evidência da seleção da juventude brasileira como um recorte da presente pesquisa ocorreu por várias situações nas quais este grupo esteve em destaque se comparados com os outros grupos etários possíveis.

A juventude é/tem:

- a) A faixa etária mais educada formalmente;
- b) Um maior acesso a computadores;
- c) Quem mais discorda com o não cumprimento de leis, ou seja, é a faixa etária mais revolta aos desvios de atuações, contra atos que não condizem com a lei;
- d) O grupo que mais vai contra à implementação de uma ditadura no Brasil;
- e) Quem mais discorda com a existência de um partido único;
- f) A faixa que mais afirma que o governo não aplica o dinheiro recebido via impostos de uma maneira correta;
- g) Quem menos se sente representada pelos partidos políticos;
- h) Quem mais afirma que nenhum partido político representa seus pensamentos;
- i) Maior desconfiança em fontes de informações;
- j) Maior desconfiança em pessoas que frequentam igrejas, em amigos, em pessoas em geral;
- k) Maior desconfiança nas CPIs entre outras instituições;
- l) Quem mais participaria de abaixo assinado, greves, bloqueios de trânsito, ocupação de fábricas, prédios e terrenos.

A identificação de ser a falta de confiança, tanto social quanto política, o que uniu os interesses individuais e coletivos da população brasileira e que se estruturou nas mobilizações de rua nos anos de 2013 e 2015 oferece um solução compatível ao que foi proposto na presente pesquisa, mas, cabe observar que esta não necessariamente é a única explicação possível.

A possibilidade de outras variáveis é inerente ao entendimento de que outros recortes poderiam ser estruturados e outras observações poderiam ser feitas. Desse modo, cabe a abertura para novas pesquisas, outros recortes e novos comparativos, o que certamente trariam uma complementação na análise dos resultados.

Por fim, analisar a sociedade, as atuações políticas e as reivindicações sociais é de extrema importância na tentativa de teorizar e estruturar algo complacente a um país que, sem dúvidas, necessita de um “afinamento”, uma aproximação entre os “dominados e os

dominadores”, para que essa hierarquia seja cada vez mais horizontalizada possibilitando a participação efetiva e a atuação em conjunto, compondo então o verdadeiro sentido de confiar na prática, fiando, todos ao mesmo tempo em busca de objetivos comuns e esperados.

Essa atuação em conjunto, e em qualquer tipo de relação, é essencial que a confiança exista, pois, assim como afirma Lao-Tsé, “Aquele que não tem confiança nos outros, não lhes pode ganhar a confiança”.

Conclui-se, portanto que a lógica da ação coletiva da juventude no Brasil, em 2013 e 2015, está estruturada na falta de confiança e no não sentimento de representatividade para com o governo em situação.

No processo de formação dos interesses individuais e dos interesses coletivos da população abordada está de um lado as necessidades específicas de cada um, com reivindicações sobre a educação, saúde, corrupção, entre outros, e do outro os interesses coletivos, os quais se deram pela falta de confiança; foi em busca de estruturar algo que os representem e de exteriorizar as angústias individuais contrárias ao governo que a população brasileira se uniu e protestou nas ruas brasileiras.

REFERÊNCIAS

Livros e artigos

AGGIO, Juliana Ortega. **Prazer e desejo**. 2011. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2011.

AFFONSO, Júlia. **Manifestação no Rio de Janeiro reúne 300 mil pessoas na prefeitura, diz PM**. Rio de Janeiro: Uol Notícias. 20/06/2013. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/manifestacao-no-rio-de-janeiro-ja-reune-100-mil-pessoas-diz-pm.htm> Acesso em: 21 out. 2013.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo. Nova Cultural: 1996.

_____. **Política**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ISBN: 9788533624047

BARROS, Isabela Mesquita de. **A investigação criminal pelo Ministério Público (PEC 37) e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Monografia. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. BRASÍLIA - DF 2014.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; OLIVEIRA, Carlos Cesar Porto de. **A concepção de Estado em Spinoza e o desenvolvimento político institucional**. Revista Húmus. Jan/Fev/Mar/Abr. 2012. ISSN: 2236-4358.

BELCHIOR, Pedro. **Artigo: O que vão dizer as redes sociais.** Rio de Janeiro: Jornal o Globo. 1/10/2013.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de filosofia do direito.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da realidade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2003. ISBN 978-85-326-0598-6.

BEZERRA, Heloisa Dias. **Atores políticos, informação e democracia.** Opinião Pública vol. 14 no2 Campinas Nov. 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. ISBN: 85-230-0308-8

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOLLES, Robert. C. **Theory of motivation.** New York : Harper & Row, 1967.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORELLI, Silvia Helena Simões; SILVA, Tais Rodrigues da; SILVA, Euzébio Santos. **Juventude e Políticas Públicas: via de mão dupla.** Intercom – Sociedade Brasileira de

Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

BORELLI, Silvia Helena Simões; ROCHA, Rosamaria Luiza (Rose) de Melo. **Temporalidades e territorialidades juvenis em uma metrópole brasileira.** In: *Nómadas*. nº. 3. Universidad Central – Colômbia. Outubro 2005.

BORELLI, Silvia Helena Simões; ROCHA, Rose de Melo; OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves;

BRANDÃO, Fernanda Holanda de Vasconcelos. **O papel da Defensoria Pública na prestação da assistência jurídica.** *Âmbito Jurídico*. 26 mar. 2016.

LARA, Marcos Rodrigues de. **Jovens urbanos: ações estético-culturais e novas práticas políticas.** *Revista Latinoamericana Ciencias Sociales Niñez juv* 7(1): 375-392, 2009.

BORGES, Bento Souza. **Jovem/juventude nas pesquisas: desafios.** *Cadernos da FUCAMP*, v.12, n.16, p.1-11/2013.

BOTELHO, André. **Essencial Sociologia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013. ISBN: 8580868548.

BRASIL. **PNE - Plano nacional de Educação.** Ministério da Educação. Disponível em:<
http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf> Acesso em: 15 abr.
2015

_____ **Plano Nacional de Educação.** Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001. 186p.
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>> Acesso em:
15 abr. 2015.

BUTLER, Eamonn. **Escolha Pública: um guia.** Disponível em:
<<http://epl.org.br/files/2014/09/EBEscolhaPublica.pdf> > Acesso em: 18 maio 2015.

CAMARGO, André campos de; VALÉRIO, Raphael Guazzelli. **Rancière: democracia e política: as razões de um ódio.** Integrada Revista Científica FACOL/ISEOL (Int. Rev. Cie. FACOL/ISEOL) ISSN: 2359-0645.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissões Parlamentares de Inquérito.** Palácio do Congresso nacional, 2016.

CATANI; Afrânio Mendes. GILIORI, Renato de Souza Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares.** São Paulo: Editora UNESP, 2008. ISBN: 978.85.7139.885-6.

CERVO, Amado Luiz.; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** São Paulo: *Pearson Prentice Hall*, 2002. 5ª Ed. ISBN 85.87918.15-X.

CGU. **Controladoria Geral da União.** Competências. Disponível em: <
<http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/competencias>> Acesso em 29 mar. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **As Manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. São Paulo: Teoria e Debate. Ed. 113. 27 junho 2013.

CORONATO, Marcos. **Manifestação anti-Dilma entra para a história**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/bmanifestacao-anti-dilma-entra-para-historia.html>> Acesso em: 8 abr. 2015.

COSTA, Emília Viotti da. **O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. UNESP: São Paulo, 2006.

CRUZ, Nayara Sandrin. **Espinosa e Marx: apontamentos iniciais sobre os conceitos de democracia, Multidão e Estado**. Vol. 6, nº 1, 2013. www.marilia.unesp.br/filogenese.

DAHL, Robert. **Um prefácio à democracia econômica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

DICIO. **Significado da palavra: Confiança**. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/confianca/>> Acesso em: 25 nov. 2015.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política**. Educ. Soc. vol.31 no.112 Campinas July/Sept. 2010. ISSN 0101-7330.

DUARTE, Lidiane. **Mensalão.** Disponível em:

<<http://www.infoescola.com/politica/mensalao/>> Acesso em: 01 dez. 2015.

DURKHEIM, Émile. **A Ciência Social e a ação.** Tradução de Inês Duarte Ferreira. São Paulo: Difel, 1970.

_____ **Educação e Sociologia.** Tradução de Stephania Matousek – 3 ed. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 2012. Coleção textos Fundamentais de Educação. ISBN: 978.85.326.2463-5.

DUTRA, Marina. **Contas Abertas.** Valor gasto em estádios equivale a dois anos de investimentos federais em saúde. Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/8766>> Acesso em: 21 set. 2015.

ESPINOSA. **Tratado Político.** Tradução e Introdução e Notas de Diego Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ESTADÃO. **Manifestações foram realizadas em 388 cidades.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-foram-realizadas-em-388-cidades,1045216,0.htm>> Acesso em: 21 set. 2013

_____ **Manifestações contra Dilma levam multidões às ruas do Brasil.** Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-contra-dilma-levam-multidao-as-ruas-do-pais,1651418>> Acesso em: 8 abr 2015.

FAVERO, Daniel. **Gastos com cartões corporativos passam de R\$ 500 milhões em 11 anos.** Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/gastos-com-cartoes-corporativos-passam-de-r-500-milhoes-em-11-anos,741e5eee76843410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html> > Acesso em: 2 dez. 2015.

FAUSTO NETO, Ana Maria Q.; QUIROGA, Consuelo. **Juventude urbana pobre: Manifestações públicas e leituras sociais.** ESPM. CEPM, 2015.

FERNANDES, Florestan (coord). **Durkheim.** Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2000. ISBN: 850802767-2.

FERREIRA, Vitor Sérgio. **O “jovem radical” contemporâneo: novos sentidos de um qualificativo juvenil.** Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v.1, n.2, jan./jun. 2011. ISSN: 2237-0579

FOLHA. **Entenda o que é o ativismo 'Black Bloc' presente nas Manifestações.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira.** São Paulo: Editora Olho d'Água, 2ª Edição, 1995.

_____ **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____ **Política e Educação: ensaios.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUKS, Mario; et. all. (Gabriel Avila Casalecchi, Guilherme Quaresma Gonçalves, Flávia Felizardo David). **Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?** In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 19, Brasília: UNB, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** São Paulo em Perspectiva, 14 (2). São Paulo, Scielo, 2000.

GASTALDI, Suzana. **Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos: conceito e diferenciação.** In: Revista Âmbito Jurídico. Processual Civil. Nº 120 - Ano XVII - JANEIRO/2014 - ISSN - 1518-0360.

GETTY IMAGENS LEONTURA. **Getty Imagens** Disponível em: <http://www.gettyimages.pt/detail/ilustra%C3%A7%C3%A3o/crowd-ilustra%C3%A7%C3%A3o-royalty-free/165799215>> Acesso em: 20 ago, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record. 2012.

Multidão: guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005

HELD, David. **A democracia, o Estado-Nação e o sistema global**. Lua Nova. São Paulo, Editora Marco Zero/Cedec, n.23, março 1991, p.145-194.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

HOURCADE, Hernán; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Qualidade de vida e os estudos sobre políticas públicas de lazer**. Unicamp, 2016.

JORNAL DO BRASIL. **Manifestações tomam conta do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Minas**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 17/06/2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/06/17/manifestacoes-tomam-conta-do-rio-de-janeiro-brasilia-sao-paulo-e-minas/>> Acesso em: 21 out. 2013

LACERDA, Alan Daniel Freire de. **Ação coletiva e cooperação intermunicipal em duas metrópoles**. Cad. CRH vol.24 no.61 Salvador Jan./Apr. 2011. ISSN 0103-4979.

LACERDA, Antônio Carlos. **No Brasil, maior escândalo de corrupção política vai a julgamento**. Disponível em: <http://port.pravda.ru/cplp/brasil/06-08-2012/33470-julgamento_mensalao-0/> Acesso em: 02 dez. 2015.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Mancur Olson e a lógica da ação coletiva aplicada ao MST**. In: Revista Tempo da Ciência Vol. 21, No 41, 2014.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. **Juventudes e contemporaneidade: entre a autonomia e a tutela.** In : Etnográfica. Revista do Centro de Rede de Investigação em Antropologia. Vol. 15 out. 2011.

MANSUR, Alexandre. et al. **15 de março: os protestos pelo Brasil.** Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/15-de-marco-os-bprotestos-pelo-brasilb.html>
Acesso em 8 abr. 2015.

MANKIW, Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**
Revista de Economia Política, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/2002.

MARTINS, Humberto Falcão. **Organização Governamental - Demarcação Conceitual do Campo e Análise de Movimentos Recentes em Governos Estaduais.** Setembro. ANPAD: Salvador-BA, 2006.

MENDONÇA; Vieira Júnior. **Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem.** Revista Brasileira de Ciências Políticas. Nº.13 Brasília Abr. 2014.

MENEZES, Edmilson. **Kant e a noção de pessoa.** Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v. 24, n. 34, p. 49-59, jan./jun. 2012. ISSN 0104-4443.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 Nº 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 Nº 6.

MOISÉS, José Álvaro. **Cidadania, confiança e instituições democráticas**. Lua Nova: São Paulo, nº 65. p. 71 a 94, 2005.

_____ **A corrupção afeta a qualidade da democracia?** Em Debate: Belo Horizonte, v.2, n.5, p.27-37, mai. 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

_____ **O paradigma perdido: a natureza humana**. Tradução do Francês por Herculano Neves. Lisboa: Europa-América, 1975.

NEGRI, Antônio. **Para uma definição ontológica da *Multidão***. Lugar comum Nº19-20, p.15-26.

NEGRI. **5 lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PRAIA; CACHAPUZ; GIL-PÉREZ. **A hipótese e a experiência científica em educação em ciência: contributos para uma reorientação epistemológica** In: Ciência & Educação. v. 8, n 2, p. 253-262, 2002.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”(?).** Revista Matrizes. Ano 7 – nº 2 jul./dez. 2013 - São Paulo - Brasil –p. 73-93.

PIERSOL, Wesley. **La valeur dans la philosophie de Louis Lavelle.** Lyon: Editions Vitaet. 1959.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento.** São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____ **O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual.**

Belo Horizonte: Autêntica, 1996b.

REY, Fernando Luis González. **O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo–sociedade numa perspectiva cultural–histórica.** ECOS | Volume 2 | Número 2, 2012.

SANTOS. Alexandre H. A. **Consultório Etnológico.** Disponível em:<
<http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/etimologia-da-palavra-confianca/>> Acesso em:
25 nov.2015

SANTOS; ESTEVES; GONÇALVES. **Ética, política e educação em Aristóteles.** In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X.

SAKKIS, Ariadne; ARAÚJO, Saulo. **Manifestação promete mexer de novo com Brasília nesta quinta-feira.** Brasília: Correio Braziliense. 20/06/2013. Disponível em: http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/06/20/interna_cidadesdf,372373/manifestacao-promete-mexer-de-novo-com-brasilia-nesta-quinta-feira.shtml Acesso em: 21 out. 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política.** Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, Maio/Ago. 2014.

SILVESTRIN, Darlan. **O agir da *Multidão* e a construção do comum: uma leitura ético-política a partir de Negri e Hardt.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2014.

SOMAVELA; LASCH; ALVES. **O vínculo entre justiça e equidade como afirmação da alteridade ético-política de outrem em Aristóteles.** Universidade federal de Santa Maria.

SPINOZA. Baruch. **Tratado Teológico Político.** Tradução e Introdução e Notas de Diego Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____ **Tratado Político.** Tradução e Introdução e Notas de Diego Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TODOROV; MOREIRA. **O conceito de motivação na psicologia.** In: Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva vol.7 no.1 São Paulo jun. 2005 ISSN 1517-5545

TORREGA; FREDERICO. **Ação popular no contexto democrático: Aspectos processuais.**
In: GOMES JÚNIOR; SANTOS FILHO (coord.) **Ação popular: Aspectos relevantes e Controvertidos.** São Paulo: RCS Editora, 2006. ISBN 85-98030-28-7.

VALE. **Vandalismo marca protestos em São José e Caçapava.** São José dos Campos: Vale Paraibano. 28/06/2013. Disponível em:
<http://www.valeparaibano.com.br/noticia/2240/vandalismo+marca+protestos+em+sao+jose+e+cacapava> Acesso em: 21 out. 2013.

VIANA, Nildo. **Da ocupação das ruas à ocupação da vida: uma análise das *Manifestações populares no Brasil atual.*** In: *Territorial* - Caderno Eletrônico de Textos, Vol.3, n 4, 20 de junho de 2013. [ISSN 22380-5525].

Dados

ABEP (a). **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - 2011. Dados com base no Levantamento Sócio Econômico 2009 – IBOPE.** Disponível em: <www.abep.org - abep@abep.org> Acesso em: 10 out. 2015.

ABEP(b). **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2015.** Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>> Acesso em: 27 dez. 2015.

CGI. **Comitê Gestor da Internet no Brasil.** Disponível em: <<http://cetic.br/pesquisa/osfil/>> Acesso em: 17 dez. 2015.

CGU. **Controladoria Geral da União.** Nota à imprensa sobre gastos federais com educação e saúde em cidades da Copa do Mundo. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2014/01/nota-a-imprensa-sobre-gastos-federais-com-educacao-e-saude-em-cidades-da-copa-do-mundo>> Acesso em: 22 set. 2015

CNI/IBOPE. **Retratos da sociedade brasileira : confiança interpessoal** : março 2014 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília: CNI, 2014. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2014/03/03/59/RetratosDaSociedadeBrasileira_17_ConfiancaInterpessoal.pdf> Acesso em: 02 dez. 2015.

CPI. **Corruption Perception Index – 2013.** *Transparency International.* Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2013/results>> Acesso em: 01 dez. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico.** Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em: 8 abr
2015.>

IBPT. **Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.** Disponível em:
<https://www.ibpt.com.br/noticias/3/estudos> Acesso em: 12 Abr. 2016.

IBOPE. **Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatísticas Rio de Janeiro RJ.**
Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 22 set. 2015.

____ **Índice de Confiança Social.** Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes.aspx>> Acesso em: 2 dez.
2015.

INEP. **Investimento público por estudante cresce em todos os níveis de ensino.** 2013.
Disponível em: (http://portal.inep.gov.br/visualizar/-
/asset_publisher/6AhJ/content/investimento-publico-por-estudante-cresce-em-todos-os-niveis-
de-ensino). Acesso em: 20 abr 2015.

IBGE - INEP/MEC. **Dados Educacionais.** Disponível em:
<<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2012/06/numero-de-brasileiros-com-ensino-superior-aumenta-mais-de-quatro-vezes-em-10-anos>> Acesso em: 25 out 2015.

O.P. **Opinião Pública** *Print version* ISSN 0104-6276. Opin.

Pública vol.17 no.2 Campinas Nov. 2011. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000200010>> Acesso em: 29 nov. 2015.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-09/quase-metade-dos-domic%C3%A9lios-brasileiros-tem-computador>> Acesso em: 19 ago. 2015.

TRANSPARÊNCIA.GOV. **Portal da Transparência. Governo Federal**. Disponível em: <

<http://transparencia.gov.br/receitas/consulta.asp?Exercicio=2013>> Acesso em: 22 set. 2015.